



**SURG - COMPANHIA DE SERVIÇOS DE
URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA**

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DEPTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2023

OBJETO: Registro de preços para aquisição de
artefatos de concreto e concreto usinado, que
resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº
10/2023.

Dt emissão: 12/06/2023. Dt abertura: 23/06/2023

TERMO DE AUTUAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 28/2023

PREGÃO ELETRÔNICO nº: 21/2023

OBJETO: Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023.

INTERESSADO: Departamento Técnico

Nesta data, autuei o presente processo no Departamento de Licitações, sob a numeração acima indicada, até a página de nº 94.

Em, 31 de maio de 2023.



Departamento de Licitações
NAYARA KAMINSKI DE OLIVEIRA



[Handwritten signature]

Requisição Preliminar n. 31/2023

1. Objeto: Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023.

2. Justificativa: A SURG, no cumprimento de suas missões institucionais e obrigações assumidas, executa diversos serviços relacionados à urbanização, galerias, drenagem urbana, entre outros e, para tanto, utiliza-se dos materiais previstos nesta requisição.

A aquisição de blocos de concreto intertravado (paver) se faz necessária para execução de novas calçadas no município de Guarapuava, inclusive para adequação da mobilidade urbana; os blocos e canaletas de concreto serão utilizados para construção de caixas de contenção de diversas vias públicas para captação e direcionamento de águas pluviais; As grelhas de concreto são aplicadas na construção e manutenção do sistema de drenagem pluvial, permitindo o escoamento da água para uma rede de destino. Desta forma, justifica-se a disponibilização destes insumos para a execução dos serviços, cuja incumbência é da SURG.

Cabe ressaltar também que os itens restaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o que justifica a abertura de novo processo para sua aquisição.

No que dispõe a respeito do quantitativo dos itens relacionados nesta requisição, estes produtos apresentam uma demanda variável e as quantidades aqui solicitadas tiveram como base uma média de consumo desses materiais em anos anteriores, aliadas a cálculos de consumo esperado para os próximos períodos, chegando-se a uma estimativa aproximada para compor os quantitativos presentes na tabela abaixo e que servirão para atender as perspectivas de execução de diversas obras e serviços e manutenções necessárias.

3. Detalhamento do objeto:

Item	Quant	Unid	Descrição detalhada
1	10.000	Unidade	CANALETA DE 14 CM 140X190X390, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016.
2	300	m3	Concreto usinado FCK 15 MPA (convencional)
3	400	m3	Concreto usinado FCK 20 MPA (convencional)
4	400	m3	Concreto usinado FCK 18 MPA (convencional)
5	10.000	Unidade	MEIO BLOCO VAZADO DE CONCRETO, NAS MEDIDAS 14CM 140X190X190, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016.
6	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR PRETO EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM em concreto antiderrapante



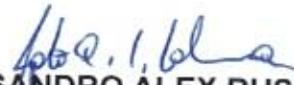
SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, 63 Bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

04

			vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.
7	4.000	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.
8	1.000	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR VERMELHA EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.
9	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X8CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.
10	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO GUIA TÁTIL COM SINALIZAÇÃO ALERTA NA COR VERMELHA NAS MEDIDAS 20x10x6 cm, base de relevo com 30mm, topo do relevo 20mm, distância horizontal entre os centros do relevo de 50mm, com relevos trapezoidais de 5mm de altura, fabricado em concreto antiderrapante, de acordo com a ABNT NBR 9050/2020 e 16537/2016.
11	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO GUIA TÁTIL, DIRECIONAL DA COR VERMELHA, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM, base de relevo com 32mm, topo do relevo 25mm, distância horizontal entre os centros do relevo de 70mm, com relevos trapezoidais de 5mm de altura, fabricado em concreto antiderrapante, de acordo com a ABNT NBR 9050/2020 e 16537/2016.
12	700	UNID	GRELHA EM CONCRETO COM ARMAÇÃO DE AÇO DUPLA MÍNIMO 8MM, SOLDADO, NAS MEDIDAS 10X50X80CM, de acordo com a ABNT NBR 9062/2017

4. Local de entrega: Os produtos deverão ser entregues na Sede da SURG, localizada na Rua Afonso Botelho, 63 - Bairro Trianon, em Guarapuava/PR ou em qualquer local dentro do perímetro do Município de Guarapuava, onde estiverem sendo realizadas as obras, cujo endereço será indicado na ordem de compras.

Guarapuava, 24 de abril de 2023.


Eng. SANDRO ALEX RUSSO VALERA
Departamento Técnico



[Handwritten signature]

TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO

Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

Item	Quant	Unid	Descrição detalhada	Valor de referência (R\$)
1	10.000	Unidade	CANALETA DE 14 CM 140X190X390, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016.	4,7540
2	300	m3	Concreto usinado FCK 15 MPA (convencional)	498,5793
3	400	m3	Concreto usinado FCK 20 MPA (convencional)	505,8818
4	400	m3	Concreto usinado FCK 18 MPA (convencional)	501,3571
5	10.000	Unidade	MEIO BLOCO VAZADO DE CONCRETO, NAS MEDIDAS 14CM 140X190X190, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016.	3,4300
6	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR PRETO EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.	60,0000
7	4.000	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.	59,3200
8	1.000	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR VERMELHA EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.	67,0400
9	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X8CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.	73,5780
10	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO GUIA TÁTIL COM SINALIZAÇÃO ALERTA NA COR VERMELHA NAS MEDIDAS 20x10x6 cm, base de relevo com 30mm, topo do relevo 20mm, distância horizontal entre os centros do relevo de 50mm, com relevos trapezoidais de 5mm de altura, fabricado em concreto antiderrapante, de acordo com a ABNT NBR 9050/2020 e 16537/2016.	74,0625
11	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO GUIA TÁTIL, DIRECIONAL DA COR VERMELHA, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM, base de relevo com 32mm, topo do relevo 25mm, distância horizontal entre os centros do relevo de 70mm, com relevos trapezoidais de 5mm de altura, fabricado em concreto antiderrapante, de acordo com a ABNT NBR 9050/2020 e 16537/2016.	74,0625
12	700	UNID	GRELHA EM CONCRETO COM ARMAÇÃO DE AÇO	176,9366



			DUPLA MÍNIMO 8MM, SOLDADO, NAS MEDIDAS 10X50X80CM, de acordo com a ABNT NBR 9062/2017	
--	--	--	---	--

1.1. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA

1.1.1. Concreto Usinado:

O concreto usinado deve apresentar as seguintes resistências:

- FCK = 15 Mpa = 150 kgf/cm² (resistência 28 dias).
- FCK = 18 Mpa = 180 kgf/cm² (resistência 28 dias).
- FCK = 20 Mpa = 200 kgf/cm² (resistência 28 dias).

Sempre que exigido, deverá ser verificado o "SLUMP" (abatimento) do concreto usinado na obra, a ser realizado no ato da entrega do concreto e em conformidade com as normas da ABNT.

Sempre que exigido pelo fiscal ou encarregado da obra, a contratada deverá colher "corpos de prova" antes e durante a concretagem e providenciar às suas expensas a realização de ensaios laboratoriais de resistência à compressão aos 7 (sete) e 28 (vinte e oito) dias corridos, os quais deverão ser entregues ao encarregado de obras da SURG, tão logo à obtenção dos resultados.

Sempre que exigido, a contratada deverá apresentar atestados de ensaios laboratoriais atualizados (prazo não superior a 30 dias dos materiais componentes do concreto (cimento, pedra e areia) em conformidade com as normas da ABNT.

Deverão ser observadas as normas da ABNT, em especial as NBR 7212/2012 ("Execução de Concreto Dosado em Central"), 12655/2006 ("Concreto - Preparo Controle e Recebimento"), 5738/2003, 6118/2007, 15823/2010 e 15900/2009.

1.1.2. Piso intertravado e demais artefatos

O concreto do piso intertravado (normal, vermelho e preto) deve atender as especificações da NBR 9781/13 e ter resistência igual ou superior a 35 Mpa; o piso direcional e alerta deve atender os quesitos das NBR 9050/2020 e 16537/2016 versão corrigida 2:2018; os itens referente aos blocos de concreto deverão atender as especificações da NBR 6136/2016 versão corrigida: 2016.

A contratada deverá extrair amostras de piso intertravado normal a cada 500 m², amostras do piso direcional e de alerta a cada 300 m², dos blocos vazados de concreto e meio bloco e canaleta a cada lote de 500 peças. Estas amostras deverão ser ensaiadas segundo as especificações das normas técnicas acima citadas, sendo as despesas por conta da contratada, em laboratórios comerciais ou laboratório da própria fábrica, desde que possuam equipamentos credenciados ou rastreados pelo INMETRO.

A SURG reserva-se no direito de, a seu critério, solicitar ensaio de amostras dos produtos entregues a qualquer tempo, independente da obrigação da empresa disposta no parágrafo anterior, sendo as despesas de responsabilidade da contratada.

Mesmo no caso dos produtos terem sido objeto de inspeção e ensaios, a aceitação conforme critério definido pela SURG, dar-se-á após o recebimento, com a apresentação dos laudos das amostragem dos lotes e realização de inspeção visual das peças durante o descarregamento. As peças que apresentarem defeito ou trincas deverão ser substituídas.



[Handwritten signature]

2. JUSTIFICATIVA

A SURG, no cumprimento de suas missões institucionais e obrigações assumidas, executa diversos serviços relacionados à urbanização, galerias, drenagem urbana, entre outros e, para tanto, utiliza-se dos materiais previstos nesta requisição.

A aquisição de blocos de concreto intertravado (paver) se faz necessária para execução de novas calçadas no município de Guarapuava, inclusive para adequação da mobilidade urbana; os blocos e canaletas de concreto serão utilizados para construção de caixas de contenção de diversas vias públicas para captação e direcionamento de águas pluviais; As grelhas de concreto são aplicadas na construção e manutenção do sistema de drenagem pluvial, permitindo o escoamento da água para uma rede de destino. Desta forma, justifica-se a disponibilização destes insumos para a execução dos serviços, cuja incumbência é da SURG.

Cabe ressaltar também que os itens restaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o que justifica a abertura de novo processo para sua aquisição.

No que dispõe a respeito do quantitativo dos itens relacionados nesta requisição, estes produtos apresentam uma demanda variável e as quantidades aqui solicitadas tiveram como base uma média de consumo desses materiais em anos anteriores, aliadas a cálculos de consumo esperado para os próximos períodos, chegando-se a uma estimativa aproximada para compor os quantitativos presentes na tabela abaixo e que servirão para atender as perspectivas de execução de diversas obras e serviços e manutenções necessárias.

2.1. EXISTÊNCIA DE CONTRATO VIGENTE

Não existe contrato vigente para o objeto pretendido, restando justificada a abertura de nova licitação.

2.2. JUSTIFICATIVA PARA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Em conformidade com o art. 106, I e III do Regulamento Interno de Licitações e Contratos, o objeto em questão tem como característica a necessidade de contratação frequente e entrega parcelada, além disso, não é possível definir previamente e precisamente o quantitativo a ser demandado, por esta razão a quantidade é meramente estimada, daí a justificativa para realização em sistema de registro de preços, e conforme surja necessidade a SURG formalizará a contratação.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS/SERVIÇOS COMUNS



[Handwritten signature]

O objeto a ser contratado enquadra-se na classificação de produto comum, nos termos do art. 3º, IV do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SURG, uma vez que possuem padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

4. MÉTODOS E ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO

Os produtos deverão ser entregues na Sede da SURG, localizada na Rua Afonso Botelho, 63 - Bairro Trianon, em Guarapuava/PR ou em qualquer local dentro do perímetro do Município de Guarapuava, onde estiverem sendo realizadas as obras, cujo endereço será indicado na ordem de compras.

Todos os produtos entregues pela licitante deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas da ABNT e INMETRO aplicáveis. Todos os custos de eventuais tributos, transporte, carga e descarga, entre outros, correm por conta da licitante contratada. Corre por conta da contratada qualquer prejuízo causado ao material em decorrência do transporte, carga e descarga.

A fiscalização dos produtos será feita diretamente pelo fiscal da SURG no local da entrega. A SURG rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento efetuado em desacordo com os termos aqui dispostos.

A entrega do objeto se dará de forma parcelada, de acordo com a necessidade de utilização e conforme as solicitações da SURG.

5. VALOR ESTIMADO

O custo estimado total da presente contratação é de R\$ 1.203.336,47 (um milhão, duzentos e três mil trezentos e trinta e seis reais e quarenta e sete centavos).

O valor total estimado da contratação foi baseado na média aritmética dos orçamentos apresentados, calculados no Mapa de Pesquisa de Preços, em conformidade com os critérios abaixo informados.

5.1. JUSTIFICATIVA REFERENTE AO PREÇO DE REFERÊNCIA

Está anexa ao presente Termo de Referência a cotação dos preços elaborada em conformidade com o art. 17 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SURG, os quais foram obtidos junto ao mercado do ramo de atividade do objeto, com fornecedores locais e regionais, no sistema de Banco de Preços e Painel de Compras do Governo Federal, bem como atas de licitações de outros municípios e ata da SURG vigente nos últimos 12 (doze) meses. Para composição da média, foram desconsiderados os orçamentos que apresentaram preços excessivamente elevados quando, comparativamente, verificada grande variação com os valores apresentados pelos demais.



6. MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

Das empresas pesquisadas, das quais se obteve orçamentos, constatou-se que 03 (três) se tratam de ME/EPP sediada local ou regionalmente, totalizando 07 (sete) empresas.

7. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

Os bens serão recebidos:

- a. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.
- b. Definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório.

A Administração rejeitará, no todo ou em parte, os produtos em desacordo com as especificações técnicas exigidas.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A Contratada obriga-se a:

- a) Efetuar o fornecimento em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela SURG, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, emitindo-se a respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações de quantidade e valor;
- b) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos produtos fornecidos, de acordo com Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação da contratada de, a critério da SURG, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com defeitos;
- d) Atender prontamente a quaisquer exigências da SURG, inerentes ao objeto da presente licitação;
- e) Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- f) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta de contrato;
- g) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem



permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

- h) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A Contratante obriga-se a:

- a) Receber provisoriamente o material;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, por meio de servidor especialmente designado;
- d) Efetuar o pagamento no prazo previsto.

10. CONTROLE DA EXECUÇÃO

Em conformidade com a Portaria n. 02/2023, fica designada Gestora das Contratações a Sra. Jorgete Lacerda, e fiscal o Sr. José Santos.

11. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento será realizado até 15º (décimo quinto) dia útil do mês subsequente ao fornecimento.

A contratada deverá apresentar a Nota Fiscal Eletrônica dos produtos entregues, a qual deve indicar a quantidade fornecida, a descrição do produto, o valor unitário e total, o número da licitação e da ata/contrato/ordem de fornecimento.

A nota fiscal deve ser encaminhada ao Departamento de Gestão de Contratos da SURG, pelo e-mail contratos.jorgete@surg.com.br, devendo ainda atender à legislação quanto aos encargos municipais, estaduais e federais.

É dever da contratada certificar-se de que a nota fiscal foi recebida pelo Departamento de Gestão de Contratos. A SURG não se responsabiliza por notas fiscais que sejam entregues por outra forma que não por e-mail.

12. VIGÊNCIA DA ATA

A ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura.

A gestão será realizada por meio de emissão de ordem de fornecimento, desde que cada pedido não ultrapasse o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em




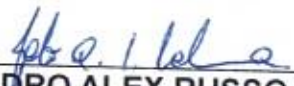
SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, 63 Bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

11

conformidade com o art. 107, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

A qualquer tempo, existindo saldo em ata, poderá ser formalizado contrato do saldo com as licitantes detentoras das atas de registro de preços, o qual poderá atingir até 12 (doze) meses de vigência e poderá ser prorrogado e reajustado, nos casos previstos em lei e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SURG.

Guarapuava, 17 de maio de 2023.

Termo de referência elaborado por:	Com auxílio e informações repassados pela área solicitante:
	
ANA FLÁVIA TRACTZ DA LUZ Departamento de Compras	SANDRO ALEX RUSSO VALERA Departamento Técnico

Memorando 13/2023

Guarapuava - PR, 19 de abril de 2023.


AO DEPARTAMENTO DE COMPRAS
A/C Dayane Cordeiro
Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 10/2023
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CONCRETO E CONCRETO USINADO QUE RESULTARAM FRUSTADOS E DESERTO NO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2023.

O Departamento de Licitações informa que na data de 17 de abril de 2023 foi realizada a abertura da sessão pública da licitação nº 10/2023. O certame foi realizado na modalidade de pregão na forma eletrônica pela plataforma Compras.net.

Informo na tabela abaixo o resultado da sessão pública:

Ite m	Objeto resumido	Resultado	Empresa	Valor Máximo Aceitável	Menor oferta
1	BLOCO VAZADO DE CONCRETO SIMPLES, MEDIDAS: 14 CM 140 X 190 X 390...	Itens Adjudicados	LECOLECA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA CNPJ: 77.603.892/0001-40	R\$ 3,89	R\$ 3,70
7	MINIGUIA, NAS MEDIDAS DE 9X19X39CM COM RESISTÊNCIA MÍNIMA DE 20 MPA...			R\$ 10,66	R\$ 10,65
3	Concreto usinado FCK 15 MPA...	Itens frustrados pelo valor	CONCRETIZE SERVICOS DE CONCRETAGEM LTDA CNPJ: 08.225.760/0001-09	R\$ 434,71	R\$ 500,00
4	Concreto usinado FCK 20 MPA...			R\$ 465,74	R\$ 543,00
5	Concreto usinado FCK 18 MPA...			R\$ 468,13	R\$ 515,00
14	GRELHA EM CONCRETO COM ARMAÇÃO DE AÇO MÍNIMO 8MM, SOLDADO, NAS MEDIDAS 10X50X80CM...	Itens frustrados por inabilitação	LECOLECA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA CNPJ: 77.603.892/0001-40	R\$ 147,00	R\$ 384,00
2	CANAleta DE 14 CM 140X190X390...			R\$ 4,82	R\$ 4,82
6	MEIO BLOCO VAZADO DE CONCRETO, NAS MEDIDAS 14CM 140X190X190...			R\$ 2,78	R\$ 2,78
8	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR PRETO EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM...			R\$ 57,56	R\$ 57,56
9	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6CM...			R\$ 54,37	R\$ 54,37
10	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR VERMELHA EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM...			R\$ 64,39	R\$ 64,39
11	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X8CM...			R\$ 64,94	R\$ 64,93
12	PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO GUIA TÁTIL COM SINALIZAÇÃO ALERTA NA COR VERMELHA NAS MEDIDAS 20x10x6 cm...			R\$ 75,71	R\$ 75,71
13	PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO GUIA TÁTIL, DIRECIONAL DA COR VERMELHA, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM...			R\$ 74,91	R\$ 74,91

Atenciosamente,


LEILIANE/AP. SANTOS GASPAR
 Departamento de Licitações



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2022

251

SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava

Aos treze de maio de dois mil e vinte e dois, na SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava, Estado do Paraná, situada na Rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Trianon, o Diretor Administrativo Sr. **HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER** e Diretor Técnico Sr. **SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, combinado com a Lei Federal nº 10.520/02 e com Decreto Municipal nº 1.447/2007, e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no **Pregão Presencial nº 16/2022** - Sistema de Registro de Preços, realizado em 04 de maio de 2022, às 14h00min., devidamente homologado, **RESOLVE**, registrar os preços para a aquisição de artefatos de concreto, conforme condições previstas no instrumento convocatório, o qual, juntamente com as propostas classificadas passa a fazer parte integrante desta, independente de transcrição, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa cuja proposta foi classificada em 1º (primeiro) lugar no certame acima numerado, como segue:

CÓPIA

1.ª Classificada:

Fornecedor: A. J. M. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA; CNPJ Nº 03.270.392/0001-05								
Lote	Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)	
1	2	GRELHA EM CONCRETO COM ARMAÇÃO DE AÇO MÍNIMO 8MM, SOLDADO, NAS MEDIDAS 10X50X80CM, de acordo com a ABNT NBR 9062/2017.	PAVICON BLOCOS E PAVIMENTOS	UND	525,0000	181,0000	95.025,00	
2	2	GRELHA EM CONCRETO COM ARMAÇÃO DE AÇO MÍNIMO 8MM, SOLDADO, NAS MEDIDAS 10X50X80CM, de acordo com a ABNT NBR 9062/2017.	PAVICON BLOCOS E PAVIMENTOS	UND	175,0000	181,0000	31.675,00	
Total do Fornecedor A. J. M. INDÚSTRIA							R\$126.700,00	

1. O objeto desta ATA é o Registro de Preços da PROMITENTE, devidamente quantificados e especificados na proposta apresentada, originária do Pregão Presencial - Sistema de Registro de Preços nº 16/2022.
2. Os preços da PROMITENTE constantes desta Ata de Registro de Preços ficam declarados registrados para fins de cumprimento deste instrumento e das Contratações que venham a ser efetivadas entre a PROMITENTE e a SURG.
3. Necessitando a SURG do fornecimento do objeto licitado, será emitida ordem de fornecimento pelo Departamento de Compras, quando então a detentora do presente registro será convocada, nos termos do edital, para proceder ao fornecimento.
4. A existência de preços registrados não obriga o(s) órgão(s) a firmar(em) as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe(s) facultado a utilização de outras licitações, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.
5. A PROMITENTE se compromete a entregar o objeto constante desta ata nos termos descritos na ordem de compras a ser emitida pela SURG em cada aquisição, respeitando-se as condições de entrega, os locais e prazos previstos no item XIII do instrumento convocatório.
6. A presente Ata de Registro de Preços será válida pelo período de 01 (um) ano, a contar da data de sua assinatura.



7. Os preços registrados são fixos e irredutíveis, e incluem todas as despesas com impostos, taxas e encargos devidos, materiais, equipamentos, aparelhos, transporte, entrega, bem como quaisquer outras despesas, diretas e indiretas incidentes sobre o objeto.

8. O faturamento correspondente ao objeto fornecido deverá ser apresentado pela PROMITENTE, através de Nota Fiscal ou Fatura, em duas vias, após emissão da ordem de fornecimento.

9. O pagamento relativo ao fornecimento será efetuado no 16º (décimo quinto) dia do mês subsequente às entregas e emissão da respectiva nota fiscal, a qual deverá seguir o procedimento descrito no item XIV do Edital.

10. Constituem obrigações da **SURG**:

CÓPIA

- a) Receber provisoriamente o material;
- b) verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos objetos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivos;
- c) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da contratada, através de servidor especialmente designado;
- D) Efetuar o pagamento ajustado e no prazo previsto; e
- b) Dar à licitante as condições necessárias à regular execução do objeto.

11. Constituem obrigações da **LICITANTE**:

- a) Efetuar o fornecimento em perfeitas condições, no prazo e locais indicados pela SURG, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, emitindo-se a respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações de quantidade e valor;
- b) Apresentar Nota Fiscal/Fatura ELETRÔNICA, discriminando os produtos entregues;
- c) Apresentar, sempre que solicitado, durante a vigência da ata de registro de preços, documentos que comprovem estar cumprindo a legislação em vigor quanto as obrigações assumidas na licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- d) Responsabilizar-se por quaisquer danos ou prejuízos ocasionados à SURG ou a terceiros, decorrentes do presente fornecimento;
- e) Informar e manter atualizado(s) o(s) número(s) de telefone e/ou endereço eletrônico (e-mail), bem como, o nome da pessoa autorizada para responder pelos atos que se fizerem necessários por parte da PROMITENTE;
- f) Atender a todas as recomendações referentes à higiene e Segurança do Trabalho;
- g) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes dos materiais fornecidos, de acordo com Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- h) O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação da contratada de, a critério da SURG, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com defeitos;
- i) Atender prontamente a quaisquer exigências da SURG, inerentes ao objeto da presente licitação;
- j) Manter, durante toda a execução da ata de registro de preços, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- k) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no edital ou na ata de registro de preços;
- l) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- m) Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução da ata de registro de preços.



12. O não cumprimento das obrigações assumidas pela PROMITENTE em decorrência da sujeição às regras previstas no instrumento convocatório poderão ensejar a aplicação das sanções previstas no item XI do edital e demais cominações contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, e no Decreto Municipal nº 1.447/2007.

13. Demais obrigações da PROMITENTE e da CONTRATANTE, as penalidades, as hipóteses de revisão e cancelamento e demais condições, encontram-se expressamente descritos no Edital do Pregão nº 16/2022.

14. Fica nomeada como GESTORA desta ata a **Sra. Jorgete Lacerda**, portadora do R.G. nº 4.885.210-6, inscrita no CPF/MF nº 645.142.349-15, a quem caberá acompanhar a execução do objeto e como FISCAL fica nomeado o **Sr. João Valdecir dos Santos**, portador do R.G. nº 6.250.325-4, inscrito no CPF/MF sob o nº 882.489.689-87, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados.

15. A revisão dos preços e do equilíbrio econômico-financeiro seguirá o disposto no item XX do presente edital.

16. DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DA ATA REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO

CÓPIA

- I - Zelar pela observância dos termos constantes do edital, termo de referência, projeto básico ou equivalente, bem como dos contratos ou instrumentos hábeis de substituí-los, e seus eventuais aditamentos, de modo a garantir a qualidade dos produtos fornecidos e serviços ou obras executadas, o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes;
- II - Coordenar a atividade do Fiscal do Contrato, solicitando-lhe todas as informações que entender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento;
- III - Manter registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, inclusive o controle do saldo contratual; verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços está sendo cumprida conforme contrato e sob a vigilância do fiscal;
- IV - Controlar, juntamente com o fiscal de contrato, o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação à unidade competente, e com antecedência mínima de 1 (um) mês do término contratual, apresentando para tanto as devidas justificativas;
- V - Encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais atestadas pelo Fiscal do Contrato;
- VI - Comunicar e justificar formalmente à unidade responsável pelos contratos quando da necessidade de: alteração contratual, para melhor adequar seus termos, qualitativa ou quantitativamente, às necessidades do órgão, em especial ao observar que o saldo contratual restante será insuficiente para atender as expectativas de utilização ou insuficiência de prazo para concluí-lo; rescisão do instrumento de contrato, por perda do objeto ou conveniência da Administração; e abertura de novos procedimentos licitatórios, desde que com antecedência mínima de 3 (três) meses do término contratual, ou assim que for detectada a necessidade, em decorrência da inadequação ou insuficiência do atual para atender as expectativas do órgão ou em razão da impossibilidade de prorrogação do contrato, inclusive inabilitação da empresa que a impeça de contratar com a Administração;
- VII - Submeter à unidade competente, para as providências cabíveis, pleitos da Contratada referentes a reajustes, repactuações e reequilíbrios econômico-financeiros;
- VIII - Elaborar documento, quando solicitado, acerca da capacidade técnica de fornecedores, executantes de obras e prestadores de serviços;
- IX - Notificar formalmente a Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;
- X - Comunicar por escrito imediatamente à autoridade competente a ocorrência de atrasos e irregularidades na execução do ajuste;
- XI - Submeter os casos de inadimplementos contratuais à unidade competente, mediante comunicação de ocorrência, sempre que, depois de notificada, a Contratada não apresentar



solução satisfatória dentro do prazo, ou quando a frequência dos registros prejudique a consecução do objeto da contratação;

XII - Coordenar pesquisas mercadológicas, para verificar a economicidade dos preços praticados e atestar a compatibilidade com os preços de mercado, com vistas a monitorar periodicamente os custos de contratação e apoiar, sempre que solicitado, a unidade competente por ocasião das prorrogações contratuais, repactuações, reajustes e reequilíbrios econômico-financeiros;

XIII – Tomar as providências pertinentes para a elaboração dos Projetos Básicos ou Termos de Referência necessários, com a colaboração das unidades técnicas, atendendo aos prazos mínimos para a realização das licitações ou contratações pretendidas;

XIV - Acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases, até a assinatura do contrato, de maneira a evitar, inclusive, descontinuidades;

XV - Auxiliar a Unidade de Licitação, no que tange a seus conhecimentos técnicos, nas respostas aos questionamentos, impugnações e recursos;

XVI - Confrontar os preços e quantidades constantes do documento fiscal com os estabelecidos no contrato, bem como as medições dos serviços nas datas estabelecidas;

XVII - Verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas e fiscais por parte da contratada;

XVIII - Informar à Administração as ocorrências relacionadas com a execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados;

XIX - Formalizar todo e qualquer entendimento com a Contratada ou o seu preposto, assim como documentar por meio de atas as reuniões realizadas com os mesmos.

17. DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA ATA REGISTRO DE PREÇOS/CONTRATO

I - Receber o produto/serviço contratado, e verificar se atende às especificações contidas no contrato/licitação (qualidade, quantidade, marca, etc);

II - Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, verificando se condiz com o objeto entregue/serviço prestado, bem como se atende aos dados contidos no contrato/licitação, promovendo as correções devidas;

III - Atuar juntamente com o gestor, para o fim de controlar o saldo do contrato e o prazo de vigência, impedindo que sejam fornecidos produtos ou prestados serviços além da quantidade prevista no contrato ou na ordem de compras/serviços, bem como para que o fornecimento ou prestação do serviço não seja realizado fora do prazo de vigência do contrato ou da licitação;

IV - Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, como, por exemplo, falhas, atrasos, interrupções, inconformidades, informando ao Gestor do Contrato aquelas ocorrências que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas ou defeitos observados;

V - Acompanhar e controlar as entregas e o estoque de materiais de reposição, bem como verificar o prazo de vigência do contrato ou da licitação, para evitar que fornecimentos e serviços contínuos sejam interrompidos;

VI - Manter, sempre, relacionamento com a Contratada ou seu Preposto, representando a Administração e adotando todas as medidas junto a empresa com relação ao objeto do contrato;

VII - Verificar a qualificação dos empregados da Contratada, em conformidade com o contido no edital, proposta ofertada e contrato assinado e manter o controle nominal dos empregados da Contratada vinculados ao contrato, bem como exigir que se apresentem uniformizados, com crachá de identificação e bom comportamento, bem como que atendam aos protocolos de segurança no trabalho, conforme exigências feitas no edital da licitação e no contrato;

VIII - Quando se tratar de prestação de serviços com caminhões/maquinário locado, manter absoluto controle sobre os serviços (como por exemplo, controle das horas trabalhadas ou volume carregado), além disso, observar se o caminhão ou máquina colocados no serviço atendem às exigências feitas no edital da licitação e relacionados no contrato;

IX - Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades;



X - Diante de uma irregularidade na execução contratual, o fiscal de contratos deve anotá-la e, não sendo de sua competência solucionar a pendência, deve solicitar aos seus superiores (gestor do contrato e diretores) as providências cabíveis.

18. Fica eleito o foro da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, como o único competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Guarapuava - PR, 13 de maio de 2022.

CÓPIA

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

SANDRO ALEX RUSSO VALERA
Diretor Técnico

A. J. M. INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
A. Contratada
JAURI ROBERTO ZANONA
Representante Legal

JORGETE LACERDA
Gestora da Ata de Registro de Preços

JOÃO VALDECIR DOS SANTOS
Fiscal das Contratações

Ata de Registro de Preços nº 179/2022

Aos 4 de Outubro de 2022, na sala de Reuniões, no Edifício da Prefeitura Municipal de Vitorino, à Rua Barão de Capanema n.º 134 em Vitorino – PR, compareceu o senhor o Sr. ELOY LATTMANN, brasileiro, empresário, portador do CPF nº10464883920 domiciliado na Rua AVENIDA TUPI, 6300, SALA 03, representante da empresa TUBOCERTO DERIVADOS DE CIMENTO LTDA, CNPJ N.º 46347567000130, estabelecida na Rua AVENIDA TUPI, 6300, SALA 03. Classificada em primeiro lugar para assinar a Ata de Registro de Preço, que tem efeito de compromisso de fornecimento nas condições estipuladas no Edital e na proposta de preços, referente ao Edital de PREGÃO ELETRÔNICO n.º 69/2022, que tem por objeto a implantação de Registro de Preços para **AQUISIÇÃO DE ARTEFATOS DE CIMENTO PARA ATENDER DEMANDA DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS**, de acordo com a descrição constante no Anexo V, que faz parte deste edital, na proposta de preços e na ata de abertura e julgamento nº 144/2022, referente ao edital de PREGÃO ELETRÔNICO Registro de Preços nº 69/2022. Nos valores conforme quadro abaixo:

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	590,00	UN	Bloco de concreto tipo U, dimensões: 14x19x39 cm. Conforme ABNT NBR6136/2008, NBR 7184:92, NBR 8215/1983; NBR 15961-1/2011, NBR 15961-2/2011, NBR 12118/2011, NBR 14321, NBR 14322.	TUBOCERTO	5,00	2.750,00
2	5,00	UN	Caixa de gordura de concreto quadrada 50x50x50cm com tampa. Espessura 6cm abertura 50x100mm - Conforme legislação nacional da ABNT.NBR 6118(1) NBR 12654 (2) e NBR 12655(3)	TUBOCERTO	75,00	375,00
3	10,00	UN	Caixa de passagem pré-moldada 40x40x40cm	TUBOCERTO	85,00	850,00
4	10,00	UN	Caixa de passagem pré-moldada 60x60x50cm	TUBOCERTO	145,00	1.450,00
9	650,00	UN	Elemento vazado de concreto 40x43x8cm COBOGÓS - conforme normas ABNT NBR 9780/87 e NBR9781.	TUBOCERTO	25,00	16.250,00
12	500,00	UN	Mourão (escora/palanque) reto, de concreto, para cerca, 0,10 x 0,10 x 2,50 m. Conforme NBR 7176.	TUBOCERTO	49,90	24.950,00
13	200,00	UN	Palanque de concreto, tipo mestre de alambado, 3m, com 4, diametro 10mm. Conforme NBR 7176.	TUBOCERTO	105,00	21.000,00
14	500,00	UN	Palanques 2,10m reto 15x15cm - Conforme legislação nacional da ABNT.NBR 6118(01) NBR 12654(2) e NBR 12655(3).	TUBOCERTO	103,08	51.540,00
16	200,00	UN	"Palanques 2,90m mestre alambado - Conforme legislação nacional da ABNT.NBR 6118(01) NBR 12654(2) e NBR 12655(3)."	TUBOCERTO	105,00	21.000,00
17	1.000,00	UN	"Palito padrão em concreto armado com 4 diametro 8mm estribos de 4,2mm a cada 30cm concreto FCK 25MPa altura de 200cm	TUBOCERTO	85,00	85.000,00



PREFEITURA DE
Vitorino
 ESTADO DO PARANÁ

			base de 20cm espessura de 9cm e superior de 9cm. - Conforme legislação nacional da ABNT.NBR 6118(01) NBR 12654(2) e NBR 12655(3)."			
18	5.000,00	M2	Piso intertravado (Paver) 20x10x6cm nas cores vermelho/amarelo/grafite VIBROPRENSADO - conforme normas da ABNT NBR 9781:2013.	TUBOCERTO	68,00	340.000,00
19	3.000,00	M2	Piso intertravado (Paver) 20x10x8cm nas cores vermelho/amarelo/grafite VIBROPRENSADO - conforme normas da ABNT NBR 9781:2013.	TUBOCERTO	85,00	255.000,00
20	1.000,00	M2	Piso Intertravado (Paver) 20x10x6cm vermelho PADO TATIL DIRECIONAL VIBROPRENSADO - conforme normas da ABNT NBR 9781:2013 NBR 9050:2004.	TUBOCERTO	70,00	70.000,00
21	500,00	M2	Piso Intertravado (Paver) 20x10x8cm vermelho PADO TATIL DIRECIONAL VIBROPRENSADO - conforme normas da ABNT NBR 9781:2013 NBR 9050:2004.	TUBOCERTO	90,00	45.000,00
22	1.000,00	M2	Piso intertravado (Paver) 20x10x6cm vermelho PADO TATIL ALERTA VIBROPRENSADO - conforme normas da ABNT NBR 9781:2013 NBR 9050:2004	TUBOCERTO	70,00	70.000,00
23	500,00	M2	Piso intertravado (Paver) 20x10x8cm vermelho PADO TATIL ALERTA VIBROPRENSADO - conforme normas da ABNT NBR 9781:2013 NBR 9050:2004	TUBOCERTO	90,00	45.000,00
24	10,00	UN	Tampa de concreto armada de 40x40x10cm com malha de ferro de 10x10cm diametro de 8mm concreto FCK 25 Mpa	TUBOCERTO	22,00	220,00
25	5,00	UN	Tampa de concreto armada de 50x50x10cm com malha de ferro de 10x10cm diametro de 8mm concreto FCK 25 Mpa	TUBOCERTO	25,00	125,00
26	10,00	UN	Tampa de concreto armada de 60x60x10cm com malha de ferro de 10x10cm diametro de 8mm concreto FCK 25 Mpa	TUBOCERTO	30,00	300,00
Total						1.050.810,00

Da utilização do Registro de Preços: As Secretarias Municipais, através de seus gestores, ficarão responsáveis pelo uso e fiscalização dos materiais objeto desta licitação.

Do Prazo de Vigência: O prazo de vigência do Registro de Preços será pelo período de 12 meses, sendo que as quantidades informadas no objeto desta licitação são estimativas, podendo a Prefeitura Municipal de Vitorino, adquirir mais ou menos do que o estimado no objeto desta licitação.

Dos Pagamentos: Os pagamentos dos produtos fornecidos serão efetuados, de acordo com a entrega dos produtos, mediante apresentação da Nota Fiscal, com a devida autorização de compra (emitida pelo Departamento recebedor); cujo pagamento dar-se-á em até 30(trinta) dias úteis após o recebimento dos produtos.

Da entrega: A entrega dos produtos, objeto da licitação, será feita de acordo com a necessidade, e será formalizada através da Autorização de Compras ou Nota de Empenho, emitida pelo Departamento de Compras do órgão solicitante, nas quantidades ali determinadas; A contratada terá um prazo de 05 dias para efetuar a entrega dos

produtos solicitados; Os produtos deverão ser entregues nos locais determinados na Autorização de Compra ou Nota de Empenho. **Os Produtos:** Os produtos deverão estar exatamente de acordo com a especificação do objeto no edital e a proposta vencedora emitida pelo fornecedor. **Da Revisão do registro de Preços:** O gestor responsável pela Ata de Registro de Preços deverá acompanhar periodicamente os preços praticados no mercado para os bens registrados, nas mesmas condições de fornecimento, podendo para tanto, valer-se de pesquisa de preço ou de processo disponível. **Do Reajuste do Registro de Preços:** Durante a vigência do Registro de Preços, os valores registrados não serão reajustados; somente poderá ocorrer a recomposição de valores nos casos enquadrados no disposto na alínea "d" do Artigo 65 da Lei 8.666/93. **Do cancelamento do Registro:** O Registro de Preços poderá ser cancelado nas seguintes ocasiões: a pedido, quando comprovar estar impossibilitado de cumprir as suas exigências por ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, devidamente comprovado; por iniciativa do órgão ou entidade responsável, quando a empresa: descumprir as condições da Ata de Registro de Preços; não comparecer ou se recusar a retirar, no prazo estabelecido no edital, a respectiva ordem de compra ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável; não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese de este se tornar superior àqueles praticados no mercado; presentes razões de interesse público. O cancelamento de registro do fornecedor será devidamente autuado no respectivo processo administrativo, e ensejará aditamento da Ata pelo órgão ou entidade responsável, que deverá informar aos demais fornecedores registrados a nova ordem de registro. **Das Penalidades:** Ao proponente que desistir da proposta protocolada ou se negar a assinar a Ata de Registro de Preços, ou que ainda não satisfizer os compromissos assumidos na Ata de Registro de Preços, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades: Multa de 5,0 % (cinco por cento) do valor total da proposta, que poderá ser cobrado judicialmente se for o caso; no caso do não cumprimento do prazo de entrega do objeto solicitado, será aplicável à proponente multa de mora equivalente a 0,1% (um décimo por cento) ao dia sobre o valor total da quantidade do produto solicitado pelo Contratante na Autorização de Compras; limitada a 5% (cinco por cento) do valor total do produto requisitado; suspensão do direito de licitar pelo prazo que a autoridade competente fixar, segundo graduação que for estipulada em razão da natureza da falta; a declaração de inidoneidade para licitar na Administração Municipal. **Do Fiscal da Ata:** Ficam designados os Chefes dos

17 V



departamentos acima citados para desempenharem a atribuição de acompanhamento e fiscalização da Ata, a quem competirá à apuração de eventuais irregularidades, inadimplimentos contratuais e demais ocorrências arroladas no art.78 e 88 da Lei nº 8.666/93. **Obrigação da Contratada:** A Contratada deverá manter as condições de habilitação exigidas na licitação durante toda a vigência da Ata de Registro de Preços. **Da Vinculação:** Esta Ata está vinculada ao Edital de Pregão Registro de Preços nº 69/2022 e à proposta do licitante vencedor. Os produtos a serem fornecidos, com seus respectivos valores unitários e marcas, estão relacionados no Anexo I – Descrição dos Produtos Registrados, que faz parte integrante desta Ata. Nada mais havendo a tratar deu-se por encerrada a Sessão, onde eu, FERNANDO SINHORINI, redigi a presente Ata, que após lida e aprovada, vai assinada pelo Prefeito Municipal e o Representante da Empresa participante.

MARCIANO VOTTRI
Prefeito Municipal

ELOY LATTMANN
Representante
TUBOCERTO DERIVADOS DE CIMENTO
LTDA

Gestor

Fiscal



Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545

CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2021 - 2024

18

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.0285/2022
PREGÃO ELETRÔNICO N. 097/2022
PROCESSO N. 0218/2022

O **MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA - PR**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº. 75.730.994/0001-09, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. **MOACIR OLIVATTI**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 901.700-3-SSP-PR e devidamente inscrito no CPF/MF sob nº 208.387.439-00, residente e domiciliado na cidade Nova Esperança - PR e do outro lado a proponente **PAVIMAN-INDUSTRIA DE TUBOS DE CONCRETOS LTDA EPP** inscrita no CNPJ sob n. **01.579.847/0001-35** com sede na Rua Perimetral, 233, Parque Industrial, Mandaguaçu-PR CEP 87160-000, representada neste ato pelo representante legal **ROBERTO ALVES IRINEO**, portador da cédula de identidade n. 3.141.458-0 SSP/PR, e inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o n. 390.356.209-25, nos termos da Lei Federal n. 10.520/2002, Lei complementar n. 123/2006 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores todos representados conforme documento de credenciamento ou procuração inserta nos autos, resolvem registrar os preços, conforme decisão exarada no processo administrativo supracitado devidamente **HOMOLOGADA**, consoante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 - O objeto da presente Ata de Registro de Preços **para futura contratação de pessoa jurídica para fornecimento de artefatos de cimento (bloquetes/piso intertravado e meio fio), conforme solicitação da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos**, nas quantidades, forma e condições estabelecidas no Edital em epígrafe e seus Anexos, com o objetivo de formar o Sistema de Registro de Preços da Administração Pública Municipal para contratações futuras.

1.2 - Este instrumento não obriga a Administração a firmar contratações nas demandas estimadas ou adquirir, exclusivamente por seu intermédio, os itens referidos na cláusula primeira, podendo realizar licitações específicas, obedecida a legislação pertinente, sem que, desse fato, caiba recurso ou indenização de qualquer espécie aos detentores do registro de preços, sendo-lhes assegurada a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

CLÁUSULA SEGUNDA- DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

2.1 - A ata de registro de preços resultante deste certame terá a vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura.

2.2 - O presente instrumento ficará disponível até 30 (trinta) dias no departamento de Licitações do Município de Nova Esperança - PR, após a data de sua assinatura para que a contratada retire sua via assinada. Findo o referido prazo o mesmo será descartado.

CLÁUSULA TERCEIRA - DOS USUÁRIOS DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 - A Ata de Registro de Preços será utilizada pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Públicos.

3.2 - Caberá ao usuário da Ata de Registro de Preços deste Município a responsabilidade, após o registro de preços, pelo controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive aplicação das sanções previstas neste edital.

3.3 - Caberá ainda informar ao Órgão Gerenciador do Sistema de Registro de Preços, do não comparecimento da fornecedora para a retirada da nota de empenho ou instrumento equivalente, conforme o caso, visando à convocação dos remanescentes e aplicação das penalidades cabíveis ao fornecedor faltoso.

CLÁUSULA QUARTA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

4.1 - A entrega do objeto deverá ocorrer no prazo de até 5 (cinco) dias úteis após recebimento da Nota de Empenho.

4.2 - Os objetos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos/refeitos/substituídos no prazo fixado pelo fiscal do contrato, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades.

4.3 - O objeto será entregue no seguinte local e horário: Secretaria de Infraestrutura e Serviços Públicos, Rua Vereador José Gazola, 442. Horário: 07h às 10h30min e 13h às 16h30min.

CLÁUSULA QUINTA - DA CONTRATAÇÃO

5.1 - As obrigações decorrentes do fornecimento dos Materiais constantes do Registro de Preços serão firmadas com a Prefeitura Municipal, observada as condições estabelecidas neste edital e no que dispõe o art. 62 da Lei n. 8.666/1993, e será formalizada através de instrumento de contrato.

5.2 - A adjudicatária deverá assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação enviada pelo Departamento de Licitações, na forma definida por esta Administração em conformidade com o item 14.3 do edital.

5.3 - O prazo concedido para assinatura da ata poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, e desde que ocorra motivo justificado e aceito pela Administração.



Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545

CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2021 - 2024

5.4 - A licitante vencedora não poderá subcontratar, subempreitar, ceder ou transferir, total ou parcialmente o objeto da presente licitação.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1 - Manter durante todo o contrato as condições de habilitação e qualificação previstas no Edital, informando ao Pregoeiro (a) a ocorrência de qualquer alteração nas referidas condições;

6.2 - Atender as condições descritas no Anexo I – Termo de Referência e do contrato.

6.3 - Fornecer produto de boa qualidade e em boas condições, de acordo com o disposto neste Edital e seus anexos, assim como em sua proposta de preços;

6.4 - Efetuar a substituição, no prazo de 02 (dois) dias, dos produtos fornecidos que não atendam as especificações contidas neste Edital, bem como dos que estiverem fora das especificações contidas na proposta, ou ainda, os que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, sem qualquer ônus para adquirente;

6.5 - Arcar com todos os ônus necessários ao completo fornecimento do objeto licitado, incluindo taxas, inclusive administrativa, e emolumentos, seguros, impostos, encargos sociais e trabalhistas, transportes, despesas administrativas, bem como quaisquer despesas referentes ao fornecimento do objeto contratado;

6.6 - Responder por quaisquer danos de qualquer natureza, que venha a sofrer seus empregados, terceiros ou a Contratada, em razão de acidentes ou de ação, ou de omissão, dolosa ou culposa, de preposto da Contratada ou de quem em seu nome agir, decorrentes do fornecimento do objeto contratado;

6.7 - Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, sem prévio assentimento por escrito da Contratante;

6.8 - Em tudo agir segundo as diretrizes da Contratante.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

7.1 - Acompanhar e fiscalizar a execução do fornecimento do objeto contratado através de servidores especialmente designados;

7.2 - Vetar o recebimento de qualquer material que considerar incompatível com as especificações apresentadas na proposta da Contratada;

7.3 - Atestar as notas fiscais e/ou faturas após a efetiva entrega dos produtos, objeto desta licitação;

7.4 - Efetuar o(s) pagamento(s) à Contratada, conforme estabelecido no Edital;

7.5 - Aplicar à Contratada as sanções administrativas regulamentares e contratuais, quando necessário;

7.6 - Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada.

CLÁUSULA OITAVA – DO PREÇO E REVISÃO

8.1 - Os preços registrados serão fixos e irreajustáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

8.2 - Extraordinariamente, o beneficiário do registro, em função de imprevistos que altere significativamente a correspondência entre os encargos do contratado e a remuneração por parte deste Município, poderá solicitar a atualização dos preços vigentes através de solicitação formal à Secretaria interessada, instruída com documentos que comprovem a procedência do pedido, tais como: notas fiscais de aquisição dos produtos, matérias-primas e componentes, ou de outros documentos que comprovem a ocorrência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado. Até a decisão final da Administração, a qual deverá ser prolatada em até 30 (trinta) dias a contar da entrega completa da documentação comprobatória, o fornecimento do produto, quando solicitado pela Administração, deverá ocorrer normalmente e pelo preço registrado em vigor.

8.3 - A atualização não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado e deverá manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época.

8.4 - Independentemente da solicitação de que trata o sub item 8.2, o contratante poderá a qualquer momento reduzir os preços registrados, de conformidade com os parâmetros de pesquisa de mercado realizada ou quando alterações conjunturais provocarem a redução dos preços praticados no mercado nacional e/ou internacional.

8.5 - Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o Órgão Gerenciador do SRP notificará a fornecedora com o menor preço registrado para o item visando a negociação para a redução de preços e sua adequação ao do mercado, mantendo o mesmo objeto cotado, qualidade e especificações.

8.6 - Dando-se por infrutífera a negociação de redução dos preços, a Comissão de Licitação formalmente desonerará a fornecedora em relação ao item e cancelará o seu registro, sem prejuízos das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA NONA – DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1 - O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade das entregas realizadas, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo

18V



Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545

CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2021 - 2024

19

ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do art. 6º do Decreto nº 2.271, de 1997.

9.2 - A verificação da adequação do fornecimento deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência.

9.3 - O fiscal ou gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente necessária, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.4 - A conformidade do material a ser entregue deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

9.5 - O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.6 - O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.7 - Fica designado (a) o (a) servidor (a) Rodrigo Franco Siqueira, portador (a) da CI/RG nº. 9.982.099-3 e inscrito (a) no CPF/MF nº. 059.557.129-84 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto da Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº. 8.666/93.

9.8 - Fica designado, como fiscal substituto (a) o (a) servidor (a) Wesley Zanon Fernandes, matrícula nº. 3776, portador (a) da CI/RG nº. 12.349.149-1 e inscrito (a) no CPF/MF nº. 098.514.269-38 para exercer a fiscalização e o acompanhamento do objeto da Ata de Registro de Preços, nos termos disciplinados nos art. 58, III e 67 da Lei federal nº 8.666/93.

9.9 - A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em co-responsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO PAGAMENTO

10.1 - O pagamento, decorrente da entrega dos produtos objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta corrente, no prazo de 30 (trinta), contados do recebimento dos produtos constantes em cada autorização de fornecimento, após a apresentação da respectiva documentação fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 40, inciso XIV, alínea "a", combinado com o art. 73, inciso II, alínea "b", da Lei nº 8.666/93 e alterações.

a) A proponente deverá apresentar junto com a Nota fiscal/fatura, a CND federal conjunta, Certidão Negativa de Débitos Trabalhista e Certificado de Regularidade de Situação (CRS) perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS em plena validade e a cópia da respectiva nota de empenho.

10.2 - Ocorrendo erro na documentação fiscal de cobrança, esta será devolvida e o pagamento será suspenso para que a prestadora tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

10.3 - Na hipótese de devolução, a nota fiscal/fatura será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

10.4 - Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da prestadora.

10.5 - O Município de Nova Esperança-PR, não pagará, sem que tenha autorização prévia e formal nenhum compromisso que lhe venha a ser cobrado diretamente por terceiros, sejam ou não instituições financeiras.

10.6 - Os eventuais encargos financeiros, processuais e outros, decorrentes da inobservância, pela prestadora, de prazo de pagamento, serão de sua exclusiva responsabilidade.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS PENALIDADES

11.1 - Pela inexecução total ou parcial das obrigações assumidas, garantida a defesa prévia, a Administração poderá aplicar à Contratada, além das sanções previstas nos artigos 86 a 88 da Lei n. 8.666/1993, no art. 7º da Lei n. 10.520/2002 e no art. 8º da Instrução Normativa 37/2009 do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, as seguintes sanções:

- a) Advertência escrita;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com o Município de Nova Esperança-PR;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública;
- e) Impedimento de licitar e contratar com o Município e descredenciamento no sistema de cadastramento de fornecedores do municipal.



Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545

CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2021 - 2024

19 ✓

11.2 - A **advertência escrita** será aplicada ao contratado quando se tratar de infração leve, a juízo da fiscalização, no caso de descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas neste contrato ou, ainda, no caso de outras ocorrências que possam acarretar prejuízos à CONTRATANTE, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave;

11.3 - Será aplicada **multa** nas seguintes condições:

11.3.1 - No caso de **atraso injustificado** na execução do objeto, será aplicada multa sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, nas seguintes proporções:

a) 0,5% (zero vírgula cinco por cento) - até o 10º (décimo) dia de atraso;

b) 1,0% (um por cento) - a partir do 11º (décimo primeiro) dia de atraso, até o limite de 30 (trinta) dias de atraso, a partir de quando será considerada inexecução parcial ou total do objeto.

11.3.2 - No caso de reincidência, será aplicada a multa de 1,0% (um por cento) sobre o valor da parcela inadimplida, por dia de atraso, até o limite de 15 (quinze) dias de atraso, a partir de quando será considerada inexecução parcial ou total do objeto.

11.3.3 - A partir do 31º (trigésimo primeiro) dia de atraso injustificado na entrega do(s) produto(s), ficará configurada a inexecução total ou parcial do contrato e a Administração poderá, garantida a defesa prévia, aplicar à contratada multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor total dos produtos não entregues, sem prejuízo das demais sanções previstas no Artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002.

11.3.4 - Será configurada a **inexecução parcial** do objeto na hipótese de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente que comprometam diretamente o objeto principal do contrato;

11.3.5 - Será configurada a **inexecução total** na hipótese de descumprimento total das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente que comprometam diretamente o objeto principal;

11.3.6 - No caso de reincidência ou quando a inexecução parcial também caracterizar abandono da execução do contrato, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parte inadimplida.

11.3.7 - No caso de **inexecução total**, a multa aplicada será de 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato.

11.3.8 - Pelo **descumprimento injustificado de outras obrigações** que não configurem inexecução total ou parcial do contrato ou mora no adimplemento, será aplicada multa de 1% (um por cento) sobre o valor total do contrato.

11.3.8.1. As obrigações às quais se refere o item 11.3.8. são aquelas que não comprometem diretamente o objeto principal do contrato, mas que ferem critérios e condições nele explicitamente previstos.

11.3.8.2. Em caso de reincidência, será aplicada a multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato.

11.3.9 - A fixação da multa compensatória referida nos itens 11.3.1 a 11.3.3, 11.3.6 a 11.3.8 e 11.3.11, não obsta o ajuizamento de demanda buscando indenização suplementar em favor da **CONTRATANTE**, sendo o dano superior ao percentual referido.

11.3.10 - Quando a proponente não mantiver a sua proposta; apresentar declaração falsa; deixar de apresentar documento na fase de saneamento; ou por infração de qualquer outra cláusula contratual não prevista nos subitens anteriores, será aplicada multa compensatória e cláusula penal de 10% (dez por cento) sobre o valor total dos produtos cotados pela proponente, podendo ser cumulada com as demais sanções previstas no Artigo 7º da Lei Federal 10.520/2002.

11.3.11 - Caberá multa compensatória de 20% (vinte por cento) sobre o valor total da proposta ao licitante que se recusar injustificadamente, após ser considerado adjudicatário e dentro do prazo estabelecido pela Administração, a assinar o contrato, bem como aceitar ou retirar o instrumento equivalente, sem prejuízo de indenização suplementar em caso de perdas e danos decorrentes da recusa e da sanção de suspensão de licitar e contratar com o Município de Nova Esperança-PR, pelo prazo de até 02 (dois) anos, garantida a ampla defesa.

11.3.12 - Caberá multa compensatória de 5 % (cinco por cento) sobre o valor global atualizado do contrato, pela não manutenção das condições de habilitação e qualificação exigidas no instrumento convocatório;

11.3.13 - A penalidade de multa poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as demais.

11.3.14 - Quaisquer multas aplicadas deverão ser recolhidas aos cofres públicos da Municipalidade, em até 05 (cinco) dias úteis, contados de sua publicação no Órgão Oficial do Município, podendo, ainda, ser descontadas de qualquer fatura ou crédito existente, a critério da CONTRATANTE.

11.3.15 - Nas hipóteses referidas nos itens precedentes, após apuração efetuada através de processo administrativo, e não ocorrendo o pagamento perante a Administração, o valor da multa aplicada será inscrito na "Dívida Ativa", para cobrança judicial.

11.4 - Será aplicada a suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Nova Esperança-Pr, pelo prazo não superior a 02 (dois) anos, ao licitante quando:

a) Quando restar configurada a inexecução parcial ou total das obrigações assumidas no contrato.

11.5 - A **declaração de inidoneidade** será aplicada ao licitante que:



Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545

CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2021 - 2024

20

- a) Fizer declaração falsa em qualquer fase da licitação;
- b) Apresentar documento falso;
- c) Frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- d) Afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

11.6 - Ficará **impedido de licitar e contratar com o Município e descredenciado no sistema de cadastramento de fornecedores municipal**, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das outras multas previstas em edital e no contrato e das demais cominações legais, o licitante que:

- a) Convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato,
- b) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame,
- c) Ensejar o retardamento da execução de seu objeto,
- d) Não mantiver a proposta,
- e) Falhar ou fraudar na execução do contrato,
- f) Comportar-se de modo inidôneo ou
- g) Cometer fraude fiscal,

11.7 - As penalidades previstas no item anterior não se aplicarão aos licitantes remanescentes convocados em virtude da não aceitação da primeira colocada, ressalvado o caso de inadimplemento contratual, após a contratação de qualquer das proponentes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO CANCELAMENTO DO PREÇO REGISTRADO

12.1 - A Ata de Registro de Preço será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa dos Usuários da Ata de Registro de Preços deste Município quando:

- a) A licitante não formalizar o contrato decorrente do registro de preços e/ou não retirar o instrumento equivalente no prazo estipulado ou descumprir exigências da Ata de Registro de Preços, sem justificativa aceitável;
- b) Ocorrer qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial do instrumento de ajuste;
- c) Os preços registrados apresentarem-se superiores ao do mercado e não houver êxito na negociação;
- d) Der causa a rescisão administrativa do ajuste decorrente do registro de preços por motivos elencados no art. 77 e seguintes da Lei n. 8.666/83;
- e) Por razão de interesse público, devidamente motivado.

12.2 - Cancelado o Registro de Preço induzirá na convocação do fornecedor com classificação imediatamente subsequente.

12.3 - Será assegurado o contraditório e a ampla defesa do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação ou publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 - As despesas decorrentes da contratação da presente licitação, correrão a cargo do Usuário da Ata de Registro de Preços, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas neste edital e ao que dispõe o artigo 62, da Lei n. 8.666/93 e alterações.

07.002.15.451.0007.2.037.3.3.90.30.00.00. - 1510 - MATERIAL DE CONSUMO

07.002.15.451.0007.2.037.3.3.90.30.00.00. - 1511 - MATERIAL DE CONSUMO

07.002.15.451.0007.2.037.3.3.90.30.00.00. - 1000 - MATERIAL DE CONSUMO

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PREÇO REGISTRADO

14.1 - Considerando tratar-se de julgamento de licitação na modalidade de Pregão Eletrônico, tipo menor preço por item, HOMOLOGADO a classificação da proponente conforme abaixo especificado, objeto de publicação no Órgão de Imprensa Oficial deste município, ficam assim registrados:

Valor Total do Fornecedor: **R\$ 109.675,00** (cento e nove mil, seiscentos e setenta e cinco reais).

LOTE 1

Valor Total do Lote: 52.275,00 (cinquenta e dois mil, duzentos e setenta e cinco reais).

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO DO TIPO PAVER RETANGULAR TAMANHO 10CM X 20COM E=6CM COR NATURAL, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781)	M2	1000	R\$44,50	R\$44.500,00
2	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO PODO TATIL DE ALERTA DO TIPO PAVER RETANGULAR TAMANHO 10CM X 20COM E=6CM COR COLORIDO, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781)	M2	50	R\$77,75	R\$ 3.887,50
3	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO PODO TATIL DIRECIONAL DO TIPO PAVER	M2	50	R\$77,75	R\$ 3.887,50



Prefeitura Municipal de Nova Esperança - PR

Av. Rocha Pombo, 1453 - Fone/Fax (44) 3252-4545

CNPJ: 75.730.994/0001-09 | www.novaesperanca.pr.gov.br

Gestão 2021 - 2024

20	RETANGULAR TAMANHO 10CM X 20COM E=6CM COR COLORIDO, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781)				
----	--	--	--	--	--

LOTE 2

Valor Total do Lote: 57.400,00 (cinquenta e sete mil e quatrocentos reais).

Item	Especificação	Unidade	Quant.	Valor Unit.	Valor Total
1	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO DO TIPO PAVER RETANGULAR TAMANHO 10CM X 20COM E=8CM COR NATURAL, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781)	M2	800	R\$60,00	R\$48.000,00
2	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO PODO TATIL DE ALERTA DO TIPO PAVER RETANGULAR TAMANHO 10CM X 20COM E=8CM COR COLORIDO, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781)	M2	50	R\$94,00	R\$4.700,00
3	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO PODO TATIL DIRECIONAL DO TIPO PAVER RETANGULAR TAMANHO 10CM X 20COM E=8CM COR COLORIDO, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781)	M2	50	R\$94,00	R\$4.700,00

15.1 - O extrato da presente Ata de Registro de Preço será publicado no Órgão Oficial do Município.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16.1 – Aos casos omissos aplicar-se-ão as demais disposições constantes da Lei Federal 10.520/2002, do Decreto nº 10.024/2019 e Decreto Municipal nº 5.462/2021, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e, subsidiariamente, a Lei Federal 8.666/93 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO

17.1 - Fica eleito o foro da Comarca de Nova Esperança, Estado do Paraná, renunciando de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para processar as questões resultantes desta licitação e que não possam ser dirimida administrativamente.

NOVA ESPERANÇA, 20 DE OUTUBRO DE 2022

MUNICÍPIO DE NOVA ESPERANÇA - PR

PAVIMAN-INDUSTRIA DE TUBOS DE
CONCRETOS LTDA EPP

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

RG: _____

Nome: _____

RG: _____



COTAÇÃO DE PREÇOS

EMPRESA: CONCREGUÁ CONCRETO E ARGAMASSA GUARAPUAVA LTDA
CNPJ: 37.662.720/0001-22
ENDEREÇO: AVENIDA MARY THOMPSON MILAZZO, 825 – JARDIM DAS AMERICAS
E-MAIL: vendas@concregua.com.br
TELEFONE: 42-99828-0477
NOME DO RESPONSÁVEL PELO CONTATO: ANDRÉ CORRÊA

Item	Quant	Unid	Descrição detalhada	Valor unitário	Valor total
1	50.000	Unidade	BLOCO VAZADO DE CONCRETO SIMPLES, MEDIDAS: 14 CM 140 X 190 X 390, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016		
2	10.000	Unidade	CANAleta DE 14 CM 140X190X390, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016.		
3	300	m3	Concreto usinado FCK 15 MPA (convencional)	445,00	133.500,00
4	400	m3	Concreto usinado FCK 20 MPA (convencional)	475,00	190.000,00
5	400	m3	Concreto usinado FCK 18 MPA (convencional)	455,00	182.000,00
6	10.000	Unidade	MEIO BLOCO VAZADO DE CONCRETO, NAS MEDIDAS 14CM 140X190X190, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016.		
7	10.000	Unidade	MINIGUIA, NAS MEDIDAS DE 9X19X39CM COM RESISTÊNCIA MÍNIMA DE 20 MPA, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016.		
8	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR PRETO EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.		
9	4.000	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.		
10	1.000	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR VERMELHA EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.		
11	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X8CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.		
12	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO GUIA TÁTIL COM SINALIZAÇÃO ALERTA NA COR VERMELHA NAS MEDIDAS 20x10x6 cm, base de relevo com 30mm, topo do relevo 20mm, distância horizontal entre os centros do relevo de 50mm, com relevos trapezoidais de 5mm de altura, fabricado em concreto antiderrapante, de acordo com a ABNT NBR 9050/2020 e 16537/2016.		



13	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO GUIA TÁTIL, DIRECIONAL DA COR VERMELHA, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM, base de relevo com 32mm, topo do relevo 25mm, distância horizontal entre os centros do relevo de 70mm, com relevos trapezoidais de 5mm de altura, fabricado em concreto antiderrapante, de acordo com a ABNT NBR 9050/2020 e 16537/2016.		
14	3.000	Unidade	Tubo de concreto PA1 com diâmetro de 60cm, comprimento de 1 metro com emenda do tipo macho e fêmea, carga de fissura mínima de 24 k/N/m e ruptura mínima de 36 k/N/m		
15	1.000	Unidade	Tubo de concreto PA1 com diâmetro de 80cm, comprimento de 1 metro com emenda do tipo macho e fêmea, carga de fissura mínima de 32 k/N/m e ruptura mínima de 48 k/N/m.		
16	500	Unidade	Tubo de concreto PA1 com diâmetro de 100cm, comprimento de 1 metro com emenda do tipo macho e fêmea, carga de fissura mínima de 40 k/N/m e ruptura mínima de 60 k/N/m.		
17	200	Unidade	Tubo de concreto PA1 com diâmetro de 120cm, comprimento de 1 metro com emenda do tipo macho e fêmea, carga de fissura mínima de 48 k/N/m e ruptura mínima de 72 k/N/m.		
18	100	Unidade	Tubo de concreto PA1 com diâmetro de 150cm, comprimento de 1 metro com emenda do tipo macho e fêmea, carga de fissura mínima de 60 k/N/m e ruptura mínima de 90 k/N/m.		
19	2.000	Unidade	Tubo de concreto PS2 com diâmetro de 40cm, comprimento de 1 metro com emenda do tipo <u>ponta e bolsa</u> , carga de fissura mínima de 24 k/N/m		

Guarapuava, __ de _____ de 2022.

Assinatura do responsável e carimbo da empresa

Re: ENC: Solicitação de Orçamento Artefatos de Concreto

De Vendas CONCREGUA <vendas@concregua.com.br>

Para <compras.ana@surg.com.br>

Data 30/11/2022 15:48

23



 COTAÇÃO DE PREÇOS Artefatos de concreto.doc (~65 KB)

Boa tarde Ana, tudo bem

Aqui é o André, comercial vendas da Concregua...

Segue orçamento cme solicitado ao Anderson

Desde já a disposição

André Corrêa

42-99828-0477



De: compras.ana@surg.com.br [mailto:compras.ana@surg.com.br]

Enviada em: quarta-feira, 30 de novembro de 2022 11:02

Para: financeiro@concregua.com.br

Assunto: Solicitação de Orçamento Artefatos de Concreto

Bom dia

Solicito orçamento dos itens em anexo

Att,

--

ANA FLAVIA TRACIZ DA LUZ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

EMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - SURG

CNPJ N. 15.646.273/0001-07

RUA AFONSO BOTELHO, N. 63 - BAIRRO TRIANON - CEP 85012-030 - GUARAPUAVA/PR

TEF. (42) 3630-0500



SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, 63 Bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

24

COTAÇÃO DE PREÇOS

EMPRESA: Arena Concreto LTDA
CNPJ:18.520.960/0002-29
ENDEREÇO:RUA ROSA DOMINICO 965 VILA BELA GUARAPUAVA-PR
E-MAIL: arenaconcretogpva@arenapg.com.br
TELEFONE: (42)9 99540054
NOME DO RESPONSÁVEL PELO CONTATO: Diogo Corrêa Pinho

Item	Quant	Unid	Descrição detalhada	Valor unitário	Valor total
1	50.000	Unidade	BLOCO VAZADO DE CONCRETO SIMPLES, MEDIDAS: 14 CM 140 X 190 X 390, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016		
2	10.000	Unidade	CANAleta DE 14 CM 140X190X390, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016.		
3	300	m3	Concreto usinado FCK 15 MPA (convencional)	RS440,00	RS132.000,00
4	400	m3	Concreto usinado FCK 20 MPA (convencional)	RS450,00	RS180.000,00
5	400	m3	Concreto usinado FCK 18 MPA (convencional)	RS445,00	RS178.000,00
6	10.000	Unidade	MEIO BLOCO VAZADO DE CONCRETO, NAS MEDIDAS 14CM 140X190X190, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016.		
7	10.000	Unidade	MINIGUIA, NAS MEDIDAS DE 9X19X39CM COM RESISTÊNCIA MÍNIMA DE 20 MPA, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016.		
8	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR PRETO EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.		
9	4.000	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.		
10	1.000	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR VERMELHA EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.		
11	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X8CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.		
12	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO GUIA TÁTIL COM SINALIZAÇÃO ALERTA NA COR VERMELHA NAS MEDIDAS 20x10x6 cm, base de		

24 V



SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, 63 Bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

			relevo com 30mm, topo do relevo 20mm, distância horizontal entre os centros do relevo de 50mm, com relevos trapezoidais de 5mm de altura, fabricado em concreto antiderrapante, de acordo com a ABNT NBR 9050/2020 e 16537/2016.		
13	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER) TIPO GUIA TÁTIL, DIRECIONAL DA COR VERMELHA, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM, base de relevo com 32mm, topo do relevo 25mm, distância horizontal entre os centros do relevo de 70mm, com relevos trapezoidais de 5mm de altura fabricado em concreto antiderrapante, de acordo com a ABNT NBR 9050/2020 e 16537/2016.		
14	3 000	Unidade	Tubo de concreto PA1 com diâmetro de 60cm, comprimento de 1 metro com emenda do tipo macho e fêmea, carga de fissura mínima de 24 kN/m e ruptura mínima de 36 kN/m		
15	1 000	Unidade	Tubo de concreto PA1 com diâmetro de 80cm, comprimento de 1 metro com emenda do tipo macho e fêmea, carga de fissura mínima de 32 kN/m e ruptura mínima de 48 kN/m		
16	500	Unidade	Tubo de concreto PA1 com diâmetro de 100cm, comprimento de 1 metro com emenda do tipo macho e fêmea, carga de fissura mínima de 40 kN/m e ruptura mínima de 60 kN/m		
17	200	Unidade	Tubo de concreto PA1 com diâmetro de 120cm, comprimento de 1 metro com emenda do tipo macho e fêmea, carga de fissura mínima de 48 kN/m e ruptura mínima de 72 kN/m		
18	100	Unidade	Tubo de concreto PA1 com diâmetro de 150cm, comprimento de 1 metro com emenda do tipo macho e fêmea, carga de fissura mínima de 60 kN/m e ruptura mínima de 90 kN/m		
19	2 000	Unidade	Tubo de concreto PS2 com diâmetro de 40cm, comprimento de 1 metro com emenda do tipo <u>ponta e bolsa</u> , carga de fissura mínima de 24 kN/m		

Guarapuava, 05 de Dezembro de 2022.

Assinatura do responsável e carimbo da empresa

18.520.960/0002-29

ARENA CONCRETO
LTDA

Rua Rosa Dominico, 965 - Vila Bela
85027-385 - Guarapuava - PR

Re: Solicitação de Orçamento Artefatos de Concreto

De Arena Concreto Guarapuava <arenaconcretoggpva@arenapg.com.br>
Para <compras.ana@surg.com.br>
Data 05/12/2022 13:55

25



 SURG.pdf (~468 KB)

BOA TARDE

Segue em anexo.

Att:

Em 30/11/2022 10:35, compras.ana@surg.com.br escreveu:

Bom dia

Solicito orçamento dos itens em anexo

Att,

--

ANA FLÁVIA TRACTZ DA LUZ

DEPARTAMENTO DE COMPRAS

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - SURG

CNPJ N. 75.646.273/0001-07

RUA AFONSO BOTELHO, N. 63 - BAIRRO TRIANON - CEP 85012-030 - GUARAPUAVA/PR

F. (42)3630-0500



Diogo Correa Pinho
(42) 99954-0054

Rua Rosa Domínico 965
CEP: 85027-385 Vila Bela
Guarapuava - PR



SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, 63 Bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

26

COTAÇÃO DE PREÇOS

EMPRESA: AJM IND E COM DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
CNPJ: 03.270.392/0001-05
ENDEREÇO: RUA MARIO VIRMOND, 1100 INDUSTRIAL
E-MAIL: PAVICONPR@HOTMAIL.COM
TELEFONE: (42) 33624-5699 / (42) 99914-0005
NOME DO RESPONSÁVEL PELO CONTATO: FELIPE

Item	Quant	Unid	Descrição detalhada	Valor unitário	Valor total
1	50.000	Unidade	BLOCO VAZADO DE CONCRETO SIMPLES, MEDIDAS: 14 CM 140 X 190 X 390, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016	2,95	147.500,00
2	10.000	Unidade	CANAleta DE 14 CM 140X190X390, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016.	3,80	38.000,00
3	300	m3	Concreto usinado FCK 15 MPA (convencional)		
4	400	m3	Concreto usinado FCK 20 MPA (convencional)		
5	400	m3	Concreto usinado FCK 18 MPA (convencional)		
6	10.000	Unidade	MEIO BLOCO VAZADO DE CONCRETO, NAS MEDIDAS 14CM 140X190X190, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016.	2,60	26.000,00
7	10.000	Unidade	MINIGUIA, NAS MEDIDAS DE 9X19X39CM COM RESISTÊNCIA MÍNIMA DE 20 MPA, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016.	9,00	90.000,00
8	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR PRETO EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.	41,00	20.500,00
9	4.000	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.	57,00	228.000,00
10	1.000	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR VERMELHA EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.	56,00	56.000,00
11	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X8CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.	55,00	27.500,00
12	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO GUIA TÁTIL COM SINALIZAÇÃO ALERTA NA COR VERMELHA NAS MEDIDAS 20x10x6 cm, base de relevo com	63,00	31.500,00



			30mm, topo do relevo 20mm, distância horizontal entre os centros do relevo de 50mm, com relevos trapezoidais de 5mm de altura, fabricado em concreto antiderrapante, de acordo com a ABNT NBR 9050/2020 e 16537/2016.		
13	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER) TIPO GUIA TÁTIL DIRECIONAL DA COR VERMELHA, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM, base de relevo com 32mm, topo do relevo 25mm, distância horizontal entre os centros do relevo de 70mm, com relevos trapezoidais de 5mm de altura, fabricado em concreto antiderrapante, de acordo com a ABNT NBR 9050/2020 e 16537/2016.	63,00	31.500,00
14	3.000	Unidade	Tubo de concreto PA1 com diâmetro de 80cm, comprimento de 1 metro com emenda do tipo macho e fêmea, carga de fissura mínima de 24 k/N/m e ruptura mínima de 36 k/N/m.		
15	1.000	Unidade	Tubo de concreto PA1 com diâmetro de 80cm, comprimento de 1 metro com emenda do tipo macho e fêmea, carga de fissura mínima de 32 k/N/m e ruptura mínima de 48 k/N/m.		
16	500	Unidade	Tubo de concreto PA1 com diâmetro de 100cm, comprimento de 1 metro com emenda do tipo macho e fêmea, carga de fissura mínima de 40 k/N/m e ruptura mínima de 60 k/N/m.		
17	200	Unidade	Tubo de concreto PA1 com diâmetro de 120cm, comprimento de 1 metro com emenda do tipo macho e fêmea, carga de fissura mínima de 48 k/N/m e ruptura mínima de 72 k/N/m.		
18	100	Unidade	Tubo de concreto PA1 com diâmetro de 150cm, comprimento de 1 metro com emenda do tipo macho e fêmea, carga de fissura mínima de 60 k/N/m e ruptura mínima de 90 k/N/m.		
19	2.000	Unidade	Tubo de concreto PS2 com diâmetro de 40cm, comprimento de 1 metro com emenda do tipo <u>ponta e bolsa</u> , carga de fissura mínima de 24 k/N/m.		

Guarapuava, ____ de _____ de 2022.

Assinatura do responsável técnico da empresa

03-270-392/0001-05

A.J.M. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

RUA MARIO VIRMOND, 1100
BAIRRO INDUSTRIAL - CEP 85045-640

GUARAPUAVA - PARANÁ

Orçamento Surg

De AJM IND E COM DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA PAVICON <paviconpr@hotmail.com>

Para compras.ana@surg.com.br <compras.ana@surg.com.br>

Data 14/12/2022 15:15

Cotação Surg.pdf (~937 KB)

27



Boa Tarde

Conforme solicitado, segue orçamento anexo.

Att.

Felipe Zanona

**PAVICON®**
BLOCOS e pavimentos

42 3624 5699
42 99914 0005
paviconpr.com.br





TUBOFORTE

DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA

Pato Branco, 15 de dezembro de 2022.

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG:

Ref. Proposta de Preços para fornecimento de Materias de Concreto conforme quantidades e descrições a seguir.

Item	Quant	Unid	Descrição detalhada	Valor unitário	Valor total
1	50.000	Unidade	BLOCO VAZADO DE CONCRETO SIMPLES. MEDIDAS: 14 CM 140 X 190 X 390, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016	RS 4,73	RS 236.500,00
2	10.000	Unidade	CANAleta DE 14 CM 140X190X390, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016	RS 5,50	RS 55.000,00
3	300	m3	Concreto usinado FCK 15 MPA (convencional)		
4	400	m3	Concreto usinado FCK 20 MPA (convencional)		
5	400	m3	Concreto usinado FCK 18 MPA (convencional)		
6	10.000	Unidade	MEIO BLOCO VAZADO DE CONCRETO, NAS MEDIDAS 14CM 140X190X190, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016	RS 3,30	RS 33.000,00
7	10.000	Unidade	MINIGUIA, NAS MEDIDAS DE 9X19X39CM COM RESISTÊNCIA MÍNIMA DE 20 MPA, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016	RS 3,63	RS 36.300,00
8	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR PRETO EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13	RS 71,50	RS 35.750,00
9	4.000	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13	RS 55,00	RS 220.000,00
10	1.000	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR VERMELHA EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13	RS 82,50	RS 82.500,00

Gelson

Derivados

Derivados de Cimento Tuboforte Ltda

Av. Tuní nº 6200, Bairro São Roque - Pato Branco - Paraná - Cep 85.507-155

28 V

OK

TUBOFORTE

DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA

11	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER). NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO. NAS MEDIDAS 20X10X8CM em concreto antiderrapante vibroprensado. resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.	RS 88,00	RS 44.000,00
12	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER). TIPO GUIA TÁTIL COM SINALIZAÇÃO ALERTA NA COR VERMELHA NAS MEDIDAS 20x10x6 cm. base de relevo com 30mm. topo do relevo 20mm. distância horizontal entre os centros do relevo de 50mm. com relevos trapezoidais de 5mm de altura. fabricado em concreto antiderrapante. de acordo com a ABNT NBR 9050/2020 e 16537/2016.	RS 82,50	RS 41.250,00
13	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER). TIPO GUIA TÁTIL DIRECIONAL DA COR VERMELHA. NAS MEDIDAS 20X10X6 CM. base de relevo com 32mm. topo do relevo 25mm. distância horizontal entre os centros do relevo de 70mm. com relevos trapezoidais de 5mm de altura. fabricado em concreto antiderrapante. de acordo com a ABNT NBR 9050/2020 e 16537/2016.	RS 82,50	RS 41.250,00
14	3 000	Unidade	Tubo de concreto PA1 com diâmetro de 60cm. comprimento de 1 metro com emenda do tipo macho e fêmea. carga de fissura mínima de 24 kN/m e ruptura mínima de 36 kN/m.	RS 291,50	RS 874.500,00
15	1 000	Unidade	Tubo de concreto PA1 com diâmetro de 80cm. comprimento de 1 metro com emenda do tipo macho e fêmea. carga de fissura mínima de 32 kN/m e ruptura mínima de 48 kN/m.	RS 506,00	RS 506.000,00
16	500	Unidade	Tubo de concreto PA1 com diâmetro de 100cm. comprimento de 1 metro com emenda do tipo macho e fêmea. carga de fissura mínima de 40 kN/m e ruptura mínima de 60 kN/m.	RS 660,00	RS 330.000,00
17	200	Unidade	Tubo de concreto PA1 com diâmetro de 120cm. comprimento de 1 metro com emenda do tipo macho e fêmea. carga de fissura mínima de 48 kN/m e ruptura mínima de 72 kN/m.	RS 825,00	RS 165.000,00

Derivados de Cimento Tuboforte Ltda

Av. Tupi nº 6300 - Bairro São Roque - Pato Branco - Paraná - Cep. 85.507-155
Cx. Postal 20 - E-mail: derivados@derivadospb.com.br - Fone (46) 3222 2577



TUBOFORTE

DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA

18	100	Unidade	Tubo de concreto PA1 com diâmetro de 150cm, comprimento de 1 metro com emenda do tipo macho e fêmea, carga de fissura mínima de 60 k/N/m e ruptura mínima de 90 k/N/m.	RS 1.391,50	RS 139.150,00
19	2.000	Unidade	Tubo de concreto PS2 com diâmetro de 40cm, comprimento de 1 metro com emenda do tipo <u>ponta e bolsa</u> carga de fissura mínima de 24 k/N/m.	RS 130,00	RS 260.000,00
TOTAL					RS 3.100.200,00

Validade da Proposta

- Esta proposta tem validade de 30 dias contados a partir desta data.

Gelson

Tuboforte - Derivados

Gelson Luis Dalla Costa

Departamento Comercial

Telefax: (46) 3223-3577 - (46) 9905-2211

tuboforte@derivadospb.com.br

Orçamento



De <atendimento@derivadospb.com.br>

Para <compras.ana@surg.com.br>

Data 15/12/2022 15:34

30

Orçamento - Guarapuava.pdf (~832 KB)

De

Michelle Fernandes



TUBO FORTE

TUBO FORTE DERIVADOS DE INSULINA

Atendimento ao Cliente
Fone (822) 460 1111-1112
Atendimento ao Cliente
Fone (822) 460 1111-1112



RIO BRANCO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul-PR	
Fls.	Visto

31

Ata de Registro de Preços nº 024/2023
PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2022
Gestor: Secretaria Municipal de Obras Públicas

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Rio Branco do Sul, Estado do Paraná, comparecem partes, justas e contratadas, a saber, de um lado, na qualidade de contratante, o **MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob nº 76.105.576/0001-85, com prefeitura sediada na Rua Horacy Santos, nº 222, CEP 83.540-000, Rio Branco do Sul/PR neste ato representada pela Prefeita Municipal **Karime Fayad**, brasileira, portadora da cédula de identidade RG nº 8.503.093-0/PR., inscrita no CPF sob o nº 075.403.599-94; devidamente assistida pelo Secretário Municipal de Obras Públicas, **Mauro César Lesniovski**, brasileiro, portador da cédula de identidade RG nº 57158417, inscrito no CPF sob o nº 015.013.589-01; com endereço profissional na sede do Município e, de outro lado, na qualidade de contratada, a empresa **INPREART INDÚSTRIA DE PRÉ MOLDADOS DE CONCRETO LTDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 00.065.178/0001-10, com sede na Rua Abel Scussiato, nº 2.995, Bairro Atuba, Colombo-PR, CEP: 83.408-280, neste ato representado por sua representante legal Sr. Amir Renato da Cruz Junior, brasileiro, casado, portadora da cédula de identidade RG nº 5.002.512-8 SSP/PR, inscrita no CPF sob o nº 872.075.839-15, residente e domiciliada na Rua Rhaapel Francisco Greca, nº 35, casa 52, Bairro São Gabriel, CEP: 83.407-836, Colombo - Pr, CEP 83540-000, para assinarem a presente Ata, nos termos do Edital do **PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2022** de Registro de Preços que tem como objeto a **Aquisição parcelado de Artefatos de Cimentos (Tubos, Pavers, Lajotas, Meio Fios, Grelhas, Canaletas)**, para fornecimento do serviço abaixo discriminado, conforme segue:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VLR UNIT.	VLR TOTAL
1	1	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PSI, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE 400 MM, CONFORME NORMA 8890/2013	UND	500	R\$ 57,65	R\$ 28.825,00
	2	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-I, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA DIÂMETRO NOMINAL DE 400 MM, CONFORME NORMA 8890/2013	UND	2.500	R\$ 129,20	R\$ 323.000,00
	3	TUBO DE CONCRETO SIMPLES PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PSI, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE 600 MM, CONFORME NORMA 8890/2013	UND	200	R\$ 106,80	R\$ 21.360,00
	4	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-I, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE = 600 MM, CONFORME NORMA 8890/2013	UND	1.500	R\$ 210,95	R\$ 316.425,00
	5	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE 800 MM, CONFORME NORMA 8890/2013	UND	500	R\$ 376,68	R\$ 188.340,00

31 V



RIO BRANCO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul-PR	
Fls.	Visto

6	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE 800 MM, CONFORME NORMA 8890/2013	UND	300	R\$ 509,99	R\$ 152.997,00
7	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE 1000 MM, CONFORME NORMA 8890/2013	UND	200	R\$ 508,40	R\$ 101.680,00
8	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE 1000 MM, CONFORME NORMA 8890/2013	UND	200	R\$ 685,95	R\$ 137.190,00
9	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-1, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE 1500 MM, CONFORME NORMA 8890/2013	UND	80	R\$ 1.123,95	R\$ 89.916,00
10	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE 1500 MM, CONFORME NORMA 8890/2013	UND	80	R\$ 1.381,50	R\$ 110.520,00
11	TUBO DE CONCRETO ARMADO PARA AGUAS PLUVIAIS, CLASSE PA-2, COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE 2000 MM, CONFORME NORMA 8890/2013	UND	80	R\$ 2.019,50	R\$ 161.560,00
12	TUBO DE CONCRETO SIMPLES POROSO PARA DRENAGEM (DRENO POROSO), COM ENCAIXE MACHO E FEMEA, DIÂMETRO NOMINAL DE 200 MM, CONFORME NORMA 8890/2013	UND	300	R\$ 34,22	R\$ 10.266,00
13	GALERIA DE CONCRETO 2,00X2,00X1,20	UND	30	R\$ 3.132,80	R\$ 93.984,00
14	CALHA/CANAleta DE CONCRETO SIMPLES, TIPO MEIA CANA, DIÂMETRO DE 40 CM, PARA AGUA PLUVIAL, resistência 25mpa	UND	250	R\$ 35,10	R\$ 8.775,00
					R\$ 1.744.838,00

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VLR UNIT.	VLR TOTAL
2	1	PAVER DE CONCRETO 10X20X06CM COR CINZA	M2	5.000	R\$ 78,33	R\$ 391.650,00
	2	PAVER DE CONCRETO 10X20X06CM COR GRAFITE	M2	700	R\$ 81,67	R\$ 57.169,00
	3	PAVER DE CONCRETO 10X20X06CM COR CINZA	M2	2.000	R\$ 78,99	R\$ 157.980,00



RIO BRANCO DO SUL
PREFEITURA MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul-PR	
Fis.	Visto

32

4	PAVER DE CONCRETO 10X20X08CM COR GRAFITE	M2	200	R\$ 89,30	R\$ 17.860,00
5	1/2 PAVER DE CONCRETO 10X20X06CM COR CINZA	M2	400	R\$ 71,05	R\$ 28.420,00
6	1/2 PAVER DE CONCRETO 10X20X08CM COR CINZA	M2	200	R\$ 86,62	R\$ 17.324,00
7	LAJOTA 45X45X5CM RESISTÊNCIA 25MPA	UND	2.000	R\$ 13,82	R\$ 27.640,00
8	PISO PODOTATIL DE CONCRETO VERMELHO DIRECIONAL 40X40X2,5CM NBR 9050	UND	1.000	R\$ 28,21	R\$ 28.210,00
9	PISO PODOTATIL DE CONCRETO VERMELHO ALERTA 40X40X2,5CM NBR 9051	UND	400	R\$ 28,56	R\$ 11.424,00
10	BLOCO SEXTAVADO DE CONCRETO 25X25X6 CM	M2	2.000	R\$ 74,01	R\$ 148.020,00
11	BLOCO SEXTAVADO DE CONCRETO 25X25X8 CM	M2	1.000	R\$ 84,30	R\$ 84.300,00
					R\$ 969.997,00

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VLR UNIT.	VLR TOTAL
3	1	MEIO FIO REBAIXADO 0,80 X 0,25 X 0,15 m resistência 25mpa	UND	1000	R\$ 33,46	R\$ 33.460,00
	2	MEIO FIO BOCA DE LOBO 0,80 X 0,25 X 0,25 m resistência 25mpa	UND	300	R\$ 37,68	R\$ 11.304,00
	3	MEIO FIO DE CONCRETO 0,25 X 0,25 X 0,80 resistência 25mpa	UND	2000	R\$ 37,17	R\$ 74.340,00
	4	GRELHA DE CONCRETO 0,80 x 0,50 X 0,15 CM ARMADO COM FERRAGENS DE 8mm resistência 25mpa	UND	600	R\$ 209,81	R\$ 125.886,00
						R\$ 244.990,00

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VLR UNIT.	VLR TOTAL
4	1	BLOCO DE VEDACAO DE CONCRETO APARENTE 14 X 19 X 39 CM (CLASSE C - NBR 6136)	UND	5.000	R\$ 4,09	R\$ 20.450,00
	2	CANALETA DE CONCRETO ESTRUTURAL 14 X 19 X 39 CM, FBK 14MPA (NBR 6136)	UND	500	R\$ 4,32	R\$ 2.160,00
	3	MEIO BLOCO DE CONCRETO ESTRUTURAL 14 X 19 X 19 CM, FBK 4,5 MPA (NBR 6136)	UND	500	R\$ 3,22	R\$ 1.610,00

32 V



RIO BRANCO DO SUL

PREFEITURA MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Rio Branco do Sul-PR	
Fls.	Visto

4	CAIXA DE CAPTAÇÃO (BOCA DE LOBO) EM CONCRETO ARMADO, 40X70X120 CM INTERNO, ENCAIXE PARA TUBO DE 40 OU 60 CM, ESPESSURA DA PAREDE EM 13 CM, FUNDO DA CAIXA EM CONCRETO	UND	40	R\$ 844,95	R\$ 33.798,00
5	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO, 65X65X70 CM INTERNO, ENCAIXE PARA TUBO DE 40 CM, ESPESSURA DA PAREDE EM 8 CM, FUNDO DA CAIXA EM CONCRETO. TAMPA EM CONCRETO ARMADO COM OU SEM ENTRADA PARA INSPEÇÃO	UND	40	R\$ 792,50	R\$ 31.700,00
6	CAIXA DE PASSAGEM EM CONCRETO ARMADO, 85X85X95 CM INTERNO, ENCAIXE PARA TUBO DE 40 OU 60 CM, ESPESSURA DA PAREDE EM 8 CM, FUNDO DA CAIXA EM CONCRETO. TAMPA EM CONCRETO ARMADO COM OU SEM ENTRADA PARA INSPEÇÃO	UND	30	R\$ 1.008,71	R\$ 30.261,30
					R\$ 119.979,30

DOTAÇÃO(ÕES) ORÇAMENTÁRIA(S):

10.002.0015.0451.0002.2011.3449051000000000000.00000

♦ Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em **R\$ 3.079.804,30 (três milhões e setenta e nove mil oitocentos e quatro reais e trinta centavos)**, são válidos por **12 (doze) meses**, passando a vigorar dia 28/02/2023, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 27/02/2024.

♦ As obrigações da Detentora da Ata de Registro de Preços e do Município, demais especificações do objeto, sanções e cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do **Pregão Presencial nº 092/2022**, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

♦ Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Rio Branco do Sul, 28/02/2023.

Karime Fayad
Prefeita Municipal

Mauro César Lesniovski
Secretário Municipal de Obras Públicas

AMIR RENATO DA CRUZ
JUNIOR:87207583915

Assinado de forma digital por AMIR
RENATO DA CRUZ JUNIOR:87207583915
Dados: 2023.02.27 14:31:25 -03'00'

Amir Renato da Cruz Junior
Inpreart Indústria de Pré Moldados e Artefatos de Concreto



CONSTRUTORA RPL LTDA.

CNPJ 10.866.775/0001-06 - INSCR. EST. 90482040-71

Construção Civil, Saneamento, Terraplanagens, Pavimentação de Estradas

Rua Capitão Argílio Ferreira, 176 - Bairro Trianon - CEP 85012-220 - Fone: (42) 3623-2007
Guarapuava - Paraná - E-mail: construtorarp@hotmail.com

Cliente: SURG (Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava)					DATA: 18/04/2023	
ITEM	SERVIÇO	UNID.	QUANT.	UNITARIO	TOTAL	
1	CONCRETO					
1.1	Concreto usinado FCK 15 Mpa (Convencional)	m3	300,00	R\$ 450,00	R\$	135.000,00
1.2	Concreto usinado FCK 18 Mpa (Convencional)	m3	400,00	R\$ 455,00	R\$	182.000,00
1.3	Concreto usinado FCK 20 Mpa (Convencional)	m3	400,00	R\$ 460,00	R\$	184.000,00
					TOTAL	R\$ 501.000,00

ESTE ORÇAMENTO CONTEMPLA SOMENTE ENTREGAS DO PERÍMETRO URBANO, FORA DO PERÍMETRO URBANO, SERÁ ACRESCIDO O VALOR DE R\$8,00 KM RODADO (IDA E VOLTA)

VALIDADE DO ORÇAMENTO: 10 DIAS

34

[Signature]

01.pdf (~257 KB)

Boa tarde Dayane, segue orçamento solicitado.

Razão Social: 21.567.841 Narcisio Moreira Gonçalves

35

Nome Fantasia: Varejinho 2000

Avenida das Profissões, nº 941 – Bairro Morro Alto
CNPJ 21.567.841/0001-55



COTAÇÃO DE PREÇO

EMPRESA: 21.567.841 Narcisio Moreira Gonçalves
CNPJ: 21.567.841/0001-55
ENDEREÇO: Avenida das Profissões, nº 941 – Bairro Morro Alto
E-MAIL: narcisioomoreiragoncalves@hotmail.com
TELEFONE: (42)9.8834-3963
NOME DO RESPONSÁVEL PELO CONTATO: Narcisio Moreira Gonçalves

Item	Quant	Unid	Descrição detalhada	Valor unitário	Valor total
1	700	UNID	GRELHA EM CONCRETO COM ARMAÇÃO DE AÇO DUPLA MÍNIMO 8MM, SOLDADO, NAS MEDIDAS 10X50X80CM, de acordo com a ABNT NBR 9060/2017	R\$ 140,00	R\$ 98.000,00

Guarapuava, 20 de abril de 2023.



Assinatura do responsável

As informações são declaradas pelas entidades jurisdicionadas e são de sua inteira responsabilidade.

MUNICÍPIO DE RIO BRANCO DO SUL**36**

Entidade da Administração Pública Municipal de Direito Público Integrante da Administração Direta - Poder Executivo - o Município
RIO BRANCO DO SUL, população de 32.635 habitantes **KARIME FAYAD** (Exercício 2022)
O último envio de informações desta entidade foi 21/04/2023, dados estes referentes a 12/2022

92/2022

Nº Licitação

01/02/2023

Data da Abertura

R\$3.088.076,00

Valor

Pregão

Modalidade

408/2022 (12/12/2022)

Edital da Licitação (Publicação)

Andamento

Em 31/12/2022

Objeto

Aquisição parcelado de Artefatos de Cimentos (Tubos, Pavers, Lajotas, Meio Fios, Grelhas, Canaletas)

Tipo de Avaliação

Menor Preço - Lote

Classificação do Objeto

Compras e Serviços

Regime de Execução

Execução indireta - contratação por tarefa

Natureza da Licitação

Registro de Preços

Cláusula de Prorrogação

As informações desta licitação foram cadastradas dia 06/04/2023, sua última atualização foi dia 18/04/2023, com informações referentes a 12/2022.

Propostas

Lote	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Classificação	Participante	Valor	Quantidade	Total (R\$)
------	------	------------	---------	-----------	---------------	--------------	-------	------------	-------------

Relatório de Pesquisa de Preços

Relatório Resumido

Informações básicas

Número da Pesquisa	UASG	Título	Editado por	Status
6/2023	929391	Artefatos de concreto e concreto usinado	DAYANE CORDEIRO	Rascunho

Observações

Total de itens cotados: 5

Itens cotados

Item: 1

Descrição do item		Consolidação dos preços cotados			
478218 - Canaleta Concreto Material: Concreto , Comprimento: 39 CM, Espessura Parede: 2 CM, Aplicação: Construção Civil		Menor Preço	Média	Mediana	Maior Preço
Unidade	Quantidade	R\$ 2.6300	R\$ 4.4420	R\$ 3.2200	R\$ 10.0000
Fornecimento	10.000				
Unidade					

Filtro Aplicado

Período: 6 Meses

Nº	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Confirmação
1		Compras.gov.br	INST.FED.DE EDUC.CIEN.	156	R\$ 2.6300	13/03/2023	Sim
2		Compras.gov.br	ESTADO DO ESPIRITO SA.	100000	R\$ 3.4900	27/01/2023	Sim
3		Compras.gov.br	ESTADO DO ESPIRITO SA.	100000	R\$ 2.8700	27/01/2023	Sim
4		Compras.gov.br	COMANDO DO EXERCITO	600	R\$ 10.0000	30/12/2022	Sim
5		Compras.gov.br	UNIVERSIDADE FEDERAL	60	R\$ 3.2200	16/12/2022	Sim

Item: 2

Descrição do item		Consolidação dos preços cotados			
460216 - Concreto Usinado Componentes Cimento, Areia, Brita E Água , Resistência 15 Mpa, Tipo Concreto: Bombeável , Cor: Variada		Menor Preço	Média	Mediana	Maior Preço
Unidade	Quantidade	R\$ 395.0000	R\$ 604.5250	R\$ 436.5000	R\$ 6119000
Fornecimento	300				
Metro Cúbico					

Filtro Aplicado

Período: 6 Meses

Nº	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Confirmação
----	--------	-------	------	------------	----------------	------	-------------

Nº	Índice	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Composição
2	1	Compras.gov.br	DEPARTAMENTO DE POL...	6	R\$ 811.9000	19/04/2023	Sim
3	1	Compras.gov.br	DEPARTAMENTO DE POL...	20	R\$ 811.9000	19/04/2023	Sim
4	1	Compras.gov.br	ESTADO DE MINAS GERA...	1500	R\$ 445.0000	14/04/2023	Sim
5	1	Compras.gov.br	COMANDO DO EXERCITO	2000	R\$ 395.0000	30/12/2022	Sim
6	1	Compras.gov.br	ESTADO DO PARANA	800	R\$ 428.0000	21/12/2022	Sim
7	1	Compras.gov.br	ESTADO DE MINAS GERA...	200	R\$ 420.0000	14/11/2022	Sim
8	1	Compras.gov.br	ESTADO DE MINAS GERA...	200	R\$ 404.4000	14/11/2022	Sim

37 V

Item: 3

Descrição do item

247524 - Concreto Usinado Componentes
Cimento, Areia, Brita E Água, Resistência
200 Fck / 20 Mpa

Consolidação dos preços cotados

		Menor Preço	Media	Mediana	Maior Preço
Unidade	Quantidade	R\$ 429.0000	R\$ 524.1150	R\$ 503.3000	R\$ 685.6900
Fornecimento	400				
Metro Cúbico					

Filtro Aplicado

Período: 6 Meses

Nº	Índice	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Composição
1	1	Compras.gov.br	PREFEITURA DE CAXIAS	230	R\$ 507.0000	25/04/2023	Sim
2	1	Compras.gov.br	ESTADO DO PARANA	70	R\$ 499.6000	11/04/2023	Sim
3	1	Compras.gov.br	UNIVERSIDADE FEDERAL	54	R\$ 530.0000	29/03/2023	Sim
4	1	Compras.gov.br	ESTADO DE SAO PAULO	24	R\$ 488.0000	16/03/2023	Sim
5	1	Compras.gov.br	ESTADO DO RIO DE JANE...	1552	R\$ 429.0000	23/02/2023	Sim
6	1	Compras.gov.br	ESTADO DO PARANA	40	R\$ 520.8300	16/02/2023	Sim
7	1	Compras.gov.br	ESTADO DO PARANA	80	R\$ 473.0400	16/02/2023	Sim
8	1	Compras.gov.br	ESTADO DO PARANA	630	R\$ 685.6900	28/11/2022	Sim
9	1	Compras.gov.br	ESTADO DE MINAS GERA...	300	R\$ 649.9900	18/11/2022	Sim
10	1	Compras.gov.br	ESTADO DO PARANA	65	R\$ 458.0000	16/11/2022	Sim

Descrição do item

247523 - Concreto Usinado Componentes:
Cimento, Areia, Brita E Água, Resistência: 180
Fck / 18 Mpa

Consolidação dos preços cotados

Unidade	Quantidade	Menor Preço	Média	Mediana	Major Preço
Fornecimento	400	R\$ 540.0000	R\$ 577.5000	R\$ 577.5000	R\$ 615.0000
Metro Cúbico					

Filtro Aplicado

Período: 6 Meses

Nº	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compos
1	I	Compras.gov.br	ESTADO DO PARANA	100	R\$ 615.0000	22/11/2022	Sim
2	I	Compras.gov.br	ESTADO DO PARANA	30	R\$ 540.0000	22/11/2022	Sim

Item: 5

Descrição do item

324555 - Bloco De Concreto Comprimento:
19 CM, Largura: 19 CM, Aplicação:
Construção Civil, Espessura: 14 CM, Tipo:
Vazado, Características Adicionais:
Resistência A Compressão 2,5 A 4,5 Mpa

Consolidação dos preços cotados

Unidade	Quantidade	Menor Preço	Média	Mediana	Major Preço
Fornecimento	10.000	R\$ 1.5000	R\$ 3.3000	R\$ 3.4250	R\$ 4.0500
Unidade					

Filtro Aplicado

Período: 6 Meses

Nº	Inciso	Fonte	Nome	Quantidade	Preço unitário	Data	Compos
1	I	Compras.gov.br	FUNDACAO UNIVERSIDA...	3000	R\$ 3.6500	17/04/2023	Sim
2	I	Compras.gov.br	INST.FED.DE EDUC..CIE E...	2000	R\$ 3.2000	13/04/2023	Sim
3	I	Compras.gov.br	COMANDO DA AERONAU...	250	R\$ 4.0500	18/03/2023	Sim
4	I	Compras.gov.br	COMANDO DO EXERCITO	1000	R\$ 1.5000	31/10/2022	Sim

Memória de cálculo (Art.3º, inciso VII - IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021): Média: corresponde a soma dos valores das amostras, dividida pelo número de amostras. Mediana: medida de tendência central das amostras que corresponde ao valor central do conjunto de valores extraídos.

38



As informações são declaradas pelas entidades jurisdicionadas e são de sua inteira responsabilidade.

39

MUNICÍPIO DE GUAÍRA

Entidade da Administração Pública Municipal de Direito Público Integrante da Administração Direta - Poder Executivo - o Município
GUAÍRA, população de 33.497 habitantes HERALDO TRENTO (Exercício 2023)
O último envio de informações desta entidade foi 26/04/2023, dados estes referentes a 3/2023

257/2022

Nº Licitação

04/01/2023

Data da Abertura

R\$589.523,00

Valor

Pregão

Modalidade

536/2022 (15/12/2022)

Edital da Licitação (Publicação)

Homologada

Em 12/01/2023

Objeto

Sistema de Registro de Preços (SRP), visando a contratação de empresa especializada no ramo para fornecimento futuro de Concreto Usinado FCK bombeado, convencional e extrusado, os quais serão empregados na manutenção preventiva e corretiva das instalações físicas e demais trabalhos de responsabilidade desse Município. Memorando nº 2.974/2021.

Tipo de Avaliação

Menor Preço - Lote

Classificação do Objeto

Compras e Serviços

Regime de Execução

Serviços em Geral

Natureza da Licitação

Registro de Preços

Cláusula de Forrogação

As informações desta licitação foram cadastradas dia 10/01/2023, sua última atualização foi dia 26/04/2023, com informações referentes a 3/2023.

Propostas

Lote	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Classificação	Participante	Valor	Quantidade	Total
1	1	50	Metros Cúbicos	CONCRETO USINADO PRÉ - MISTURADO, CONVENCIONAL, FCK 15 MPA BRITA 1	1	Empresa não cadastrada no TCE-PR.	551,93	50	27.5
1	2	50	Metros Cúbicos	CONCRETO USINADO PRÉ - MISTURADO, CONVENCIONAL, FCK 20 MPA BRITA 1	1	Empresa não cadastrada no TCE-PR.	528,65	50	26.4

Lote	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Classificação	Participante	Valor	Quantidade	Total
	39 V								
1	2	150	Metros Cúbicos	CONCRETO USINADO PRÉ - MISTURADO, CONVENCIONAL, FCK 25 MPA - BRITA 1 SLUMP 10+2.	1	Empresa não cadastrada no TCE-PR. 	549,12	150	82.3
1	2	150	Metros Cúbicos	CONCRETO USINADO PRÉ - MISTURADO, CONVENCIONAL, FCK 15 MPA - BRITA 0 SLUMP 10+2.	1	Empresa não cadastrada no TCE-PR. 	554,60	150	83.1
1	2	50	Metros Cúbicos	CONCRETO USINADO PRÉ - MISTURADO, BOMBEÁVEL, FCK 20 MPA - BRITA 0.	1	Empresa não cadastrada no TCE-PR. 	531,10	50	26
1	2	150	Metros Cúbicos	CONCRETO USINADO PRÉ - MISTURADO, BOMBEÁVEL, FCK 25 MPA - BRITA 0.	1	Empresa não cadastrada no TCE-PR. 	565,61	150	84.8
1	2	300	Metros Cúbicos	CONCRETO USINADO PRÉ - MISTURADO, EXTRUSADO, FCK 15 SLUMP 1+1.	1	Empresa não cadastrada no TCE-PR. 	601,08	300	180.3
1	2	100	Metros Cúbicos	CONCRETO USINADO PRÉ - MISTURADO, BOMBEÁVEL, FCK 30 MPA - BRITA 0.	1	Empresa não cadastrada no TCE-PR. 	605,31	100	60.5

[Ação](#)[Participantes](#)[Convidado](#)[Comissão](#)[Publicação Edital](#)[Obras](#)

As informações são declaradas pelas entidades jurisdicionadas e são de sua inteira responsabilidade.

40

MUNICÍPIO DE CORONEL VIVIDA

Entidade da Administração Pública Municipal de Direito Público Integrante da Administração Direta - Poder Executivo - o Município
CORONEL VIVIDA, população de 20.430 habitantes ANDERSON MANIQUE BARRETO (Exercício 2022)
O último envio de informações desta entidade foi 06/03/2023, dados estes referentes a 1/2023

100/2022

Nº Licitação

21/11/2022

Data da Abertura

R\$326.400,00

Valor

Pregão

Modalidade

193/2022 (01/11/2022)

Edital da Licitação (Publicação)

Homologada

Em 22/11/2022

Objeto

REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES CONCRETO USINADO EM ATENDIMENTO AS NECESSIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Tipo de Avaliação

Menor Preço - Lote

Classificação do Objeto

Compras e Serviços

Regime de Execução

Compras

Natureza da Licitação

Registro de Preços

Cláusula de Prorrogação

Sem cláusula de prorrogação prevista

As informações desta licitação foram cadastradas dia 19/12/2022, sua última atualização foi dia 06/02/2023, com informações referentes a 12/2022.

Propostas

Lote	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Classificação	Participante	Valor	Quantidade
1	1	100	Metros Cúbicos	CONCRETO USINADO, 15Mpa, CONVENCIONAL	1	F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA	553,00	100
1	2	300	Metros Cúbicos	CONCRETO USINADO, 25Mpa, CONVENCIONAL	1	F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA	595,00	300
1	3	100	Metros Cúbicos	CONCRETO USINADO, 20 Mpa CONVENCIONAL	1	F. ZANCANARO TERRAPLENAGEM LTDA	572,00	100

As informações são declaradas pelas entidades jurisdicionadas e são de sua inteira responsabilidade.

41



MUNICÍPIO DE MERCEDES

Entidade da Administração Pública Municipal de Direito Público Integrante da Administração Direta - Poder Executivo - o Município
MERCEDES, população de 5.617 habitantes **LAERTON WEBER** (Exercício 2023)
 O último envio de informações desta entidade foi 25/04/2023, dados estes referentes a 2/2023

121/2022

Nº Licitação

22/11/2022

Data da Abertura

R\$78.223,80

Valor

Pregão

Modalidade

253/2022 (04/11/2022)

Edital da Licitação (Publicação)

Homologada

Em 22/11/2022

Objeto

FORMALIZAÇÃO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE CONCRETO USINADO FCK 18MPA, CONVENCIONAL E CONCRETO USINADO FCK 18MPA, COM BOMBEAMENTO PARA EXECUÇÃO DE MEIO FIO E DEMAIS ATIVIDADES INERENTES À SECRETARIA DE VIAÇÃO, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE MERCEDES.

Tipo de Avaliação

Menor Preço - Lote

Classificação do Objeto

Compras e Serviços

Regime de Execução

Compras

Natureza da Licitação

Registro de Preços

Cláusula de Prorrogação

As informações desta licitação foram cadastradas dia 05/12/2022, sua última atualização foi dia 26/04/2023, com informações referentes a 3/2023.

Propostas

Lote	Item	Quantidade	Unidade	Descrição	Classificação	Participante	Valor	Quantidade	Total (R\$)
1	1	30	Metros Cúbicos	CONCRETO USINADO; FCK 18MPA; CONVENCIONAL.	1	Empresa não cadastrada no TCE-PR.	540,00	30	16.20
1	2	100	Metros Cúbicos	CONCRETO USINADO; FCK 18MPA; COM BOMBEAMENTO	1	Empresa não cadastrada no TCE-PR.	615,00	100	61.50

Ação

41 V

ParticipantesConvidadoComissãoPublicação EditalObrasPagamentosConvênioContrato

Informações declaradas pelas entidades jurisdicionadas são de sua inteira responsabilidade.



Relatório de Cotação: Artefatos de concreto

Pesquisa realizada entre 26/04/2023 14:00:37 e 27/04/2023 10:21:25

Em conformidade com a Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021.

Método Matemático Aplicado: Média Aritmética dos preços obtidos - Preço calculado com base na média aritmética de todos os preços selecionados pelo usuário para aquele determinado item.

Conforme Instrução Normativa Nº 65 de 07 de Julho de 2021, no Artigo 5º, "A pesquisa de preços será materializada em documento que conterá: INC V-Método matemático aplicado para a definição do valor estimado."

Item 1: CANALETA DE 14 CM 140X190X390, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
3 / 6	10.000	R\$ 3,62 (un)	-	R\$ 3,62	R\$ 36.200,00
Preço Público	Órgão Público			Identificação	Data Licitação Preço
1	INSTITUTO DE PREVIDENCIA MUNICIPAL DE ALTINOPOLIS			00026322	13/12/2022 R\$ 5,19
2	Prefeitura Municipal de Cajuru - SP			154011582023	08/12/2022 R\$ 4,93
3	PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMANDUCAIA - MG			00038122	01/11/2022 R\$ 3,07
Valor Unitário					R\$ 3,62
		Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 3,73		Média dos Preços Obtidos: R\$ 3,62	

Item 2: Concreto usinado FCK 15 MPA (convencional)

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
7 / 20	200	R\$ 484,18 (un)	-	R\$ 484,18	R\$ 146.856,00
Preço Compras Governamentais	Órgão Público			Identificação	Data Licitação Preço
1	GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS PREFEITURA MUNICIPAL DE DIVINÓPOLIS - PMD			NºPregão: 262023 UASG 984446	26/03/2023 R\$ 500,00
2	PREFEITURA MUNICIPAL DE SERTANOPOLIS			NºPregão: 72023 UASG 987905	16/03/2023 R\$ 463,00
3	PREF. MUN. DE RIO VERDE			NºPregão: 392023 UASG 985571	20/03/2023 R\$ 523,20
4	Governo do Estado do Rio de Janeiro PREFEITURA MUNICIPAL DE BCM JESUS DO ITABAPOANA			NºPregão: 82023 UASG 985311	27/02/2023 R\$ 606,69
5	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARINGÁ			NºPregão: 4072022 UASG 987691	29/11/2022 R\$ 415,45
6	Empresa Municipal de Pavimentação e Urbanização			NºPregão: 592022 UASG 971936	07/11/2022 R\$ 403,40
Valor Unitário					R\$ 487,71

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	Prefeitura Municipal de Teodoro Sampaio - SP	16428_052023	10/02/2023	R\$ 463,00
Valor Unitário				R\$ 463,00
				Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 463,00
				Média dos Preços Obtidos: R\$ 494,18

Item 3: Concreto usinado FCK 20 MPA (convencional)

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
7 / 13	400	R\$ 499,29 (un)	-	R\$ 499,29	R\$ 199.716,00

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDERNEIRAS SP	NºPregão:232023 UASG:988835	16/03/2023	R\$ 601,50
2	PREF.MUN.DE RIO VERDE	NºPregão:252023 UASG:989571	02/03/2023	R\$ 565,03
3	PREF.MUN.DE TRES RIOS	NºPregão:132023 UASG:985919	15/02/2023	R\$ 431,83
4	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARECHAL CANDIDO RONDON	NºPregão:1572022 UASG:987683	01/02/2023	R\$ 473,00
5	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIPÁ/PR	NºPregão:1102022 UASG:985487	09/01/2023	R\$ 499,60
Valor Unitário:				R\$ 514,20

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CARDA	00033822	19/01/2023	R\$ 479,00
2	Prefeitura do Município de Londrina	PDMDL-3502022-Pregão	13/12/2022	R\$ 445,00
Valor Unitário				R\$ 462,00
				Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 479,00
				Média dos Preços Obtidos: R\$ 499,29

Item 4: Concreto usinado FCK 18 MPA (convencional)

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
4 / 5	400	R\$ 517,00 (un)	-	R\$ 517,00	R\$ 206.800,00

Preço Compras Governamentais	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	Governo do Estado de São Paulo Prefeitura do Município de Osasco	NºPregão:233023 UASG:450573	29/03/2023	R\$ 473,00
2	PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA LARANJEIRAS/PR	NºPregão:1052022 UASG:985479	24/11/2022	R\$ 660,00
3	PREFEITURA MUNICIPAL DE MERCEDES	NºPregão:1212022 UASG:985531	22/11/2022	R\$ 540,00
Valor Unitário				R\$ 557,67

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
---------------	---------------	---------------	----------------	-------

Valor Unitário

R\$ 395,00

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 506,50

Média dos Preços Obtidos: R\$ 517,00

Item 5: MEIO BLOCO VAZADO DE CONCRETO, NAS MEDIDAS 14CM 140X190X190, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016.

43

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
3 / 10	10.000	R\$ 4,10 (un)	-	R\$ 4,10	R\$ 41.000,00

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	Prefeitura Municipal de Miracatu - SP	17128_142023	20/03/2023	R\$ 4,35
2	Prefeitura Municipal de Barra do Ribeiro Setor de Licitações - Comissão Permanente	225266	03/03/2023	R\$ 5,05
3	DEPTO.ADM.COORD.UN.PRIS.REG.V.PARAIBA/LITORA SECRETARIA ADMINISTRACAO PENITENCIARIA SAO JOSÉ DOS CAMPOS	OC 38016200001202200000414	10/11/2022	R\$ 3,85

Valor Unitário

R\$ 4,10

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 4,26

Média dos Preços Obtidos: R\$ 4,10

Item 6: PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR PRETO EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 1	500	R\$ 40,50 (un)	-	R\$ 40,50	R\$ 20.250,00

Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço
1	Prefeitura Municipal de Rondon	PMDB-692022- Processo dispensa	11/11/2022	R\$ 40,50

Valor Unitário

R\$ 40,50

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 40,50

Média dos Preços Obtidos: R\$ 40,50

Item 7: PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 0	4.000	R\$ 54,23 (un)	-	R\$ 54,23	R\$ 216.920,00

Preço Sinapi	Descrição Produto	UF	Mês/Ano	Preço
1	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO ONDA/16 FACES/RETANGULAR/TIJOLINHO/PAVER/HOLANDES/PARALELEPIPEDO, 20 CM X 10 CM, E = 10 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781), COR NATURAL.	PR	10/2022	R\$ 54,23

Valor Unitário

R\$ 54,23

Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 54,23

Média dos Preços Obtidos: R\$ 54,23

Item 8: PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR VERMELHA EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM em concreto antiderrapante vibrado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 0	1.000	R\$ 50,62 (un)	-	R\$ 50,62	R\$ 50.620,00
Preço Sinapi	Descrição Produto	UF	Mês/Ano	Preço	
1	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO ONDA/16 FACES/RETANGULAR/TIJOLINHO/PAVER/HOLANDES/PARALELEPIPEDO, 20 CM X 10 CM, E = 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781), COLORIDO	PR	10/2022	R\$ 50,62	
Valor Unitário					R\$ 50,62
		Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 50,62		Média dos Preços Obtidos: R\$ 50,62	

Item 9: PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X8CM em concreto antiderrapante vibrado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
5 / 0	500	R\$ 60,90 (un)	-	R\$ 60,90	R\$ 30.450,00
Preço Sinapi	Descrição Produto	UF	Mês/Ano	Preço	
1	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO ONDA/16 FACES/RETANGULAR/TIJOLINHO/PAVER/HOLANDES/PARALELEPIPEDO, *22 CM X 11* CM, E = 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781), COR NATURAL	SP	11/2022	R\$ 67,00	
2	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO ONDA/16 FACES/RETANGULAR/TIJOLINHO/PAVER/HOLANDES/PARALELEPIPEDO, *22 CM X 11* CM, E = 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781), COR NATURAL	SP	12/2022	R\$ 65,00	
3	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO ONDA/16 FACES/RETANGULAR/TIJOLINHO/PAVER/HOLANDES/PARALELEPIPEDO, *22 CM X 11* CM, E = 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781), COR NATURAL	BA	02/2023	R\$ 56,50	
4	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO ONDA/16 FACES/RETANGULAR/TIJOLINHO/PAVER/HOLANDES/PARALELEPIPEDO, *22 CM X 11* CM, E = 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781), COR NATURAL	MA	02/2023	R\$ 56,00	
5	BLOQUETE/PISO INTERTRAVADO DE CONCRETO - MODELO ONDA/16 FACES/RETANGULAR/TIJOLINHO/PAVER/HOLANDES/PARALELEPIPEDO, *22 CM X 11* CM, E = 8 CM, RESISTENCIA DE 35 MPA (NBR 9781), COR NATURAL	MG	02/2023	R\$ 60,00	
Valor Unitário					R\$ 60,90
		Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 60,00		Média dos Preços Obtidos: R\$ 60,90	

Item 10: PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO GUIA TÁTIL COM SINALIZAÇÃO ALERTA NA COR VERMELHA

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 3	500	R\$ 66,00 (un)	-	R\$ 66,00	R\$ 33.000,00
Preço Público	Órgão Público	Identificação	Data Licitação	Preço	
1	Prefeitura Municipal de Itajaí - SC	15579_3703322	20/12/2022	R\$ 66,00	
Valor Unitário					R\$ 66,00
		Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 66,00		Média dos Preços Obtidos: R\$ 66,00	

Item 11: PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO GUIA TÁTIL PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO GUIA TÁTIL, DIRECIONAL DA COR VERMELHA

PREÇOS / PROPOSTAS	QUANTIDADE	PREÇO ESTIMADO	PERCENTUAL	PREÇO EST. CALCULADO	TOTAL
1 / 3	500	R\$ 66,00 (un)		R\$ 66,00	R\$ 33.000,00
Preço Público	Órgão Público			Identificação	Data Licitação
1	Prefeitura Municipal de Itajaí - SC			15579_3702022	20/12/2022
Valor Unitário					R\$ 66,00
		Mediana dos Preços Obtidos: R\$ 66,00		Média dos Preços Obtidos: R\$ 66,00	

Valor Global: R\$ 1.013.210,00

44

Detalhamento dos Itens

Item 1: CANALETA DE 14 CM 140X190X390, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016.

Preço Estimado: R\$ 3,62 (un)	Percentual: -	Preço Estimado Calculado: R\$ 3,62	Média dos Preços Obtidos: R\$ 3,62
-------------------------------	---------------	------------------------------------	------------------------------------

Quantidade	Descrição	Observação
10.000 Unidades	CANALETA DE 14 CM 140X190X390, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016	

Preço (Outros Entes Públicos) 1: Mediana das Propostas Finais

Inc. II Art. 5º da IN 65 de 07 de Julho de 2021

R\$ 3,73

Órgão: INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA MUNICIPAL DE ALTINÓPOLIS

Data: 13/12/2022 00:00

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO PARCELADA DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL

SRP: SIM

Descrição: CANALETA DE CONCRETO DE VEDAÇÃO - CANALETA INTEIRO 19 X 19 X 39 - RESISTÊNCIA 2,5 MPA (ALTURA: 190 MM / COMPRIMENTO: 390 MM / LARGURA: 190 MM) - CANALETA DE CONCRETO DE VEDAÇÃO - CANALETA INTEIRO 19 X 19 X 39 - RESISTÊNCIA 2,5 MPA (ALTURA: 190 MM / COMPRIMENTO: 390 MM / LARGURA: 190 MM)

Identificação: 00025323

Lote/Item: 1/68

Ata: Link Ata

Fonte: 186.249.33 02.9079/transparência

Quantidade: 1.000

Unidade: UN

UF: SP

CNPJ

Razão Social do Fornecedor

Valor da Proposta Final

05.138.757/0001-60

OLAVO MOREIRA & FILHOS LTDA

R\$ 3,73

* VENCEDOR *



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

45

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 21.567.841/0001-55 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 15/12/2014
NOME EMPRESARIAL NARCISIO MOREIRA GONCALVES 62078330582		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) VAREJINHO 2000		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 23.30-3-99 - Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 43.99-1-03 - Obras de alvenaria 47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 213-5 - Empresário (Individual)		
LOGRADOURO AV DAS PROFISSEOS	NÚMERO 941	COMPLEMENTO *****
CEP 85.064-360	BAIRRO/DISTRITO IMOVEL MORRO ALTO	MUNICÍPIO GUARAPUAVA
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO JMKOVALSKI551@HOTMAIL.COM	TELEFONE (42) 8834-3963	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 15/12/2014	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 24/04/2023 às 09:51:34 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 37.662.720/0001-22 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 09/07/2020
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL CONCREGUA CONCRETO E ARGAMASSA GUARAPUAVA LTDA
--

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 42.99-5-99 - Outras obras de engenharia civil não especificadas anteriormente
--

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal. 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 77.19-5-99 - Locação de outros meios de transporte não especificados anteriormente, sem condutor 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO AV MARY THOMPSON MILAZZO	NÚMERO 825	COMPLEMENTO *****
--	---------------	----------------------

CEP 85.030-160	BAIRRO/DISTRITO JARDIM DAS AMERICAS	MUNICÍPIO GUARAPUAVA	UF PR
-------------------	--	-------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO FINANCEIRO@CONCREGUA.COM.BR	TELEFONE (42) 4101-1414
--	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 09/07/2020
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/04/2023 às 13:35:49 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 18.520.960/0002-29 FILIAL	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 05/12/2013
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL ARENA CONCRETO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) *****	PORTE DEMAIS
---	-----------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 23.30-3-05 - Preparação de massa de concreto e argamassa para construção

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 23.30-3-99 - Fabricação de outros artefatos e produtos de concreto, cimento, fibrocimento, gesso e materiais semelhantes 47.44-0-04 - Comércio varejista de cal, areia, pedra britada, tijolos e telhas 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R ROSA DOMINICO	NÚMERO 965	COMPLEMENTO *****
-------------------------------	---------------	----------------------

CEP 85.027-385	BAIRRO/DISTRITO VILA BELA	MUNICÍPIO GUARAPUAVA	UF PR
-------------------	------------------------------	-------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (42) 3228-0004
---------------------	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 05/12/2013
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 26/04/2023 às 13:33:58 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

48

CNPJ



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 10.866.775/0001-06 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 28/05/2009
NOME EMPRESARIAL CONSTRUTORA RPL LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) GUARAMIX		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 41.20-4-00 - Construção de edifícios		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 23.30-3-05 - Preparação de massa de concreto e argamassa para construção 38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação 43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas 43.13-4-00 - Obras de terraplenagem 43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente 47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral 49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal. 77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R TIMBIRAS	NÚMERO 1160	COMPLEMENTO *****
CEP 85.040-270	BAIRRO/DISTRITO VILA CARLI	MUNICÍPIO GUARAPUAVA
UF PR		ENDEREÇO ELETRÔNICO CONSTRUTORARP@HOTMAIL.COM
TELEFONE (42) 3624-3265		ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 28/05/2009
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 11/05/2023 às 10:20:44 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO
79.847.687/0001-55
MATRIZCOMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO
CADASTRALDATA DE ABERTURA
22/09/1966NOME EMPRESARIAL
DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDATÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
*****PORTE
DEMAISCÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construçãoCÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
23.30-3-01 - Fabricação de estruturas pré-moldadas de concreto armado, em série e sob encomenda
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geralCÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária LimitadaLOGRADOURO
AV TUPINÚMERO
6300COMPLEMENTO
*****CEP
85.507-155BAIRRO/DISTRITO
SAO ROQUEMUNICÍPIO
PATO BRANCOUF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO

TELEFONE
(46) 3025-1386ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVADATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
03/11/2005

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL
*****DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 12/05/2023 às 14:18:44 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.270.392/0001-05 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/07/1999
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL A J M - INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PAVICON - BLOCOS E PAVIMENTOS	PORTE ME
---	-------------

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada
--

LOGRADOURO R MARIO VIRMOND	NÚMERO 1100	COMPLEMENTO ESTRADA P COUTINHO
-------------------------------	----------------	-----------------------------------

CEP 85.045-640	BAIRRO/DISTRITO BAIRRO INDUSTRIAL	MUNICÍPIO GUARAPUAVA	UF PR
-------------------	--------------------------------------	-------------------------	----------

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE (42) 3624-5699
---------------------	----------------------------

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****
--

SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
-----------------------------	--

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****
----------------------------	------------------------------------

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 12/05/2023 às 14:14:57 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1

MAPA COMPARATIVO DE PRECOS

51

Compra Pesquisa No.....: 31 / 2023

Condição de Pagamento.....: 150 (decimo quinto) dia útil do mes subsequente
 Validade da Proposta Pesquisa.....: 60 dias
 Prazo de Execução.....: 12 meses

Relação dos Proponentes

Código	Nome	CNPJ/CPF/Doc. Estrangeiro
133	A. J. M. INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIME	03.270.392/0001-05
951	ARENA CONCRETO LTDA	18.520.960/0002-29
37	COMPANHIA DE SERVICOS DE URBANIZACAO DE GUARAPUAVA	75.646.273/0001-07
518	CONCREGUA CONCRETO E ARGAMASSA GUARAPUAVA LTDA	37.662.720/0001-22
373	CONCRETIZE SERVICOS DE CONCRETAGEM LTDA	08.225.760/0001-09
101	CONSTRUTORA RPL LTDA	10.866.775/0001-06
584	DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA	79.847.687/0001-55
969	MINISTERIO DA ECONOMIA (PORTAL DE COMPRAS DO GOVER	00.394.460/0001-41
1026	MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA	76.995.455/0001-56
614	MUNICIPIO DE GUAIRA	77.857.183/0001-90
710	MUNICIPIO DE MERCEDES	95.719.373/0001-23
954	MUNICIPIO DE NOVA ESPERANCA	75.730.994/0001-09
1025	MUNICIPIO DE RIO BRANCO DO SUL	76.105.576/0001-85
955	MUNICIPIO DE VITORINO	76.995.463/0001-00
1034	NARCISIO MOREIRA CONCALVES 62078330582	21.567.841/0001-55
354	NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	07.797.967/0001-95

Lote/Item	Quantidade	Unid.	Descrição	Fornecedor	Valor Unitario	Quantidade	Valor Total	Prazo	Fornecedor	Valor Unitario	Quantidade	Valor Total	Prazo
0001/0001	10.000,0000	UND	CANALETA DE 14 CM 140X190X390,	DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA	5,5000	10.000,0000	55.000,00	12 meses	MINISTERIO DA ECONOMIA (PORTAL DE COMPRAS D	4,4100	10.000,0000	44.100,00	12 meses
				MUNICIPIO DE RIO BRANCO DO SUL	4,3200	10.000,0000	43.200,00	12 meses					
0001/0002	300,0000	M3	Concreto usinado FCK 15 MPA (c	CONSTRUTORA RPL LTDA	450,0000	300,0000	135.000,00	12 meses	NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	484,1800	300,0000	145.254,00	12 meses
				CONCRETIZE SERVICOS DE CONCRETAGEM LTDA	500,0000	300,0000	150.000,00	12 meses	CONCREGUA CONCRETO E ARGAMASSA GUARAPUAVA L	445,0000	300,0000	133.500,00	12 meses
				MUNICIPIO DE GUAIRA	551,9300	300,0000	165.579,00	12 meses	ARENA CONCRETO LTDA	440,0000	300,0000	132.000,00	12 meses
				MINISTERIO DA ECONOMIA (PORTAL DE COMPRAS D	564,5250	300,0000	169.357,50	12 meses	MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA	553,0000	300,0000	165.900,00	12 meses
0001/0003	400,0000	M3	Concreto usinado FCK 20 MPA (c	CONSTRUTORA RPL LTDA	455,0000	400,0000	182.000,00	12 meses	NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA	499,2900	400,0000	199.716,00	12 meses
				CONCRETIZE SERVICOS DE CONCRETAGEM LTDA	543,0000	400,0000	217.200,00	12 meses	CONCREGUA CONCRETO E ARGAMASSA GUARAPUAVA L	475,0000	400,0000	190.000,00	12 meses
				MUNICIPIO DE GUAIRA	528,6500	400,0000	211.460,00	12 meses	ARENA CONCRETO LTDA	450,0000	400,0000	180.000,00	12 meses
				MINISTERIO DA ECONOMIA (PORTAL DE COMPRAS D	524,1150				MUNICIPIO DE CORONEL VIVIDA	572,0000			

MAPA COMPARATIVO DE PRECOS

Compra Pesquisa No.....: 31 / 2023

Lote/Item Quantidade Unid.Med. Descricao	Fornecedor Valor Unitario Quantidade Valor Total Marca	Prazo	Fornecedor Valor Unitario Quantidade Valor Total Marca	Prazo
	Quantidade 400,0000 Valor Total 209.646,00 12 meses		Quantidade 400,0000 Valor Total 228.800,00 12 meses	
0001/0004 Quantidade 400,0000 M3 Concreto usinado FCR 18 MPA 1c	CONSTRUTORA RPL LTDA Valor Unitario 460,0000 Quantidade 400,0000 Valor Total 184.000,00 12 meses		NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA Valor Unitario 517,0000 Quantidade 400,0000 Valor Total 206.800,00 12 meses	
51V	CONCRETEZE SERVICOS DE CONCRETAGEM LTDA Valor Unitario 515,0000 Quantidade 400,0000 Valor Total 206.000,00 12 meses		CONCREGUA CONCRETO E ARGAMASSA GUARAPUAVA L Valor Unitario 455,0000 Quantidade 400,0000 Valor Total 182.000,00 12 meses	
	MUNICIPIO DE MERCEDES Valor Unitario 540,0000 Quantidade 400,0000 Valor Total 216.000,00 12 meses		ARENA CONCRETO LTDA Valor Unitario 445,0000 Quantidade 400,0000 Valor Total 178.000,00 12 meses	
	MINISTERIO DA ECONOMIA (PORTAL DE COMPRAS D Valor Unitario 577,5000 Quantidade 400,0000 Valor Total 231.000,00 12 meses			
0001/0005 Quantidade 10.000,0000 UNB MEIO BLOCO VALADO DE CONCRETO,	NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA Valor Unitario 4,1000 Quantidade 10.000,0000 Valor Total 41.000,00 12 meses		DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA Valor Unitario 3,3000 Quantidade 10.000,0000 Valor Total 33.000,00 12 meses	
	MINISTERIO DA ECONOMIA (PORTAL DE COMPRAS D Valor Unitario 3,1000 Quantidade 10.000,0000 Valor Total 31.000,00 12 meses		MUNICIPIO DE RIO BRANCO DO SUL Valor Unitario 3,2200 Quantidade 10.000,0000 Valor Total 32.200,00 12 meses	
0001/0006 Quantidade 500,0000 M2 PISO INTERTRAVADO (FAVER), NOR	NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA Valor Unitario 40,5000 Quantidade 500,0000 Valor Total 20.250,00 12 meses		DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA Valor Unitario 71,5000 Quantidade 500,0000 Valor Total 35.750,00 12 meses	
	MUNICIPIO DE VITORINO Valor Unitario 68,0000 Quantidade 500,0000 Valor Total 34.000,00 12 meses			
0001/0007 Quantidade 4.000,0000 M2 PISO INTERTRAVADO (FAVER), NOR	A. J. M. INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS Valor Unitario 57,0000 Quantidade 4.000,0000 Valor Total 228.000,00 12 meses		NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA Valor Unitario 54,2300 Quantidade 4.000,0000 Valor Total 216.920,00 12 meses	
	DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA Valor Unitario 55,0000 Quantidade 4.000,0000 Valor Total 220.000,00 12 meses		MUNICIPIO DE RIO BRANCO DO SUL Valor Unitario 71,0500 Quantidade 4.000,0000 Valor Total 284.200,00 12 meses	
0001/0008 Quantidade 1.000,0000 M2 PISO INTERTRAVADO (FAVER), NOR	NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA Valor Unitario 50,6200 Quantidade 1.000,0000 Valor Total 50.620,00 12 meses		DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA Valor Unitario 82,5000 Quantidade 1.000,0000 Valor Total 82.500,00 12 meses	
	MUNICIPIO DE VITORINO Valor Unitario 68,0000 Quantidade 1.000,0000 Valor Total 68.000,00 12 meses			
0001/0009 Quantidade 500,0000 M2 PISO INTERTRAVADO (FAVER), NOR	A. J. M. INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS Valor Unitario 55,0000 Quantidade 500,0000 Valor Total 27.500,00		NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA Valor Unitario 60,9000 Quantidade 500,0000 Valor Total 30.450,00	

MAPA COMPARATIVO DE PRECOS

52

Compra Pesquisa No.....: 31 / 2023

Lote/Item Quantidade Unid.Med. Descrição	Fornecedor Valor Unitario Quantidade Valor Total Marca Prazo	Fornecedor Valor Unitario Quantidade Valor Total Marca Prazo
	12 meses	12 meses
	DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA Valor Unitario 85,0000 Quantidade 500,0000 Valor Total 42.500,00 12 meses	MUNICIPIO DE VITORINO Valor Unitario 85,0000 Quantidade 500,0000 Valor Total 42.500,00 12 meses
	MUNICIPIO DE RIO BRANCO DO SUL Valor Unitario 78,9900 Quantidade 500,0000 Valor Total 39.495,00 12 meses	
0001/0010 Quantidade 500,0000 M2 PISO INTERTRAVADO (PAVER), TI	NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA Valor Unitario 66,0000 Quantidade 500,0000 Valor Total 33.000,00 12 meses	DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA Valor Unitario 82,5000 Quantidade 500,0000 Valor Total 41.250,00 12 meses
	MUNICIPIO DE NOVA ESPERANCA Valor Unitario 77,7500 Quantidade 500,0000 Valor Total 38.875,00 12 meses	MUNICIPIO DE VITORINO Valor Unitario 78,0000 Quantidade 500,0000 Valor Total 39.000,00 12 meses
0001/0011 Quantidade 500,0000 M2 PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO	NP CAPACITACAO E SOLUCOES TECNOLOGICAS LTDA Valor Unitario 66,0000 Quantidade 500,0000 Valor Total 33.000,00 12 meses	DERIVADOS DE CIMENTO TUBOFORTE LTDA Valor Unitario 82,5000 Quantidade 500,0000 Valor Total 41.250,00 12 meses
	MUNICIPIO DE NOVA ESPERANCA Valor Unitario 77,7500 Quantidade 500,0000 Valor Total 38.875,00 12 meses	MUNICIPIO DE VITORINO Valor Unitario 78,0000 Quantidade 500,0000 Valor Total 39.000,00 12 meses
0001/0012 Quantidade 700,0000 UND GRELHA EM CONCRETO COM ARMACAO	COMPANHIA DE SERVICOS DE URBANIZACAO DE GUA Valor Unitario 181,0000 Quantidade 700,0000 Valor Total 126.700,00 12 meses	NARCISIO MORAIRA GONCALVES 62078330582 Valor Unitario 142,0000 Quantidade 700,0000 Valor Total 99.400,00 12 meses
	MUNICIPIO DE RIO BRANCO DO SUL Valor Unitario 209,8100 Quantidade 700,0000 Valor Total 146.867,00 12 meses	

Sintetizado por Preço Medio

Lote/Item	Descrição	Unid. Medida	Valor Medio	Valor Total	Quantidade da Proposta
0001/0001	CANALETA DE 14 CM 140X190X390	UNIDADE	4,7540	17.540,00	3,600
0001/0002	Concreto usinado FCK 15 MPA (METROS CUBICOS	498,5793	149.573,79	3,000
0001/0003	Concreto usinado FCK 20 MPA (METROS CUBICOS	505,8818	202.353,72	4,000
0001/0004	Concreto usinado FCK 18 MPA (METROS CUBICOS	501,3571	200.543,84	4,000
0001/0005	MEIO BLOCO VAZADO DE CONCRETO	UNIDADE	3,4300	34.300,00	10,000
0001/0006	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NO	Metros 2	60,0000	30.000,00	5,000
0001/0007	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NO	Metros 2	59,3200	237.280,00	4,000
0001/0008	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NO	Metros 2	67,0400	67.040,00	3,000
0001/0009	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NO	Metros 2	73,5780	36.789,00	5,000
0001/0010	PISO INTERTRAVADO (PAVER), T	Metros 2	74,0625	37.031,25	5,000
0001/0011	PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIP	Metros 2	74,0625	37.031,25	5,000
0001/0012	GRELHA EM CONCRETO COM ARMACA	UNIDADE	176,9366	123.855,62	3,000

Total do Lote: 1 1.203.336,47

Total da Proposta: 1.203.336,47



53 
SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, 63 Bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

PREVISÃO DE RECEITA/FATURAMENTO

Requisição Preliminar: 031/2023

Objeto: Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023.

Declaramos para os devidos fins existir **previsão de receita/faturamento** (valor que se espera faturar e receber num determinado período) para atender ao objeto em epígrafe, conforme consta em contrato de prestação de serviços nº 349/2022 entre a SURG e a Prefeitura Municipal de Guarapuava.

Guarapuava, 22 de Maio de 2023.



BRUNA VANESSA PORTELLA

Contabilidade



**ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA
COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA NO
EXERCÍCIO DE 2021**

Aos quatros dias do mês de Janeiro de dois mil e um, às 18h00min horas, em sua sede social na Rua Afonso Botelho, 63 – Bairro Trianon na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, atendendo a convocação de forma legal e estatutária, reuniu-se os membros efetivos do Conselho de Administração, os senhores: Antonio Carlos Santos Alves, Acir Ribeiro Queiroz, Ednilson Antonio Pires, Shaylane Stavinski Ribeiro, Nilton Cesar dos Santos, Valdeney Jorge Domingues da Silva, Sandro Alex Russo Valera e Halmunth Fagner Goba Brandtner, para deliberarem sobre o seguinte: a) Dentro do que faculta o artigo 143, parágrafo 1º da Lei 6.404/76 e de acordo com o Estatuto Social da Companhia, foi reeleito para preencher o cargo de Diretor Administrativo da SURG o Sr. Halmunth Fagner Goba Brandtner e para Diretor Técnico o Sr. Sandro Alex Russo Valera. b) Ficando desta forma, a Diretoria assim constituída: **DIRETOR ADMINISTRATIVO Sr. Halmunth Fagner Goba Brandtner**, brasileiro, solteiro, Engenheiro Civil, residente e domiciliado na Rua C, nº 259/Apto 202, Bairro São Cristóvão, nesta cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 9.771.629-3 (PR) e CPF nº 057.836.209-04; **DIRETOR TÉCNICO Sr. Sandro Alex Russo Valera**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, residente e domiciliado na Rua Carlos Gonçalves de Siqueira, 152, Santana, nesta cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 1.467.818-2 (PR) e CPF nº 881.700.209-72 e Registro no CREA nº PR-30592/D. Nada mais havendo a constar lavrou-se a presente ATA que depois de lida e aprovada, vai por todos assinada.

Halmunth Fagner Goba Brandtner

Diretor Administrativo

Antônio Carlos Santos Alves

Ednilson Antonio Pires

Valdeney Jorge Domingues da Silva

Guarapuava., 04 de Janeiro de 2021.

Sandro Alex Russo Valera

Diretor Técnico

Acir Ribeiro Queiroz

Shaylane Stavinski Ribeiro

Nilton Cesar dos Santos

ATA DA TRIGÉSIMA OITAVA ASSEMBLÉIA EXTRAORDINÁRIA

(Extratos nos termos do artigo 130, parágrafo 3º da Lei 6.404/76, lavrada na folha 148 do livro de Atas das Assembleias Gerais nº 01 registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná, sob nº 69.8906 em data de 12 de junho de 1972). LOCAL: Rua Afonso Botelho, 63 Trianon, em Guarapuava, Estado do Paraná. DIA E HORA: 04 de Janeiro de 2021, às 17h00min (dezoito horas). QUÓRUM: 100,00% (Cem por cento). CONSTITUIÇÃO DA MESA: Presidente: Doraci Senger Luy, pelo Município de Guarapuava, Halmunth Fagner Goba Brandtner, Diretor Administrativo da SURG e secretário: Paulo Cesar Tracz. ORDEM DO DIA: I - Eleição do Conselho de Administração; II - Eleição do Conselho Fiscal. DELIBERAÇÕES TOMADAS:

I) Conforme artigo 12º do Estatuto Social, o Conselho de Administração, órgão de deliberação colegiada da Companhia, será composto de 3 (três) a 6 (seis) membros, a critério da Assembleia Geral, todos acionistas por ela eleitos e destituíveis a qualquer momento, dessa forma fica deliberado para compor o **CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO** foram reeleitos, os senhores: membros efetivos: **Acir Ribeiro de Queiroz**, brasileiro, casado, militar, residente e domiciliado na Rua das Limeiras, 185 Bairro Bonsucesso, Guarapuava - Paraná, portador da Identidade Civil RG nº 3.189.880-2 SSP/PR e CPF nº 340.829.569-72; **Antonio Carlos Santos Alves**, brasileiro, casado, Administrador, residente e domiciliado na Rua Cinco de Outubro, 1213 Trianon, Guarapuava - Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 620.359-0 SSP/PR e CPF nº 167.830.009-82; **Edenilson Antonio Pires**, brasileiro, casado, bacharel em Direito, residente e domiciliado na Rua Presidente Getúlio Vargas, 1246 Centro, Guarapuava, Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 3.563.723-0 SSP/PR e CPF nº 926.028.669-04; **Shaylane Stavinski Ribeiro**, brasileira, casada, Engenheira Civil, residente e domiciliado na Rua Professor Becker, 3290 Apto 103, Santa Cruz, Guarapuava - Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 10.429.043-4 SESP/PR e CPF nº 068.028.209-27; **Valdeney Jorge Domingues da Silva**, brasileiro, casado, Administrador, residente e domiciliado na Rua Padre Chagas, 2538, Centro, Guarapuava, Paraná, portador da Identidade Civil RG nº 2.042.797-3 SESP/PR e CPF nº 288.212.629-87; **Nilton Cesar dos Santos**, brasileiro, casado, Administrador, residente e domiciliado na Rua Das Palmeiras, 154, Bairro Industrial, Guarapuava - Paraná, portador da Identidade Civil RG nº 7.635.323-9 SESP/PR e CPF nº 019.403.919-62. II) Conforme artigo 24º do Estatuto Social, A Companhia terá em funcionamento permanente, um Conselho Fiscal composto de três membros e respectivos suplentes, acionistas ou não, eleitos anualmente pela Assembleia Geral dessa forma foi deliberado para compor o **CONSELHO FISCAL**, foram reeleitos, membros efetivos, os senhores: **José Jacir Queiroz**, brasileiro, casado, Contador, residente e domiciliado na Travessa Dr. Murici, 35 Alto da XV, Guarapuava, Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 2.025.582 SSP/PR e CPF nº 412.029.379-34; **Paulo Sérgio Syritiuk**, brasileiro, casado, Administrador, residente e domiciliado na Rua João Padleski, 14 Santana, Guarapuava, Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 4.100.822-6 SSP/PR e CPF nº 604.164.599-00; **Adão Alcione Monteiro**, brasileiro, casado, Contador, residente e domiciliado na Rua Das Violetas, 31 Trianon, Guarapuava - Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 928.118-9 SSP/PR e CPF nº 177.270.659-00; membros suplentes: respectivamente: **José Valdir Ribeiro**, brasileiro, casado, Contador, residente e domiciliado na Rua Otto Rickli, 214 São Cristóvão, Guarapuava - Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 3.101.690-8 SSP/PR e CPF nº 495.630.769-15; **Flávio Alexandre**, brasileiro, casado, Engenheiro, residente e domiciliado na Rua João Padleski, 233 Santana, Guarapuava - Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 17.693.618-X e CPF nº 080.288.538-11, todos enquadrados nos requisitos estabelecidos nos artigos da Lei 6.404/76 e do Estatuto Social da Companhia. **ACIONISTAS PRESENTES:** Doraci Senger Luy, pelo Município de Guarapuava, Halmunth Fagner Goba Brandtner pela SURG, Acir Ribeiro de Queiroz, Antonio Carlos Santos Alves, Edenilson Antonio Pires, Nilton Cesar dos Santos, Shaylane Stavinski Ribeiro e Valdeney Jorge Domingues da Silva. **CERTIDÃO:** Certifico que a presente Ata é cópia fiel daquela lavrada na folha 144 do livro de Atas das Assembleias Gerais da SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava, registrado na Junta Comercial do Paraná, sob nº 69.806 em 12 de Junho de 1972. Guarapuava, 04 de Janeiro de 2021, Doraci Senger Luy - Presidente, Halmunth Fagner Goba Brandtner, Acir Ribeiro de Queiroz, Antonio Carlos Santos Alves, Edenilson Antonio Pires, Nilton Cesar dos Santos, Shaylane Stavinski Ribeiro, Valdeney Jorge Domingues da Silva, Adão Alcione Monteiro, José Valdir Ribeiro, Paulo Sérgio Syritiuk.

4683/2021

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

Paulo Roberto Pereira, CPF nº 637.851.456-91 torna público que irá requerer ao IAT, a Renovação da Licença de Operação para Tratamento e/ou Disposição Final de Resíduos Sólidos instalada Bairro dos Macacos, S/N, Bairro - Barbosa, Siqueira Campos, Paraná.

4550/2021

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO

José Carlos Pontarolo torna público que recebeu do IAT, a Licença de Operação para Extração de Saibro instalada Localidade de Boa Vista, S/N, zona Rural, Guamiranga / PR.

4528/2021

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA SIMPLIFICADA

A EMPRESA GOMES E SANTOS COMERCIO E TRANSPORTES LTDA. torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Pinhais/PR, a Renovação da Licença Simplificada para Transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal e Transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, nº83/2018 implantada sito à Rua RIO PURUS, 802 bairro Weissópolis, município de Pinhais/PR.

4828/2021

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA NO EXERCÍCIO DE 2021

Aos quatro dias do mês de Janeiro de dois mil e um, às 18h00min horas, em sua sede social na Rua Afonso Botelho, 63 - Bairro Trianon na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, atendendo a convocação de forma legal e estatutária, reuniu-se os membros efetivos do Conselho de Administração, os senhores: Antonio Carlos Santos Alves, Acir Ribeiro Queiroz, Edenilson Antonio Pires, Shaylane Stavinski Ribeiro, Nilton Cesar dos Santos, Valdeney Jorge Domingues da Silva, Sandro Alex Russo Valera e Halmunth Fagner Goba Brandtner, para deliberarem sobre o seguinte: a) Dentro do que faculta o artigo 143, parágrafo 1º da Lei 6.404/76 e de acordo com o Estatuto Social da Companhia, foi reeleito para preencher o cargo de Diretor Administrativo da SURG o Sr. Halmunth Fagner Goba Brandtner e para Diretor Técnico o Sr. Sandro Alex Russo Valera. b) Ficando desta forma, a Diretoria assim constituída: **DIRETOR ADMINISTRATIVO Sr. Halmunth Fagner Goba Brandtner**, brasileiro, solteiro, Engenheiro Civil, residente e domiciliado na Rua C, nº 259/Apto 202, Bairro São Cristóvão, nesta cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 9.771.629-3 (PR) e CPF nº 057.836.209-04; **DIRETOR TÉCNICO Sr. Sandro Alex Russo Valera**, brasileiro, casado, Engenheiro Civil, residente e domiciliado na Rua Carlos Gonçalves de Siqueira, 152, Santana, nesta cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, portador da Carteira de Identidade Civil RG nº 1.467.818-2 (PR) e CPF nº 881.700.209-72 e Registro no CREA nº PR-30592/D. Nada mais havendo a constar lavrou-se a presente ATA que depois de lida e aprovada, vai por todos assinada. Guarapuava, 04 de Janeiro de 2021. Halmunth Fagner Goba Brandtner, Sandro Alex Russo Valera, Antônio Carlos Santos Alves, Acir Ribeiro Queiroz, Edenilson Antonio Pires, Shaylane Stavinski Ribeiro, Valdeney Jorge Domingues da Silva, Nilton Cesar dos Santos.

4543/2021

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

A EMPRESA GOMES E SANTOS COMERCIO E TRANSPORTES LTDA., torna público que recebeu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Pinhais/PR, a Licença Simplificada para Transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal e Transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional, Nº83/2018 a ser implantada sito à Rua RIO PURUS, 802 bairro Weissópolis, município de Pinhais/PR.

4825/2021

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

A AS COMÉRCIO E DISTRIBUIDORA DE PAPEIS - EIRELI, torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Pinhais/PR, a Licença Simplificada para Comércio atacadista de papel e papelão em bruto, Comércio varejista de artigos de papelaria, Comércio atacadista de embalagens, a ser implantada sito à Rua Cruzeiro do sul, 1102, bairro Emiliano Permetta, município de Pinhais/PR.

4817/2021

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

A LORIVAL MOREIRA COSTA ME, CNPJ 13.621.042/0001-91, torna público que irá requerer à Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Pinhais/PR, a Licença Simplificada para 31.04-7-06 - Fabricação de colchões, a ser implantada sito à R RIO TINGUL, nº 60, bairro Weissópolis, município de Pinhais/PR.

4812/2021

SÚMULA DE REQUERIMENTO DE RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO

José Carlos Pontarolo torna público que irá requerer ao IAT, a Renovação de Licença de Operação para Extração de Saibro instalada Localidade de Boa Vista, S/N, zona Rural, Guamiranga / PR.

4529/2021

SÚMULA DE RECEBIMENTO DE LICENÇA SIMPLIFICADA

PEDRO MACUESKI torna público que recebeu do IAT, a Licença Simplificada para PISCICULTURA DE CORTE a ser implantada LR 199, GLEBA 8, COLONIA PINDORAMA, BAIXO IGAUÇUZZINHO, Município de NOVA AURORA, Estado do Paraná Validade: 20.01.2027.

4494/2021

55



SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

PORTARIA Nº 003/2023

Designa Pregoeiro e Equipe de Apoio de pregões bem como Presidente e Comissão Permanente de Licitação.

O Diretor Administrativo da **SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o que preceitua o Estatuto Social da Companhia, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o senhor **Paulo Cezar Tracz** e a senhora **Leiliane Aparecida Santos Gaspar** para exercerem as atribuições de Pregoeiro (a) nos processos de contratação da SURG.

Art. 2º - Nomear, para compor a Equipe de Apoio para atuar nos Pregões, o senhor **Felipe Veroni Caldas** e a senhora **Nayara Kaminski de Oliveira**.

Art. 3º - Nomear os senhores **Paulo Cezar Tracz**, **Leiliane Aparecida Santos Gaspar**, **Felipe Veroni Caldas** e **Nayara Kaminski de Oliveira** como membros da CPL - Comissão Permanente de Licitação .

Parágrafo Único: O senhor **Paulo Cezar Tracz** fica nomeado para responder como Presidente da Comissão Permanente de Licitação – CPL, e como suplente a Sra. **Leiliane Aparecida Santos Gaspar**.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor a partir da presente data, revogando as disposições contrárias.

Guarapuava, 12 de maio de 2023.

SURG COMPANHIA DE
SERVICOS DE
URBANIZACAO DE
GUAR:75646273000107

Assinado de forma digital por
SURG COMPANHIA DE SERVICOS
DE URBANIZACAO DE
GUAR:75646273000107
Dados: 2023.05.12 14:37:35 -03'00'

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

SURG

SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

57

PORTARIA Nº 04/2023

O Diretor Administrativo da **SURG - Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava**, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com o que preceitua o Estatuto Social da Companhia, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia.

RESOLVE

Art. 1º. NOMEAR, nos termos do art. 166 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava - SURG, gestor e fiscais dos contratos e das atas de registro de preços realizados por esta Companhia, os quais serão responsáveis pelo acompanhamento e fiscalização de sua execução no exercício de 2023:

GESTORA DOS CONTRATOS E DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS

- Jorgele Lacerda - matrícula 139106

FISCAIS DOS CONTRATOS E DAS ATAS DE REGISTRO DE PREÇOS**Almoxarifado:**

- João Vanor Siqueira - matrícula 140520
- Dirceu Kloster - matrícula 137103

Departamento Administrativo

- Vera Aparecida Lack Santos - matrícula 110280
- Ataíze Paulena - matrícula 192392
- Josmar Pereira - matrícula 160954

Departamento de Varrição

- Rosângela Aparecida de Matos Fonseca - matrícula 180530

Departamento de Coleta de lixo

- Fernanda de Oliveira Lopes - matrícula 191140
- Silvana Cândido - matrícula 160008

Departamento de Manutenção Mecânica

- Sérgio Maurício Florentino dos Santos - matrícula 192778

Departamento de Manutenção Elétrica

- Clodoaldo de Oliveira Santos - matrícula 190772

Departamento de Obras

- João Valdecir dos Santos - matrícula 150215
- José Maria Trindade de Jesus - matrícula 140740
- José Santos - matrícula 140694
- Matheus Camilo Stempinhaki - matrícula 191302

Departamento de Praças, Parques e Jardins

- Eduardo Moreira da Rosa - matrícula 160571

Departamento de Segurança do Trabalho

- Igraziane Limberger - matrícula 160571

Departamento de Sinalização Viária

- Loacir Carlos da Fonseca - matrícula 134694

Departamento Técnico

- Maria de Fátima Werneck Lange - matrícula 134970
- Cristiane Dominico Lacerda - matrícula 191965

Departamento de Transportes

- Rodrigo Bredum - matrícula 170399

Departamento de Tecnologia e informática

- João Dutra Cristoforo - matrícula 191620

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogando a Portaria 02/2023.

Guarapuava, 22 de maio de 2023.

SURG COMPANHIA DE
SERVICOS DE
URBANIZACAO DE
GUAR:75646273000107

Assinado de forma digital por
SURG COMPANHIA DE SERVICOS
DE URBANIZACAO DE
GUAR:75646273000107
Dados: 2023.05.22 13:36:41 -03'00'

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

MINUTA DO EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2023****SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS****AMPLA CONCORRÊNCIA**

A **COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG**, doravante denominada abreviadamente SURG, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria Nº 03/2023, publicado no Boletim Oficial do Município de Guarapuava, Paraná, edição nº 2617 de 12 de maio de 2023, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, que está aberta a licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, de acordo com a Requisição Preliminar nº 31/2023, emitida pelo Departamento Técnico, cujo objeto está descrito abaixo, e com as especificações conforme o ANEXO I deste Edital.

Esta licitação será regida pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, aplicando-se, o artigo 178 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, Decretos Municipais: nº 8089/20; nº 7545/2019 e nº 1.447/2007, e suas alterações, aplicando legislação complementar vigente e pertinente à matéria e está subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (Descrição do Objeto)

ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA

ANEXO V - DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE FINANCEIRA

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

.... de de 2023 às 08h30min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: www.gov.br/compras/pt-br**UASG: 929391** – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava - SURG

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

CREDENCIAMENTO, RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:
Disponível até o horário da abertura da sessão, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.

ACESSO ÀS INFORMAÇÕES: Pelo site www.surg.com.br/surg/licitacoes, na sede da SURG à rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85.012-030, em Guarapuava – Paraná. Pelo telefone: (042) 3630-0500. No Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras/pt-br

Pregoeiro: Paulo Cezar Tracz ou Leiliane Ap. Santos Gaspar

1 - DO OBJETO

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023**, conforme especificações constantes deste edital e do seu Anexo I.

1.1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.1.2. A SURG não se obriga a adquirir os itens relacionados do licitante vencedor, nem as quantidades indicadas no ANEXO I, podendo realizar licitações específicas para aquisição daqueles itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 110, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e § 3º, do art. 66, da Lei 13.303/2016.

2 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes de fornecimentos correrão a conta de recursos financeiros próprios da SURG.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4 – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. A participação neste Pregão é exclusiva a empresas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018.

4.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.2.1. Empresas em recuperação judicial poderão participar desde que demonstrem possuir capacidade econômica e comprovem que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

4.2.3. Que estejam reunidas em consórcio;

4.2.3.1. Veda-se a participação de empresas reunidas em consórcio por se tratar o objeto deste pregão um produto/serviço simples e comum.

4.3. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 13, do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

4.4. Como condição para participação no Pregão, a entidade licitante deverá declarar:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, somente no caso de se tratar de entidade de menor porte.

4.4.1.1 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. Independente do porte da entidade, deverá assinalar, "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.2. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente.

4.5.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5 – DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Todos os participantes deverão encaminhar a proposta e os documentos de habilitação – item 8 – exclusivamente via sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e de documentos.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e documentos apresentados.

5.6. O licitante deverá também enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1. Valor unitário e total do item;

5.6.2. Marca;

5.6.3. Fabricante;

5.6.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - ANEXO I; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.7. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, embalagens, transporte até destino designado pelo fiscal do contrato, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto, conforme o caso.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. NO CASO DE ALGUMA INCONSISTÊNCIA NO DESCRITIVO DOS ITENS ENTRE O ANEXO I E O CONSTANTE NA PLATAFORMA DO PREGÃO ELETRÔNICO, **DEVERÁ SER CONSIDERADO O DESCRITIVO ANEXO I.**

5.10. A desistência da proposta apresentada no certame somente é possível quando operada antes da revelação dessa oferta ou na hipótese de desistência motivada, por força da superveniência de um fato que impeça ou prejudique seu cumprimento segundo os termos originais.

6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2. A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **2,00% (dois por cento)**.

6.7.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

6.7.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.10. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

- 6.12. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.
- 6.13. Será adotado para o envio de lances neste pregão o **modo de disputa aberto**;
- 6.13.1 A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos.
- 6.13.2 Encerrado o prazo de 10 (dez) minutos, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.13.3 A prorrogação automática de que trata o item 6.13.2 ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.
- 6.13.4 Na hipótese de não haver lances 6.13.1 e 6.13.2 a sessão pública será encerrada automaticamente.
- 6.13.5 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.
- 6.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.
- 6.15. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de envio de lances, nos termos do disposto no item 6.12.
- 6.16. Encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538 de 6 de outubro de 2015.
- 6.17. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- 6.18. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- 6.19. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- 6.20. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.
- 6.21. A desistência da proposta apresentada no certame somente é possível quando operada antes da revelação dessa oferta ou na hipótese de desistência motivada, por força da superveniência de um fato que impeça ou prejudique seu cumprimento segundo os termos originais.
- 6.22. Após a etapa de lances, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

- 7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.
- 7.2. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexecutável.
- 7.2.1. Considera-se inexecutável a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos,

exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3. Após a análise da proposta quanto sua exequibilidade, o Pregoeiro realizará negociação por meio do sistema eletrônico com o licitante que apresentou o lance mais vantajoso, a fim de obter melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.3.1. A negociação poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.4. Encerrada essa etapa, o pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação de anexo feita via sistema**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado e/ou proposta negociada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.4.1. Dentre os demais documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do produto ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos e/ou folhetos.

7.4.2. A proposta final (ajustada) do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, podendo ser prorrogado a critério do Pregoeiro, e deverá:

7.4.2.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

7.4.2.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

7.4.2.3. Deverá conter todas as informações exigidas nos **ANEXOS I e IV** do Edital.

7.4.3. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8 – DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente **quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação**, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>;

8.1.3 Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE-PR (<https://crcap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>);

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Toda a documentação para fins de habilitação deverá ser anexada ao sistema até a data e horário previstos para início da sessão, conforme item 8.6, 8.7, 8.8 e 8.9 deste edital, de modo que somente será verificada pelo pregoeiro a documentação daqueles licitantes declarados detentores de melhor oferta após a fase de disputa por lances.

8.4.1. Quando não enviado a documentação pela licitante no sistema do Comprasnet o Pregoeiro poderá (a seu critério) consultar o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação aos documentos de habilitação.

8.4.1.1. Também poderão ser consultados os sites oficiais emissores de certidões quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF ou as enviadas via sistema comprasnet.

8.5. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista e qualificação econômico financeira e técnica nas condições seguintes:

8.6. Habilitação jurídica

8.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoeempreendedor.gov.br;

8.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.6.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.6.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista

8.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);

8.7.2. Prova de regularidade com relação aos Tributos Federais e para com a Dívida Ativa da União;

8.7.3. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente do domicílio da licitante;

8.7.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente do domicílio da licitante;

8.7.5. Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRF/FGTS).

8.7.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho).

8.7.7. No caso de participação no certame de empresa matriz, em que a execução do objeto será realizada por filial, é obrigatória a apresentação dos documentos de regularidade fiscal tanto da matriz quanto da filial.

8.8. Qualificação Econômico-Financeira

8.8.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante em data não superior a 120 (cento e vinte) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;

8.8.2. Balanço patrimonial com notas explicativas e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.8.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.8.2.2. A comprovação do balanço patrimonial será feita da seguinte forma:

a) No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do município da sede da empresa;

b) No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial;

c) Para fins do subitem anterior, as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar o arquivo da ECD que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício (arquivo transmitido por meio do SPED em formato.txt); e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED);

8.8.2.3. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

8.8.3. Demonstrativo de capacidade financeira, conforme modelo do **Anexo V**, assinada por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, demonstrando a boa situação financeira do licitante, avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta "on line".

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral e Liquidez Corrente, e Solvência Geral igual ou inferior a 1 (um), deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.8.4. Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral for igual ou inferior a 1;

A justificativa para os índices contábeis acima, em atenção ao artigo 45, §1º e §5º do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, vincula-se ao fato de que se referem ao patamar mínimo para constatação da boa situação financeira do licitante, razão pela qual não representam rejeição indevida;

8.9. Qualificação Técnica

8.9.1. **Declaração ou atestado** emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu satisfatoriamente o(s) item(ns) cotados desta licitação. **Obs.** Esta declaração deverá conter **CNPJ da empresa declarante e assinatura reconhecida/ salvo se for órgão público.**

8.9.2. **Comprovante de registro ou inscrição**, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA **da empresa licitante** da região a que estiverem vinculada. A comprovação deverá ser através de certidão de registro emitido pelo CREA, devendo estar no prazo de validade.

8.9.3. **Comprovante de registro ou inscrição**, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA **de seu responsável técnico.**

8.9.4. Deverá comprovar o vínculo com esse profissional registrado no CREA através de:

- 1) Cópia do registro de empregado do profissional técnico junto a proponente, ou;
- 2) contrato de trabalho firmado com profissional habilitado que será o responsável técnico. (contrato com assinatura reconhecida em cartório), ou;
- 3) indicação de responsabilidade técnica nos comprovantes do CREA.

8.9.5. As licitantes que não forem fabricantes ficam dispensadas de apresentar a documentação do item 8.9.2, 8.9.3 e 8.9.4, porém deverão apresentar **laudos técnicos laboratoriais**, emitidos por empresa e profissional independentes, sem vínculos, com a licitante assinado por profissional com a devida habilitação (registrada para prestar serviços técnicos laboratoriais) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia -CREA, comprovando que todos os itens cotados, foram submetidos ao controle tecnológico e possuem qualidade satisfatória conforme determina as normas ABNT, com prazo de ensaio máximo de 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura da presente sessão.

8.10. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares e mediante solicitação do Pregoeiro, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de, no mínimo, 4 (quatro) horas ou período superior definido pelo pregoeiro e informado via chat.

8.10.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.11. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **04 (quatro) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.12. Na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no referido documento ou neste edital, deverão ter sido emitidos em até 90 (noventa) dias anteriores à data estabelecida para a data de abertura da licitação.

8.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.15. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.16. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.17. Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, que detenha a proposta mais vantajosa, o mesmo será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.17.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.18. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.19. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.20. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9 – DOS RECURSOS

9.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 5 (cinco) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

10 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

10.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

11 – DA GARANTIA DO PRODUTO

11.1. Não se aplica.

12 – DO TERMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Ata de Registro de Preço. Assinado a ata a licitante se compromete a entregar os itens quando solicitado pela SURG, mediante ordem de fornecimento, não havendo necessidade de contrato.

12.1.1. Vigência da ata de registro de preços: 12 (doze) meses.

12.1.2. A gestão será realizada por meio de emissão de ordem de fornecimento, desde que cada pedido não ultrapasse o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em conformidade com o art. 107, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

12.1.3. A qualquer tempo, existindo saldo em ata, poderá ser formalizado contrato do saldo com as licitantes detentoras das atas de registro de preços, desde que realizado dentro do prazo de vigência da ata, observando os quantitativos remanescentes, preço mais vantajoso para a SURG e demais condições fixadas na respectiva ata.

12.1.3.1 Havendo celebração de contrato entre as partes, este seguirá a minuta constante no **Anexo III**.

12.1.3.2. Esse contrato poderá atingir até 12 (doze) meses de vigência e poderá ser prorrogado e reajustado, nos casos previstos em lei e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SURG.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, quando deverá comparecer no Departamento de Licitações, sito à Rua Afonso Botelho, n. 63 - Trianon - Guarapuava/Pr - CEP 85.012-030, TEL: (42) 3630-0500 ou no mesmo prazo, assinar eletronicamente e devolver no e-mail juridico@surg.com.br.

12.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.4. A recusa injustificada do proponente vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido no presente Instrumento, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas no **item 12.9** deste Edital, podendo a CONTRATANTE convidar, sucessivamente por ordem de classificação as demais licitantes, após comprovação da sua compatibilidade de proposta e habilitação, com esta licitação, para celebração da Ata.

12.5. Quando solicitado, o PROPONENTE VENCEDOR deverá apresentar, a saber: (i) documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar a ata em nome da empresa, se for o caso; e, (ii) Planilha de composição do novo preço (preço reajustado), com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa, juntamente com a cópia dos orçamentos e ou notas fiscais de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual e futura solicitação de revisão/reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, (iii) apresentar as Certidões Negativas de Débitos Federais, CRF/FGTS e CNDT.

12.5.1. A não apresentação desses documentos implicará na pena de decair do direito à assinatura do contrato (quando for o caso) e sofrer as sanções cabíveis.

12.6. Previamente à contratação, a critério da SURG, será realizada consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.

12.6.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

12.7. Caso a licitante vencedora não apresente situação regular de habilitação, no momento da assinatura do Contrato, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação constante na Ata de Sessão, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.8. Este Edital e seu(s) anexo(s) integrarão o termo firmado, independente de transcrição.

12.9. A desobediência no cumprimento do prazo de entrega (conforme **ANEXO I**) e demais requisitos mencionados neste Edital e seus Anexos, acarretará à contratada as sanções previstas no artigo 181 do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes, bem como as seguintes:

- a) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global da proposta, pela inexecução total da ata de registro de preços e/ou contrato ou recusa de sua assinatura;
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor de cada item da proposta atualizada, por dia que exceder o prazo contratual para fornecimento do objeto ou prestação de serviço, até o limite de 10 dias de atraso. Após esse prazo será aplicada multa de 5% do remanescente, limitado a 10% do total do item da proposta atualizada, podendo ocorrer o cancelamento da ata de registro de preços ou a rescisão contratual;
- c) Multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente do contrato na hipótese de inexecução parcial ou qualquer outra irregularidade;
- d) As multas mencionadas nos itens anteriores serão descontadas dos pagamentos a que a DETENTORA DA ATA/CONTRATADA tiver direito, ou mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda judicialmente quando for o caso;
- e) As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes.

12.10. As multas mencionadas no item 12.9 serão descontadas dos pagamentos a que a contratada tiver direito, ou mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda judicialmente quando for o caso.

12.11. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos no Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes, sendo-lhes franqueada vista no processo.

12.12. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo da Ata de Registro de Preços ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

12.13. Aplica-se ao Sistema de Registro de Preços da SURG, as disposições contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, no Decreto Municipal n. 1447/2007 e na Lei Federal nº 13.303/2016.

13 – DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços poderão ser revistos, a qualquer tempo, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes ou outro que venha a substituí-lo.

13.2. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação da empresa Contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.3. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

- a) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
- b) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
- c) A configuração de risco econômico extraordinário e extracontratual;

d) O cumprimento das exigências previstas no Edital da licitação, Contrato ou Ata de Registro de Preços, conforme **item 13.4**.

13.4. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Gestor da Ata/Contrato, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- I – Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
- III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original emitida a partir da data da 1ª publicação deste Edital até a data de realização da sessão de abertura da sessão pública de proposta de preços;
- IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, orçamentos de fornecedores juntados à proposta de preços, etc.

13.4.1. Faculta-se a juntada – junto a proposta e documentos de habilitação – de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

13.4.2. Após a avaliação do requerimento, o Gestor da Ata/Contrato emitirá parecer constatando de forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no **item 13.3**, bem como preencherá Planilha de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e encaminhará o processo à Divisão de Contratos para conferência.

13.4.3. Cumprido o previsto no subitem anterior a Divisão de Contratos encaminhará o processo ao Departamento Jurídico para emissão de Parecer Jurídico.

13.4.4. Após emissão de Parecer Jurídico, o processo será encaminhado ao Diretor da Pasta para autorização final.

13.5. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:

- I - ausência de elevação dos encargos do particular;
- II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
- III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;
- IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido

13.6. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

13.7. Configurando-se situação em que os preços inicialmente contratados tornem-se, no transcurso da vigência da ata/execução contratual, demasiadamente superiores aos praticados no mercado, em virtude de fatores externos, caracterizando-se situação de onerosidade excessiva para a Administração Pública, deverá o Gestor da Ata/Contrato adotar as medidas necessárias à revisão da ata/ contrato, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

13.8. Compete ao Gestor de Contratos, sob a supervisão do Diretor da respectiva pasta, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.

13.9. A Detentora da Ata/Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

13.10. A revisão aplicada para aumentar não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, podendo manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação.

13.11. Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros, for verificado que o valor registrado está acima dos preços praticados no mercado, será convocada a licitante, para adequar os preços registrados àqueles apurados pelo órgão gerenciador, sob pena de cancelamento do registro.

14 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A entrega do objeto se dará de forma parcelada, de acordo com a necessidade de utilização e conforme as solicitações do Departamento Técnico da SURG.

14.2. Os produtos deverão ser entregues na sede da SURG, localizada na Rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Trianon, Guarapuava, no horário das 8h00 às 11h00 e das 13h00 às 18h00, ou em qualquer local dentro do perímetro do Município de Guarapuava, onde estiverem sendo realizadas as obras, cujo endereço será indicado na ordem de compras.

14.3. A entrega deverá ser efetuada no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da emissão da ordem de fornecimento, que especificará a quantidade.

14.4. Todos os produtos entregues pela licitante deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas da ABNT e INMETRO aplicáveis.

14.5. A fiscalização dos produtos será feita diretamente pelo fiscal da SURG no local da entrega.

14.6. Ao participar do certame, automaticamente a contratada concede garantia mínima de 6 (seis) meses para os produtos, salvo se a garantia de fábrica for superior.

14.7. Caso haja necessidade de troca do produto, por qualquer defeito, a contratada terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para tanto.

14.8. Todos os custos de eventuais tributos, transporte, carga e descarga, entre outros, correm por conta da licitante contratada, assim como qualquer prejuízo causado ao material em decorrência do transporte, carga e descarga.

14.9. A SURG rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento efetuado em desacordo com os termos acordados na Ata de Registro de Preços, neste edital e com as especificações técnicas exigidas.

14.10. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

a. Os bens serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega/execução, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório.

15 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E A SURG**15.1. São obrigações da Contratante:**

15.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como neste contrato;

15.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, da proposta e neste contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

15.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

15.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

15.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

15.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15.3. São obrigações da Contratada:

15.3.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

15.3.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

15.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

15.3.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação da contratada de, a critério da SURG, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com defeitos;

15.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste CONTRATO, o objeto em desacordo com o contratado.

15.3.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

15.3.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

15.3.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

15.3.9. Prestar garantia de no mínima de 03 (três) a contar da entrega.

15.3.10. Atender prontamente a quaisquer exigências da SURG, inerentes ao objeto da presente licitação;

15.3.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência (**Anexo I**) ou na minuta de contrato;

15.3.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

15.3.13. Para a verificação da regularidade fiscal e trabalhista, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a nota fiscal e ou fatura, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

15.3.14. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

16 – DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado até o 15º dia útil do mês subsequente ao fornecimento, via transferência bancária, não devendo, portanto, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

16.1.1. A nota fiscal e os demais documentos solicitados no ato da entrega dos produtos, conforme item 16.2. devem ser encaminhados ao Departamento de Gestão de Contratos da SURG, pelo e-mail contratos.jorgete@surg.com.br, e atender à legislação quanto aos encargos municipais, estaduais e federais.

16.1.2. É dever da contratada certificar-se de que a nota fiscal foi recebida pelo Departamento de Gestão de Contratos. A SURG não se responsabiliza por notas fiscais que sejam entregues por outra forma que não por e-mail.

16.2. A contratada deverá apresentar a seguinte documentação no ato da entrega dos produtos, para posterior liberação da parcela de pagamento:

- Nota Fiscal Eletrônica, a qual deverá indicar a quantidade fornecida, o produto, o número da licitação e do contrato. **Deverá obrigatoriamente anexo a Nota Fiscal constar os seguintes Dados Bancários atuais do Credor Pessoa Jurídica:** Nome do Credor Pessoa Jurídica, Nome do Banco, Número da Agência Bancária, Número da Conta, Número do Código da Operação da Conta, número do ata/contrato.
- Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS;
- Certificado de Regularidade do FGTS através do CRF;
- Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- Certidão Negativa de Tributos Municipais da sede ou domicílio do fornecedor.

16.3. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficial ao Ministério do Trabalho.

16.4. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficial à Receita Federal do Brasil (RFB).

16.5. Caberá ao profissional previamente indicado pela Contratante como Gestor do Contrato emitir a certificação na nota fiscal eletrônica da efetiva entrega dos produtos, bem como conferir a autenticidade dos documentos acima listados e proceder à entrega dos mesmos no setor financeiro da SURG para posterior autorização de pagamento.

16.6. Os pagamentos dos fornecimentos efetivados ficam condicionados ao processamento regular das contas junto ao setor Financeiro da SURG.

16.7. A empresa deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, a discriminação dos materiais fornecidos, em papel timbrado e assinado, para autorização de pagamento.

16.8. Após o recebimento das notas fiscais, faturas e documentos, o gestor, o fiscal ou a Comissão, conforme a competência, procederão à análise dos documentos da contratada no prazo de 2 (dois) dias úteis.

16.8.1. Caso o gestor ou o fiscal, conforme a competência, constata a falta de qualquer documento notificará a contratada para a sua regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

16.8.2. Caso a análise seja realizada pelo fiscal, a falta de regularização dos documentos ensejará a emissão de Comunicação de Ocorrência ao gestor e a adoção dos procedimentos relativos ao descumprimento contratual.

16.8.3. Caso a competência para análise dos documentos seja do gestor, os mesmos deverão ser encaminhados a ele no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

16.9. Poderá o gestor ou o fiscal, no exercício de sua competência, requerer diretamente à empresa contratada todos os documentos que entender necessários para o bom desempenho dos trabalhos.

17 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com este edital e com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG que venha a prejudicar a empresa, sujeita-se às sanções aqui previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

17.2. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas, garantida a prévia defesa, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

- I - advertência;
- II - multa moratória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- III - multa compensatória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;
- IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos;

17.2.1. As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

17.3. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

- I - não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;
- II - apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela SURG;
- III - frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;
- IV - afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- V - agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;
- VI - incorrer em inexecução contratual; e
- VII - ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública;

17.4. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

17.4.1. A aplicação de advertência importa na comunicação da mesma à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao Cadastro de Fornecedores do Município, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada, ou não.

17.4.2. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

17.5. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II - pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a presente licitação.

III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total do contrato;

IV - nos demais casos de atraso, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

V - no caso de inexecução parcial, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

VI - no caso de inexecução total, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

17.5.1. Ocorrendo uma infração contratual apenada apenas com a sanção de multa a contratada deverá ser formalmente notificada para apresentar defesa prévia.

17.5.2. Havendo concordância da contratada quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação, com sua formalização através de Publicação de Portaria no Diário Oficial do Município e comunicação formal ao Cadastro de Fornecedores do Município para fins de registro.

17.5.3. Não havendo concordância da contratada e a SURG acatar as razões da defesa, a deliberação final caberá a autoridade competente.

17.5.4. Não havendo concordância entre as partes, deve ser instaurado o processo administrativo.

17.5.5. O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis.

17.5.6. O valor da multa aplicada será:

I - retido dos pagamentos devidos pela SURG;

II - pago por meio de Guia de Recolhimento;

III - descontado do valor da garantia prestada; ou

IV - cobrado judicialmente.

17.5.7. A SURG poderá, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor da multa presumida antes da instauração do regular procedimento administrativo, conforme determinações previstas no instrumento convocatório.

17.6. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

17.6.1. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral;

17.6.2. Se a sanção for aplicada no curso da vigência de um contrato, a SURG poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente.

17.6.3. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

17.7. Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a SURG às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a SURG em virtude de atos ilícitos praticados.

17.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no artigo 185 e seguintes do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

17.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.10. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

18.2. A **impugnação** poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail juridico@surg.com.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Afonso Botelho, n. 63 - Trianon - Guarapuava/Pr - CEP 85.012-030, telefone (42) 3630-0500, Departamento de Licitações.

18.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.

18.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18.5. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico ou protocolados no endereço indicado no Edital.

18.6. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo(a) Pregoeiro(a) serão anexados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

18.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no site www.surg.com.br e vincularão os participantes e a administração.

18.9. As participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital e de suas alterações e das condições do objeto da presente licitação, não podendo ser invocado, em nenhum momento, desconhecimento das características do objeto da presente como elemento impeditivo da correta formulação da proposta de preço.

19 – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "**prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "**prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a ineligível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados

pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de contrato financiado pelo organismo.

19.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

20 – DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO

20.1. Em conformidade com a Portaria nº 04/2023, fica designada Gestora das contratações a **Sra. Jorgete Lacerda**.

20.2. Compete ao Gestor da ATA/Contrato a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação, conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, bem como:

- I** - Zelar pela observância dos termos constantes do edital, termo de referência (**Anexo I**), projeto básico ou equivalente, bem como dos contratos ou instrumentos hábeis de substituí-los, e seus eventuais aditamentos, de modo a garantir a qualidade dos produtos fornecidos e serviços ou obras executadas, o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes;
- II** - Coordenar a atividade do Fiscal do Contrato, solicitando-lhe todas as informações que entender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento;
- III** - Manter registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, inclusive o controle do saldo contratual; verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços está sendo cumprida conforme contrato e sob a vigilância do fiscal;
- IV** - Controlar, juntamente com o fiscal de contrato, o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação à unidade competente, e com antecedência mínima de 1 (um) mês do término contratual, apresentando para tanto as devidas justificativas;
- V** - Encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais atestadas pelo Fiscal do Contrato;
- VI** - Comunicar e justificar formalmente à unidade responsável pelos contratos quando da necessidade de: alteração contratual, para melhor adequar seus termos, qualitativa ou quantitativamente, às necessidades do órgão, em especial ao observar que o saldo contratual restante será insuficiente para atender as expectativas de utilização ou insuficiência de prazo para concluí-lo; rescisão do instrumento de contrato, por perda do objeto ou conveniência da Administração; e abertura de novos procedimentos licitatórios, desde que com antecedência mínima de 3 (três) meses do término contratual, ou assim que for detectada a necessidade, em decorrência da inadequação ou insuficiência do atual para atender as expectativas do órgão ou em razão da impossibilidade de prorrogação do contrato, inclusive inabilitação da empresa que a impeça de contratar com a Administração;
- VII** - Submeter à unidade competente, para as providências cabíveis, pleitos da Contratada referentes a reajustes, repactuações e reequilíbrios econômico-financeiros;
- VIII** - Elaborar documento, quando solicitado, acerca da capacidade técnica de fornecedores, executantes de obras e prestadores de serviços;
- IX** - Notificar formalmente a Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;
- X** - Comunicar por escrito imediatamente à autoridade competente a ocorrência de atrasos e irregularidades na execução do ajuste;
- XI** - Submeter os casos de inadimplementos contratuais à unidade competente, mediante comunicação de ocorrência, sempre que, depois de notificada, a Contratada não apresentar solução satisfatória dentro do prazo, ou quando a frequência dos registros prejudique a consecução do objeto da contratação;
- XII** - Coordenar pesquisas mercadológicas, para verificar a economicidade dos preços praticados e atestar a compatibilidade com os preços de mercado, com vistas a monitorar periodicamente os custos de contratação e apoiar, sempre que solicitado, a unidade competente por ocasião das prorrogações contratuais, repactuações, reajustes e reequilíbrios econômico-financeiros;
- XIII** - Tomar as providências pertinentes para a elaboração dos Projetos Básicos ou Termos de Referência necessários, com a colaboração das unidades técnicas, atendendo aos prazos mínimos para a realização das licitações ou contratações pretendidas;

- XIV - Acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases, até a assinatura do contrato, de maneira a evitar, inclusive, discontinuidades;
- XV - Auxiliar a Unidade de Licitação, no que tange a seus conhecimentos técnicos, nas respostas aos questionamentos, impugnações e recursos;
- XVI - Confrontar os preços e quantidades constantes do documento fiscal com os estabelecidos no contrato, bem como as medições dos serviços nas datas estabelecidas;
- XVII - Verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas e fiscais por parte da contratada;
- XVIII - Informar à Administração as ocorrências relacionadas com a execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados;
- XIX - Formalizar todo e qualquer entendimento com a Contratada ou o seu preposto, assim como documentar por meio de atas as reuniões realizadas com os mesmos;

21 – DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA ATA/CONTRATO

2.1. Em conformidade com a Portaria nº 04/2023, fica designado Fiscal de Contrato o **Sr. José Santos**.

21.2. Constituem atribuições e responsabilidades do Fiscal do Contrato, além a de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada:

- I - Receber o produto/serviço contratado, e verificar se atende às especificações contidas no contrato/licitação (qualidade, quantidade, marca, etc).
- II - Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, verificando se condiz com o objeto entregue/serviço prestado, bem como se atende aos dados contidos no contrato/licitação, promovendo as correções devidas;
- III - Atuar juntamente com o gestor, para o fim de controlar o saldo do contrato e o prazo de vigência, impedindo que sejam fornecidos produtos ou prestados serviços além da quantidade prevista no contrato ou na ordem de compras/serviços, bem como para que o fornecimento ou prestação do serviço não seja realizado fora do prazo de vigência do contrato ou da licitação;
- IV - Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, como, por exemplo, falhas, atrasos, interrupções, inconformidades, informando ao Gestor do Contrato aquelas ocorrências que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas ou defeitos observados;
- V - Acompanhar e controlar as entregas e o estoque de materiais de reposição, bem como verificar o prazo de vigência do contrato ou da licitação, para evitar que fornecimentos e serviços contínuos sejam interrompidos;
- VI - Manter, sempre, relacionamento com a Contratada ou seu Preposto, representando a Administração e adotando todas as medidas junto a empresa com relação ao objeto do contrato;
- VII - Verificar a qualificação dos empregados da Contratada, em conformidade com o contido no edital, proposta ofertada e contrato assinado e manter o controle nominal dos empregados da Contratada vinculados ao contrato, bem como exigir que se apresentem uniformizados, com crachá de identificação e bom comportamento, bem como que atendam aos protocolos de segurança no trabalho, conforme exigências feitas no edital da licitação e no contrato;
- VIII - Quando se tratar de prestação de serviços com caminhões/maquinário locado, manter absoluto controle sobre os serviços (como por exemplo, controle das horas trabalhadas ou volume carregado), além disso, observar se o caminhão ou máquina colocados no serviço atendem às exigências feitas no edital da licitação e relacionados no contrato;
- IX - Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades;
- X - Diante de uma irregularidade na execução contratual, o fiscal de contratos deve anotá-la e, não sendo de sua competência solucionar a pendência, deve solicitar aos seus superiores (gestor do contrato e diretores) as providências cabíveis;
- XI - Elaborar Relatório de Análise Técnica.

22 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

22.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.4. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o SURG, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento das participantes da licitação. A Administração poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

22.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na SURG.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.10. É facultado ao(a) Pregoeiro(a) ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

22.11. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

22.12. Os documentos assinados digitalmente pelos licitantes deverão ser passíveis de verificação pelo site <https://validar.iti.gov.br/>

22.13. Os casos não previstos neste Edital serão decididos à luz da Lei 13.303/16 e do Regulamento de Licitações e Contratos da SURG.

22.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br e www.surg.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85.012-030, Guarapuava - PR, nos dias úteis, no horário das 8h00min às 11h00min e das 13h00min às 18h00min, no mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Guarapuava - PR, de de 2023

HALMUNTH F. GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DESCRIÇÃO DO OBJETO**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023 - Processo Administrativo nº 28/2023**

1. DO OBJETO: Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 21/2023, conforme especificações constantes no quadro abaixo:

Item	Quant	Unid	Descrição detalhada
1	10.000	Unidade	CANALETA DE 14 CM 140X190X390, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016.
2	300	m3	Concreto usinado FCK 15 MPA (convencional)
3	400	m3	Concreto usinado FCK 20 MPA (convencional)
4	400	m3	Concreto usinado FCK 18 MPA (convencional)
5	10.000	Unidade	MEIO BLOCO VAZADO DE CONCRETO, NAS MEDIDAS 14CM 140X190X190, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016.
6	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR PRETO EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.
7	4.000	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.
8	1.000	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR VERMELHA EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.
9	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X8CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.
10	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO GUIA TÁTIL COM SINALIZAÇÃO ALERTA NA COR VERMELHA NAS MEDIDAS 20x10x6 cm, base de relevo com 30mm, topo do relevo 20mm, distância horizontal entre os centros do relevo de 50mm, com relevos trapezoidais de 5mm de altura, fabricado em concreto antiderrapante, de acordo com a ABNT NBR 9050/2020 e 16537/2016.
11	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO GUIA TÁTIL, DIRECIONAL DA COR VERMELHA, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM, base de relevo com 32mm, topo do relevo 25mm, distância horizontal entre os centros do relevo de 70mm, com relevos trapezoidais de 5mm de altura, fabricado em concreto antiderrapante, de acordo com a ABNT NBR 9050/2020 e 16537/2016.
12	700	UNID	GRELHA EM CONCRETO COM ARMAÇÃO DE AÇO DUPLA MÍNIMO 8MM, SOLDADO, NAS MEDIDAS 10X50X80CM, de acordo com a ABNT NBR 9062/2017

1.1. Conforme disposto no art. 34 da Lei 13.303/2016, bem como no art. 18 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, o valor de referência é **SIGILOSO** e somente será divulgado após a fase de lances.

1.2. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre este termo de referência e o constante na plataforma do pregão eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Termo de Referência.

1.3. Deverá ser especificado na proposta a marca ou procedência do produto ofertado.

1.4. A proposta deverá seguir o padrão estabelecido no Anexo IV.

2. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1. Itens 2 a 4 - Concreto Usinado:

2.1.1. O concreto usinado deve apresentar as seguintes resistências:

- FCK = 15 Mpa = 150 kgf/cm² (resistência 28 dias).
- FCK = 18 Mpa = 180 kgf/cm² (resistência 28 dias).
- FCK = 20 Mpa = 200 kgf/cm² (resistência 28 dias).

2.1.2. Sempre que exigido, deverá ser verificado o "SLUMP" (abatimento) do concreto usinado na obra, a ser realizado no ato da entrega do concreto e em conformidade com as normas da ABNT.

2.1.3. Sempre que exigido pelo fiscal ou encarregado da obra, a contratada deverá colher "corpos de prova" antes e durante a concretagem e providenciar às suas expensas a realização de ensaios laboratoriais de resistência à compressão aos 7 (sete) e 28 (vinte e oito) dias corridos, os quais deverão ser entregues ao encarregado de obras da SURG, tão logo à obtenção dos resultados.

2.1.4. Sempre que exigido, a contratada deverá apresentar atestados de ensaios laboratoriais atualizados (prazo não superior a 30 dias dos materiais componentes do concreto (cimento, pedra e areia) em conformidade com as normas da ABNT.

2.1.5. Deverão ser observadas as normas da ABNT, em especial as NBR 7212/2012 ("Execução de Concreto Dosado em Central"), 12655/2006 ("Concreto – Preparo Controle e Recebimento"), 5738/2003, 6118/2007, 15823/2010 e 15900/2009.

2.2. Piso intertravado e demais artefatos

2.2.1. O concreto do piso intertravado (normal, vermelho e preto) deve atender as especificações da NBR 9781/13 e ter resistência igual ou superior a 35 Mpa; o piso direcional e alerta deve atender os quesitos das NBR 9050/2020 e 16537/2016 versão corrigida 2:2018; os itens referente aos blocos de concreto deverão atender as especificações da NBR 6136/2016 versão corrigida: 2016.

2.2.2. A contratada deverá extrair amostras de piso intertravado normal a cada 500 m², amostras do piso direcional e de alerta a cada 300 m², dos blocos vazados de concreto e meio bloco e canaleta a cada lote de 500 peças. Estas amostras deverão ser ensaiadas segundo as especificações das normas técnicas acima citadas, sendo as despesas por conta da contratada, em laboratórios comerciais ou laboratório da própria fábrica, desde que possuam equipamentos credenciados ou rastreados pelo INMETRO.

2.2.3. A SURG reserva-se no direito de, a seu critério, solicitar ensaio de amostras dos produtos entregues a qualquer tempo, independente da obrigação da empresa disposta no parágrafo anterior, sendo as despesas de responsabilidade da contratada.

2.2.4. Mesmo no caso dos produtos terem sido objeto de inspeção e ensaios, a aceitação conforme critério definido pela SURG, dar-se-á após o recebimento, com a apresentação dos laudos das amostragem dos lotes e realização de inspeção visual das peças durante o descarregamento. As peças que apresentarem defeito ou trincas deverão ser substituídas.

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2023**

SURG – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava

Aos, na SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava, Estado do Paraná, situada na rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, em Guarapuava - Paraná, CEP 85.070-165, o Diretor Administrativo **Sr. HALMUTH F. GOBA BRANDTNER**, e Diretor Técnico **Sr. SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, combinado com a Lei Federal nº 10.520/02 e com Decreto Municipal nº 1.447/2007, e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico nº 21/2023 – Sistema de Registro de Preços**, realizado em de de 2023, às XXh00min, devidamente homologado, **RESOLVE, registrar preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023**, conforme condições previstas no instrumento convocatório, o qual, juntamente com as propostas classificadas passa a fazer parte integrante desta, independente de transcrição, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa, inscrita no CNPJ sob nº estabelecida na cidade de à Rua, bairro, CEP, aqui representada por (sócio, procurador, etc.), inscrito no CPF nº, cuja proposta foi classificada em 1º (primeiro) lugar, como segue:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta ATA é o Registro de Preços da PROMITENTE, devidamente quantificados e especificados na proposta apresentada, originária do Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços nº 21/2023, dos produtos abaixo descritos:

ITENS

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.2. As quantidades são estimativas para o período de validade desta ata, de acordo com a demanda, não se obrigando a SURG à aquisição total.

1.3. A SURG poderá, por meio do Departamento de Compras, adquirir o objeto da licitação de dois ou mais fornecedores que detenham preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento do detentor e obedecendo a ordem de classificação das respectivas propostas.

1.4. A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, após a assinatura da ata.

1.5. O compromisso do fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Emissão da Ordem de Compras ou instrumento equivalente.

1.6. Cada serviço deverá ser prestado mediante solicitação por escrito, através da Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento.

1.7. O objeto contratado deverá preencher as especificações técnicas descritas no **Anexo I** do Edital.

1.8. A existência de preços registrados em ata não obriga a SURG a firmar os contratos que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica, assegurada ao licitante registrado (detentor da ata) preferência em igualdade de condições, conforme preconiza o §3º, do art. 66, da Lei nº13.303/2016, combinado com o art. 110, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG;



2. DO PREÇO

2.1. O valor global do objeto é de R\$ ().

2.2. Os valores a serem pagos à Detentora da Ata serão aqueles discriminados na proposta apresentada e que se sagrou vencedora do certame, conforme descrito no item 1 desta ata.

2.3. Os preços dos produtos /serviços são fixos e equivalentes aos de mercado na data de apresentação da proposta.

2.4. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições sociais e para-fiscais), transportes de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

3. CRITÉRIOS DE ENTREGA

3.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto, de fiscalização, bem como os procedimentos para prestação do serviço e fornecimento estão previstos item 14 desse edital.

4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

4.2. A existência de preços registrados não obriga a SURG a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

5.1. Fica nomeada como GESTORA desta ata **Sra. Jorgete Lacerda**, matrícula 139106, a quem caberá acompanhar a execução do objeto e como FISCAL fica nomeado o **Sr. José Santos**, matrícula 140694, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados.

5.2. Compete ao **Gestor de Ata** a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação e, além de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, em especial as descritas no **Item 20** do Edital.

5.3. Constituem atribuições e responsabilidades do **Fiscal de Ata**, além a de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, o Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, todas as atividades listadas no **Item 21** do Edital.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do fornecimento / prestação de serviços correrão a conta de recursos próprios da SURG

7. DOS PAGAMENTOS

7.1. Os critérios de pagamento estão previstos item 16 desse edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

8.1. Deverá fornecer o objeto contratado com observância rigorosa das condições desta Ata, do Edital e seus Anexos, prestando os serviços / fornecimento de acordo com as especificações, dentro do prazo estipulado e nas quantidades definidas na Ordem de Fornecimento/Serviço, os quais serão solicitadas de acordo com a necessidade durante o período de validade desta ata.

8.2. Sujeitar-se-á à fiscalização dos serviços no ato da execução/entrega, reservando-se à SURG o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

8.3. Deverá refazer os trabalhos que eventualmente apresentem defeitos ou desconformidade de especificação, sem ônus para a SURG e sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.4. Fica expressamente estabelecida a responsabilidade exclusiva da Detentora da Ata pelos danos e consequências causados diretamente à SURG, decorrente de culpa ou dolo na qualidade do objeto entregue.

8.5. São igualmente de inteira responsabilidade todos os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do contrato e sua execução, com inteira exclusão de qualquer responsabilidade da SURG, sendo vedado qualquer tipo de reembolso.

8.6. Por qualquer forma de inadimplência da licitante vencedora da garantia total dos serviços executados, sem prejuízo do previsto neste instrumento e das responsabilidades administrativas, civil e criminal, observando o competente processo e a ampla defesa.

8.7. Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório.

8.8. Manter atualizados os dados do preposto* (nome, telefone, e-mail), bem como os dados da empresa para contato da Contratante com a Contratada, devendo informar eventuais alterações, para que não seja prejudicada a comunicação entre as partes.

(*representante da contratada responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto à SURG, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder em nome da Contratada às principais questões técnicas, legais e administrativas referente ao andamento contratual).

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1 Exercer a fiscalização da Ata verificando se os orçamentos com a discriminação dos serviços/produtos e a relação de peças a serem substituídas estão de acordo com o solicitado.

9.2 Notificar a Detentora da Ata por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no produto fornecido, fixando prazo para a sua correção.

9.3. Efetuar os pagamentos pactuados na Ata de Registro de Preços.

10. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, garantida a defesa prévia, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos;

10.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros, sendo que, no caso de reincidência, poderá ser aplicada a penalidade de suspensão.

10.3. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II - pela recusa em assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total da contratação;

IV - nos demais casos de atraso, haverá a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

V - no caso de inexecução parcial, haverá a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

VI - no caso de inexecução total, haverá a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação.

10.4. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

10.5. As sanções previstas nos incisos I e III do caput desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

10.6. As multas mencionadas nos incisos II e III acima, serão descontadas da garantia dos produtos entregues ou, se inexistente, dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito, cobradas mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso, podendo ser cumuladas com as demais sanções.

10.7. Aplica-se à presente disposição todas as demais condições contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, não expressamente dispostas neste tópico.

11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pela SURG, quando:

- I – a detentora descumprir as condições de ata de registro de preços;
- II – a detentora não retirar a Ordem de Fornecimento/Serviço ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- III – a detentora der causa ao cancelamento da ata de registro de preços;
- IV – em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da ata de registro de preços;
- V – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto a sua atualização;
- VI – por razões de interesse público devidamente fundamentado.

11.1.2. Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

- I – os preços registrados se apresentarem inferiores aos praticados no mercado, se não houver acordo quanto a sua atualização;
- II – comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.
- III – houver o atraso nos pagamentos devidos pela SURG, superior a três meses, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, conforme art. 174, inciso IX do RILCC da SURG;

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Boletim Oficial do Município juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado na SURG.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nesta ata, no caso de interrupção dos serviços.

11.4. Cancelada a ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada àquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pela SURG, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Boletim Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

12. DA PUBLICIDADE

12.1. Os preços registrados na Ata serão publicados, no Boletim Oficial do Município e anexado no site da SURG.

13. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Os preços oferecidos serão irrevogáveis.

13.2. Nas hipóteses previstas nos arts. 144 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, poderá ser revisto o valor registrado ou contratado, para a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro, mediante processo fundamentado e aceito pela Administração, em conformidade com o contido no **Anexo II**.

13.3 Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da Ata, os preços poderão ser revistos, a qualquer tempo, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações da SURG ou outro que venha a substituí-lo.

13.4. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação da empresa Contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.5. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

- a) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
- b) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
- c) A configuração de risco econômico extraordinário e extracontratual;
- d) O cumprimento das exigências previstas no Edital da licitação ou Ata de Registro de Preços, conforme item abaixo.

13.6. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Gestor da Ata, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- I – Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
- III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original emitida a partir da data da 1ª publicação deste Edital até a data de realização da sessão de abertura da sessão pública de proposta de preços;
- IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, orçamentos de fornecedores juntados à proposta de preços, etc.

13.7. Após a avaliação do requerimento, o Gestor da Ata emitirá parecer constatando de forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no Regulamento Interno da SURG, bem como preencherá Planilha de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e encaminhará o processo à Divisão de Contabilidade para conferência.

13.8. Cumprido o previsto no subitem anterior a Divisão de Contabilidade encaminhará o processo Assessoria Jurídica da SURG para emissão de Parecer Jurídico.

13.9. Após emissão de Parecer Jurídico, o processo será encaminhado ao Diretor da Pasta para autorização final.

13.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:

- I - ausência de elevação dos encargos do particular;
- II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
- III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;
- IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

13.11. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

13.12. Configurando-se situação em que os preços inicialmente contratados tornem-se, no transcurso da vigência da ata/execução contratual, demasiadamente superiores aos praticados no mercado, em virtude de fatores externos, caracterizando-se situação de onerosidade excessiva para a Administração Pública, deverá o Gestor da Ata adotar as medidas necessárias à revisão da ata, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

13.13. Compete ao Gestor da ata de registro de preços, sob a supervisão do Diretor da respectiva pasta, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.

13.14. A Detentora da Ata/Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços."

13.15. A revisão aplicada para aumentar não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, podendo manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação.

13.16. É vedado à licitante contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital de licitação.

13.17. Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros, for verificado que o valor registrado está acima dos preços praticados no mercado, será convocada a licitante, para adequar os preços registrados àqueles apurados pelo órgão gerenciador, sob pena de cancelamento do registro.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, a proposta de preços da detentora.

14.2. Fica eleito o foro da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, como o único competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Guarapuava - PR, de de 2023.

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

SANDRO ALEX RUSSO VALERA
Diretor Técnico

CONTRATADA
Representante Legal

JORGETE LACERDA
Testemunha / Gestora da Ata

JOSÉ SANTOS
Testemunha / Fiscal da ata

ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO

MINUTA DE CONTRATO Nº ____/2023

**CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A COMPANHIA DE SERVIÇOS DE
URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG E A
EMPRESA**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de fornecimento, sem vínculo empregatício, de um lado a **COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG**, com sede na rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, na cidade de Guarapuava, estado do Paraná, CEP 85.012-030 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.646.273/0001-07, a seguir denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Diretor Administrativo **Sr. HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER** brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 057.836.209-04, e o seu diretor Técnico, **Sr. SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 881.700.209-72, ambos com domicílio profissional no mesmo endereço indicado da SURG.

E de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede a Rua, nº, Bairro, CEP, (cidade, estado)....., neste ato representada pelo Sr., inscrito no CPF/MF sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, vêm firmar o presente Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preço nº .../2023**, nos termos da Lei nº federal 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, bem como, o processo realizado na forma de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023**, por Sistema de Registro de Preços, que fazem parte integrante deste instrumento, como se nele estivessem transcritos, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **aquisição de materiais de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023**, conforme especificações e quantitativos descritos no subitem 1.4 deste contrato.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Conforme permissivo legal, insculpido no artigo 139, parte final do §2º do RILCC da SURG, as partes convencionam que a Contratante, no decorrer da vigência contratual, poderá exceder os limites de supressão dos objetos estabelecidos no §1º, do referido RILCC.

1.4. Discriminação do objeto:

Lote	Item	Quant	Unid	Descrição do material	Valor Unitário	Valor Total
						VALOR TOTAL R\$

1.5. A SURG procederá a aquisição do(s) produtos acima referidos de acordo com a oportunidade e conveniência do departamento solicitante, razão pela qual não se obriga a adquirir, dentro do prazo de vigência contratual, a totalidade do quantitativo dos produtos consignados no subitem acima (1.4), sendo que tal fato não gerará direito algum à contratada, acerca do recebimento total do valor ora contratado, e ou mesmo a aplicação de qualquer penalidade à contratante por suposto descumprimento parcial do contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de (.....) meses, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 133 e 136, ambos do Regulamento Interno de Licitações Contratos e Convênios da SURG.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.2. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas com recursos próprios da SURG.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. Os critérios de pagamento estão previstos item 16 desse edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Após o interregno de um ano, mediante requerimento prévio da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice que menor percentual represente à época de sua concessão, acarretando a menor onerosidade possível à SURG, de acordo com o que determina o princípio da economicidade, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = Índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.9. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da Ata, os preços poderão ser revistos, a qualquer tempo, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações da SURG ou outro que venha a substituí-lo.

6.10. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da SURG ou mediante solicitação da empresa Contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas.

6.11. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

- a) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
- b) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
- c) A configuração de risco econômico extraordinário e extracontratual;
- d) O cumprimento das exigências previstas neste contrato, no Edital da licitação ou Ata de Registro de Preços.

6.12. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Gestor da Ata, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- I – Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente contratados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
- III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original emitida a partir da data da publicação deste contrato;
- IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, orçamentos de fornecedores juntados à proposta de preços, etc.

6.13. Após a avaliação do requerimento, o Gestor da Ata emitirá parecer constatando de forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no Regulamento Interno da SURG, bem como preencherá Planilha de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e encaminhará o processo à Divisão de Contabilidade para conferência. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.14. Cumprido o previsto no subitem anterior a Divisão de Contabilidade encaminhará o processo Assessoria Jurídica da SURG para emissão de Parecer Jurídico

6.15. Após emissão de Parecer Jurídico, o processo será encaminhado ao Diretor da Pasta para autorização final.

6.16. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:

- I - ausência de elevação dos encargos do particular;
- II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes da assinatura do contrato;
- III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;
- IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

6.17. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

6.18. Configurando-se situação em que os preços inicialmente contratados tornem-se, no transcurso da vigência da ata/execução contratual, demasiadamente superiores aos praticados no mercado, em virtude de fatores externos, caracterizando-se situação de onerosidade excessiva para a SURG, deverá o Gestor do Contrato adotar as medidas necessárias à revisão do contrato, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro

6.19. Compete ao Gestor do contrato, sob a supervisão do Diretor da respectiva pasta, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.

6.20. A Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste contrato.



6.21. A revisão aplicada para aumentar não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, podendo manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação.

6.22. Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros, for verificado que o valor contratado está acima dos preços praticados no mercado, será convocada a licitante, para adequar os preços contratados àqueles apurados pelo órgão gerenciador, sob pena de rescisão do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto, de fiscalização, bem como os procedimentos para prestação do serviço e fornecimento estão previstos item 14 desse edital.

9. CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 166, § 2º e artigos seguintes do RILCC, será designado representante legal ou seu preposto, que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos técnicos e legais, devendo efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução do contrato e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da SURG ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Tema nº 246/STF.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. Fica nomeada como GESTORA deste contrato a **Sra. Jorgete Lacerda**, matrícula 139106, a quem caberá acompanhar a execução do objeto e como FISCAL fica nomeado o **Sr. José Santos**, matrícula 140694, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados.

9.5. Compete ao **Gestor de Contrato** a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação e, além de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, em especial as descritas no **Item 20** do Edital.

9.6. Constituem atribuições e responsabilidades do **Fiscal do Contrato**, além a de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, o Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, todas as atividades listadas no **Item 21** do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como neste contrato;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, da proposta e neste contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.3. São obrigações da Contratada:

10.3.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.3.2. Sujeitar-se-á à fiscalização dos serviços no ato da execução/entrega, reservando-se à SURG o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

10.3.3. Fica expressamente estabelecida a responsabilidade exclusiva da Contratada pelos danos e consequências causados diretamente à SURG, decorrente de culpa ou dolo na qualidade do objeto entregue.

10.3.4. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato;

10.3.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.3.7. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.3.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.3.9. Manter atualizados os dados do preposto* (nome, telefone, e-mail), bem como os dados da empresa para contato da Contratante com a Contratada, devendo informar eventuais alterações, para que não seja prejudicada a comunicação entre as partes.

(*representante da contratada responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto à SURG, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder em nome da Contratada às principais questões técnicas, legais e administrativas referente ao andamento contratual).

10.3.10. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

10.3.11. Para a verificação da regularidade fiscal e trabalhista, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a nota fiscal e ou fatura, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, garantida a defesa prévia, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos;

11.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros, sendo que, no caso de reincidência, poderá ser aplicada a penalidade de suspensão.

11.3. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II - pela recusa em assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total da contratação;



- IV - nos demais casos de atraso, haverá a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;
- V - no caso de inexecução parcial, haverá a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;
- VI - no caso de inexecução total, haverá a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação.

11.4. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

11.5. As sanções previstas nos incisos I e III do caput desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

11.6. As multas mencionadas nos incisos II e III acima, serão descontadas da garantia dos produtos entregues ou, se inexistente, dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito, cobradas mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso, podendo ser cumuladas com as demais sanções.

11.7. Aplica-se à presente disposição todas as demais condições contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, não expressamente dispostas neste tópico.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

- I - por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;
- II - amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a SURG;
- III - judicialmente, nos termos da legislação.
- IV - devido o atraso nos pagamentos devidos pela SURG, superior a três meses, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, conforme art. 174, inciso IX do RILCC da SURG;

12.2. A rescisão por ato unilateral deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

12.3. Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o subitem anterior^o será de 90 (noventa) dias.

12.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

12.5. A rescisão por ato unilateral da SURG acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no RILCC da SURG:

- I - assunção imediata do objeto contratado, pela SURG, no estado e local em que se encontrar;
- II - execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela SURG;
- III - na hipótese de insuficiência ou ausência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à SURG.

12.6. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 173 do RILCC da SURG.

12.7. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- 12.7.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.7.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.7.3 Indenizações e multa

12.8. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogações extraordinárias, conforme art. 137 do RILCC da SURG, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada

à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- a - omissão ou atraso de providências a cargo da SURG;
- b - atraso nos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.

12.8.1. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o prazo ou cronograma de execução poderá ser prorrogado por período necessário a execução total do objeto.

12.8.2. Uma vez prorrogados os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega na forma deste artigo, o prazo de vigência contratual será prorrogado na mesma medida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos no RILCC da SURG.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 139 e seguintes do RILCC da SURG.

14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no RILCC da SURG, na Lei Federal nº 13.303/2016 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Boletim Oficial do Município, no prazo previsto no RILCC da SURG.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da comarca de Guarapuava para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme RILCC da SURG.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Guarapuava, de..... de 2023

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

SANDRO ALEX RUSSO VALERA
Diretor Técnico

NOME DA EMPRESA
CONTRATADA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal

JORGETE LACERDA
Testemunha/Gestora do contrato

JOSÉ SANTOS
Testemunha/Fiscal do Contrato

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA**PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA**(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

EDITAL DE PREGÃO Nº 21/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2023

Empresa: CNPJ

Endereço: Cidade: Estado:

Fone / Whatsapp: Email:

Dados Bancários:

Banco: Agência: Conta:

OBJETO: Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023, conforme especificações constantes neste edital e em seu Anexo I.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
01						
02						
...						

Valor unitário = R\$ (... por extenso...)

Valor global = R\$ (... por extenso ...)

Validade da proposta: 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO e/ou alteração do Edital.

Prazo de Entrega dos Produtos: 10 (dez) dias a contar da emissão da Ordem de Compras.

A empresa declara estar incluso nos preços da proposta, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, carga e descarga, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação.

Declara ainda que a apresentação desta proposta implica na plena, ampla e total aceitação das condições estabelecidas no edital de pregão eletrônico nº 21/2023 e seus ANEXOS I e II (termo de referência e minuta da Ata de Registro de Preços, respectivamente).

Local, de de 2023.

.....
Nome e Assinatura do sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante
(Nº Cédula de Identidade)

ANEXO V – DEMONSTRATIVO CAPACIDADE FINANCEIRA
(modelo)**À Equipe de apoio de pregões**SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Ref.: Pregão Eletrônico nº 21/2023

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no Balanço Patrimonial do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de Índice	Valor em Reais	Índice
Liquidez Geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$		
Liquidez Corrente (LC) $LC = (AC / PC)$		
Solvência Geral (SG) $SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$		

AC: Ativo Circulante	RLP: Realizável a Longo Prazo
AP: Ativo Permanente	ELP: Exigível a Longo Prazo
PC: Passivo Circulante	

Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais.

Quando o índice de Liquidez for menor que 1,00 (um vírgula zero) a proponente poderá comprovar através de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, que poderá ser verificado por meio do Balanço Patrimonial.

Patrimônio Líquido: R\$ (valor por extenso) equivale a % do valor estimado da contratação.

Local, de de 2023.

Nome do Contador
Com número de inscrição no CRC



95
P

PARECER JURÍDICO nº 036/2023

Interessado: Departamento Técnico.

Processo de pregão eletrônico nº21/2023 – Processo Administrativo nº 28/2023

Assunto: Trata-se de parecer sobre pregão eletrônico, é registro de preço para aquisição de artefatos de concreto.

EMENTA: Direito Administrativo. Licitações e Contratos. Modalidade pregão ELETRÔNICO. Critério julgamento menor preço por ITEM. Leis 13.303/2016, 10.520/2002, Lei 123/2006, bem como os requisitos contidos em nosso Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, para a modalidade Pregão ELETRÔNICO.

I – Relatório:

Vem ao exame dessa Advogada, na forma do art. 15, do nosso Regulamento Interno de Licitações, o presente processo administrativo, o presente procedimento, Pregão Eletrônico nº21/2023 – critério de julgamento, menor preço - POR ITEM, donde consta:

1.1. No documento **requisição preliminar 31/2023** (das folhas 03 até a 04), em seu item 1 indica o objeto como **“registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que restaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023.”** Na sequência há justificativa, detalhamento do objeto com descrição e local de entrega.

1.1. No documento **Termo de referência** (das folhas 05 até 11, contém item 1 “objeto” com mesma descrição da requisição preliminar, tabela (contendo item, quantidade, unidade e descrição detalhada, no item 2 diz que a motivação/justificativa é **“A SURG, no cumprimento de suas missões institucionais e obrigações assumidas, executa diversos serviços relacionados à urbanização, galerias, drenagem urbana, entre outros e, para tanto, utiliza-se dos materiais previstos nesta requisição. A aquisição de blocos de concreto intertravado (paver) se faz necessária para execução de novas calçadas no município de Guarapuava, inclusive para adequação da mobilidade urbana; os blocos e canaletas de concreto serão utilizadas para construção de caixas e contenção de diversas vias públicas para captação e direcionamento de águas pluviais; os tubos de concreto são utilizados na construção e manutenção do sistema de drenagem pluvial, permitindo o escoamento da água para uma rede de destino. Desta forma, justifica-se a disponibilização destes insumos para a execução dos serviços, cuja incumbência é da SURG. Cabe ressaltar também que os itens restaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023, o que justifica a abertura de novo processo para sua aquisição. No que dispõe a respeito do quantitativo dos itens relacionados nesta requisição, estes produtos apresentam uma demanda variável e as quantidades aqui solicitadas tiveram como base uma média de consumo desses materiais em anos anteriores, aliadas a cálculo de consumo esperado para os próximos períodos, chegando-se a uma estimativa aproximada para compor os quantitativos presentes na tabela abaixo e que servirão para atender as perspectivas de execução de diversas obras e serviços e manutenções necessárias..”** Consta do termo de

1



96
S

referência também: a informação de que não existe contratos vigentes; consta também os itens: justificativa para utilização do sistema registro de preços; classificação dos bens/serviços comuns; método e estratégias de suprimento; valor estimado, Microempresas e empresas de pequeno porte; recebimento e critério de aceitação do objeto; obrigações da contratada, obrigações da contratante, controle da execução, condições de pagamento e vigência da ata/contato.

1.2. justificativa referente ao preço de referência, nos seguintes termos: **“Está anexa ao presente Termo de Referência a cotação dos preços elaborada em conformidade com o art. 17 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SURG - RILCC, os quais foram obtidos junto ao mercado do ramo de atividade do objeto, com fornecedores locais e regionais, no sistema do Banco de Preços e Pannel de Preços do Governo Federal, bem como atas de licitações de outros municípios e ata da SURG vigente nos últimos 12 (doze) meses. Para composição da média, foi desconsiderado o orçamento que apresentaram preços excessivamente elevados quando, comparativamente, verificada grande variação entre os valores apresentados pelos demais.”**

1.3. Foram juntados:

- Às folhas 12 comunicado dos itens frustrados;
- Das folhas 13 até 15, ata registro de preços da SURG;
- Das folhas 16 até 20/verso e 31 até 32/verso foi juntado atas de licitações de outros municípios;
- Das folhas 21 até 30, 33 até 35, orçamentos (com respectivos e-mails);
- Das folhas 36 até 41/verso, cotação junto ao Tribunal de Contas do Estado do Paraná;
- Das folhas 42 até 44, cotação junto ao sistema banco de preços;
- Das folhas 45 até 50, cadastro nacional de pessoa jurídica das empresas que se colheu orçamentos;
- Às folhas 51 e 52, mapa comparativo de preços;
- Às folhas 53 previsão de haver recursos financeiros assinado pela Contadora da SURG;
- Às folhas 54 foi juntada da Ata contendo a nomeação dos diretores Técnico e Administrativo da Companhia, e às folhas 55 foi juntada a publicação de tal ata;
- Às folhas 56 foi juntada da portaria contendo para a nomeação de pregoeiro oficial;
- Às folhas 57 foi juntada a portaria de nomeação dos Gestores e Fiscais dos Contratos;

1.4. Consta no processo administrativo, **Minuta de Edital de Licitação** sob rito: Pregão Eletrônico nº 21/2023 (folhas 58 “usque” 77); E anexos:

- **Anexo I – Descrição Detalhada do Objeto (às folhas 78 e 79);**
- **Anexo II – Minuta Ata Registro de Preços (das folhas 80 até 85);**
- **Anexo III – Minuta de Contrato (das folhas 86 até 92);**
- **Anexo IV – Modelo de Proposta Comercial Ajustada (folhas 93), e;**
- **Anexo V – Demonstrativo Capacidade Financeira - Modelo (folhas 94);**

É o relatório.

II – Das Preliminares Ponderações:

É bom destacar que o Parecer Jurídico em Processos Licitatórios cumpre a função de análise à legalidade do procedimento, bem como, dos pressupostos formais da contratação, ou seja, avaliar a compatibilidade dos atos administrativos produzidos no processo de contratação pública com o sistema jurídico vigente.

S



97

Ressalte-se que o parecer jurídico visa a *sugerir* providências administrativas a serem estabelecidas nos atos da administração ativa e importante destacar também, que estão excluídos da análise os aspectos relativos à conveniência e a oportunidade da realização de determinada contratação que fica a cargo do Gestor Público, ordenador das despesas.

Não serão objeto da análise os aspectos de natureza *técnica, econômica, financeira e administrativa* que são de responsabilidade dos departamentos e administradores da Companhia.

Destaca-se por fim, que as manifestações desta Advogada possui natureza opinativa e, portanto não vinculante para o gestor público, o qual pode, de forma justificada, adotar orientação contrária a esta orientação, ou seja, a presente manifestação tem natureza obrigatória, porém, não vinculante. De tal forma, passa-se ao exame da questão.

III – Da Fundamentação legal:

Primeiramente, há que se verificar que a presente manifestação, baseia-se nos documentos constantes no processo administrativo em epígrafe, no momento da análise.

3.1. Do processo de licitação:

A Constituição da República, em seu artigo 37, XXI, prevê a obrigatoriedade de licitação para as contratações realizadas pela Administração Pública, senão vejamos:

“(....)XXI – ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações(.....)”.

A obrigatoriedade da realização do procedimento licitatório é um corolário do princípio constitucional da isonomia, previsto na Constituição Federal de 1988 (art. 5º, I), pelo qual, todos devem receber tratamento igual pelo Estado. Evita-se, desse modo que os parceiros sejam escolhidos por critérios de amizade pessoal e outros interesses que não o da consecução da finalidade pública. Assim, o objeto imediato e próprio da licitação é evitar a ocorrência do arbítrio e do favoritismo.

Segundo o constitucionalista Alexandre de Moraes, **"a licitação representa, portanto, a oportunidade de atendimento ao interesse público, pelos**

3



particulares, numa situação de igualdade". Sempre que haja possibilidade de concorrência, sem prejuízo ao interesse público, deverá haver licitação.

Lembramos que a Lei 14.133/21 dispõe em seu artigo 1º, §1º as sociedades de economia mista não são regidas por esta lei, , senão vejamos:

Art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas diretas, autárquicas e fundacionais da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, e abrange:

.....

§ 1º Não são abrangidas por esta Lei as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as suas subsidiárias, regidas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, ressalvado o disposto no art. 178 desta Lei.

Ressalvado portanto o seu artigo 178, o qual delineia os crimes de licitação e contratos da administração pública, que inclusive foram incluídos no Código Penal.

De tal maneira, para nortear as Licitações Públicas nas Estatais, como é o caso da *Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG*, uma sociedade anônima de economia mista, foi criada a Lei das Estatais (Lei 13.303/2016) e em seu artigo 28, fixou-se a licitação, via de regra, para se contratar com terceiros. E no caso em questão, contratação de empresa **para aquisição de bens**, também é regra sua contratação mediante licitação, senão vejamos:

Art. 28. Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços às empresas públicas e às sociedades de economia mista, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos termos desta Lei, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 29 e 30.

Segue tal sentido o nosso Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, eis que em seu artigo 119, determina:

Art. 119. Os contratos com terceiros destinados à prestação de serviços a SURG, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição e à locação de bens, à alienação de bens e ativos integrantes do respectivo patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse patrimônio, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidos de licitação nos termos deste RILC, ressalvadas as hipóteses previstas nos arts. 120 e 121.



Assim, verificado a necessidade licitatória do objeto, passamos a análise da modalidade adotada.

3.2. Da Modalidade adotada – PREGÃO ELETRÔNICO:

E especificamente para as Estatais, como a SURG, as diretrizes licitatórias e contratuais foram unificadas na Lei 13.303/2016, donde a adoção preferencial de licitação denominada **pregão**, encontra-se fixada no inciso IV de seu artigo 32, como podemos observar:

Art. 32. Nas licitações e contratos de que trata esta Lei serão observadas as seguintes diretrizes:

I – padronização do objeto da contratação, dos instrumentos convocatórios e das minutas de contratos, de acordo com normas internas específicas;

II – busca da maior vantagem competitiva para a empresa pública ou sociedade de economia mista, considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;

III – parcelamento do objeto, visando a ampliar a participação de licitantes, sem perda de economia de escala, e desde que não atinja valores inferiores aos limites estabelecidos no art. 29, incisos I e II;

IV – adoção preferencial da modalidade de licitação denominada **pregão**, instituída pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado; (grifo nosso)

E em tal modalidade, **Pregão** é importante mencionar o art. 3º da Lei nº 10.520/2002 que relaciona os atos que devem ser seguidos pela administração durante a fase preparatória, *in verbis*:

“Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte:

I – A autoridade competente justifica a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com fixação dos prazos para fornecimento;

II – A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição;

III – Dos autos do procedimento constarão a justificativa das definições referidas no inciso I deste artigo e os



100
P

indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiveram apoiados, bem como o orçamento, elaborado pelo órgão ou entidade promotora da licitação, dos bens ou serviços a serem licitados; e

IV – A autoridade competente designará, dentre os servidores do órgão ou entidade promotora da licitação, o pregoeiro e respectiva equipe de apoio, cuja atribuição inclui, dentre outras, o recebimento das propostas e lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, bem como a habilitação e a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor;

§ 1º A equipe de apoio deverá ser integrada em sua maioria por servidores ocupantes de cargos efetivo ou emprego da administração, preferencialmente pertencentes ao quadro permanente do órgão ou entidade promotora do evento”.

Compulsando o processo administrativo observo que o desejo é **registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado**. E atende ao disposto no § único do artigo 21 de nosso Regulamento Interno de Licitações, que diz:

Art. 21. As licitações da SURG poderão ser processadas com base nos seguintes procedimentos:

I – Licitação pelo rito da modalidade Pregão, presencial ou eletrônico;

II – Licitação pelo modo de disputa aberto;

III – Licitação pelo modo de disputa fechado;

IV – Licitação pelo modo de disputa combinado.

Parágrafo único. Para a contratação de bens e serviços comuns, assim entendidos aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado, a licitação pelo rito da modalidade de pregão instituída pela Lei nº 10.520/2002 é preferencial, podendo ser substituída pelos demais procedimentos mediante justificativa. (Grifo Nosso)

Desta maneira, a eleição da modalidade licitatória **pregão eletrônico** depende de ter como objeto, produto e/ou serviço comum no mercado, ou seja, aquele que pode ser disponibilizado por vários fornecedores no local, o que neste caso me parece existir.

No Acórdão nº 785/2008-Pleno do TCE-PR, por exemplo, o **Tribunal respondeu consulta no sentido de entender pela aplicabilidade de pregão eletrônico para a compra de televisores**, reforçando que cabe ao ente demonstrar que o objeto a ser licitado por pregão deve ser de natureza comum “ao considerar-se que os padrões de desempenho e qualidade podem, como foram, objetivamente definidos pelo instrumento convocatório, por meio de especificações usuais no mercado.

6
P



Id

Enfim, rito procedimental do pregão coerente com a finalidade e os objetivos preconizados no artigo 37, XXI e no artigo 173, parágrafo 1º, III da Constituição da República.

3.3. Dos privilégios, das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte:

Observamos no presente procedimento licitatório que os privilégios das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte foram respeitados de acordo com a Lei Complementar no. 123/2006, lei 13.303/2016 e nosso regulamento interno de licitações, eis que é do compromisso da administração a observância de tais privilégios no certame licitatório.

3.4. Da forma de obtenção da média constante da tabela de preços:

Observei que foi efetuada a média de preços, constante da tabela de preços, com base na **pesquisas junto aos fornecedores, junto ao sistema Banco de Preços e ata de licitação de outro ente**, enfim foram considerados os preços praticados no mercado local, utilizou-se dos critérios, dentre os colocados nos incisos I a VII, e parágrafos do artigo 17 de nosso regulamento interno de licitações, senão vejamos:

Art. 17. A estimativa do valor máximo do objeto da contratação no caso de aquisições ou de contratação de serviços será realizada a partir dos seguintes critérios:

I – preços existentes nos bancos de preços do sistema GMS, do Governo do Estado do Paraná, neste caso será admitida a pesquisa de um único preço;

III – preços obtidos por outros órgãos ou entidades públicas;

IV – preços de tabelas oficiais;

V – pesquisas em mídias especializadas, sítios eletrônicos especializados, ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora do acesso;

VI – por meio de planilhas de custos e formação de preços elaborados pela própria SURG;

VII – pesquisa junto aos fornecedores de bens ou prestadores de serviços, desde que as datas das pesquisas não ultrapassem a mais de 180 (cento e oitenta) dias.

§1º. Os parâmetros previstos nos incisos deste artigo poderão ser utilizados de forma combinada ou não, devendo ser priorizados os previstos nos incisos I e II e demonstrado no processo administrativo a metodologia utilizada para obtenção do preço de referência.

§2º. Serão utilizados, como metodologia para obtenção do preço de referência para a contratação, a média, a mediana ou o menor dos valores obtidos na pesquisa de preços, desde que o cálculo incida sobre um conjunto de três ou mais preços, oriundos de um ou mais dos parâmetros adotados neste artigo, desconsiderados os valores inexequíveis e os excessivamente elevados.

7



§3º. Poderão ser utilizados outros critérios ou metodologias, desde que devidamente justificados pela autoridade competente.

§4º. Os preços coletados devem ser analisados de forma crítica, em especial, quando houver grande variação entre os valores apresentados.

§5º. Para desconsideração dos preços inexequíveis ou excessivamente elevados, deverão ser adotados critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

§6º. Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa com menos de três preços ou fornecedores.(grifo nosso)

Quanto ao preço, como bem descreve Marçal Justen Filho, a sua **razoabilidade deverá ser verificada em razão de sua similaridade com as adotadas pelo particular para o restante de sua atividade profissional.**

O processo possui em seu conteúdo as pesquisas de preços, que permite a mensuração de estimativa do preço e do valor da despesa a ser contratada, a qual parece ser a mais ampla possível, pois envolvendo preços praticados na região, banco de preços e painel de preços **(o que foi utilizado para se compor a tabela de preços constante, da folhas 49 à 50/verso).**

3.5. Do critério de julgamento – MENOR PREÇO:

No Instrumento convocatório o critério de julgamento utilizado é o de menor preço por **ITEM**, opção dada no inciso I do artigo 54 da lei 13.303/2016, bem como, a opção dada no inciso I do artigo 71 de nosso regulamento interno de licitações contratos e convênios (RILCC), senão vejamos:

“Art. 71. Nas licitações da SURG, poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento:

- I – menor preço;**
- II- maior desconto**
-”**

Parece-me que o gestor, cercou-se das cautelas necessárias que assegurem a idoneidade dos preços de referência a serem definido.

3.6. Do regime de execução da licitação - Da forma de fornecimento:

Quanto ao regime de execução, nosso Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, no seu artigo 22, determina que o Administrador deve determinar se a licitação será por ITEM ou LOTE global, quando a proposta dos licitantes deve englobar toda a execução do objeto, senão vejamos:



1103
D

Art. 22. Nas contratações da SURG poderá ser utilizado um dos seguintes

regimes de execução:

I - empreitada por preço unitário;

II - empreitada por preço global;

III - contratação por tarefa;

IV - empreitada integral;

V - contratação semi-integrada;

VI - contratação integrada.

O Tribunal de Contas da União editou a Súmula 247 que preconiza: **"É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade"**.

Deste modo, a regra é que as licitações sejam por **ITEM**, a fim de preservar a competitividade e fomentar a livre iniciativa, previstos, respectivamente, no art. 2º Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios.

No presente caso a opção foi por ITEM.

3.7. Do instrumento convocatório/minuta do edital:

É imprescindível, na fase interna ou preparatória do processo licitatório, **minuta do edital**, donde deverão ser considerados todos os atos atinentes ao início do processo na elaboração das minutas, sendo respeitadas, a necessidade e conveniência da contratação; se os pressupostos legais para a contratação estão presentes, desde a solicitação, autorização até a disponibilidade de recursos para dar atendimento ao contratado; se há prática de atos antecedentes imprescindíveis à licitação, tais como quantificação da necessidade administrativa, pesquisa de preços, estimativa da contratação; definição do objeto de forma clara, concisa e objetiva; definição da modalidade a ser adotada; termo de referência e critério de julgamento.

A análise da minuta de edital será conduzida à luz da legislação aplicável, principalmente ao que foi estabelecido em nosso Regulamento Interno de Licitações, importante ressaltar que esta advogada se atem, tão somente, as questões relativas à legalidade das minutas, **ressalvando, portanto, que todo o procedimento deverá observar a legislação supracitada,**

9



104
8

principalmente no tocante a prazos e atos essenciais, não nos competindo nenhuma consideração acerca do mérito da presente contratação e da discricionariedade da Administração Pública ao traçar os parâmetros dos bens/serviços entendidos como necessários, bem como, a forma de execução. Bom destacar que a minuta do instrumento convocatório, quando não for utilizado minutas-padrão previamente aprovadas, em conformidade com a letra "i" do artigo 15 do nosso RILCC, deve ser aprovada mediante expediente próprio como dispõe a letra "h" do artigo 15 do nosso RILCC.

O artigo 37 do nosso Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios estabelece critérios mínimos de exigências que deverão ser contemplados na minuta do edital, desta maneira, passamos a análise de tais critérios:

- No item I observo que o objeto da licitação foi descrito de forma sucinta e clara, a minuta destaca com clareza o **objeto** desta licitação (**item 1.1**), qual seja, **"O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico 10/2023, conforme especificações constantes deste edital e do seu Anexo I"**, atendendo ao disposto no inciso I, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações;
- Analisando o Preâmbulo da Minuta do Edital verificou-se que este atende todas as exigências do inciso II, do artigo 37 de nosso Regulamento interno de licitações, pois informa com clareza e objetividade, **a modalidade Pregão ELETRÔNICO** como sendo a adotada por este edital;
- Denotamos que os critérios de classificação para cada etapa da disputa e as regras para apresentação de propostas e de lances foram evocadas nos incisos 4, 5, 6 e 7 do instrumento convocatório em comento, atendendo assim ao disposto na parte final do inciso III, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações.
 - a) Bom destacar que a Lei das Estatais, em seu artigo 56, IV, c/c artigo 57, parágrafos 1º e 3º, adotou o "preço máximo" como regra, de modo que será imperiosa a desclassificação de propostas que "se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação" quando realizado o pregão;
- Os requisitos de conformidade das propostas foram especificados no item 5, atendendo assim ao disposto no inciso IV, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações;
- Quanto à data, em que serão recebidos os envelopes de documentação e proposta, observamos que deixado apenas a lacuna para ser preenchida no edital definitivo, **assim entendo que no edital definitivo deve ser dado atendimento ao estabelecido no inciso V, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações;**

10
D



105
P

- Os critérios de desempate foram observados preâmbulo e no item 6.16 do instrumento convocatório, atendendo assim ao disposto no inciso VI, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações, **porém quanto ao critério de julgamento deve ser esclarecido para dar atendimento ao constante do inciso VI, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações;**
- Quanto ao critério de aceitabilidade dos preços, tal critério foi apresentado no item 7 do edital dando atendimento ao apontado no inciso VII, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações.
 - a) Bom destacar que no tocante aos critérios para aferição de suposta inexecuibilidade das propostas no pregão, na esteira do que consta do enunciado na Súmula 262 do TCU, vislumbra-se a relevância de se aplicar as disposições do artigo 56, incisos III e V e parágrafos 2º e 3º, da Lei das Estatais. Tais dispositivos não só estabelecem o dever de realização de "diligências para aferir a exequibilidade das propostas" — o que inclui a garantia da oportunidade para que as licitantes demonstrem a viabilidade econômica de suas ofertas, como também a obrigatoriedade de fazer constar dos editais os "critérios de aceitabilidade de preços que considerem o preço global, os quantitativos e os preços unitários"(o que consta do edital item 7).
- Quanto aos requisitos de habilitação observo que os mesmos vêm estampados no item 8 do instrumento convocatório, alinhados aos documentos pertinentes a espécie, de acordo com o disposto nos artigos 42, 43, 45 e 46 do nosso Regulamento Interno;
- Quanto aos prazos e meios para apresentação de pedidos de esclarecimentos, impugnações e recursos estes vêm estampados nos itens 9 e 18 da minuta de edital dando atendimento assim ao disposto no inciso X, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações;
- Quanto aos prazos e condições para a entrega do objeto observo que os item 14 do instrumento convocatório os indica, atendendo assim ao disposto no inciso XI, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações. Quanto a vigência contratual, **ESTA VEM ESTAMPADA NO ITEM 12.1.1**, em edital atendendo o disposto no 134 do nosso regulamento interno de licitações.
- **Observei que no edital existe a indicação do fiscal e do gestor do contrato nos itens 21.1 e 20.1(respectivamente), os mesmos da minuta "ata registro de preços"(item 5.1), e mesmos constantes da Minuta Contratual(item 9.4);**
- Quanto às formas, condições e prazos de pagamento, estes vêm descritos no item 16 da minuta de edital(que remete ao anexo I, item 9) e quanto ao critério de revisão dos preços e do equilíbrio econômico este foi

11
P



apresentado no item 13 do edital de licitações, dando atendimento ao disposto no inciso XII, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações;

- Quanto a faculdade da exigência de garantias, **esta foi citada no item 11;**
- Quanto às sanções, o edital apresenta o rol de infrações, no item 17, que poderão acarretar a aplicação de sanções para o caso de não cumprimento de cláusulas contratuais, estas foram fixadas no item XI da minuta do edital, assim entendo que atendido o disposto no inciso XIV, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações e
- O edital estabeleceu prazo de validade da proposta no item 5.9 de conformidade com o estabelecido no §2º do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações.

3.8. Da Minuta do Contrato:

Antes de adentrar na análise, convém fazer sintética digressão acerca dos Contratos Administrativos. Segundo DI Pietro, **a expressão contrato Administrativo revela os ajustes que a administração, nessa qualidade, celebra com pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas, para consecução de fim público, segundo o regime jurídico de Direito Público. (DI PITRO, Maria Sylvia Zanella, Direito Administrativo, São Paulo, Atlas 2011).**

Marçal Justen Filho, no mesmo sentido, conceitua a figura **como um acordo de vontades em que uma das partes integra a Administração Pública, orientando a constituir relação jurídica submetida ao regime de Direito Público e destinada ou a fazer de modo direto as necessidades da Administração Pública ou a constituir uma delegação a um particular da prestação de serviço público (JUSTEN FILHO, Marçal Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos, São Paulo, Dialética 2012).**

É importante destacar as características peculiares da relação jurídica gerada pelo contrato administrativo, a saber:

1. Relevante frisar que no instrumento contratual deve haver formalismo posto que não baste o mero pacto entre as partes, sendo indispensável à instrumentalização do contrato com a observância de todos os requisitos externos e internos;
2. Comutatividade, posto que as obrigações pactuadas entre os contratante devem guardar relação de equivalência entre si;
3. Confiança recíproca, pois o contrato administrativo é celebrado *intuitu personae*, pois somente quem é considerado apto a contratar com a Administração Pública, será aquele que comprovar que possui condições para tanto, a ser verificado no procedimento licitatório destinado



109

- averiguar qual das propostas é a mais vantajosa para o Estado, daí a aplicação do princípio da vedação da substituição contratual.
4. Bilateralidade, pois encerra sempre obrigações e direitos recíprocos, e pro fim;
 5. Oneroso, pois prevê a remuneração conforme a forma convencionada.

A hemenêutica dada ao contrato administrativo é sempre voltada para as regras do direito público somente aplicando-se de forma supletiva as normas de direito privado

Para tanto convém citar *in literis* o artigo 54 da Lei 8.666/93:

Art. 54. Os contratos administrativos de que trata esta Lei regulam-se pelas suas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim, o contrato administrativo é sempre consensual, não sendo fruto de imposição da Administração e em geral é formal (por escrito, sujeito a certos requisitos), oneroso, comutativo (compensações recíprocas) e realizado *intuitu personae* (em função da pessoa contratada).

Além dessas características essenciais (internas), o contrato administrativo possui também característica externa: a exigência em regra de prévia licitação.

Bom destacar que a minuta do contrato, quando não for utilizado minutas padrão previamente aprovadas, devem ser aprovadas mediante expediente próprio como dispõe a letra "h" do artigo 15 do nosso RILCC.

Incumbe à parecerista desta Estatal pesquisar a conformidade com disposto no nosso Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios (RILCC) para nortear a Minuta Contratual, e ao confrontá-lo observamos que:

- A)** No aspecto formalização dos contratos, deu-se atendimento ao estabelecido nos artigos 126 e 127 do RILCC;
- B)** Destaco que no contrato definitivo deve constar o nome das partes e de seus representantes como estabelece o inciso I do artigo 131 do RILCC;
- C)** Na minuta contratual consta condição de pagamento e seus critérios e no contrato definitivo deve constar o preço.
- D)** **No Contrato definitivo cabe preenchimento de lacuna, indicativo de data, nome e dados do Fiscal de Contrato, pois a sua ausência não preenche o estabelecido no artigo 133 e 134 do RILCC;**



108
J

E) A cláusula com o valor contratual deve ser preenchida quando do contrato definitivo e

F) Por fim entendo que a matriz de risco, indicada no inciso XV do artigo 131 de nos RILCC, neste processo licitatório é facultativa, devendo existir obrigatoriamente, matriz de risco nas contratações semi-integradas e integradas, em obras e serviços de engenharia e quando utilizado o critério de julgamento "Maior Retorno Econômico". Nos demais casos, a Matriz de Riscos é facultativa, sendo a escolha de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade.

Feitas tais considerações é bom que se diga que, devem ser observados os artigos 152, 153 e 154, quanto a publicação dos contratos, e estes devem ser padronizados como determina o inciso I do artigo 3º do RILCC. De tal maneira, faço as seguintes recomendações.

IV – Das Recomendações:

Após a análise do presente processo administrativo faço as seguintes recomendações:

A) Ao Senhor Diretor Administrativo:

- Seja ratificado pelo Diretor Administrativo o contido nos Termos de Referência e emitida autorização pelo Diretor Administrativo para o pregão ELETRÔNICO, pois a Autoridade Administrativa, deve dedicar à devida importância na motivação de seus atos, em razão do poder discricionário que lhe compete, inclusive, observando o cronograma a ser seguido para o controle financeiro e de execução do objeto visando a previsão de custos e tempo a ser gasto para o êxito na efetivação do objeto contratado.

B) Ao responsável pelo Departamento de Licitações:

- Quando do edital definitivo e minutas preencham os espaços onde deixado apenas a lacuna para ser preenchida no edital definitivo e minutas definitivas, dando atendimento ao estabelecido no inciso V, do artigo 37 do nosso regulamento interno de licitações.
- Seja publicado o extrato na imprensa oficial no prazo de 5 (cinco) dias com vistas a conferir-lhe validade e eficácia, em face ao princípio da publicidade, nos termos do inciso I, letra "a", do artigo 61 e seus parágrafos de nosso RILCC, em razão que se trata de AQUISIÇÃO DE BENS.

C) Ao responsável pelo Departamento de Compras - Departamento que recebe os orçamentos:

- sempre se cercar das cautelas necessárias para assegurar a idoneidade dos preços obtidos, evitando-se a manipulação dos preços pelos concorrentes.



SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Rua Afonso Botelho, 63 Bairro Trianon
CNPJ 75.646.273/0001-07

109

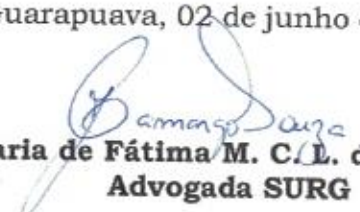
Desta forma, depois de atendidas as ponderações acima citadas, estarão presentes os requisitos exigidos pelo nosso Regulamento Interno de Licitações, bem como, o estabelecido na Lei 10.520/2012 e 13.303/2016, o que permitem, formalmente, que esteja apto para a produção dos seus efeitos.

V – Da Conclusão:

Analizando os autos, foi constatado que o **Termo de Referência** incluso no processo, há critério de aceitação do objeto e prazos, há justificativa **para o objeto em questão**. Assim, **depois de atendidas as recomendações anteriormente pontuadas**, entendo que, estarão preenchidos os requisitos estabelecido nas Leis, 13.303/2016 e 10.520/2002, bem como os requisitos contidos em nosso Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, para a modalidade Pregão ELETRONICO.

S. M.J. é o Parecer.

Guarapuava, 02 de junho de 2023.


Maria de Fátima M. C. L. de Souza.
Advogada SURG

CERTIDÃO

Ref. PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023

Objeto: Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023

Tendo em vista a recomendação do nobre Jurídico, no que consta nas folhas 108 e 109.


- Quanto ao **item “B”**, CERTIFICO que:
 - No momento oportuno serão preenchidas as lacunas deixadas em branco na minuta encaminhada para análise jurídica, conforme o artigo 37 do Regulamento interno de Licitações da SURG.
 - Os prazos de divulgação do edital constantes no inciso I, letra “a” do artigo 61 do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios, serão respeitados, deixando o prazo necessário entre a disponibilização do edital e a abertura da sessão pública.
- Quanto ao **item “C”**, as recomendações feitas ao Departamento de Compras abaixo reproduzidas, CERTIFICO que foi dada ciência à responsável pelo setor, Sra. Dayane Cordeiro.

“Departamento de Compras - sempre se cercar das cautelas necessárias para assegurar a idoneidade dos preços obtidos, evitando-se a manipulação dos preços pelos concorrentes.”

Guarapuava, 05 de junho de 2023.



LEILIANE AP. SANTOS GASPAR
Analista de Licitações



Ciente: Dayane Cordeiro

Em: 05 / 06 / 23

AUTORIZAÇÃO PARA ABERTURA DE PROCESSO**Processo Administrativo nº: 28/2023****Pregão Eletrônico nº: 21/2023****Objeto:** registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023

Considerando a necessidade da aquisição do objeto em epígrafe, conforme justificativa e motivação constantes no termo de referência (fls. 05 a 11), acolhendo os termos do Parecer Jurídico nº 036/2023, elaborado pela advogada da SURG, Maria de Fátima M. C. L. de Souza, pelos motivos de fato e de direito ali consignados, como fundamento e razão de decidir **AUTORIZO a realização do certame licitatório**, na modalidade Pregão Eletrônico nº 21/2023 previstos na minuta do edital e seus anexos (fls. 58 a 94).

Guarapuava, 05 de junho de 2023.



EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2023****SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS****AMPLA CONCORRÊNCIA**

A **COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG**, doravante denominada abreviadamente SURG, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio, designados pela Portaria Nº 03/2023, publicado no Boletim Oficial do Município de Guarapuava, Paraná, edição nº 2617 de 12 de maio de 2023, torna público, para conhecimento das empresas interessadas, que está aberta a licitação, na modalidade de **PREGÃO ELETRÔNICO do tipo MENOR PREÇO POR ITEM**, de acordo com a Requisição Preliminar nº 31/2023, emitida pelo Departamento Técnico, cujo objeto está descrito abaixo, e com as especificações conforme o ANEXO I deste Edital.

Esta licitação será regida pelo Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, em conformidade com as disposições da Lei Federal nº 13.303/2016, aplicando-se, o artigo 178 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, Lei Complementar nº 123/2006 e 147/2014, Decretos Municipais: nº 8089/20; nº 7545/2019 e nº 1.447/2007, e suas alterações, aplicando legislação complementar vigente e pertinente à matéria e está subordinada às condições e exigências estabelecidas neste Edital e seus Anexos. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA (Descrição do Objeto)

ANEXO II - MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

ANEXO III - MINUTA DE CONTRATO

ANEXO IV - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA

ANEXO V - DEMONSTRATIVO DA CAPACIDADE FINANCEIRA

DATA E HORA DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA:

23 de junho de 2023 às 08h30min

LOCAL DA SESSÃO PÚBLICA: www.gov.br/compras/pt-br**UASG: 929391** – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava - SURG

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

CREDENCIAMENTO, RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO:
Disponível até o horário da abertura da sessão, no endereço eletrônico www.gov.br/compras/pt-br.**ACESSO ÀS INFORMAÇÕES:** Pelo site www.surg.com.br/surg/licitacoes, na sede da SURG à rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85.012-030, em Guarapuava – Paraná. Pelo telefone: (042) 3630-0500. No Portal de Compras do Governo Federal: www.gov.br/compras/pt-br**Pregoeiro:** Paulo Cezar Tracz ou Leiliane Ap. Santos Gaspar

**1 - DO OBJETO**

1.1. O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para o **Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023**, conforme especificações constantes deste edital e do seu Anexo I.

1.1.1. A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.

1.1.2. A SURG não se obriga a adquirir os itens relacionados do licitante vencedor, nem as quantidades indicadas no ANEXO I, podendo realizar licitações específicas para aquisição daqueles itens, hipótese em que, em igualdade de condições, o beneficiário do registro terá preferência, nos termos do art. 110, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e § 3º, do art. 66, da Lei 13.303/2016.

2 – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1. As despesas decorrentes de fornecimentos correrão a conta de recursos financeiros próprios da SURG.

3 - DO CREDENCIAMENTO

3.1. O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2. O cadastro no SICAF poderá ser iniciado no Portal de Compras do Governo Federal – Comprasnet, no sítio <https://www.gov.br/compras/pt-br/fornecedor>, com a solicitação de login e senha pelo interessado.

3.3. O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4. O uso da senha de acesso pelo licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema, ou ao órgão ou entidade responsável por esta licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

3.5. A perda da senha ou a quebra de sigilo deverão ser comunicadas imediatamente ao provedor do sistema para imediato bloqueio de acesso.

3.6. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

4 – DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1. A participação neste Pregão é exclusiva a empresas, cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no artigo 9º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 3, de 2018.

4.1.1. Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2. Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2. Que estejam sob falência, em recuperação judicial ou extrajudicial, concurso de credores, concordata ou insolvência, em processo de dissolução ou liquidação;



4.2.2.1. Empresas em recuperação judicial poderão participar desde que demonstrem possuir capacidade econômica e comprovem que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58 da Lei 11.101, de 09 de fevereiro de 2005.

4.2.3. Que estejam reunidas em consórcio;

4.2.3.1. Veda-se a participação de empresas reunidas em consórcio por se tratar o objeto deste pregão um produto/serviço simples e comum.

4.3. Também é vedada a participação de quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 13, do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

4.4. Como condição para participação no Pregão, a entidade licitante deverá declarar:

4.4.1. Que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apta a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, somente no caso de se tratar de entidade de menor porte.

4.4.1.1 Nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame;

4.4.1.2 Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte.

4.5. Independente do porte da entidade, deverá assinalar, "sim" ou "não" em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1. Que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.2. Que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.3. Que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.4. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.5. Que a proposta foi elaborada de forma independente.

4.5.6. Que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.7. Que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

5 – DO ENVIO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1. Todos os participantes deverão encaminhar a proposta e os documentos de habilitação – item 8 – exclusivamente via sistema eletrônico até a data e horário marcados para abertura da sessão, quando então, encerrar-se-á automaticamente a fase de recebimento de propostas e de documentos.

5.2. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

5.3. O licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

5.4. Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.5. Até a abertura da sessão, os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas e documentos apresentados.

5.6. O licitante deverá também enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.6.1. Valor unitário e total do item;

5.6.2. Marca;

5.6.3. Fabricante;

5.6.4. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência - ANEXO I: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

5.7. Nos valores propostos deverão estar inclusos todos os custos operacionais, embalagens, transporte até destino designado pelo fiscal do contrato, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento do objeto, conforme o caso.

5.8. O prazo de validade da proposta não será inferior a 120 (cento e vinte) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9. NO CASO DE ALGUMA INCONSISTÊNCIA NO DESCRITIVO DOS ITENS ENTRE O ANEXO I E O CONSTANTE NA PLATAFORMA DO PREGÃO ELETRÔNICO, **DEVERÁ SER CONSIDERADO O DESCRITIVO ANEXO I.**

5.10. A desistência da proposta apresentada no certame somente é possível quando operada antes da revelação dessa oferta ou na hipótese de desistência motivada, por força da superveniência de um fato que impeça ou prejudique seu cumprimento segundo os termos originais.

6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

6.2.1. A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.2.2. A classificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

6.3. O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.4. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

6.5.1. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.

6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

6.7. O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **2,00% (dois por cento)**.

6.7.1. Em caso de falha no sistema, os lances em desacordo com a norma deverão ser desconsiderados pelo pregoeiro, devendo a ocorrência ser comunicada imediatamente à Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação.

6.7.2. Na hipótese do subitem anterior, a ocorrência será registrada em campo próprio do sistema.

6.8. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

6.9. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.10. O licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

6.11. No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.



6.12. Se a desconexão perdurar por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão será suspensa e terá reinício somente decorridas 24 (vinte e quatro) horas após a comunicação expressa do Pregoeiro aos participantes.

6.13. Será adotado para o envio de lances neste pregão **o modo de disputa aberto;**

6.13.1 A etapa de envio de lances da sessão pública terá duração de 10 (dez) minutos.

6.13.2 Encerrado o prazo de 10 (dez) minutos, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3 A prorrogação automática de que trata o item 6.13.2 ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

6.13.4 Na hipótese de não haver lances 6.13.1 e 6.13.2 a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.13.5 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

6.14. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta e, na hipótese de desistência de apresentar outros lances, valerá o último lance por ele ofertado, para efeito de ordenação das propostas.

6.15. Na hipótese de não haver licitante classificado na etapa de lance que atenda às exigências para habilitação, o pregoeiro poderá, auxiliado pela equipe de apoio, mediante justificativa, admitir o reinício da etapa de envio de lances, nos termos do disposto no item 6.12.

6.16. Encerrada a etapa de lances será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538 de 6 de outubro de 2015.

6.17. Nessas condições, as propostas de microempresas, empresas de pequeno porte e sociedades cooperativas que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da proposta ou lance de menor preço serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.18. A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.19. Caso a microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa, empresa de pequeno porte e sociedade cooperativa que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.20. No caso de equivalência dos valores apresentados pela microempresa, empresa de pequeno porte e equiparados que se encontrem em situação de empate, será realizado sorteio para que se identifique a primeira que poderá apresentar melhor oferta.

6.21. A desistência da proposta apresentada no certame somente é possível quando operada antes da revelação dessa oferta ou na hipótese de desistência motivada, por força da superveniência de um fato que impeça ou prejudique seu cumprimento segundo os termos originais.

6.22. Após a etapa de lances, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

7.1. Encerrada a etapa de lances e depois da verificação de possível empate, o Pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto ao preço, a sua exequibilidade, bem como quanto ao cumprimento das especificações do objeto.

7.2. Não será aceita a proposta ou lance vencedor cujo preço seja incompatível com o estimado pela Administração ou manifestamente inexecutable.

7.2.1. Considera-se inexecutable a proposta que apresente preços global ou unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos.

exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

7.3. Após a análise da proposta quanto sua exequibilidade, o Pregoeiro realizará negociação por meio do sistema eletrônico com o licitante que apresentou o lance mais vantajoso, a fim de obter melhor preço, vedada a negociação em condições diversas das previstas neste Edital.

7.3.1. A negociação poderá ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.4. Encerrada essa etapa, o pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 02 (duas) horas a contar da solicitação de anexo feita via sistema**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado e/ou proposta negociada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.4.1. Dentre os demais documentos passíveis de solicitação pelo Pregoeiro, destacam-se os que contenham as características do produto ofertado, em compatibilidade com o Termo de Referência, minudenciando o modelo, tipo, procedência, garantia, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos e/ou folhetos.

7.4.2. A proposta final (ajustada) do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico, podendo ser prorrogado a critério do Pregoeiro, e deverá:

7.4.2.1. Ser redigida em língua portuguesa, digitada, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

7.4.2.2. Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

7.4.2.3. Deverá conter todas as informações exigidas nos **ANEXOS I e IV** do Edital.

7.4.3. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

7.5. Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

7.6. Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8 – DA HABILITAÇÃO

8.1. Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente **quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação**, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Portal eletrônico do TCU, na ferramenta de pesquisa consolidada de pessoa jurídica, disponível no endereço <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>

8.1.3 Cadastro de Impedidos de Licitar do TCE-PR (<https://cicap.tce.pr.gov.br/ConsultarImpedidos.aspx>);

8.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

8.3. Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

8.4. Toda a documentação para fins de habilitação deverá ser anexada ao sistema até a data e horário previstos para início da sessão, conforme item 8.6, 8.7, 8.8 e 8.9 deste edital, de modo que somente será verificada pelo pregoeiro a documentação daqueles licitantes declarados detentores de melhor oferta após a fase de disputa por lances.

8.4.1. Quando não enviado a documentação pela licitante no sistema do Comprasnet o Pregoeiro poderá (a seu critério) consultar o Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, em relação aos documentos de habilitação.

8.4.1.1. Também poderão ser consultados os sítios oficiais emissores de certidões quando o licitante esteja com alguma documentação vencida junto ao SICAF ou as enviadas via sistema comprasnet.

8.5. Os licitantes deverão apresentar a seguinte documentação relativa à Habilitação Jurídica, à Regularidade Fiscal e trabalhista e qualificação econômico financeira e técnica nas condições seguintes:

8.6. Habilitação jurídica

8.6.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.6.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, na forma da Resolução CGSIM nº 16, de 2009, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoeempreendedor.gov.br;

8.6.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.6.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.6.5. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.6.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

8.7. Regularidade Fiscal e Trabalhista

8.7.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ/MF);

8.7.2. Prova de regularidade com relação aos Tributos Federais e para com a Dívida Ativa da União;

8.7.3. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente do domicílio da licitante;

8.7.4. Prova de regularidade fiscal para com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, expedida pelo órgão competente do domicílio da licitante;

8.7.5. Certificado de Regularidade de Situação com o FGTS (CRF/FGTS).

8.7.6. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (emitida pelo Tribunal Superior do Trabalho).

8.7.7. No caso de participação no certame de empresa matriz, em que a execução do objeto será realizada por filial, é obrigatória a apresentação dos documentos de regularidade fiscal tanto da matriz quanto da filial.

8.8. Qualificação Econômico-Financeira

8.8.1. Certidão negativa de falência, recuperação judicial e recuperação extrajudicial, expedida pelo cartório distribuidor da sede do licitante em data não superior a 120 (cento e vinte) dias da data da abertura do certame, se outro prazo não constar do documento;

8.8.2. Balanço patrimonial com notas explicativas e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

8.8.2.1. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

8.8.2.2. A comprovação do balanço patrimonial será feita da seguinte forma:

a) No caso de sociedades anônimas, cópia autenticada do balanço patrimonial e demonstrações contábeis, publicados no Diário Oficial do Estado/ Distrito Federal ou, se houver, do município da sede da empresa;

b) No caso de empresas de responsabilidade limitada, cópia autenticada das páginas do Livro Diário, contendo Termo de Abertura, Balanço Patrimonial, Demonstrações Contábeis e Termo de Encerramento, com o respectivo registro na Junta Comercial;

c) Para fins do subitem anterior, as empresas que adotarem o SPED Contábil (Sistema Público de Escrituração Digital) deverão apresentar o arquivo da ECD que contenha o Balanço Patrimonial do último exercício (arquivo transmitido por meio do SPED em formato.txt); e o Termo de Autenticação (recibo gerado pelo SPED);



8.8.2.3. O balanço patrimonial e as demonstrações contábeis deverão estar assinados por contador ou outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

8.8.3. Demonstrativo de capacidade financeira, conforme modelo do **Anexo V**, assinada por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade, demonstrando a boa situação financeira do licitante, avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta "on line".

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral e Liquidez Corrente, e Solvência Geral igual ou inferior a 1 (um), deverá comprovar que possui capital mínimo ou patrimônio líquido equivalente a 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação.

8.8.4. Comprovação de patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, quando qualquer dos índices Liquidez Geral, Liquidez Corrente e Solvência Geral for igual ou inferior a 1;

A justificativa para os índices contábeis acima, em atenção ao artigo 45, §1º e §5º do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, vincula-se ao fato de que se referem ao patamar mínimo para constatação da boa situação financeira do licitante, razão pela qual não representam restrição indevida;

8.9. Qualificação Técnica

8.9.1. Declaração ou atestado emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando que a licitante já forneceu satisfatoriamente o(s) item(ns) cotados desta licitação. **Obs.** Esta declaração deverá conter **CNPJ da empresa declarante e assinatura reconhecida/ salvo se for órgão público.**

8.9.2. Comprovante de registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA da empresa licitante da região a que estiverem vinculada. A comprovação deverá ser através de certidão de registro emitido pelo CREA, devendo estar no prazo de validade.

8.9.3. Comprovante de registro ou inscrição, no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA de seu responsável técnico.

8.9.4. Deverá comprovar o vínculo com esse profissional registrado no CREA através de:

- 1) Cópia do registro de empregado do profissional técnico junto a proponente, ou;
- 2) contrato de trabalho firmado com profissional habilitado que será o responsável técnico. (contrato com assinatura reconhecida em cartório), ou;
- 3) indicação de responsabilidade técnica nos comprovantes do CREA.

8.9.5. As licitantes que não forem fabricantes ficam dispensadas de apresentar a documentação do item 8.9.2, 8.9.3 e 8.9.4, porém deverão apresentar laudos técnicos laboratoriais, emitidos por empresa e profissional independentes, sem vínculos, com a licitante assinado por profissional com a devida habilitação (registrada para prestar serviços técnicos laboratoriais) junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia -CREA, comprovando que todos os itens cotados, foram submetidos ao controle tecnológico e possuem qualidade satisfatória conforme determina as normas ABNT, com prazo de ensaio máximo de 90 (noventa) dias anteriores à data de abertura da presente sessão.



8.10. Na hipótese de necessidade de envio de documentos complementares e mediante solicitação do Pregoeiro, os documentos deverão ser apresentados em formato digital, via sistema, no prazo de, no mínimo, 4 (quatro) horas ou período superior definido pelo pregoeiro e informado via chat.

8.10.1. O prazo estabelecido pelo Pregoeiro poderá ser prorrogado por solicitação escrita e justificada do licitante, formulada antes de findo o prazo estabelecido, e formalmente aceita pelo Pregoeiro.

8.11. Caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, ou na hipótese de se encontrar vencida no referido sistema, o licitante será convocado a encaminhar, no prazo de **04 (quatro) horas**, documento válido que comprove o atendimento das exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das licitantes qualificadas como microempresas ou empresas de pequeno porte, conforme estatui o art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

8.12. Na hipótese de inexistência de prazo de validade expresso no referido documento ou neste edital, deverão ter sido emitidos em até 90 (noventa) dias anteriores à data estabelecida para a data de abertura da licitação.

8.13. Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no "chat" a nova data e horário para a continuidade da mesma.

8.14. Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

8.15. Caso o licitante detentor do menor preço seja qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de inabilitação.

8.16. A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

8.17. Uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal do licitante qualificado como microempresa ou empresa de pequeno porte, que detenha a proposta mais vantajosa, o mesmo será convocado para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

8.17.1. A não regularização fiscal no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, com a reabertura da sessão pública.

8.18. No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

8.19. A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

8.20. Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

9 – DOS RECURSOS

9.1. O Pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal de microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

9.2. Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

9.2.1. Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

9.2.2. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

9.2.3. Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros 5 (cinco) dias úteis, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.



9.3. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.4. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

10 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

10.1. O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

10.2. Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

11 – DA GARANTIA DO PRODUTO

11.1. Não se aplica.

12 – DO TERMO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

12.1. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Ata de Registro de Preço. Assinado a ata a licitante se compromete a entregar os itens quando solicitado pela SURG, mediante ordem de fornecimento, não havendo necessidade de contrato.

12.1.1. Vigência da ata de registro de preços: 12 (doze) meses.

12.1.2. A gestão será realizada por meio de emissão de ordem de fornecimento, desde que cada pedido não ultrapasse o valor de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), em conformidade com o art. 107, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

12.1.3. A qualquer tempo, existindo saldo em ata, poderá ser formalizado contrato do saldo com as licitantes detentoras das atas de registro de preços, desde que realizado dentro do prazo de vigência da ata, observando os quantitativos remanescentes, preço mais vantajoso para a SURG e demais condições fixadas na respectiva ata.

12.1.3.1 Havendo celebração de contrato entre as partes, este seguirá a minuta constante no **Anexo III**.

12.1.3.2. Esse contrato poderá atingir até 12 (doze) meses de vigência e poderá ser prorrogado e reajustado, nos casos previstos em lei e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da SURG.

12.2. O adjudicatário terá o prazo de **5 (cinco) dias úteis**, contados a partir da convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, quando deverá comparecer no Departamento de Licitações, sito à Rua Afonso Botelho, n. 63 - Trianon - Guarapuava/Pr - CEP 85.012-030, TEL: (42) 3630-0500 ou no mesmo prazo, assinar eletronicamente e devolver no e-mail juridico@surg.com.br.

12.3. O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

12.4. A recusa injustificada do proponente vencedor em assinar a Ata de Registro de Preços dentro do prazo estabelecido no presente Instrumento, o sujeitará à aplicação das penalidades previstas **no item 12.9** deste Edital, podendo a CONTRATANTE convidar, sucessivamente por ordem de classificação as demais licitantes, após comprovação da sua compatibilidade de proposta e habilitação, com esta licitação, para celebração da Ata.

12.5. Quando solicitado, o PROPONENTE VENCEDOR deverá apresentar, a saber: (i) documento de procuração devidamente reconhecido em cartório, que habilite o seu representante a assinar a ata em nome da empresa, se for o caso; e, (ii) Planilha de composição do novo preço (preço reajustado), com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa, juntamente com a cópia dos orçamentos e ou notas fiscais de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual e futura solicitação de revisão/reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, (iii) apresentar as Certidões Negativas de Débitos Federais, CRF/FGTS e CNDT.

12.5.1. A não apresentação desses documentos implicará na pena de decair do direito à assinatura do contrato (quando for o caso) e sofrer as sanções cabíveis.

12.6. Previamente à contratação, a critério da SURG, será realizada consulta ao SICAF para identificar possível proibição de contratar com o Poder Público.



12.6.1. Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

12.7. Caso a licitante vencedora não apresente situação regular de habilitação, no momento da assinatura do Contrato, poderão ser convocados os licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação constante na Ata de Sessão, sem prejuízo das sanções cabíveis.

12.8. Este Edital e seu(s) anexo(s) integrarão o termo firmado, independente de transcrição.

12.9. A desobediência no cumprimento do prazo de entrega (conforme **ANEXO I**) e demais requisitos mencionados neste Edital e seus Anexos, acarretará à contratada as sanções previstas no artigo 181 do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes, bem como as seguintes:

- a) Multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor global da proposta, pela inexecução total da ata de registro de preços e/ou contrato ou recusa de sua assinatura;
- b) Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) sobre o valor de cada item da proposta atualizada, por dia que exceder o prazo contratual para fornecimento do objeto ou prestação de serviço, até o limite de 10 dias de atraso. Após esse prazo será aplicada multa de 5% do remanescente, limitado a 10% do total do item da proposta atualizada, podendo ocorrer o cancelamento da ata de registro de preços ou a rescisão contratual;
- c) Multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente do contrato na hipótese de inexecução parcial ou qualquer outra irregularidade;
- d) As multas mencionadas nos itens anteriores serão descontadas dos pagamentos a que a DETENTORA DA ATA/CONTRATADA tiver direito, ou mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda judicialmente quando for o caso;
- e) As penalidades serão aplicadas sem prejuízo das demais sanções, administrativas ou penais, Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes.

12.10. As multas mencionadas no item 12.9 serão descontadas dos pagamentos a que a contratada tiver direito, ou mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda judicialmente quando for o caso.

12.11. Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos no Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes, sendo-lhes franqueada vista no processo.

12.12. Se o adjudicatário, no ato da assinatura do Termo da Ata de Registro de Preços ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando, injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e das demais cominações legais.

12.13. Aplica-se ao Sistema de Registro de Preços da SURG, as disposições contidas no Regulamento Interno de licitações, Contratos e Convênios da SURG, no Decreto Municipal n. 1447/2007 e na Lei Federal nº 13.303/2016.

13 – DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da ata, os preços poderão ser revistos, a qualquer tempo, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG e demais normas pertinentes ou outro que venha a substituí-lo.

13.2. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação da empresa Contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.3. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

- a) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
- b) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
- c) A configuração de risco econômico extraordinário e extracontratual;

d) O cumprimento das exigências previstas no Edital da licitação, Contrato ou Ata de Registro de Preços, conforme **item 13.4**.

13.4. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Gestor da Ata/Contrato, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- I – Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
- III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original emitida a partir da data da 1ª publicação deste Edital até a data de realização da sessão de abertura da sessão pública de proposta de preços;
- IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, orçamentos de fornecedores juntados à proposta de preços, etc.

13.4.1. Faculta-se a juntada – junto a proposta e documentos de habilitação – de orçamentos de fornecedores, com a intenção de se comprovar aumento de preços em eventual solicitação de revisão.

13.4.2. Após a avaliação do requerimento, o Gestor da Ata/Contrato emitirá parecer constatando de forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no **item 13.3**, bem como preencherá Planilha de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e encaminhará o processo à Divisão de Contratos para conferência.

13.4.3. Cumprido o previsto no subitem anterior a Divisão de Contratos encaminhará o processo ao Departamento Jurídico para emissão de Parecer Jurídico.

13.4.4. Após emissão de Parecer Jurídico, o processo será encaminhado ao Diretor da Pasta para autorização final.

13.5. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:

- I - ausência de elevação dos encargos do particular;
- II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
- III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;
- IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido

13.6. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

13.7. Configurando-se situação em que os preços inicialmente contratados tornem-se, no transcurso da vigência da ata/execução contratual, demasiadamente superiores aos praticados no mercado, em virtude de fatores externos, caracterizando-se situação de onerosidade excessiva para a Administração Pública, deverá o Gestor da Ata/Contrato adotar as medidas necessárias à revisão da ata/ contrato, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

13.8. Compete ao Gestor de Contratos, sob a supervisão do Diretor da respectiva pasta, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.

13.9. A Detentora da Ata/Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços.

13.10. A revisão aplicada para aumentar não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, podendo manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação.

13.11. Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros, for verificado que o valor registrado está acima dos preços praticados no mercado, será convocada a licitante, para adequar os preços registrados àqueles apurados pelo órgão gerenciador, sob pena de cancelamento do registro.

14 – DA ENTREGA E DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

14.1. A entrega do objeto se dará de forma parcelada, de acordo com a necessidade de utilização e conforme as solicitações do Departamento Técnico da SURG.

14.2. Os produtos deverão ser entregues na sede da SURG, localizada na Rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Trianon, Guarapuava, no horário das 8h00 às 11h00 e das 13h00 às 18h00, ou em qualquer local dentro do perímetro do Município de Guarapuava, onde estiverem sendo realizadas as obras, cujo endereço será indicado na ordem de compras.

14.3. A entrega deverá ser efetuada no prazo máximo de 10 (dez) dias a contar da emissão da ordem de fornecimento, que especificará a quantidade.

14.4. Todos os produtos entregues pela licitante deverão atender às exigências de qualidade, observados os padrões e normas da ABNT e INMETRO aplicáveis.

14.5. A fiscalização dos produtos será feita diretamente pelo fiscal da SURG no local da entrega.

14.6. Ao participar do certame, automaticamente a contratada concede garantia mínima de 6 (seis) meses para os produtos, salvo se a garantia de fábrica for superior.

14.7. Caso haja necessidade de troca do produto, por qualquer defeito, a contratada terá o prazo máximo de 05 (cinco) dias para tanto.

14.8. Todos os custos de eventuais tributos, transporte, carga e descarga, entre outros, correm por conta da licitante contratada, assim como qualquer prejuízo causado ao material em decorrência do transporte, carga e descarga.

14.9. A SURG rejeitará, no todo ou em parte, o fornecimento efetuado em desacordo com os termos acordados na Ata de Registro de Preços, neste edital e com as especificações técnicas exigidas.

14.10. RECEBIMENTO E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

a. Os bens serão recebidos provisoriamente, a partir da entrega/execução, para efeito de verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta.

b. Os bens serão recebidos definitivamente, após a verificação da conformidade com as especificações constantes do Edital e da proposta, e sua consequente aceitação, que se dará até 10 (dez) dias úteis do recebimento provisório.

15 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E A SURG**15.1. São obrigações da Contratante:**

15.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como neste contrato;

15.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, da proposta e neste contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

15.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

15.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

15.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

15.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

15.3. São obrigações da Contratada:

15.3.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

- 15.3.2. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;
- 15.3.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 15.3.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação da contratada de, a critério da SURG, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 05 (cinco) dias corridos, o produto com defeitos;
- 15.3.5. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste CONTRATO, o objeto em desacordo com o contratado.
- 15.3.6. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 15.3.7. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 15.3.8. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.
- 15.3.9. Prestar garantia de no mínima de 03 (três) a contar da entrega.
- 15.3.10. Atender prontamente a quaisquer exigências da SURG, inerentes ao objeto da presente licitação;
- 15.3.11. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência (**Anexo I**) ou na minuta de contrato;
- 15.3.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 15.3.13. Para a verificação da regularidade fiscal e trabalhista, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a nota fiscal e ou fatura, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 15.3.14. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

16 – DO PAGAMENTO

16.1. O pagamento será realizado até o 15º dia útil do mês subsequente ao fornecimento, via transferência bancária, não devendo, portanto, computar qualquer custo financeiro para o período de processamento das faturas.

16.1.1. A nota fiscal e os demais documentos solicitados no ato da entrega dos produtos, conforme item 16.2. devem ser encaminhados ao Departamento de Gestão de Contratos da SURG, pelo e-mail contratos.jorgete@surg.com.br, e atender à legislação quanto aos encargos municipais, estaduais e federais.

16.1.2. É dever da contratada certificar-se de que a nota fiscal foi recebida pelo Departamento de Gestão de Contratos. A SURG não se responsabiliza por notas fiscais que sejam entregues por outra forma que não por e-mail.

16.2. A contratada deverá apresentar a seguinte documentação no ato da entrega dos produtos, para posterior liberação da parcela de pagamento:

- Nota Fiscal Eletrônica, a qual deverá indicar a quantidade fornecida, o produto, o número da licitação e do contrato. **Deverá obrigatoriamente anexo a Nota Fiscal constar os seguintes Dados Bancários atuais do Credor Pessoa Jurídica:** Nome do Credor Pessoa Jurídica, Nome do Banco, Número da Agência Bancária, Número da Conta, Número do Código da Operação da Conta, número do ata/contrato.
- Certidão Negativa Conjunta de Débitos relativos aos Tributos Federais, Dívida Ativa da União e INSS;
- Certificado de Regularidade do FGTS através do CRF;
- Certidão Negativa de Débitos Estaduais;
- Certidão Negativa de Tributos Municipais da sede ou domicílio do fornecedor.

16.3. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialiar ao Ministério do Trabalho.

16.4. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficialiar à Receita Federal do Brasil (RFB).

16.5. Caberá ao profissional previamente indicado pela Contratante como Gestor do Contrato emitir a certificação na nota fiscal eletrônica da efetiva entrega dos produtos, bem como conferir a autenticidade dos documentos acima listados e proceder à entrega dos mesmos no setor financeiro da SURG para posterior autorização de pagamento.

16.6. Os pagamentos dos fornecimentos efetivados ficam condicionados ao processamento regular das contas junto ao setor Financeiro da SURG.

16.7. A empresa deverá encaminhar juntamente com a nota fiscal, a discriminação dos materiais fornecidos, em papel timbrado e assinado, para autorização de pagamento.

16.8. Após o recebimento das notas fiscais, faturas e documentos, o gestor, o fiscal ou a Comissão, conforme a competência, procederão à análise dos documentos da contratada no prazo de 2 (dois) dias úteis.

16.8.1. Caso o gestor ou o fiscal, conforme a competência, constata a falta de qualquer documento notificará a contratada para a sua regularização no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

16.8.2. Caso a análise seja realizada pelo fiscal, a falta de regularização dos documentos ensejará a emissão de Comunicação de Ocorrência ao gestor e a adoção dos procedimentos relativos ao descumprimento contratual.

16.8.3. Caso a competência para análise dos documentos seja do gestor, os mesmos deverão ser encaminhados a ele no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

16.9. Poderá o gestor ou o fiscal, no exercício de sua competência, requerer diretamente à empresa contratada todos os documentos que entender necessários para o bom desempenho dos trabalhos.

17 – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com este edital e com o Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG que venha a prejudicar a empresa, sujeita-se às sanções aqui previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal.

17.2. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas, garantida a prévia defesa, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

III - multa compensatória, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato;

IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos;

17.2.1. As sanções previstas nos incisos I e III poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

17.3. São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras:

I - não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;

II - apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela SURG;

III - frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;

IV - afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

V - agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;

VI - incorrer em inexecução contratual; e

VII - ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a Administração Pública;

17.4. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.



17.4.1. A aplicação de advertência importa na comunicação da mesma à contratada, devendo ocorrer o seu registro junto ao Cadastro de Fornecedores do Município, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada, ou não.

17.4.2. A reincidência da sanção de advertência, poderá ensejar a aplicação de penalidade de suspensão.

17.5. A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II - pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no Edital, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a presente licitação.

III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total do contrato;

IV - nos demais casos de atraso, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

V - no caso de inexecução parcial, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

VI - no caso de inexecução total, mediante competente justificativa, a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente do contrato;

17.5.1. Ocorrendo uma infração contratual apenada apenas com a sanção de multa a contratada deverá ser formalmente notificada para apresentar defesa prévia.

17.5.2. Havendo concordância da contratada quanto aos fatos e a incidência da multa, encerra-se o processo com a efetiva aplicação, com sua formalização através de Publicação de Portaria no Diário Oficial do Município e comunicação formal ao Cadastro de Fornecedores do Município para fins de registro.

17.5.3. Não havendo concordância da contratada e a SURG acatar as razões da defesa, a deliberação final caberá a autoridade competente.

17.5.4. Não havendo concordância entre as partes, deve ser instaurado o processo administrativo.

17.5.5. O não pagamento da multa aplicada importará na tomada de medidas judiciais cabíveis.

17.5.6. O valor da multa aplicada será:

I - retido dos pagamentos devidos pela SURG;

II - pago por meio de Guia de Recolhimento;

III - descontado do valor da garantia prestada; ou

IV - cobrado judicialmente.

17.5.7. A SURG poderá, *ad cautelam*, efetuar a retenção do valor da multa presumida antes da instauração do regular procedimento administrativo, conforme determinações previstas no instrumento convocatório.

17.6. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

17.6.1. A sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar importa, durante sua vigência, na suspensão de registro cadastral, se existente, ou no impedimento de inscrição cadastral;

17.6.2. Se a sanção for aplicada no curso da vigência de um contrato, a SURG poderá, a seu critério, rescindi-lo mediante comunicação escrita previamente enviada ao contratado, ou mantê-lo vigente.

17.6.3. A reincidência de prática punível com suspensão, ocorrida num período de até 2 (dois) anos a contar do término da primeira imputação, implicará no agravamento da sanção a ser aplicada.

17.7. Estendem-se os efeitos da sanção de suspensão do direito de licitar e impedimento de contratar com a SURG às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos celebrados:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a SURG em virtude de atos ilícitos praticados.



17.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto no artigo 185 e seguintes do Regimento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG.

17.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

17.10. A aplicação da sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos será registrada no cadastro de empresas inidôneas de que trata o Art. 23 da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

18.1. Até 02 (dois) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

18.2. A **impugnação** poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail juridico@surg.com.br, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Rua Afonso Botelho, n. 63 - Trianon - Guarapuava/Pr - CEP 85.012-030, telefone (42) 3630-0500, Departamento de Licitações.

18.3. Caberá ao Pregoeiro decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis.

18.4. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

18.5. Os **pedidos de esclarecimentos** referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, por meio eletrônico ou protocolados no endereço indicado no Edital.

18.6. As impugnações e os pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.7. As respostas às impugnações e os esclarecimentos prestados pelo(a) Pregoeiro(a) serão anexados nos autos do processo licitatório e estarão disponíveis para consulta por qualquer interessado.

18.8. As respostas aos pedidos de esclarecimentos e impugnações serão divulgadas no site www.surg.com.br e vincularão os participantes e a administração.

18.9. As participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital e de suas alterações e das condições do objeto da presente licitação, não podendo ser invocado, em nenhum momento, desconhecimento das características do objeto da presente como elemento impeditivo da correta formulação da proposta de preço.

19 – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

19.1. Os licitantes e o contratado devem observar e fazer observar, por seus fornecedores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de licitação, de contratação e de execução do objeto contratual. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) "**prática corrupta**": oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de licitação ou na execução de contrato;
- b) "**prática fraudulenta**": a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de licitação ou de execução de contrato;
- c) "**prática colusiva**": esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais licitantes, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão licitador, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não-competitivos;
- d) "**prática coercitiva**": causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo licitatório ou afetar a execução do contrato.
- e) "**prática obstrutiva**": (i) destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista acima; (ii) atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

19.2. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados

pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da empresa, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar da licitação ou da execução de contrato financiado pelo organismo.

19.3. Considerando os propósitos das cláusulas acima, a CONTRATADA concorda e autoriza que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados à licitação e à execução do contrato.

20 – DAS ATRIBUIÇÕES DO GESTOR DA ATA DE REGISTRO

20.1. Em conformidade com a Portaria nº 04/2023, fica designada Gestora das contratações a **Sra. Jorgete Lacerda**.

20.2. Compete ao Gestor da ATA/Contrato a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação, conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, bem como:

- I - Zelar pela observância dos termos constantes do edital, termo de referência (**Anexo I**), projeto básico ou equivalente, bem como dos contratos ou instrumentos hábeis de substituí-los, e seus eventuais aditivos, de modo a garantir a qualidade dos produtos fornecidos e serviços ou obras executadas, o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelas partes;
- II - Coordenar a atividade do Fiscal do Contrato, solicitando-lhe todas as informações que entender necessárias e adotando as devidas providências para as questões que venha a tomar conhecimento;
- III - Manter registro de todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, inclusive o controle do saldo contratual; verificar se a entrega de materiais, execução de obras ou a prestação de serviços está sendo cumprida conforme contrato e sob a vigilância do fiscal;
- IV - Controlar, juntamente com o fiscal de contrato, o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade, e encaminhar a solicitação de prorrogação à unidade competente, e com antecedência mínima de 1 (um) mês do término contratual, apresentando para tanto as devidas justificativas;
- V - Encaminhar para pagamento as faturas ou notas fiscais atestadas pelo Fiscal do Contrato;
- VI - Comunicar e justificar formalmente à unidade responsável pelos contratos quando da necessidade de: alteração contratual, para melhor adequar seus termos, qualitativa ou quantitativamente, às necessidades do órgão, em especial ao observar que o saldo contratual restante será insuficiente para atender as expectativas de utilização ou insuficiência de prazo para concluí-lo; rescisão do instrumento de contrato, por perda do objeto ou conveniência da Administração; e abertura de novos procedimentos licitatórios, desde que com antecedência mínima de 3 (três) meses do término contratual, ou assim que for detectada a necessidade, em decorrência da inadequação ou insuficiência do atual para atender as expectativas do órgão ou em razão da impossibilidade de prorrogação do contrato, inclusive inabilitação da empresa que a impeça de contratar com a Administração;
- VII - Submeter à unidade competente, para as providências cabíveis, pleitos da Contratada referentes a reajustes, repactuações e reequilíbrios econômico-financeiros;
- VIII - Elaborar documento, quando solicitado, acerca da capacidade técnica de fornecedores, executantes de obras e prestadores de serviços;
- IX - Notificar formalmente a Contratada quando forem constatados inadimplementos contratuais, para, dentro de um prazo razoável, elaborar manifestação e solução do problema;
- X - Comunicar por escrito imediatamente à autoridade competente a ocorrência de atrasos e irregularidades na execução do ajuste;
- XI - Submeter os casos de inadimplementos contratuais à unidade competente, mediante comunicação de ocorrência, sempre que, depois de notificada, a Contratada não apresentar solução satisfatória dentro do prazo, ou quando a frequência dos registros prejudique a consecução do objeto da contratação;
- XII - Coordenar pesquisas mercadológicas, para verificar a economicidade dos preços praticados e atestar a compatibilidade com os preços de mercado, com vistas a monitorar periodicamente os custos de contratação e apoiar, sempre que solicitado, a unidade competente por ocasião das prorrogações contratuais, repactuações, reajustes e reequilíbrios econômico-financeiros;
- XIII - Tomar as providências pertinentes para a elaboração dos Projetos Básicos ou Termos de Referência necessários, com a colaboração das unidades técnicas, atendendo aos prazos mínimos para a realização das licitações ou contratações pretendidas;



- XIV - Acompanhar o processo licitatório em todas as suas fases, até a assinatura do contrato, de maneira a evitar, inclusive, descontinuidades;
- XV - Auxiliar a Unidade de Licitação, no que tange a seus conhecimentos técnicos, nas respostas aos questionamentos, impugnações e recursos;
- XVI - Confrontar os preços e quantidades constantes do documento fiscal com os estabelecidos no contrato, bem como as medições dos serviços nas datas estabelecidas;
- XVII - Verificar o cumprimento das obrigações trabalhistas e fiscais por parte da contratada;
- XVIII - Informar à Administração as ocorrências relacionadas com a execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados;
- XIX - Formalizar todo e qualquer entendimento com a Contratada ou o seu preposto, assim como documentar por meio de atas as reuniões realizadas com os mesmos;

21 – DAS ATRIBUIÇÕES DO FISCAL DA ATA/CONTRATO

2.1. Em conformidade com a Portaria nº 04/2023, fica designado Fiscal de Contrato o **Sr. José Santos**.

21.2. Constituem atribuições e responsabilidades do Fiscal do Contrato, além a de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada:

- I - Receber o produto/serviço contratado, e verificar se atende às especificações contidas no contrato/licitação (qualidade, quantidade, marca, etc).
- II - Conferir os dados das faturas antes de atestá-las, verificando se condiz com o objeto entregue/serviço prestado, bem como se atende aos dados contidos no contrato/licitação, promovendo as correções devidas;
- III - Atuar juntamente com o gestor, para o fim de controlar o saldo do contrato e o prazo de vigência, impedindo que sejam fornecidos produtos ou prestados serviços além da quantidade prevista no contrato ou na ordem de compras/serviços, bem como para que o fornecimento ou prestação do serviço não seja realizado fora do prazo de vigência do contrato ou da licitação;
- IV - Anotar todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, como, por exemplo, falhas, atrasos, interrupções, inconformidades, informando ao Gestor do Contrato aquelas ocorrências que dependam de providências, com vistas à regularização das faltas ou defeitos observados;
- V - Acompanhar e controlar as entregas e o estoque de materiais de reposição, bem como verificar o prazo de vigência do contrato ou da licitação, para evitar que fornecimentos e serviços continuos sejam interrompidos;
- VI - Manter, sempre, relacionamento com a Contratada ou seu Preposto, representando a Administração e adotando todas as medidas junto a empresa com relação ao objeto do contrato;
- VII - Verificar a qualificação dos empregados da Contratada, em conformidade com o contido no edital, proposta ofertada e contrato assinado e manter o controle nominal dos empregados da Contratada vinculados ao contrato, bem como exigir que se apresentem uniformizados, com crachá de identificação e bom comportamento, bem como que atendam aos protocolos de segurança no trabalho, conforme exigências feitas no edital da licitação e no contrato;
- VIII - Quando se tratar de prestação de serviços com caminhões/maquinário locado, manter absoluto controle sobre os serviços (como por exemplo, controle das horas trabalhadas ou volume carregado), além disso, observar se o caminhão ou máquina colocados no serviço atendem às exigências feitas no edital da licitação e relacionados no contrato;
- IX - Observar rigorosamente os princípios legais e éticos em todos os atos inerentes às suas atribuições, agindo com transparência no desempenho das suas atividades;
- X - Diante de uma irregularidade na execução contratual, o fiscal de contratos deve anotá-la e, não sendo de sua competência solucionar a pendência, deve solicitar aos seus superiores (gestor do contrato e diretores) as providências cabíveis;
- XI - Elaborar Relatório de Análise Técnica.

22 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

22.1. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.



22.2. No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

22.3. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

22.4. A presente licitação não importa necessariamente em contratação, podendo o SURG, revogá-la, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivadas de fato superveniente comprovado ou anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento das participantes da licitação. A Administração poderá, ainda, prorrogar, a qualquer tempo, os prazos para recebimento das propostas ou para sua abertura;

22.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

22.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

22.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na SURG.

22.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

22.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

22.10. É facultado ao(à) Pregoeiro(a) ou à autoridade a ele superior, em qualquer fase da licitação, promover diligências com vistas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo.

22.11. Os licitantes intimados para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais, deverão fazê-lo no prazo determinado pelo(a) Pregoeiro(a), sob pena de desclassificação/inabilitação.

22.12. Os documentos assinados digitalmente pelos licitantes deverão ser passíveis de verificação pelo site <https://validar.it.gov.br/>

22.13. Os casos não previstos neste Edital serão decididos à luz da Lei 13.303/16 e do Regulamento de Licitações e Contratos da SURG.

22.14. O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico www.comprasnet.gov.br e www.surg.com.br, e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, CEP 85.012-030, Guarapuava - PR, nos dias úteis, no horário das 8h00min às 11h00min e das 13h00min às 18h00min, no mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

Guarapuava - PR, 12 de junho de 2023

HALMUNTH F. GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo



ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA E DESCRIÇÃO DO OBJETO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023 - Processo Administrativo nº 28/2023

1. DO OBJETO: Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 21/2023, conforme especificações constantes no quadro abaixo:

Item	Quant	Unid	Descrição detalhada
1	10.000	Unidade	CANALETA DE 14 CM 140X190X390, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016.
2	300	m3	Concreto usinado FCK 15 MPA (convencional)
3	400	m3	Concreto usinado FCK 20 MPA (convencional)
4	400	m3	Concreto usinado FCK 18 MPA (convencional)
5	10.000	Unidade	MEIO BLOCO VAZADO DE CONCRETO, NAS MEDIDAS 14CM 140X190X190, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016.
6	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR PRETO EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.
7	4.000	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.
8	1.000	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR VERMELHA EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.
9	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X8CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.
10	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO GUIA TÁTIL COM SINALIZAÇÃO ALERTA NA COR VERMELHA NAS MEDIDAS 20x10x6 cm, base de relevo com 30mm, topo do relevo 20mm, distância horizontal entre os centros do relevo de 50mm, com relevos trapezoidais de 5mm de altura, fabricado em concreto antiderrapante, de acordo com a ABNT NBR 9050/2020 e 16537/2016.
11	500	m2	PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO GUIA TÁTIL, DIRECIONAL DA COR VERMELHA, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM, base de relevo com 32mm, topo do relevo 25mm, distância horizontal entre os centros do relevo de 70mm, com relevos trapezoidais de 5mm de altura, fabricado em concreto antiderrapante, de acordo com a ABNT NBR 9050/2020 e 16537/2016.
12	700	UNID	GRELHA EM CONCRETO COM ARMAÇÃO DE AÇO DUPLA MÍNIMO 8MM, SOLDADO, NAS MEDIDAS 10X50X80CM, de acordo com a ABNT NBR 9062/2017

1.1. Conforme disposto no art. 34 da Lei 13.303/2016, bem como no art. 18 do Regulamento de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, o valor de referência é **SIGILOSO** e somente será divulgado após a fase de lances.

1.2. No caso de alguma inconsistência no descritivo dos itens entre este termo de referência e o constante na plataforma do pregão eletrônico, deverá ser considerado o descritivo do Termo de Referência.

1.3. Deverá ser especificado na proposta a marca ou procedência do produto ofertado.

1.4. A proposta deverá seguir o padrão estabelecido no Anexo IV.

2. DEMAIS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

2.1. Itens 2 a 4 - Concreto Usinado:

2.1.1. O concreto usinado deve apresentar as seguintes resistências:

- FCK = 15 Mpa = 150 kgf/cm² (resistência 28 dias).
- FCK = 18 Mpa = 180 kgf/cm² (resistência 28 dias).
- FCK = 20 Mpa = 200 kgf/cm² (resistência 28 dias).

2.1.2. Sempre que exigido, deverá ser verificado o "SLUMP" (abatimento) do concreto usinado na obra, a ser realizado no ato da entrega do concreto e em conformidade com as normas da ABNT.

2.1.3. Sempre que exigido pelo fiscal ou encarregado da obra, a contratada deverá colher "corpos de prova" antes e durante a concretagem e providenciar às suas expensas a realização de ensaios laboratoriais de resistência à compressão aos 7 (sete) e 28 (vinte e oito) dias corridos, os quais deverão ser entregues ao encarregado de obras da SURG, tão logo à obtenção dos resultados.

2.1.4. Sempre que exigido, a contratada deverá apresentar atestados de ensaios laboratoriais atualizados (prazo não superior a 30 dias dos materiais componentes do concreto (cimento, pedra e areia) em conformidade com as normas da ABNT.

2.1.5. Deverão ser observadas as normas da ABNT, em especial as NBR 7212/2012 ("Execução de Concreto Dosado em Central"), 12655/2006 ("Concreto – Preparo Controle e Recebimento"), 5738/2003, 6118/2007, 15823/2010 e 15900/2009.

2.2. Piso intertravado e demais artefatos

2.2.1. O concreto do piso intertravado (normal, vermelho e preto) deve atender as especificações da NBR 9781/13 e ter resistência igual ou superior a 35 Mpa; o piso direcional e alerta deve atender os quesitos das NBR 9050/2020 e 16537/2016 versão corrigida 2:2018; os itens referente aos blocos de concreto deverão atender as especificações da NBR 6136/2016 versão corrigida: 2016.

2.2.2. A contratada deverá extrair amostras de piso intertravado normal a cada 500 m², amostras do piso direcional e de alerta a cada 300 m², dos blocos vazados de concreto e meio bloco e canaleta a cada lote de 500 peças. Estas amostras deverão ser ensaiadas segundo as especificações das normas técnicas acima citadas, sendo as despesas por conta da contratada, em laboratórios comerciais ou laboratório da própria fábrica, desde que possuam equipamentos credenciados ou rastreados pelo INMETRO.

2.2.3. A SURG reserva-se no direito de, a seu critério, solicitar ensaio de amostras dos produtos entregues a qualquer tempo, independente da obrigação da empresa disposta no parágrafo anterior, sendo as despesas de responsabilidade da contratada.

2.2.4. Mesmo no caso dos produtos terem sido objeto de inspeção e ensaios, a aceitação conforme critério definido pela SURG, dar-se-á após o recebimento, com a apresentação dos laudos das amostragem dos lotes e realização de inspeção visual das peças durante o descarregamento. As peças que apresentarem defeito ou trincas deverão ser substituídas.

ANEXO II – MINUTA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXX/2023**

SURG – Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava

Aos, na SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava, Estado do Paraná, situada na rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, em Guarapuava - Paraná, CEP 85.070-165, o Diretor Administrativo **Sr. HALMUTH F. GOBA BRANDTNER**, e Diretor Técnico **Sr. SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, nos termos da Lei Federal nº 13.303/2016, combinado com a Lei Federal nº 10.520/02 e com Decreto Municipal nº 1.447/2007, e das demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas no **Pregão Eletrônico nº 21/2023** – Sistema de Registro de Preços, realizado em de de 2023, às XXh00min, devidamente homologado, **RESOLVE, registrar preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023**, conforme condições previstas no instrumento convocatório, o qual, juntamente com as propostas classificadas passa a fazer parte integrante desta, independente de transcrição, tendo sido os referidos preços oferecidos pela empresa, inscrita no CNPJ sob nº estabelecida na cidade de à Rua, bairro, CEP, aqui representada por (sócio, procurador, etc.), inscrito no CPF nº, cuja proposta foi classificada em 1º (primeiro) lugar, como segue:

1. DO OBJETO

1.1. O objeto desta ATA é o Registro de Preços da PROMITENTE, devidamente quantificados e especificados na proposta apresentada, originária do Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preços nº 21/2023, dos produtos abaixo descritos:

ITENS

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	PREÇO UNITÁRIO	VALOR TOTAL

1.2. As quantidades são estimativas para o período de validade desta ata, de acordo com a demanda, não se obrigando a SURG à aquisição total.

1.3. A SURG poderá, por meio do Departamento de Compras, adquirir o objeto da licitação de dois ou mais fornecedores que detenham preços registrados, respeitando-se a capacidade de fornecimento do detentor e obedecendo a ordem de classificação das respectivas propostas.

1.4. A empresa com preços registrados passará a ser denominada DETENTORA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, após a assinatura da ata.

1.5. O compromisso do fornecimento será formalizado pela Ata de Registro de Preços e pela Emissão da Ordem de Compras ou instrumento equivalente.

1.6. Cada serviço deverá ser prestado mediante solicitação por escrito, através da Ordem de Serviço ou Ordem de Fornecimento.

1.7. O objeto contratado deverá preencher as especificações técnicas descritas no **Anexo I** do Edital.

1.8. A existência de preços registrados em ata não obriga a SURG a firmar os contratos que deles poderão advir, sendo facultada a realização de licitação específica, assegurada ao licitante registrado (detentor da ata) preferência em igualdade de condições, conforme preconiza o §3º, do art. 66, da Lei nº 13.303/2016, combinado com o art. 110, do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG;



2. DO PREÇO

2.1. O valor global do objeto é de R\$ ().

2.2. Os valores a serem pagos à Detentora da Ata serão aqueles discriminados na proposta apresentada e que se sagrou vencedora do certame, conforme descrito no item 1 desta ata.

2.3. Os preços dos produtos /serviços são fixos e equivalentes aos de mercado na data de apresentação da proposta.

2.4. Os preços propostos são considerados completos e abrangem todos os tributos (impostos, taxas, emolumentos, contribuições sociais e para-fiscais), transportes de materiais, embalagens, mão-de-obra e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada nesta Ata e no Edital.

3. CRITÉRIOS DE ENTREGA

3.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto, de fiscalização, bem como os procedimentos para prestação do serviço e fornecimento estão previstos item 14 desse edital.

4. DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

4.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses a partir da sua assinatura.

4.2. A existência de preços registrados não obriga a SURG a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios de contratação, respeitada a legislação pertinente às licitações e ao sistema de registro de preços, assegurando-se ao beneficiário do registro preferência em igualdade de condições.

5. DA ADMINISTRAÇÃO DA ATA

5.1. Fica nomeada como GESTORA desta ata **Sra. Jorgete Lacerda**, matrícula 139106, a quem caberá acompanhar a execução do objeto e como FISCAL fica nomeado o **Sr. José Santos**, matrícula 140694, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados.

5.2. Compete ao **Gestor de Ata** a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação e, além de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, em especial as descritas no **Item 20** do Edital.

5.3. Constituem atribuições e responsabilidades do **Fiscal de Ata**, além a de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, o Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, todas as atividades listadas no **Item 21** do Edital.

6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6.1. As despesas decorrentes do fornecimento / prestação de serviços correrão a conta de recursos próprios da SURG

7. DOS PAGAMENTOS

7.1. Os critérios de pagamento estão previstos item 16 desse edital.

8. DAS OBRIGAÇÕES DA DETENTORA DA ATA

8.1. Deverá fornecer o objeto contratado com observância rigorosa das condições desta Ata, do Edital e seus Anexos, prestando os serviços / fornecimento de acordo com as especificações, dentro do prazo estipulado e nas quantidades definidas na Ordem de Fornecimento/Serviço, os quais serão solicitadas de acordo com a necessidade durante o período de validade desta ata.

8.2. Sujeitar-se-á à fiscalização dos serviços no ato da execução/entrega, reservando-se à SURG o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.



8.3. Deverá refazer os trabalhos que eventualmente apresentem defeitos ou desconformidade de especificação, sem ônus para a SURG e sem prejuízo das penalidades cabíveis.

8.4. Fica expressamente estabelecida a responsabilidade exclusiva da Detentora da Ata pelos danos e consequências causados diretamente à SURG, decorrente de culpa ou dolo na qualidade do objeto entregue.

8.5. São igualmente de inteira responsabilidade todos os encargos tributários, trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes do contrato e sua execução, com inteira exclusão de qualquer responsabilidade da SURG, sendo vedado qualquer tipo de reembolso.

8.6. Por qualquer forma de inadimplência da licitante vencedora da garantia total dos serviços executados, sem prejuízo do previsto neste instrumento e das responsabilidades administrativas, civil e criminal, observando o competente processo e a ampla defesa.

8.7. Deverá observar todas as normas legais vigentes, obrigando-se a manter as condições de habilitação exigidas no procedimento licitatório.

8.8. Manter atualizados os dados do preposto* (nome, telefone, e-mail), bem como os dados da empresa para contato da Contratante com a Contratada, devendo informar eventuais alterações, para que não seja prejudicada a comunicação entre as partes.

(*representante da contratada responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto à SURG, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder em nome da Contratada às principais questões técnicas, legais e administrativas referente ao andamento contratual).

9. DAS OBRIGAÇÕES DO ÓRGÃO GERENCIADOR

9.1 Exercer a fiscalização da Ata verificando se os orçamentos com a discriminação dos serviços/produtos e a relação de peças a serem substituídas estão de acordo com o solicitado.

9.2 Notificar a Detentora da Ata por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no produto fornecido, fixando prazo para a sua correção.

9.3. Efetuar os pagamentos pactuados na Ata de Registro de Preços.

10. MULTAS E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, garantida a defesa prévia, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos;

10.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros, sendo que, no caso de reincidência, poderá ser aplicada a penalidade de suspensão.

10.3. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II - pela recusa em assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total da contratação;

IV - nos demais casos de atraso, haverá a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

V - no caso de inexecução parcial, haverá a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;

VI - no caso de inexecução total, haverá a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação.



10.4. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

10.5. As sanções previstas nos incisos I e III do caput desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

10.6. As multas mencionadas nos incisos II e III acima, serão descontadas da garantia dos produtos entregues ou, se inexistente, dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito, cobradas mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso, podendo ser cumuladas com as demais sanções.

10.7. Aplica-se à presente disposição todas as demais condições contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, não expressamente dispostas neste tópico.

11. DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS

11.1. Os preços registrados poderão ser cancelados nos seguintes casos:

11.1.1. Pela SURG, quando:

- I – a detentora descumprir as condições de ata de registro de preços;
- II – a detentora não retirar a Ordem de Fornecimento/Serviço ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- III – a detentora der causa ao cancelamento da ata de registro de preços;
- IV – em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial da ata de registro de preços;
- V – os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado, e não houver acordo quanto a sua atualização;
- VI – por razões de interesse público devidamente fundamentado.

11.1.2. Pela detentora da ata, mediante solicitação por escrito, quando:

- I - os preços registrados se apresentaram inferiores aos praticados no mercado, se não houver acordo quanto a sua atualização;
- II - comprovar a impossibilidade de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços.
- III - houver o atraso nos pagamentos devidos pela SURG, superior a três meses, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, conforme art. 174, inciso IX do RILCC da SURG;

11.2. Nas hipóteses previstas no subitem 11.1.1, a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada no Boletim Oficial do Município juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

11.3. A detentora da ata poderá solicitar o cancelamento do registro do preço através de requerimento a ser protocolado na SURG.

11.3.1. Caso não verifique fundamentação em sua solicitação, a detentora sujeitar-se-á às sanções administrativas previstas nesta ata, no caso de interrupção dos serviços.

11.4. Cancelada a ata em relação a uma detentora, poderá ser convocada àquela com classificação imediatamente subsequente, se registrado mais de um preço, para fornecer ao preço do primeiro classificado.

11.5. Ocorrendo cancelamento do registro de preços pela SURG, a empresa detentora será comunicada por correspondência com aviso de recebimento.

11.5.1. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível, o endereço da detentora, a comunicação será feita através do Boletim Oficial do Município, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da publicação.

12. DA PUBLICIDADE

12.1. Os preços registrados na Ata serão publicados, no Boletim Oficial do Município e anexado no site da SURG.

13. DA REVISÃO DOS PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

13.1. Os preços oferecidos serão irrevogáveis.



13.2. Nas hipóteses previstas nos arts. 144 e seguintes do Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, poderá ser revisto o valor registrado ou contratado, para a promoção do reequilíbrio econômico-financeiro, mediante processo fundamentado e aceito pela Administração, em conformidade com o contido no **Anexo II**.

13.3 Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da Ata, os preços poderão ser revistos, a qualquer tempo, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações da SURG ou outro que venha a substituí-lo.

13.4. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da Administração ou mediante solicitação da empresa Contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas.

13.5. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:

- a) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
- b) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
- c) A configuração de risco econômico extraordinário e extracontratual;
- d) O cumprimento das exigências previstas no Edital da licitação ou Ata de Registro de Preços, conforme item abaixo.

13.6. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Gestor da Ata, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:

- I – Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente registrados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
- II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
- III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original emitida a partir da data da 1ª publicação deste Edital até a data de realização da sessão de abertura da sessão pública de proposta de preços;
- IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, orçamentos de fornecedores juntados à proposta de preços, etc.

13.7. Após a avaliação do requerimento, o Gestor da Ata emitirá parecer constatando de forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no Regulamento Interno da SURG, bem como preencherá Planilha de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e encaminhará o processo à Divisão de Contabilidade para conferência.

13.8. Cumprido o previsto no subitem anterior a Divisão de Contabilidade encaminhará o processo Assessoria Jurídica da SURG para emissão de Parecer Jurídico.

13.9. Após emissão de Parecer Jurídico, o processo será encaminhado ao Diretor da Pasta para autorização final.

13.10. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:

- I - ausência de elevação dos encargos do particular;
- II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes do aceite da proposta;
- III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;
- IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.

13.11. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

13.12. Configurando-se situação em que os preços inicialmente contratados tornem-se, no transcurso da vigência da ata/execução contratual, demasiadamente superiores aos praticados no mercado, em virtude de fatores externos, caracterizando-se situação de onerosidade excessiva para a Administração Pública, deverá o Gestor da Ata adotar as medidas necessárias à revisão da ata, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.



13.13. Compete ao Gestor da ata de registro de preços, sob a supervisão do Diretor da respectiva pasta, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.

13.14. A Detentora da Ata/Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços."

13.15. A revisão aplicada para aumentar não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, podendo manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação.

13.16. É vedado à licitante contratada interromper o fornecimento enquanto aguarda o trâmite do processo de revisão de preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste edital de licitação.

13.17. Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros, for verificado que o valor registrado está acima dos preços praticados no mercado, será convocada a licitante, para adequar os preços registrados àqueles apurados pelo órgão gerenciador, sob pena de cancelamento do registro.

14. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata, a proposta de preços da detentora.

14.2. Fica eleito o foro da Comarca de Guarapuava, Estado do Paraná, como o único competente para dirimir questões decorrentes do cumprimento desta Ata de Registro de Preços, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Guarapuava - PR, de de 2023.

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

SANDRO ALEX RUSSO VALERA
Diretor Técnico

CONTRATADA
Representante Legal

JORGETE LACERDA
Testemunha / Gestora da Ata

JOSÉ SANTOS
Testemunha / Fiscal da ata

**ANEXO III – MINUTA DE CONTRATO****MINUTA DE CONTRATO Nº ____/2023****CONTRATO DE FORNECIMENTO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A COMPANHIA DE SERVIÇOS DE
URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG E A
EMPRESA**

Pelo presente instrumento particular de Contrato de fornecimento, sem vínculo empregatício, de um lado a **COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA – SURG**, com sede na rua Afonso Botelho, nº 63, bairro Trianon, na cidade de Guarapuava, estado do Paraná, CEP 85.012-030 inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.646.273/0001-07, a seguir denominada **CONTRATANTE**, neste ato representada pelo seu Diretor Administrativo **Sr. HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER** brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 057.836.209-04, e o seu diretor Técnico, **Sr. SANDRO ALEX RUSSO VALERA**, brasileiro, engenheiro civil, inscrito no CPF sob o nº 881.700.209-72, ambos com domicílio profissional no mesmo endereço indicado da SURG.

E de outro lado, a empresa, inscrita no CNPJ/MF sob o nº, com sede a Rua, nº, Bairro, CEP, (cidade, estado)....., neste ato representada pelo Sr., inscrito no CPF/MF sob o nº, doravante denominada **CONTRATADA**, vêm firmar o presente Contrato, decorrente da **Ata de Registro de Preço nº .../2023**, nos termos da Lei nº federal 13.303/2016, Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, bem como, o processo realizado na forma de **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023**, por Sistema de Registro de Preços, que fazem parte integrante deste instrumento, como se nele estivessem transcritos, mediante as cláusulas e condições a seguir estipuladas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. O objeto do presente Termo de Contrato é a **aquisição de materiais de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023**, conforme especificações e quantitativos descritos no subitem 1.4 deste contrato.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Conforme permissivo legal, insculpido no artigo 139, parte final do §2º do RILCC da SURG, as partes convencionam que a Contratante, no decorrer da vigência contratual, poderá exceder os limites de supressão dos objetos estabelecidos no §1º, do referido RILCC.

1.4. Discriminação do objeto:

Lote	Item	Quant	Unid	Descrição do material	Valor Unitário	Valor Total
VALOR TOTAL R\$						

1.5. A SURG procederá a aquisição do(s) produtos acima referidos de acordo com a oportunidade e conveniência do departamento solicitante, razão pela qual não se obriga a adquirir, dentro do prazo de vigência contratual, a totalidade do quantitativo dos produtos consignados no subitem acima (1.4), sendo que tal fato não gerará direito algum à contratada, acerca do recebimento total do valor ora contratado, e ou mesmo a aplicação de qualquer penalidade à contratante por suposto descumprimento parcial do contrato.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é de (.....) meses, com início na data de ____/____/____ e encerramento em ____/____/____, prorrogável na forma do art. 133 e 136, ambos do Regulamento Interno de Licitações Contratos e Convênios da SURG.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - PREÇO

3.1. O valor do presente Termo de Contrato é de R\$ (.....).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução contratual, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS

4.2. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas com recursos próprios da SURG.

5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO

5.1. Os critérios de pagamento estão previstos item 16 desse edital.

6. CLÁUSULA SEXTA – REAJUSTE E DA REVISÃO DOS PREÇOS

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

6.2. Após o interregno de um ano, mediante requerimento prévio da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do índice que menor percentual represente à época de sua concessão, acarretando a menor onerosidade possível à SURG, de acordo com o que determina o princípio da economicidade, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$R = V (I - I^0) / I^0$, onde:

R = Valor do reajuste procurado;

V = Valor contratual a ser reajustado;

I⁰ = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

I = Índice relativo ao mês do reajustamento;

6.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

6.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

6.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

6.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

6.9. Se houver desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial da Ata, os preços poderão ser revistos, a qualquer tempo, desde que cumpridas as condições estabelecidas no Regulamento Interno de Licitações da SURG ou outro que venha a substituí-lo.

- 6.10. Comprovado o desequilíbrio, a revisão dos preços poderá ser efetuada por iniciativa da SURG ou mediante solicitação da empresa Contratada, desde que apresentadas as devidas justificativas.
- 6.11. A fundamentação da concessão de reequilíbrio em favor do particular levará em conta:
- a) A alteração de fato que torne mais onerosa a relação existente entre o conjunto dos encargos impostos ao particular e a remuneração correspondente por ocasião do ajuste;
 - b) A superveniência de fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda a ocorrência de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe;
 - c) A configuração de risco econômico extraordinário e extracontratual;
 - d) O cumprimento das exigências previstas neste contrato, no Edital da licitação ou Ata de Registro de Preços.
- 6.12. Para se habilitar à revisão dos preços, o interessado deverá formular pedido dirigido ao Gestor da Ata, mediante requerimento protocolado, devidamente fundamentado, e acompanhado dos seguintes documentos:
- I – Planilha de composição do novo preço, com os mesmos elementos formadores dos preços originalmente contratados, devidamente assinada sobre carimbo da empresa;
 - II – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do novo preço;
 - III – Cópia da(s) Nota(s) Fiscal(is) dos elementos formadores do preço original emitida a partir da data da publicação deste contrato;
 - IV – Outros documentos que comprovem o direito ao reequilíbrio, como por exemplo: demonstrativo de que a alteração dos custos foi superior aos índices oficiais de inflação; histórico de preços do mercado; histórico de preços de compras anteriores da própria Administração Pública; matérias de jornais que constatem tratar-se de elevação extraordinária do preço, orçamentos de fornecedores juntados à proposta de preços, etc.
- 6.13. Após a avaliação do requerimento, o Gestor da Ata emitirá parecer constatando de forma precisa o cumprimento, ou não, das circunstâncias previstas no Regulamento Interno da SURG, bem como preencherá Planilha de Reequilíbrio Econômico-Financeiro e encaminhará o processo à Divisão de Contabilidade para conferência. O reajuste será realizado por apostilamento.
- 6.14. Cumprido o previsto no subitem anterior a Divisão de Contabilidade encaminhará o processo Assessoria Jurídica da SURG para emissão de Parecer Jurídico
- 6.15. Após emissão de Parecer Jurídico, o processo será encaminhado ao Diretor da Pasta para autorização final.
- 6.16. Sem prejuízo de outras hipóteses fundamentadas, será indeferido o requerimento de reequilíbrio econômico-financeiro quando a Administração constatar:
- I - ausência de elevação dos encargos do particular;
 - II - ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido antes da assinatura do contrato;
 - III - ausência de vínculo de causalidade entre o evento ocorrido e a majoração dos encargos do contratado;
 - IV - culpa do contratado pela majoração dos seus encargos, incluindo-se a desídia na previsão da ocorrência do evento que se pretende fundamentar o pedido.
- 6.17. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.
- 6.18. Configurando-se situação em que os preços inicialmente contratados tornem-se, no transcurso da vigência da ata/execução contratual, demasiadamente superiores aos praticados no mercado, em virtude de fatores externos, caracterizando-se situação de onerosidade excessiva para a SURG, deverá o Gestor do Contrato adotar as medidas necessárias à revisão do contrato, visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro
- 6.19. Compete ao Gestor do contrato, sob a supervisão do Diretor da respectiva pasta, realizar acompanhamento periódico dos preços contratados em cotejo com os praticados pelo mercado.
- 6.20. A Contratada não poderá interromper o fornecimento durante o período de tramitação do processo de revisão dos preços, estando, neste caso, sujeita às sanções previstas neste contrato.



6.21. A revisão aplicada para aumentar não poderá ultrapassar o preço praticado no mercado, podendo manter a diferença percentual apurada entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação.

6.22. Quando, através de pesquisa ou impugnação de terceiros, for verificado que o valor contratado está acima dos preços praticados no mercado, será convocada a licitante, para adequar os preços contratados àqueles apurados pelo órgão gerenciador, sob pena de rescisão do contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

7.1. Não haverá exigência de garantia de execução para a presente contratação.

8. CLÁUSULA OITAVA - ENTREGA E RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Os critérios de recebimento e aceitação do objeto, de fiscalização, bem como os procedimentos para prestação do serviço e fornecimento estão previstos item 14 desse edital.

9. CLÁUSULA NONA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 166, § 2º e artigos seguintes do RILCC, será designado representante legal ou seu preposto, que a representará e se responsabilizará por todos os aspectos técnicos e legais, devendo efetuar o acompanhamento contínuo e periódico da execução do contrato e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da SURG ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o Tema nº 246/STF.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. Fica nomeada como GESTORA deste contrato a **Sra. Jorgete Lacerda**, matrícula 139106, a quem caberá acompanhar a execução do objeto e como FISCAL fica nomeado o **Sr. José Santos**, matrícula 140694, a quem caberá a fiscalização do fiel cumprimento dos termos acordados.

9.5. Compete ao **Gestor de Contrato** a execução das atividades gerenciais e administrativas que compõem o processo de contratação e, além de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, do Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, em especial as descritas no **Item 20** do Edital.

9.6. Constituem atribuições e responsabilidades do **Fiscal do Contrato**, além a de conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, da Ata de Registro de Preços, o Contrato e seus eventuais aditivos, bem como de suas atribuições para o exercício das atividades de fiscalização e providenciar a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada, todas as atividades listadas no **Item 21** do Edital.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

10.1. São obrigações da Contratante:

10.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos, bem como neste contrato;

10.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital, da proposta e neste contrato, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

10.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

10.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

10.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

10.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10.3. São obrigações da Contratada:

10.3.1 A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes na sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

10.3.2. Sujeitar-se-á à fiscalização dos serviços no ato da execução/entrega, reservando-se à SURG o direito de não proceder ao recebimento, caso não encontre os mesmos em condições satisfatórias.

10.3.3. Fica expressamente estabelecida a responsabilidade exclusiva da Contratada pelos danos e consequências causados diretamente à SURG, decorrente de culpa ou dolo na qualidade do objeto entregue.

10.3.4. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste contrato;

10.3.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

10.3.6. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

10.3.7. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

10.3.8. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

10.3.9. Manter atualizados os dados do preposto* (nome, telefone, e-mail), bem como os dados da empresa para contato da Contratante com a Contratada, devendo informar eventuais alterações, para que não seja prejudicada a comunicação entre as partes.

(*representante da contratada responsável por acompanhar a execução do Contrato e atuar como interlocutor principal junto à SURG, incumbido de receber, diligenciar, encaminhar e responder em nome da Contratada às principais questões técnicas, legais e administrativas referente ao andamento contratual).

10.3.10. Promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir, como nos casos de pneus, pilhas e baterias, etc.

10.3.11. Para a verificação da regularidade fiscal e trabalhista, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, juntamente com a nota fiscal e ou fatura, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

11.1. Pelo cometimento de quaisquer infrações previstas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, garantida a defesa prévia, a SURG poderá aplicar as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa moratória;

III - multa compensatória;

IV - suspensão temporária do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a SURG, por até 02 (dois) anos;

11.2. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros, sendo que, no caso de reincidência, poderá ser aplicada a penalidade de suspensão.

11.3. A sanção de multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I - em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II - pela recusa em assinar a ata de registro de preços, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

III - no caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente a até 5% do valor total da contratação;



- IV - nos demais casos de atraso, haverá a incidência de multa nunca inferior a 5% ou superior a 10% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;
- V - no caso de inexecução parcial, haverá a incidência de multa nunca inferior a 10% ou superior a 20% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação;
- VI - no caso de inexecução total, haverá a incidência de multa nunca inferior a 20% ou superior a 30% sobre o valor da parcela não executada ou do saldo remanescente da contratação.

11.4. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado danos à SURG, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

11.5. As sanções previstas nos incisos I e III do caput desta cláusula poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II.

11.6. As multas mencionadas nos incisos II e III acima, serão descontadas da garantia dos produtos entregues ou, se inexistente, dos pagamentos a que a CONTRATADA tiver direito, cobradas mediante pagamento em moeda corrente, ou ainda, judicialmente, quando for o caso, podendo ser cumuladas com as demais sanções.

11.7. Aplica-se à presente disposição todas as demais condições contidas no Regulamento Interno de Licitações, Contratos e Convênios da SURG, não expressamente dispostas neste tópico.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – RESCISÃO

12.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido:

- I - por ato unilateral e escrito de qualquer das partes;
- II - amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a SURG;
- III - judicialmente, nos termos da legislação.
- IV - devido o atraso nos pagamentos devidos pela SURG, superior a três meses, decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação, conforme art. 174, inciso IX do RILCC da SURG;

12.2. A rescisão por ato unilateral deverá ser precedida de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada e ser enviada à outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

12.3. Na hipótese de imprescindibilidade da execução contratual para a continuidade de serviços públicos essenciais, o prazo a que se refere o subitem anterior^o será de 90 (noventa) dias.

12.4. Quando a rescisão ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, regularmente comprovados, e no caso do contratado terá este ainda direito a:

- I - devolução da garantia;
- II - pagamentos devidos pela execução do contrato até a data da rescisão;
- III - pagamento do custo da desmobilização.

12.5. A rescisão por ato unilateral da SURG acarreta as seguintes consequências, sem prejuízo das sanções previstas no RILCC da SURG:

- I - assunção imediata do objeto contratado, pela SURG, no estado e local em que se encontrar;
- II - execução da garantia contratual, para ressarcimento pelos eventuais prejuízos sofridos pela SURG;
- III - na hipótese de insuficiência ou ausência da garantia contratual, a retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à SURG.

12.6. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 173 do RILCC da SURG.

12.7. O termo de rescisão será precedido de Relatório indicativo dos seguintes aspectos, conforme o caso:

- 12.7.1 Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
- 12.7.2 Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
- 12.7.3 Indenizações e multa

12.8. Os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega admitem prorrogações extraordinárias, conforme art. 137 do RILCC da SURG, mantidas as demais cláusulas do contrato e assegurada

à manutenção de seu equilíbrio econômico-financeiro, desde que ocorra algum dos seguintes motivos, devidamente autuados em processo:

- a - omissão ou atraso de providências a cargo da SURG;
 - b - atraso nos pagamentos previstos de que resulte, diretamente, impedimento ou retardamento na execução do contrato, sem prejuízo das sanções legais aplicáveis aos responsáveis.
- 12.8.1. Ocorrendo impedimento, paralisação ou sustação do contrato, o prazo ou cronograma de execução poderá ser prorrogado por período necessário a execução total do objeto.
- 12.8.2. Uma vez prorrogados os prazos de início de etapas de execução, de conclusão e de entrega na forma deste artigo, o prazo de vigência contratual será prorrogado na mesma medida.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS VEDAÇÕES

13.1. É vedado à CONTRATADA interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos no RILCC da SURG.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- 14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 139 e seguintes do RILCC da SURG.
- 14.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS CASOS OMISSOS

15.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas no RILCC da SURG, na Lei Federal nº 13.303/2016 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

16.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Boletim Oficial do Município, no prazo previsto no RILCC da SURG.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO

17.1. É eleito o Foro da comarca de Guarapuava para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme RILCC da SURG.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Guarapuava, de..... de 2023

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

SANDRO ALEX RUSSO VALERA
Diretor Técnico

NOME DA EMPRESA
CONTRATADA
NOME DO REPRESENTANTE LEGAL
Representante Legal

JORGETE LACERDA
Testemunha/Gestora do contrato

JOSÉ SANTOS
Testemunha/Fiscal do Contrato

ANEXO IV – MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA**PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA**(uso obrigatório por todas as licitantes)
(papel timbrado da licitante)

EDITAL DE PREGÃO Nº 21/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2023

Empresa: CNPJ

Endereço: Cidade: Estado:

Fone / Whatsapp: Email:

Dados Bancários:

Banco: Agência: Conta:

OBJETO: Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023, conforme especificações constantes neste edital e em seu Anexo I.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNITÁRIO	V. TOTAL
01						
02						
...						

Valor unitário = R\$ (... por extenso...)

Valor global = R\$ (... por extenso ...)

Validade da proposta: 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO e/ou alteração do Edital.

Prazo de Entrega dos Produtos: 10 (dez) dias a contar da emissão da Ordem de Compras.

A empresa declara estar incluso nos preços da proposta, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, carga e descarga, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação.

Declara ainda que a apresentação desta proposta implica na plena, ampla e total aceitação das condições estabelecidas no edital de pregão eletrônico nº 21/2023 e seus ANEXOS I e II (termo de referência e minuta da Ata de Registro de Preços, respectivamente).

Local, de de 2023.

Nome e Assinatura do sócio, dirigente, proprietário ou procurador da licitante
(Nº Cédula de Identidade)

ANEXO V – DEMONSTRATIVO CAPACIDADE FINANCEIRA
(modelo)**À Equipe de apoio de pregões**SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
Ref.: Pregão Eletrônico nº 21/2023

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no Balanço Patrimonial do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de Índice	Valor em Reais	Índice
Liquidez Geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$		
Liquidez Corrente (LC) $LC = (AC / PC)$		
Solvência Geral (SG) $SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$		

AC: Ativo Circulante	RLP: Realizável a Longo Prazo
AP: Ativo Permanente	ELP: Exigível a Longo Prazo
PC: Passivo Circulante	

Os índices deverão ser apresentados com 2 (duas) casas decimais.

Quando o índice de Liquidez for menor que 1,00 (um vírgula zero) a proponente poderá comprovar através de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, que poderá ser verificado por meio do Balanço Patrimonial.

Patrimônio Líquido: R\$ (valor por extenso) equivale a % do valor estimado da contratação.

Local, de de 2023.

Nome do Contador
Com número de inscrição no CRC

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
AMPLA CONCORRÊNCIA

A Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG, por seu diretor administrativo, torna público que realizará a licitação a seguir:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

SISTEMA EMPREGADO: Portal de Compras do Governo Federal
<https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBJETO: Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023.

ABERTURA DA SESSÃO E DISPUTA POR LANCES: 23/06/2023 às 08h30min

SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006 e Decretos Municipais: nº 8089/20; nº 7545/2019, nº 1.447/2007 e suas alterações; Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014;

CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: Disponível até o horário de abertura da sessão pública, pelo Portal de Compras.

ACESSO ÀS INFORMAÇÕES: e-mail: juridico@surg.com.br ou no Departamento de Licitações, sito à Rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Trianon – CEP 85.012-030. Telefone (42) 3630-0500.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelo site: <http://surg.com.br/surg/licitacoes> ou pelo Portal de Compras do Governo Federal.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Guarapuava - PR, 12 de junho de 2023

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER
Diretor Administrativo

SURG**150****TERMO DE APOSTILAMENTO**

PREGÃO PRESENCIAL Nº: 25/2022
Processo Administrativo nº: 47/2022

Objeto: Registro de preços para contratação de serviços mecânicos e fornecimento de peças originais e genéricas para manutenção da frota de veículos leves, utilitários e caminhões de utilização da SURG.

A COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA - SURG, pessoa jurídica constituída sob a forma de Sociedade de Economia Mista, com sede na Rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Trianon, na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, CEP 85.070-165, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.646.273/0001-07, neste ato representada pelo seu Diretor Administrativo **Sr. HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER**, determina por meio desse o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA – O presente instrumento tem por objeto a substituição do Fiscal **Francisco José Pereira Silvério**, na Ata nº 64/2022; e Ata nº 65/2022; por **Sérgio Maurício Florentino dos Santos**; Assessor Administrativo; Matrícula 192778.

CLÁUSULA SEGUNDA - Ficam mantidas as demais Cláusulas e condições constantes das Atas originais, não expressamente alteradas por este Termo.

Guarapuava - PR, 12 de junho de 2023.

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER (A) e SÉRGIO MAURÍCIO FLORENTINO DOS SANTOS (A)

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS
AMPLA CONCORRÊNCIA

A Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG, por seu diretor administrativo, torna público que realizará a licitação a seguir:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

SISTEMA EMPREGADO: Portal de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras/pt-br>

OBJETO: Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023.

ABERTURA DA SESSÃO E DISPUTA POR LANCES: 23/06/2023 às 08h30min

SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006 e Decretos Municipais: nº 8089/20; nº 7545/2019, nº 1.447/2007 e suas alterações; Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014;

CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: Disponível até o horário de abertura da sessão pública, pelo Portal de Compras.

ACESSO ÀS INFORMAÇÕES: e-mail: juridico@surg.com.br ou no Departamento de Licitações, sito à Rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Trianon – CEP 85.012-030. Telefone (42) 3630-0500.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos pelo site: <http://surg.com.br/surg/licitacoes> ou pelo Portal de Compras do Governo Federal.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Guarapuava - PR, 12 de junho de 2023

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER - Diretor Administrativo

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

OBJETO: Registro de preços para aquisição de uniformes para os colaboradores da SURG.

Às 09:31 horas do dia 12 de junho de 2023, após constatada a regularidade dos atos procedimentais, a autoridade competente, Sr. HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER, HOMOLOGA a adjudicação referente ao Processo nº 12, Pregão nº 07/2023.

Adjudicatária	Itens	Valor Total
DANIEL CAMARGO DE LIMA - CONFECOES CNPJ: 31.937.796/0001-37	1, 2, 3, 4 e 5	R\$ 45.170,00
ALAIDE ALVES DOS SANTOS CNPJ: 03.177.123/0001-90	6	R\$ 60.000,00

Guarapuava – PR, 12 de junho de 2023

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER - Diretor Administrativo

TERMO DE APOSTILAMENTO

HOME ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/](http://SURG.COM.BR/SURG/))

LICITAÇÕES ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/LICITACOES/](http://SURG.COM.BR/SURG/LICITACOES/))

CONCURSOS ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/CONCURSOS/](http://SURG.COM.BR/SURG/CONCURSOS/))

SOBRE ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/SOBRE/](http://SURG.COM.BR/SURG/SOBRE/))

PORTAL DO SERVIDOR ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/PORTAL-DO-SERVIDOR/](http://SURG.COM.BR/SURG/PORTAL-DO-SERVIDOR/))

CONTATO ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/CONTATO/](http://SURG.COM.BR/SURG/CONTATO/))

OUVIDORIA ([HTTP://SURG.COM.BR/SURG/OUVIDORIA/](http://SURG.COM.BR/SURG/OUVIDORIA/))

E-MAIL ([HTTP://WEBMAIL.SURG.COM.BR](http://WEBMAIL.SURG.COM.BR))

Licitações (<http://surg.com.br/surg/licitacoes/>) / Licitações 2023

Licitações

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - AMPLA CONCORRÊNCIA ▾

Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023.

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

AMPLA CONCORRÊNCIA

A Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava – SURG, por seu diretor administrativo, torna público que realizará a licitação a seguir:

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023

TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

SISTEMA EMPREGADO: Portal de Compras do Governo Federal <https://www.gov.br/compras/pt-br> (<https://www.gov.br/compras/pt-br>)

OBJETO: Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023.

ABERTURA DA SESSÃO E DISPUTA POR LANCES: 23/06/2023 às 08h30min

SUPORTE LEGAL: Lei Federal nº 13.303/2016, Lei Complementar nº 123/2006 e Decretos Municipais: nº 8089/20; nº 7545/2019, nº 1.447/2007 e suas alterações; Lei Complementar 147 de 07 de agosto de 2014;

CREDENCIAMENTO E CADASTRAMENTO DE PROPOSTAS: Disponível até o horário de abertura da sessão pública, pelo Portal de Compras.

ACESSO ÀS INFORMAÇÕES: e-mail: juridico@surg.com.br (<mailto:juridico@surg.com.br>) ou no Departamento de Licitações, sito à Rua Afonso Botelho, nº 63, Bairro Trianon – CEP 85.012-030. Telefone (42) 3630-0500.

AQUISIÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos poderão ser obtidos CLICANDO AQUI (http://surg.com.br/surg/wp-content/uploads/2023/06/3_EDITAL_21.2023.pdf) ou pelo Portal de Compras do Governo Federal.

Para todas as referências de tempo será observado o horário de Brasília (DF).

Guarapuava – PR, 12 de junho de 2023

HALMUNTH FAGNER GOBA BRANDTNER – Diretor Administrativo

152



PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2023 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - EXCLUSIVO PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS ▾

Registro de preços para aquisição de materiais de expediente e móveis para escritório.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2023 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - AMPLA CONCORRÊNCIA ▾

Registro de preços para aquisição de combustíveis (etanol, gasolina e diesel), para manutenção da frota de veículos de utilização da SURG.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2023 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - AMPLA CONCORRÊNCIA ▾

Registro de preços para contratação de serviços de solda, torno, fresa e fornecimento de insumos para manutenções.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2023 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - AMPLA CONCORRÊNCIA ▾

Registro de preços para aquisição de produtos para sinalização viária, que restou anulado do Pregão Eletrônico nº 08/2023.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 16/2023 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - COM BENEFÍCIOS PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS ▾

Registro de preços para aquisição de mangueiras e terminais para veículos e máquinas da Companhia de Serviços de Urbanização de Guarapuava - SURG, que restou deserto do Pregão Eletrônico nº 09/2023.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 15/2023 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - AMPLA CONCORRÊNCIA ▾

Registro de preços para eventual aquisição de café para consumo dos colaboradores da SURG.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 14/2023 - SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS - AMPLA CONCORRÊNCIA ▾

**TCEPR**
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

153

Voltar

Detalhes processo licitatório

Informações Gerais

Entidade Executora	SURG - COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA		
Ano*	2023		
Nº licitação, dispensa/inexigibilidade*	21		
Modalidade*	Pregão		
Número edital/processo*	28		
Recursos provenientes de organismos internacionais/multilaterais de crédito			
Instituição financeira			
Contrato de Empréstimo			
Descrição Resumida do Objeto*	Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023.		
Forma de Avaliação	Menor Preço		
Dotação Orçamentária*			
Preço máximo/Referência de preço - R\$*	1.203.336,47		
A entidade optou pelo sigilo do valor estimado do objeto da licitação			
Data de Lançamento do Edital	12/06/2023	Data Registro	12/06/2023
Data de Abertura das Propostas	23/06/2023	Data Registro	
NOVA Data de Abertura das Propostas		Data Registro	
Data de Lançamento do Edital			
Data de Abertura das Propostas			
Há itens exclusivos para EPP/ME?		Não	
Há cota de participação para EPP/ME?		Não	Percentual de participação: 0,00
Trata-se de obra com exigência de subcontratação de EPP/ME?		Não	
Há prioridade para aquisições de microempresas regionais ou locais?		Não	
Data Cancelamento			

Exibir

Excluir

1

Guarapuava- PR

154

COMPANHIA DE SERVIÇOS DE URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA
Código da UASG: 929391**Pregão Eletrônico Nº 21/2023 - (Decreto Nº 10.024/2019).****Objeto:** Objeto: Pregão Eletrônico - Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023.**Edital a partir de:** 12/06/2023 das 08:00 às 11:00 Hs e das 13:30 às 17:59 Hs**Endereço:** Rua Afonso Botelho, Nº63 - Trianon - Guarapuava (PR)**Telefone:** (0xx42) 36300500**Fax:** (0xx42)**Entrega da Proposta:** a partir de 12/06/2023 às 08:00Hs**Abertura da Proposta:** em 23/06/2023 às 08:30Hs, no endereço: www.compras.gov.br[Histórico de eventos publicados...](#)[Icone e Download](#)

(Licitações 1-1 de 1)

Nova Pesquisa



PREGÃO 21/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 27/2023

OBJETO: Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023.

PARTICIPANTES E DECLARAÇÕES

156

* DECLARAÇÕES

UASG 929391 - COMPANHIA DE SERV.URBANIZAÇÃO DE GUARAPUAVA
Pregão Nº 212023 (SRP) - (Decreto Nº 10.024/2019)

CNPJ/CPF	Razão Social/Nome	Porte da Empresa
32.936.252/0001-13	J C FARIAS PEREIRA LTDA	ME/EPP
Data Declarações: 15/06/2023 11:03 Declaração MEE/EPP: <u>SIM</u> Declaração de Ciência Edital: <u>SIM</u>		
Declaração Fato Superveniente: <u>SIM</u> Declaração de Menor: <u>SIM</u> Declaração Independente de Proposta: <u>SIM</u>		
Declaração de Acessibilidade: <u>SIM</u> Declaração de Cota de Aprendizagem: <u>SIM</u>		
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <u>SIM</u>		
77.603.892/0001-40	LECOLECA MATERIAIS DE CONSTRUCAO LTDA	ME/EPP
Data Declarações: 21/06/2023 14:07 Declaração MEE/EPP: <u>SIM</u> Declaração de Ciência Edital: <u>SIM</u>		
Declaração Fato Superveniente: <u>SIM</u> Declaração de Menor: <u>SIM</u> Declaração Independente de Proposta: <u>SIM</u>		
Declaração de Acessibilidade: <u>SIM</u> Declaração de Cota de Aprendizagem: <u>SIM</u>		
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <u>SIM</u>		
03.270.392/0001-05	A J M - INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	ME/EPP
Data Declarações: 21/06/2023 17:27 Declaração MEE/EPP: <u>SIM</u> Declaração de Ciência Edital: <u>SIM</u>		
Declaração Fato Superveniente: <u>SIM</u> Declaração de Menor: <u>SIM</u> Declaração Independente de Proposta: <u>SIM</u>		
Declaração de Acessibilidade: <u>SIM</u> Declaração de Cota de Aprendizagem: <u>SIM</u>		
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <u>SIM</u>		
10.866.775/0001-06	CONSTRUTORA RPL LTDA	ME/EPP
Data Declarações: 22/06/2023 15:43 Declaração MEE/EPP: <u>SIM</u> Declaração de Ciência Edital: <u>SIM</u>		
Declaração Fato Superveniente: <u>SIM</u> Declaração de Menor: <u>SIM</u> Declaração Independente de Proposta: <u>SIM</u>		
Declaração de Acessibilidade: <u>SIM</u> Declaração de Cota de Aprendizagem: <u>SIM</u>		
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <u>SIM</u>		
17.521.546/0001-90	PRE-MOLDADOS POKRZVA LTDA	ME/EPP
Data Declarações: 22/06/2023 16:26 Declaração MEE/EPP: <u>SIM</u> Declaração de Ciência Edital: <u>SIM</u>		
Declaração Fato Superveniente: <u>SIM</u> Declaração de Menor: <u>SIM</u> Declaração Independente de Proposta: <u>SIM</u>		
Declaração de Acessibilidade: <u>SIM</u> Declaração de Cota de Aprendizagem: <u>SIM</u>		
Declaração de Não Utilização de Trabalho Degradante ou Forçado: <u>SIM</u>		



Imprimir o Relatório

Fechar

PREGÃO 21/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 27/2023



OBJETO: Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023.

PROPOSTAS
AJUSTADAS
NÃO ADJUDICADAS



PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA

EDITAL DE PREGÃO Nº 21/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2023

Empresa: AJM IND E COM DE ARTEFATODE DE CIMENTO LTDA
CNPJ 03.270.392/0001-05

Endereço: Rua Mario Virmond, 1100 - Industrial Cidade: Guarapuava Estado: PR

Fone / Whatsapp: 3624-5699 / (42)99914-0005

Email: paviconpr@hotmail.com

Dados Bancários:

Banco: 001 Agência: 0299-2 Conta: 162409-1

OBJETO: Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023, conforme especificações constantes neste edital e em seu Anexo I.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNITARIO	V. TOTAL
01	10.000	PC	CANAleta DE 14 CM 140X190X390, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016.	Pavicon	R\$4,00	R\$40.000,00
05	10.000	PC	MEIO BLOCO VAZADO DE CONCRETO, NAS MEDIDAS 14CM 140X190X190, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016.	Pavicon	R\$2,68	R\$26.800,00
06	500	MP	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR PRETO EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.	Pavicon	R\$60,00	R\$30.000,00
07	4.000	MP	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.	Pavicon	R\$42,00	R\$168.000,00
08	1.000	M²	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR VERMELHA EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.	Pavicon	R\$60,00	R\$60.000,00

Rua Mario Virmond, 1100 - Bairro Industrial
Fone: (42) 3624-5699 / (42) 99914-0005

CEP: 85045-640 - Guarapuava - PR
paviconpr@hotmail.com



09	500	M²	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X8CM cm concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.	Pavicon	R\$58,00	R\$29.000,00
10	500	M²	PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO GUIA TÁTIL COM SINALIZAÇÃO ALERTA NA COR VERMELHA NAS MEDIDAS 20x10x6 cm, base de relevo com 30mm, topo do relevo 20mm, distância horizontal entre os centros do relevo de 50mm, com relevos trapezoidais de 5mm de altura, fabricado em concreto antiderrapante, de acordo com a ABNT NBR 9050/2020 e 16537/2016.	Pavicon	R\$67,00	R\$33.500,00
11	500	M²	PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO GUIA TÁTIL, DIRECIONAL DA COR VERMELHA, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM, base de relevo com 32mm, topo do relevo 25mm, distância horizontal entre os centros do relevo de 70mm, com relevos trapezoidais de 5mm de altura, fabricado em concreto antiderrapante, de acordo com a ABNT NBR 9050/2020 e 16537/2016.	Pavicon	R\$67,00	R\$33.500,00
12	700	PÇ	GRELHA EM CONCRETO COM ARMAÇÃO DE AÇO DUPLA MÍNIMO 8MM, SOLDADO, NAS MEDIDAS 10X50X80CM, de acordo com a ABNT NBR 9062/2017	Pavicon	R\$176,93	R\$123.851,00

Valor global = R\$544.651,00 (quinhentos e quarenta e quatro mil seiscentos e cinquenta e um reais)

Validade da proposta: 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO e/ou alteração do Edital.

Prazo de Entrega dos Produtos: 10 (dez) dias a contar da emissão da Ordem de Compras.

A empresa declara estar incluso nos preços da proposta, todos os insumos que o compõem,

Rua Mario Virmond, 1100 - Bairro Industrial
Fone: (42) 3624-5699 / (42) 99914-0005

CEP: 85045-640 - Guarapuava - PR
paviconpr@hotmail.com



tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, carga e descarga, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação.

Declara ainda que a apresentação desta proposta implica na plena, ampla e total aceitação das condições estabelecidas no edital de pregão eletrônico nº 21/2023 e seus ANEXOS I e II (termo de referência e minuta da Ata de Registro de Preços, respectivamente).

Guarapuava, 21 de junho de 2023.

03 270 392/0001-05

A.J.M. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA

RUA MARIO VIRMOND, 1100

BAIRRO INDUSTRIAL - CEP 85045-640

GUARAPUAVA-PARANÁ

Jaup Roberto Zanona
RG: 33373481

PREGÃO 21/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 27/2023



OBJETO: Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023.

PROPOSTAS AJUSTADAS

ACEITAS E ADJUDICADAS



CONSTRUTORA RPL LTDA.

162

CNPJ 10.866.775/0001-06 - INSCR. EST. 90482040-71

Construção Civil, Saneamento, Terraplanagens, Pavimentação de Estradas

Rua Capitão Argílio Ferreira, 176 - Bairro Trianon - CEP 85012-220 - Fone: (42) 3623-2007
Guarapuava - Paraná - E-mail: construtorarp@hotmail.com

PROPOSTA COMERCIAL AJUSTADA

EDITAL DE PREGÃO N°21/2023

PROCESSO ADMINISTRATIVO N°28/2023

Empresa: CONSTRUTORA RPL LTDA

CNPJ: 10.866.775/0001-06

Endereço: Rua Timbiras, nº 1160 – Bairro Vila Carli

Cidade: Guarapuava

Estado: Paraná

Fone / Whatsapp: (42) 99925-0282 (Gabriel)

E-mail: construtorarp@hotmail.com

Dados Bancários:

Banco: Caixa Econômica Federal

Agência: 0389

Conta: 00006205-8

OBJETO: Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados no Pregão Eletrônico n°10/2023, conforme especificações constantes neste edital e em seu Anexo I.

ITEM	QUANT	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	V. UNITARIO	V. TOTAL
02	300	M3	Concreto Usinado FCK 15 MPa (convencional)	Própria	R\$479,90	R\$143.970,00
03	400	M3	Concreto Usinado FCK 20 MPa (convencional)	Própria	R\$459,90	R\$183.960,00
04	400	M3	Concreto Usinado FCK 18 MPa (convencional)	Própria	R\$449,90	R\$179.960,00

Valor unitário: Concreto usinado 15 MPa – R\$479,90/m3 (Quatrocentos e setenta e nove reais e noventa centavos);

Concreto usinado 20 MPa – R\$459,90/m3 (Quatrocentos e cinquenta e nove reais e noventa centavos);

Concreto usinado 18 MPa – R\$449,90/m3 (Quatrocentos e quarenta e nove reais e noventa centavos).

Valor global = R\$507.890,00 (Quinhentos e sete mil e oitocentos e noventa reais).

Validade da proposta: 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data de abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO e/ou alteração do Edital.

Prazo de Entrega dos Produtos: 10 (dez) dias a contar da emissão de Ordem de Compras.

A empresa declara estar incluso nos preços da proposta, todos os insumos que compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, carga e descarga, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação.

Declara ainda que a apresentação desta proposta implica na plena, ampla e total aceitação das condições estabelecidas no edital do preção eletrônico n°21/2023 e seus ANEXOS I e II (termo de referência e minuta de Ata de Registro de Preços, respectivamente).

Guarapuava, 23 de junho de 2023.

RODOLFO FROSSARD PENTEADO

RG nº. 8.706.791-2

Sócio administrador



163

E-mail: gpuava@uol.com.br

Fone: (42) 3623 – 8642 Fax: (42) 3035 - 2223

PROPOSTA COMERCIAL

EDITAL DE PREGÃO Nº 21/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2023

Empresa: LECOLECA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA CNPJ: 77.603.892/0001-40**Endereço:** RUA PROF. BECKER Nº 273 - ALTO DA XV Cidade: GUARAPUAVA Estado: PR**Fone / Whatsapp:** (42) 3623-8642 - (42) 9 9804-9299 **Email:** gpuava@uol.com.br**Dados Bancários:****Banco:** CAIXA ECONOMICA FEDERAL **Agência:** 0389 **Conta:** 9296-8**OBJETO:** Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023, conforme especificações constantes neste edital e em seu anexo I

ITEM	QNTD	UNID	DESCRIÇÃO	MARCA	VALOR UNT	VALOR TOTAL
1	10000	UNID	CANAleta DE 14 CM 140X190X390, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016	LECOLECA	R\$ 4,10	R\$ 41.000,00
5	10000	UNID	MEIO BLOCO VAZADO DE CONCRETO, NAS MEDIDAS 14CM 140X190X190, de acordo com a ABNT NBR 6136/2016	LECOLECA	R\$ 2,74	R\$ 27.4000,00
8	1000	M²	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR VERMELHA EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6 CM em concreto antiderrapante Vibro prensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13	LECOLECA	R\$ 67,00	R\$ 67.000,00
10	500	M²	PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO GUIA TÁTIL COM SINALIZAÇÃO ALERTA NA COR VERMELHA NAS MEDIDAS 20x10x6 CM base de relevo com 30mm, topo do relevo 20mm, distância horizontal entre os centros do relevo de 50mm, com relevos trapezoidais de 5mm de altura, fabricado em concreto antiderrapante, de acordo com a ABNT NBR 9050/2020 e 16537/2016	LECOLECA	R\$ 73,00	R\$ 36.500,00
11	500	M²	PISO INTERTRAVADO (PAVER), TIPO GUIA TÁTIL COM SINALIZAÇÃO DIRECIONAL NA COR VERMELHA NAS MEDIDAS 20x10x6 CM base de relevo com 32mm, topo do relevo 25mm, distância horizontal entre os centros do relevo de 70mm, com relevos trapezoidais de 5mm de altura, fabricado em concreto antiderrapante, de acordo com a ABNT NBR 9050/2020 e 16537/2016	LECOLECA	R\$ 74,00	R\$ 37.000,00

Endereço: Rua Professor Becker, 273 – Alto da XV – CEP 85065 – 030 – Guarapuava – Pr.**CNPJ:** 77603.892/0001-40**Inscrição Estadual** 902.62044 - 34



164

E-mail: gpuava@uol.com.br

Fone: (42) 3623 – 8642 Fax: (42) 3035 - 2223

12	700	UNID	GRELHA EM CONCRETO COM ARMAÇÃO DE AÇO MINIMO 8MM SOLDADO, NAS MEDIDAS 10X50X80CM, DE ACORDO COM A ABNT NBR 9062/2017	LECOLECA	R\$ 176,00	R\$ 123.200,00
----	-----	------	--	----------	------------	----------------

Valor total = R\$ 332.100,00 (Trezentos e trinta e dois mil e cem reais)

Validade da proposta: 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública

PREGÃO ELETRÔNICO 21/2023.

Prazo de Entrega dos Produtos: 10 (dez) dias a contar da emissão da Ordem de Compras.

A empresa declara estar incluso nos preços da proposta, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, carga e descarga, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação.

Declara ainda que a apresentação desta proposta implica na plena, ampla e total aceitação das condições estabelecidas no edital de pregão eletrônico nº 21/2023 e seus ANEXOS I e II (termo de referência e minuta da Ata de Registro de Preços, respectivamente).

Guarapuava, 27 de junho de 2023.

ALEXANDRO DE
OLIVEIRA:81972
148915

Assinado de forma digital
por ALEXANDRO DE
OLIVEIRA:81972148915
Data: 2023.06.27 14:28:01
+03'00'

ALEXANDRO DE OLIVEIRA
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 819.721.489-15



SURG – Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2023 – ANEXO IV

EDITAL DE PREGÃO Nº 21/2023 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 28/2023

Empresa: PRE-MOLDADOS POKRIVA LTDA – CNPJ Nº 17.521.546/0001-90

Endereço: Rua Dr. Geraldo Ribeiro de Carvalho, 11, Vila das Flores, na Cidade de Prudentópolis, Estado do Paraná

Fone / Whatsapp: (42) 99933 8552 - Email: premoldadospokriva@hotmail.com

Dados Bancários: Caixa Econômica Federal: AGÊNCIA nº 0401 - CONTA BANCÁRIA nº 1617-3.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023, conforme especificações constantes neste edital e em seu Anexo I.

Item	Qtidade	Unid.	Descrição	Marca	Valor unitário	Valor total
7	4.000	m²	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X6CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.	Própria	44,00	176.000,00
9	500	M²	PISO INTERTRAVADO (PAVER), NORMAL NA COR NATURAL EM CONCRETO, NAS MEDIDAS 20X10X8CM em concreto antiderrapante vibroprensado, resistência igual ou superior a 35 Mpa - NBR 9781/13.	Própria	60,76	30.380,00

Valor unitário lote 7 = R\$ 44,00 (quarenta e quatro reais)

Valor global lote 7 = R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais)

Valor unitário lote 9 = R\$ 60,76 (sessenta reais e setenta e seis centavos)

Valor global lote 9 = R\$ 30.380,00 (trinta mil e trezentos e oitenta reais)

VALOR TOTAL DA PROPOSTA: R\$ 206.380,00 (duzentos e seis mil e trezentos e oitenta reais).

Validade da proposta: 120 (cento e vinte) dias corridos, contados da data da abertura da sessão pública de PREGÃO ELETRÔNICO e/ou alteração do Edital.

Prazo de Entrega dos Produtos: 10 (dez) dias a contar da emissão da Ordem de Compras.

A empresa declara estar incluso nos preços da proposta, todos os insumos que o compõem, tais como as despesas com mão-de-obra, impostos, taxas, frete, carga e descarga, seguros e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no objeto desta licitação.

PRE-MOLDADOS POKRIVA LTDA - CNPJ Nº 17.521.546/0001-90

RUA DR. GERALDO RIBEIRO DE CARVALHO, 11 – VILA DAS FLORES – PRUDENTÓPOLIS – PR – CEP: 84.400-000



166

Declara ainda que a apresentação desta proposta implica na plena, ampla e total aceitação das condições estabelecidas no edital de pregão eletrônico nº 21/2023 e seus ANEXOS I e II (termo de referência e minuta da Ata de Registro de Preços, respectivamente).

Prudentópolis, 27 de junho de 2023.

Documento assinado digitalmente
gov.br VILSON POKRZVA
Data: 27/06/2023 14:24:54-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

VILSON POKRZVA

SÓCIO ADMINISTRADOR

CPF nº 042.906.249.44 - RG Nº 8.279.910-9 SSP/PR



PREGÃO 21/2023
PROCESSO ADMINISTRATIVO 27/2023

OBJETO: Registro de preços para aquisição de artefatos de concreto e concreto usinado, que resultaram fracassados do Pregão Eletrônico nº 10/2023.

HABILITAÇÃO



168

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar**Dados do Fornecedor**

CNPJ: 10.866.775/0001-06 DUNS®: 899927079
Razão Social: CONSTRUTORA RPL LTDA
Nome Fantasia: GUARAMIX
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor



Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 26/06/2023 10:18:40

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **CONSTRUTORA RPL LTDA**
CNPJ: **10.866.775/0001-06**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.



TCEPR
TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO PARANÁ

170

Consulta de Impedidos de Licitar

CNPJ: 10866775000106

NENHUM ITEM ENCONTRADO!



Pelo presente instrumento particular, os sócios:

RODOLFO FROSSARD PENTEADO, brasileiro, solteiro, nascido em 20/08/1987, na cidade de Guarapuava - PR, empresário, residente e domiciliado a Rua Capelão, nº 178, Bairro Triunfo, CEP 85.012-220, Município de Guarapuava - PR, portadora do CPF 065.350.456-70 e Cédula de Identidade nº 8.708.791-2 expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná;

ROSILDA DE FATIMA FROSSARD PENTEADO, brasileira, casada em regime de comunhão parcial de bens, nascida em 01/07/1960 na cidade de Campo Mourão - PR, empresária, residente e domiciliada a Rua Capitão Argilo Ferreira, nº 176, Triunfo, CEP 85.012-220, Município de Guarapuava - PR, portadora do CPF 390.967.008-10 e Cédula de Identidade nº 3.025.444-9 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná;

Resolvem por este instrumento particular de contrato constituir uma Sociedade Empresária Limitada, que se regerá pelas disposições aplicáveis à espécie e cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade é brasileira, limitada, regendo-se pelo Código Civil (Lei 10.406/2002) e supletivamente pela Lei 8.404/1976 e demais disposições legais aplicáveis à espécie, e gira sob a denominação social de **CONSTRUTORA RPL LTDA**, tendo sede e foro na cidade de Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua Capitão Argilo Ferreira, 176, Bairro Triunfo, CEP 85.012-220.

Parágrafo Único: A Sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional ou exterior, alterar seu capital social, objeto social e endereço, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem por objeto social:

- Comércio Varejista de Materiais de Construção em Geral;
- Serviços de demolição de obras de construção civil;
- Empreitada de mão-de-obra efetiva na construção civil e construtora;
- Serviços de pavimentação de ruas;
- Serviços de Terraplenagem;
- Colônia e Remoção de Entulho;
- Construção de Sistema de Saneamento Básico;

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de duração da sociedade é indeterminado e suas atividades se iniciaram em 15/05/2009.

CLÁUSULA QUARTA: O capital social, integralmente subscrito e integralizado em moeda corrente neste ato é de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), dividido em 80.000 (oitenta mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada uma, sendo assim distribuído entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	CAPITAL (R\$)
01. RODOLFO FROSSARD PENTEADO	60.000	R\$ 60.000,00
02. ROSILDA DE FATIMA FROSSARD PENTEADO	20.000	R\$ 20.000,00
TOTAIS	80.000	R\$ 80.000,00

CLÁUSULA QUINTA: A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo Único: Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme estabelece o artigo 1054 do Código Civil e Lei 10.406/2002.

Rodolfo F. Penteado



CLÁUSULA SEXTA: As quotas representativas do capital social são indivisíveis e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros, sem o unânime e expresso consentimento dos demais sócios, cabendo a estes, direito de preferência na sua aquisição, na proporção das quotas que possuem. O consentimento deverá ser expresso no próprio instrumento de cessão, sendo notificado em primeiro lugar a sociedade a respeito da transferência de quotas feita com inobservância desta regra.

Parágrafo Único: As quotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser caucionadas, penhoradas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, e qualquer título, salvo se com autorização de todos os sócios.

CLÁUSULA SÉTIMA: Qualquer dos sócios que desejar alienar suas quotas, no todo ou em parte, deverá comunicar por escrito a oferta de venda de suas quotas aos sócios remanescentes, explicitando o preço e condições de pagamento. Cada sócio remanescente terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data do protocolo de recebimento da comunicação, para o exercício do direito de preferência na aquisição das quotas do sócio alienante. Após esse prazo, essas quotas poderão ser alienadas ao terceiro interessado.

Parágrafo Primeiro: Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas e/ou direitos de subscção se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios deverão ser comunicados por escrito e poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pro rata, as quotas e/ou direitos que sobejarem.

Parágrafo Segundo: Se não efetivada a cessão nas condições ofertadas e pensali o sócio na intenção de alienar suas quotas sociais, todo o procedimento, referente ao exercício do direito de preferência, fica que ser renovado e repetido, sem em vista a nova oferta de preço e condições de pagamento.

CLÁUSULA OITAVA: As deliberações sociais, ainda que impliquem em qualquer alteração contratual, tais como, exemplificativamente: modificação do objeto social, transformação do tipo jurídico, incorporação, fusão ou cisão, dissolução, liquidação ou extinção da sociedade serão tomadas em reunião dos sócios, quórum ou em documento escrito firmado por votos de sócios que representem a maioria do capital social ou quórum exigido pela legislação em vigor à época da deliberação para especificas matérias.

Parágrafo Único: Dependem de deliberação dos sócios: a aprovação das contas da administração; exclusão de um dos sócios; a designação ou destituição dos administradores, sócios ou não; o modo e o valor da remuneração dos administradores; a transformação, a fusão, cisão ou incorporação da sociedade; resolução, dissolução e liquidação da sociedade empresarial; a nomeação ou destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas; pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da sociedade; investimentos em outras empresas, coligações ou controladas; aprovação de laudo de reavaliação a valor venal de bens ou direitos do ativo permanente.

CLÁUSULA NONA: As reuniões de sócios serão convocadas por qualquer dos sócios e por qualquer meio escrito, inclusive fax ou meio eletrônico, dispensando-se as formalidades da publicação do anúncio, conforme o parágrafo segundo do artigo 1.072 da Lei 10.406/2002, e dispensada a convocação se houver a presença da totalidade dos sócios. Serão lavradas atas das reuniões, em livro próprio, que serão assinadas por todos os sócios presentes.

Parágrafo Primeiro: Fica dispensada a reunião de sócios quando estes decidirem por escrito sobre as matérias objeto de deliberação, nos termos do parágrafo 3º do artigo 1.072 da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Segundo: A reunião dos sócios ocorrerá nos termos previstos em lei, ordinariamente, nos quatro primeiros meses depois de findo o exercício social, de acordo com o artigo 1.078, da Lei 10.406/2002, e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos sócios.

Parágrafo Terceiro: Nas reuniões, o sócio poderá ser representado por outro sócio ou por procurador devidamente constituído para tal fim.

CLÁUSULA DÉCIMA: A sociedade será administrada pelos sócios **ROSILDA DE FATIMA FROSSARD PENTEADO** e **RODOLFO FROSSARD PENTEADO** dispensado da prestação de caução, ao qual compete a administração da sociedade nos termos da Lei 10.406/2002.

Rodolfo F. Penteado



Parágrafo Primeiro: O administrador representará a sociedade, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, podendo assinar escrituras de qualquer natureza e praticar, em geral, e quaisquer outros documentos ou atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a sociedade ou que exonerem a sociedade de obrigações para com terceiros.

Parágrafo Segundo: É vedado ao administrador da sociedade o uso da denominação social em negócios por sua natureza gratuitos, especialmente, a prestação de fianças, avais, endossos, saques de favor ou bonos.

Parágrafo Terceiro: Os atos e documentos, sob pena de não produzirem efeitos perante a sociedade, deverão ser submetidos à aprovação prevista por solenidade representativa a maioria absoluta do capital social, com direito a voto, em reunião própria, e, após aprovados, ser assinados em conjunto por todos os sócios: a) contratação de empréstimos, ou financiamentos de qualquer natureza em valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); b) alienação, cessão de uso ou oneração de bens do ativo patrimonial da Sociedade em valor superior a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); c) decidir sobre a formalização do pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial;

Parágrafo Quarto. As procurações serão outorgadas em nome da sociedade pelo administrador, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, terão período de validade limitado, no máximo, a 01 (um) ano, sendo que as procurações para fins de representação "ad judicia" deverão ser outorgadas por prazo indeterminado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Os administradores declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal; nem de tomar, sob as penas desta lei, a parte de administração da sociedade, por lei especial, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, pecha ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O administrador tem o dever de diligência, de fidelidade e de informar, é obrigado a prestar aos demais sócios, contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes o balanço anual, inventário anual, relatório anual, relativo ao administração que deverá conter entre outros fatos relevantes as demonstrações financeiras nos termos do art. 175 da Lei 6.404/76.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: O administrador poderá receber, mensalmente, a título de pró-labore, a importância que for conveniada, respeitada a legislação vigente do Imposto de Renda.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Fica expressamente permitida a exclusão de sócio por justa causa mediante deliberação de sócios que representem a maioria do capital social na forma da legislação em vigor.

Parágrafo Único: Ao sócio excluído, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, será dada ciência da junta da causa que se faz imputa a ser convocada a reunião dos quotistas, destinada a deliberar sobre a exclusão, na qual poderá fazer uso da palavra, mas não terá direito a voto. Os valores do sócio excluído serão encerrados e pagos na forma prevista neste contrato (cláusulas décima oitava e décima nona). O arquivamento da Junta Compende dos atos referentes à exclusão do sócio, inclusive a subsequente anulação contratual, não depende da assinatura do sócio excluído.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O exercício social se inicia em 1^o de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Ao final do exercício social será levantado o Balanço Patrimonial, de conformidade com as leis e regulamentos em vigor, bem como Demonstração do Resultado do Exercício e Demonstração do Fluxo de Caixa, e o balanço de verificação dos bens, direitos e obrigações, e as respectivas demonstrações financeiras, em conformidade com as prescrições do art. 175 da Lei 6404/76 e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. A estruturação ficará a cargo de contabilista legalmente habilitado conforme art. 1112 da Lei 10405/02, sendo os seus poderes conferidos por escrito pelo administrador, que terá a plena e exclusiva expressão do profissional liberal e registrados no livro de atos da administração para efeitos de responsabilidade civil (arts. 117 e 1178 da Lei 10405/2002).

Roberto F. Pinedo



CONSTRUTORA RE LTDA
CONTRATO SOCIAL

condenação criminal ou qualquer tipo de impedimento legal, inclusive capacidade superveniente, exercendo plenamente seus direitos civis, inclusive de personalidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SETIMA. A sociedade será regida por este contrato social, pela Lei 1001/2002 aplicadas a sociedades limitadas e com a Regência Supletiva da Lei 5.404/76 de 15/12/1976 e demais disposições legais pertinentes à matéria.

CLÁUSULA VEGÉSIMA OITAVA: As partes se obrigam por si e/ou seus sucessores e herdeiros, ficando eleito o foro da Comarca de Guarapuá, PR, para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

E, por estarem em todo justos e contratados, lavram e assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que valha na melhor forma de direito.

Guarapuá, 15 de abril de 2009

Rodolfo Frossard
RODOLFO FROSSARD PENTEADO

Rosilda de Fatima Frossard
ROSILDA DE FATIMA FROSSARD PENTEADO



CONSTRUTORA RPL LTDA
QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL
 CNPJ 10.866.775/0001-06
 NIRE 41206489670

Pag. 01/08

Pelo presente instrumento particular, os sócios:

RODOLFO FROSSARD PENTEADO, brasileiro, solteiro, nascido em 22/09/1987, na cidade de Guarapuava/PR, empresário, residente e domiciliado a Rua Capitão Argílio Ferreira, nº 176, Triunfo, Município de Guarapuava/PR, CEP 85.012-220 portador do CPF 065.358.499-70 e Cédula de Identidade nº 8.760.791-2 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, e

ROSILDA DE FATIMA FROSSARD PENTEADO, brasileira, casada em Regime de Comunhão Parcial de Bens, nascida em 01/07/1960, na cidade de Campo Mourão/PR, empresária, residente e domiciliada a Rua Capitão Argílio Ferreira, nº 176, Triunfo, Município de Guarapuava/PR, CEP 85.012-220, portadora do CPF 390.967.009-10 e Cédula de Identidade nº 3.025.444-9 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná.

Únicos sócios da empresa: **CONSTRUTORA RPL LTDA**, com sede e domicílio na Rua Capitão Argílio Ferreira, nº 176, Triunfo, Município de Guarapuava/PR, CEP 85.012-220 Município de Guarapuava/PR, inscrita no CNPJ sob nº 10.866.775/0001-06, com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE nº 41206489670 registrado em 28 de maio de 2009, e a Última Alteração Contratual sob o nº 20204133050 em 17/08/2020, resolvem assim, promover sua Quarta Alteração Contratual, mediante as cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Fica alterada a Cláusula Segunda da 3ª Alteração Contratual que passa a ter a seguinte redação:

- Comércio varejista de materiais de construção em geral;
- Serviços de demolição de obras da construção civil;
- Empreitada de mão de obra efetiva na construção civil e construtora;
- Serviço de pavimentação de ruas;
- Serviço de terraplanagem;
- Coleta e remoção de entulho;
- Construção de sistema de saneamento básico;
- Locação de máquinas, equipamentos e caminhões sem operador;
- Locação de máquinas, equipamentos e caminhões com operador;
- Transporte rodoviário de entulho - Municipal;
- Transporte rodoviário de cargas - Municipal;
- Preparação de massa de concreto e argamassa para construção;
- Obras de concretagem (em formas) de vigas, colunas, lajes e outras estruturas em obras de construção civil.

CLÁUSULA SEGUNDA: Altera-se o endereço da empresa constante na Cláusula Primeira da 3ª Alteração Contratual, que passa a ter a seguinte redação: Rua Timbiras, nº 1160, Bairro Vila Carl, CEP 85.040-270, Guarapuava/PR.

Página 3 de 9

CONSTRUTORA RPL LTDA
QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL
 CNPJ 10.866.775/0001-06
 NIRE 41206489670

Pag. 03/08

- Locação de máquinas, equipamentos e caminhões com operador;
- Transporte rodoviário de entulho - Municipal;
- Transporte rodoviário de cargas - Municipal;
- Preparação de massa de concreto e argamassa para construção;
- Obras de concretagem (em formas) de vigas, colunas, lajes e outras estruturas em obras de construção civil.

CLÁUSULA TERCEIRA: O prazo de duração da sociedade é indeterminado e suas atividades se iniciaram em 15/04/2009.

CLÁUSULA QUARTA: A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

Parágrafo Único: Os sócios não responderão subsidiariamente pelas obrigações sociais, conforme estabelece o artigo 1054 c/c artigo 997, VIII, do Código Civil e Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA QUINTA: As quotas representativas do capital social são indivisíveis e não poderão ser transferidas ou alienadas a qualquer título a terceiros, sem o unânime e expresso consentimento dos demais sócios, cabendo a estes, direito de preferência na sua aquisição, na proporção das quotas que possuem. O consentimento deverá ser expresso no próprio instrumento de cessão, sendo ineficaz em relação à sociedade a cessão ou transferência de quotas feita com inobservância desta regra.

Parágrafo Único: As quotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo se com autorização de todos os sócios.

CLÁUSULA SEXTA: Qualquer dos sócios que desejar alienar suas quotas, no todo ou em parte, deverá comunicar por escrito a oferta de venda de suas quotas aos sócios remanescentes, explicitando o preço e condições de pagamento. Cada sócio remanescente terá o prazo de 30 (trinta) dias corridos, contados da data do protocolo de recebimento da comunicação, para o exercício do direito de preferência na aquisição das quotas do sócio alienante. Após esse prazo, essas quotas poderão ser alienadas ao terceiro interessado.

Parágrafo Primeiro: Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas e/ou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios deverão ser comunicados por escrito e poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pro-rata, as quotas e/ou direitos que sobejarem.

Parágrafo Segundo: Se não efetivada a cessão nas condições ofertadas e persistir o sócio na intenção de alienar suas quotas sociais, todo o procedimento, referente ao exercício do direito de preferência, será que ser renovado e repetido, tem em vista a nova oferta de preço e condições de pagamento.

CONSTRUTORA RPL LTDA
QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL
 CNPJ 10.866.775/0001-06
 NIRE 41206489670

Pag. 02/08

CLÁUSULA TERCEIRA: Permanecem inalteradas as demais cláusulas vigentes que não colidirem as disposições do presente instrumento.

CLÁUSULA QUARTA: Os sócios resolvem efetuar a consolidação do contrato social posterior alterações conforme segue:

CONSTRUTORA RPL LTDA
QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL
 CNPJ 10.866.775/0001-06
 NIRE 41206489670

RODOLFO FROSSARD PENTEADO, brasileiro, solteiro, nascido em 22/09/1987, na cidade de Guarapuava/PR, empresário, residente e domiciliado a Rua Capitão Argílio Ferreira, nº 176, Triunfo, Município de Guarapuava/PR, CEP 85.012-220 portador do CPF 065.358.499-70 e Cédula de Identidade nº 8.760.791-2 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná, e

ROSILDA DE FATIMA FROSSARD PENTEADO, brasileira, casada em Regime de Comunhão Parcial de Bens, nascida em 01/07/1960, na cidade de Campo Mourão/PR, empresária, residente e domiciliada a Rua Capitão Argílio Ferreira, nº 176, Triunfo, Município de Guarapuava/PR, CEP 85.012-220, portadora do CPF 390.967.009-10 e Cédula de Identidade nº 3.025.444-9 expedida pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná.

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade gira sob a denominação social de **CONSTRUTORA RPL LTDA**, com sede e domicílio na Rua Timbiras, nº 1160, Bairro Vila Carl, CEP 85.040-270, Guarapuava/PR, inscrita no CNPJ sob nº 10.866.775/0001-06, com seu ato constitutivo arquivado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob o NIRE nº 41206489670 registrado em 28 de maio de 2009, e a Última Alteração Contratual sob o nº 20204133050 em 17/08/2020.

Parágrafo Único: A Sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional ou exterior, alterar seu capital social, objeto social e endereço, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade tem por objeto social:

- Comércio varejista de materiais de construção em geral;
- Serviços de demolição de obras da construção civil;
- Empreitada de mão de obra efetiva na construção civil e construtora;
- Serviço de pavimentação de ruas;
- Serviço de terraplanagem;
- Coleta e remoção de entulho;
- Construção de sistema de saneamento básico;
- Locação de máquinas, equipamentos e caminhões sem operador;

Página 4 de 9

CONSTRUTORA RPL LTDA
QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL
 CNPJ 10.866.775/0001-06
 NIRE 41206489670

Pag. 04/08

CLÁUSULA SETIMA: As deliberações sociais, ainda que impliquem em qualquer alteração contratual, tais como, exemplificativamente, modificações do objeto social, transformação do tipo jurídico, incorporação, fusão ou cisão, dissolução, liquidação ou extinção da sociedade serão tomadas em reunião dos sócios quotistas ou em documento escrito firmado por votos de sócios que representem a maioria do capital social ou quórum exigido pela legislação em vigor à época da deliberação para específicas matérias.

Parágrafo Único: Dependem de deliberação dos sócios: a aprovação das contas da administração; exclusão de um dos sócios; a designação ou destituição dos administradores, sócios ou não; o modo e o valor da remuneração dos administradores; a transformação, a fusão, cisão ou incorporação da sociedade; rescisão, dissolução e liquidação da sociedade empresarial; a nomeação ou destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas; pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial da sociedade; investimentos em outras empresas, coligadas ou controladas; aprovação de laudo de reavaliação a valor venal de bens ou direitos do ativo permanente.

CLÁUSULA OITAVA: As reuniões de sócios serão convocadas por qualquer dos sócios e por qualquer meio escrito, inclusive fax ou meio eletrônico, dispensando-se as formalidades da publicação do anúncio, conforme o parágrafo segundo do artigo 1.072 da Lei 10.406/2002, e dispensada a convocação se houver a presença da totalidade dos sócios. Serão lavradas atas das reuniões, em livro próprio, que serão assinadas por todos os sócios quotistas presentes.

Parágrafo Primeiro: Fica dispensada a reunião de sócios quando estes decidirem por escrito sobre as matérias objeto de deliberação, nos termos do parágrafo 3º do artigo 1.072 da Lei 10.406/2002.

Parágrafo Segundo: A reunião dos sócios ocorrerá nos termos previstos em lei, ordinariamente, nos quatro primeiros meses depois de findo o exercício social, de acordo com o artigo 1.078, da Lei 10.406/2002 e extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos sócios.

Parágrafo Terceiro: Nas reuniões, o sócio poderá ser representado por outro sócio ou por procurador devidamente constituído para tal fim.

CLÁUSULA NONA: O capital social, integralmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, neste ato, no valor de R\$500.000,00 (quinhentos mil Reais) divididos em 500.000 (quinhentas mil) quotas no valor de R\$ 1,00 (Um Real) cada, fica assim distribuído e realizado entre os sócios:

SÓCIOS	QUOTAS	CAPITAL
RODOLFO FROSSARD PENTEADO	5.000	R\$ 5.000,00
ROSILDA DE FATIMA FROSSARD PENTEADO	495.000	R\$ 495.000,00
TOTALS	500.000	R\$ 500.000,00

CONSTRUTORA RPL LTDA
QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ 10.866.775/0001-06
NIRE 41206489670

Pag. 05/08

CLÁUSULA DÉCIMA: A sociedade será administrada pelos Sócios RODOLFO FROSSARD PENTEADO e ROSILDA DE FATIMA FROSSARD PENTEADO, dispensados da prestação do caução, ao qual compete a administração da sociedade nos termos da lei 10.406/2002.

Parágrafo Primeiro: A representação da sociedade, em juízo ou fora dele, ativa ou passivamente, perante quaisquer terceiros, a assinatura de escrituras de qualquer natureza, contratos em geral, e quaisquer outros documentos ou atos que importem em responsabilidade ou obrigação para a sociedade ou que exonerem a sociedade das obrigações para com terceiros, incurrirão e serão obrigatoriamente praticados pelos administradores, **INDIVIDUALMENTE**.

Parágrafo Segundo: É vedado aos administradores da sociedade o uso da denominação social em negócios por sua natureza gratuitos, especialmente, a prestação de fianças, avais, endossos, saques de favor ou abonos.

Parágrafo Terceiro: Os atos e documentos a seguir relacionados, sob pena de não produzirem efeitos perante a sociedade, deverão ser submetidos à aprovação previa por sócios representando a maioria absoluta do capital social com direito a voto, em reunião própria, e, após aprovados, ser assinados em conjunto por todos os sócios: a) contratação de empréstimos ou financiamentos de qualquer natureza, qualquer valor; b) alienação, cessão de uso ou oneração de bens do ativo permanente da Sociedade em qualquer valor; c) decidir sobre a formalização do pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

Parágrafo Quarto: As procurações serão outorgadas em nome da sociedade pelos administradores, devendo especificar os poderes conferidos e, com exceção daqueles para fins judiciais, terão período de validade limitado, no máximo, a 01 (um) ano, sendo que as procurações para fins de representação "ad judicia" poderão ser outorgadas por prazo indeterminado.

Parágrafo Quinto: Os atos e documentos a seguir relacionados, sob pena de não produzirem efeitos perante a sociedade, deverão ser submetidos à aprovação previa por sócios representando a maioria absoluta do capital social com direito a voto, em reunião própria, e, após aprovados, ser assinados em conjunto por todos os sócios: a) contratação de empréstimos ou financiamentos de qualquer natureza em valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); b) alienação, cessão de uso ou oneração de bens do ativo permanente da Sociedade em valor superior a R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais); c) decidir sobre a formalização do pedido de falência, recuperação judicial ou extrajudicial.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: Fica expressamente permitida a exclusão de sócio por justa causa mediante deliberação de sócios que representem a maioria do capital social na forma da legislação em vigor.

Página 7 de 9

CONSTRUTORA RPL LTDA
QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ 10.866.775/0001-06
NIRE 41206489670

Pag. 07/08

Parágrafo Único: O balanço especial de determinação será elaborado por perito contador independente, que deverá observar, o valor de mercado para os bens do ativo circulante e a reavaliação a valor venal dos bens e direitos do ativo permanente; todos os ativos e passivos ocultos tais como base negativa para tributos, fundo empresarial ou avilamento, equitativo pelo método holístico; os valores líquidos oriundos de incertezas por demandas judiciais ativas e passivas ou pela existência de títulos de incertezas por demandas judiciais. Não serão considerados os lucros ou perdas posteriores à ocorrência do evento que lhe deu causa, exceto se forem consequências diretas dos atos de gestão, tais como o fundo empresarial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: A sociedade, por deliberação da maioria dos sócios, poderá adquirir as quotas, e mantê-las em tesouraria pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, devendo então observar os ditames estabelecidos neste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: Ficam instituídos como livros obrigatórios, além daqueles exigidos pela legislação comercial, previdenciária, trabalhista e fiscal nas três esferas, revestidos das formalidades intrínsecas e extrínsecas, os livros, ata da reunião de sócios e livro de presença dos sócios.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: Aos sócios dissidentes, fica assegurado o direito de recesso nos moldes do artº 1.077 da Lei 10406/02, apurando-se os seus haveres nos termos da cláusula décima nona.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: A sociedade entrará em dissolução, seguida de liquidação e partilha, nas hipóteses previstas na legislação em vigor ou por determinação judicial.

Parágrafo Primeiro: É assegurada a possibilidade de continuidade da sociedade, em decorrência de sua função social, pela vontade de um ou mais sócios extinta na mesma reunião de quotistas e se não houver óbice legal à dissolução total, apurando-se e pagando-se os haveres dos sócios quotistas segundo o procedimento de balanço de determinação disciplinado na cláusula nona.

Parágrafo Segundo: Em todas as hipóteses de dissolução, os sócios presentes a reunião deverão, por maioria absoluta de votos, elegerem o liquidante, observado os termos do artº 1102 e seguintes da Lei 10406/02, arbitrando os seus honorários e fixando a data de encerramento do processo liquidatório.

Parágrafo Terceiro: Os endereços dos sócios, constantes do contrato social ou de sua última alteração, serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos, etc., relativos a atos da sociedade de seu interesse. A responsabilidade de informações de alterações de endereços é exclusiva dos sócios, que deverão fazê-lo por escrito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA: Os sócios declaram que a atividade se enquadra em Empresa de Pequeno Porte - EPP, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14 de

CONSTRUTORA RPL LTDA
QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ 10.866.775/0001-06
NIRE 41206489670

Pag. 06/08

Parágrafo Único: Ao sócio excluído, com antecedência mínima de 5 (cinco) dias, será dada ciência da justa causa que se lhe imputa e será convocado a reunião dos quotistas, destinada a deliberar sobre a exclusão, na qual poderá fazer uso da palavra, mas não terá direito a voto. Os haveres do sócio excluído serão apurados e pagos na forma prevista neste contrato (cláusulas décima oitava e décima nona). O arquivamento na Junta Comercial dos atos referentes à exclusão do sócio, inclusive a subsequente alteração contratual, independe da assinatura do sócio excluído.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: O exercício social se inicia em 1º de janeiro e se encerra em 31 de dezembro de cada ano.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Ao final do exercício social será levantado o Balanço Patrimonial, de conformidade com as leis e regulamentos em vigor, bem como Demonstração do Resultado do Exercício e ainda o inventário físico e monetário dos bens, direitos e obrigações, e as respectivas demonstrações financeiras, em conformidade com as prescrições do artº 176 da Lei 6404/76 e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade. A escrituração ficará a cargo de contabilista legalmente habilitado conforme artº 1182 da Lei 10406/02, sendo os seus poderes conferidos por escrito pelo administrador, que terá a anuência expressa do profissional liberal e registrados no livro de atos da administração para efeitos da responsabilidade civil (artºs. 1177 e 1178 da lei 10406/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Os lucros ou prejuízos apurados, anualmente, terão a destinação que for deliberada pelos sócios, na forma deste contrato social.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: O falecimento, a interdição, afastamento, falência ou liquidação de qualquer sócio não implicará em dissolução da sociedade, devendo ser apurados os haveres do sócio conforme Balanço Especial, a ser levantado em, no máximo, 90 (noventa) dias, a contar do fato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Nas hipóteses de resolução da sociedade em relação ao sócio, exclusão, falecimento, dissidência, retirada, recesso, interdição, insolvência, ou qualquer outra forma de afastamento do sócio, os haveres deste serão apurados na forma prevista na cláusula décima sexta e serão pagos, a quem de direito, em 36 (trinta e seis) parcelas mensais, iguais e sucessivas, vencendo-se a primeira 90 (noventa) dias após o levantamento do balanço especial.

Parágrafo Único: Mediante acordo entre os sócios supérstites, os herdeiros poderão ingressar na sociedade, caso não haja impedimento legal quanto a sua capacidade jurídica.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Para todos os efeitos deste contrato social, o Balanço Especial, na apuração do Patrimônio Líquido, levará em consideração os bens ativos e os valores passivos da sociedade, pelo seu valor real como se vendidos ou liquidados a vista, na data do levantamento, independentemente do valor contábil.

Página 8 de 9

CONSTRUTORA RPL LTDA
QUARTA ALTERAÇÃO CONTRATUAL E CONSOLIDAÇÃO CONTRATUAL
CNPJ 10.866.775/0001-06
NIRE 41206489670

Pag. 08/08

dezembro de 2008, e que não se enquadra em qualquer das hipóteses de exclusão relacionadas no § 4º do art. 3º da mencionada lei. (art. 3º, I, LC 123/2006).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Os sócios subscritores do capital social declaram, para todos os efeitos legais, que não estão impedidos, nos termos da Lei, de exercer os atos empresariais, em virtude de condenação criminal ou qualquer tipo de impedimento legal, inclusive capacidade superveniente, estando exercendo plenamente seus direitos civis, inclusive de personalidade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: A sociedade será regida por este contrato social, pela Lei 10.406 de 10/01/2002 aplicados a sociedades limitadas e com a Regência Supletiva da Lei 6.404/76 de 15/12/1976 e demais dispositivos legais pertinentes à matéria.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: Os administradores declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercer a administração da sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: Os endereços dos sócios, constantes do contrato social ou de sua última alteração, serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos, etc., relativos a atos da sociedade de seu interesse. A responsabilidade de informações de alterações de endereços é exclusiva dos sócios, que deverão fazê-lo por escrito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: Fica eleito o foro da Comarca de Guarapuava - PR, para resolver quaisquer litígios oriundos do presente Atto.

E, por estarem em tudo justos e contratados, lavram e assinam o presente instrumento em 01 (uma) via de igual teor e forma, para que valha na melhor forma do direito.

Guarapuava, 05 de maio de 2023.

RODOLFO FROSSARD PENTEADO

ROSELDA DE FATIMA FROSSARD PENTEADO



176

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CONSTRUTORA RPL LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
06535849870	RODOLFO FROSSARD PENTEADO
36098700910	ROSILDA DE FATIMA FROSSARD PENTEADO



CERTIFICADO O REGISTRO EM 09/05/2023 ÀS 16 HRS Nº 25/20230432.
Inscrição: 211975432 DE 09/04/2023.
CARGO DE REPRESENTAÇÃO: 1500875009, CPF DO EMP. 1384477940756.
VISA: 4120488870, COM EFEITOS DO REGISTRO EM 08/04/2023.
CONSTRUTORA RPL LTDA

SEANERO MAPONE RACIOS ESCRITOR
067037500-00000
www.sigpessadigital.gov.br

A assinatura eletrônica tem a mesma validade jurídica da assinatura manuscrita e é considerada uma forma de autenticação eletrônica.

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INTERIOREZA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRANSMITO
CENTRO NACIONAL DE IDENTIFICACAO

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL
2108236617

PROIBIDO PLASTIFICAR
2108236617

PARANA

ROSILDA DE FATIMA TROSSARD PENTEADO

DOC IDENTIFICACAO / DATA DE EMISSAO / UF
3025444-9 SSP PR

CPF 198.967.009-10 DATA DE NASCIMENTO 01/07/1960

RELAÇÃO
EDILSON JERONIMO TROSSARD
LENY TELLES

PROBADO
PROBADO
PROBADO

NUMERO 01283177031 VALOR 01/07/2025 DATA DE EMISSAO 10/09/1982

ORGANIZACAO

LOCAL GUARACUVA, PR DATA DE EMISSAO 02/07/2020

ASSINATURA DO TITULAR

72856300264
88918240397

REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DA JUSTICA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE IDENTIFICACAO
AUTORIDADE NACIONAL DE IDENTIFICACAO

2220825173

VALIDA EM TODO O TERRITORIO NACIONAL

RODOLFO FROESARD FENTADO

ENC. GENCIAL / ENC. DUCAL / ENC. 8706791-2 SEXO M

DT. NASCIM. 065.558.499-70 22/00/1987

FUNCAO PAULO GENESIO MONTENEGRO

POSTO DE EXAME FROESARD FENTADO

DATA DE EXAME 02/07/2021

VALIDADE 13/12/2025

03766589697

02/07/2021

13/12/2025

PARANA

179



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NUMERO DE INSCRIÇÃO 10.866.775/0001-06 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 28/05/2009
---	---	--------------------------------

NOME EMPRESARIAL
CONSTRUTORA RPL LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)
GUARAMIX

PORTE
EPP

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
41.20-4-00 - Construção de edifícios

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
23.30-3-05 - Preparação de massa de concreto e argamassa para construção
38.11-4-00 - Coleta de resíduos não-perigosos
42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas
42.22-7-01 - Construção de redes de abastecimento de água, coleta de esgoto e construções correlatas, exceto obras de irrigação
43.11-8-01 - Demolição de edifícios e outras estruturas
43.13-4-00 - Obras de terraplenagem
43.99-1-99 - Serviços especializados para construção não especificados anteriormente
47.44-0-99 - Comércio varejista de materiais de construção em geral
49.30-2-01 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal.
77.32-2-01 - Aluguel de máquinas e equipamentos para construção sem operador, exceto andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO
R TIMBIRAS

NUMERO
1160

COMPLEMENTO

CEP
85.040-270

BAIRRO/DISTRITO
VILA CARLI

MUNICÍPIO
GUARAPUAVA

UF
PR

ENDEREÇO ELETRÔNICO
CONSTRUTORARP@HOTMAIL.COM

TELEFONE
(42) 3624-3265

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)

SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA

DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
28/05/2009

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL

DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 20/06/2023 às 15:21:48 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: **CONSTRUTORA RPL LTDA**
CNPJ: **10.866.775/0001-06**

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 09:01:05 do dia 13/01/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 12/07/2023.

Código de controle da certidão: **60B9.B6F3.039C.5A84**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

181

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 030620716-51

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **10.866.775/0001-06**
Nome: **CONSTRUTORA RPL LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 26/09/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



[Handwritten signature]

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS DO CONTRIBUINTE Nº 44643/2023

Contribuinte

Nome/Razão: 475947 - CONSTRUTORA RPL LTDA
CNPJ/CPF: 10.866.775/0001-06
Endereço: RUA CAPITAO ARGILIO FERREIRA, 176
Complemento:
Bairro: TRIANON **Cidade:** Guarapuava - PR

Finalidade

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VALIDADE
13/06/2023	90 dias

CERTIFICA-SE que não constam, até esta data, pendências em nome do Contribuinte acima identificado, relativas a débitos de competências e administrados pelo Poder Público Municipal. Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal apurar, efetuar lançamentos e cobrar quaisquer dívidas de responsabilidade do contribuinte acima, que vierem a ser apuradas posteriormente à data de emissão da presente certidão.

Esta certidão refere-se exclusivamente à situação do contribuinte no âmbito desta municipalidade e a créditos tributários referentes à Fazenda Pública Municipal.

Prefeitura de Guarapuava, 13 de junho de 2023.

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 10.866.775/0001-06
Razão Social: CONSTRUTORA RPL LTDA
Endereço: R CAPITAO ARGILIO FERREIRA 176 / TRIANON / GUARAPUAVA / PR / 85012-220

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 05/06/2023 a 04/07/2023

Certificação Número: 2023060501552487127830

Informação obtida em 13/06/2023 09:01:22

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

184

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: CONSTRUTORA RPL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 10.866.775/0001-06

Certidão nº: 1816831/2023

Expedição: 13/01/2023, às 09:13:08

Validade: 12/07/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **CONSTRUTORA RPL LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **10.866.775/0001-06**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



185



Corregedoria-Geral da Justiça do Estado do Paraná

Poder Judiciário

A Diretora do Departamento da Corregedoria-Geral da Justiça, nos termos do art. 1º do Decreto Judiciário nº 930/2012, de 29/06/2012, veiculado no Diário da Justiça Eletrônico nº 899, de 05/07/2012,

CERTIFICA, para fins de licitações, contratos da administração pública e outras destinações comerciais, que na **Comarca de Guarapuava**, existem 1 (um) Ofício de Distribuidor, Contador, Partidor, Avaliador e Depositário Público e 2 (dois) Tabelionatos de protesto de títulos (Anexo IV do Código de Organização e Divisão Judiciárias do Estado do Paraná - Lei Estadual nº 14.277, de 30 de dezembro de 2003).

Curitiba, 1 de Junho de 2023

LAÍS LECÍNIA BARBOZA

Diretora do Departamento da Corregedoria-Geral da Justiça, em exercício



186

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUARAPUAVA**

OFÍCIO DISTRIBUIDOR JUDICIAL
AVENIDA MANOEL RIBAS Nº 500 - FORUM ESTADUAL - VILA
SANTANA
GUARAPUAVA/PR - 85.070-18

TITULAR
NERY REGIANI DE MACEDO
JURAMENTADO
RAQUEL REGEANI DE MACEDO LUSTOZA

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição Ações de FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL e EXTRAJUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei **NÃO CONSTAR** nenhum registro em andamento contra:

OFFICER MOVEIS E ELETRONICOS LTDA ME

CNPJ 08.925.642/0001-03, no período compreendido desde 02/01/1991, até a presente data.

GUARAPUAVA/PR, 19 de Junho de 2023

NERY REGIANI DE MACEDO

**NERY REGIANI DE
MACEDO:57391726915**

Assinado de forma digital por NERY
REGIANI DE MACEDO:57391726915
Dados: 2023.06.20 15:39:32 -03'00'



Certificação

Custas = R\$ 46,83

Página 0001/0001

Qualquer rasura ou entrelinha, tornará nula esta Certidão.

Termo de Abertura

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 13

O presente livro do tipo DIÁRIO contém registros numerados, do nº 01 ao nº 97, e servirá para a escrituração dos lançamentos próprios da empresa CONSTRUTORA RPL LTDA, município Guarapuava, CNPJ nº 10.866.775/0001-06, Número de Registro (NIRE) 41208489670.

Data do arquivamento dos atos constitutivos: 26/05/2009

Ato constitutivo: 41206489670

Guarapuava, 01/01/2022

CONSTRUTORA RPL LTDA
PESSOA JURÍDICA
CNPJ 10.866.775/0001-06

RODRIGO ZAMBERLAN
CONTADOR
CRC/PR 41677

CONSTRUTORA RPL LTDA ME

CNPJ: 10.866.775/0001-06 NIRE: 41205484570
 (Edição nº 13 de 01/04/2022 a 31/12/2022)

Página 2 de 86

Page 8

Histórico	Chave	Débito	Crédito	Valor
01/05/2022				
Transferência Proprietário Atualizado 2021	218156	1613	2181	379.437,39
Junta SAA-3 Assoc. com renovação CDP060218	218157	1614	104167	4.231,69
Transferência 1856 parcelas com contrato 724149 em 16 parcelas de R\$ 6.132,71 com vencimento de 1º	218161	103279	108979	9.103,22

02/01/2022	Jurta de Mídias Autorização Paralela - Empresas Nacionais	00000	3-04	01576	00.10
------------	---	-------	------	-------	-------

[illegible][illegible][illegible]

2013-2014			
Pagin 26 de 31-11-2024	2023-2024	2023-2024	2023-2024
Compania de 100 de 130114 - QD-Comerciu de Autoparturi Etrii	2023-2024	2023-2024	2023-2024
QD-Dom. Serv. de aut. de 2023-2024	2023-2024	2023-2024	2023-2024
QD-Dom. CL 097-2024	2023-2024	2023-2024	2023-2024
QD-Dom. CL 097-2024	2023-2024	2023-2024	2023-2024
QD-Dom. CL 097-2024	2023-2024	2023-2024	2023-2024
QD-Dom. CL 097-2024	2023-2024	2023-2024	2023-2024

ZAMBERLAN ASSESSORIA CONTABIL EIRELI

Copyright © 2005 by Lippincott Williams & Wilkins

Page 2

CONSTRUTORA RPL LTDA ME

CNPJ: 10.465.775/0001-06 NIRE: 41206489570

Desio n° 11 de 01/01/2022 a 31/12/2022

Histórico	Chave	Débito	Crédito	Valor
Dep. Treas. conf. extrato	284222	79,19	4,162	1.475,46
Dep. Fazenda Nacional conf. extrato	344622	4,162	79,19	10,38
Rec. de Contrib. conf. extrato	284514	4,162	3,162	100,00
Rec. de Contrib. conf. extrato	284514	4,162	3,162	61.402,52

[illegible][illegible][illegible][illegible]

本報記者 謝世輝 攝

CONSTRUTORA RPL LTDA ME

CNPJ: 10.066.775/0001-06 NIRE: 41206489670

Diário nº 13 de 01/01/2022 a 31/12/2022

Historico	Chave	Digito	Credito	Valor
19/01/1984 a 31/03/1984	173050	13=044	1.984	302,40
19/01/1984 a 31/03/1984 em 26 parcelas	173050	3454	4.174	1.029,40
01/04/1984 a 31/03/1984 em 26 parcelas	222167	1.00000	50	36.510,00
01/04/1984 a 31/03/1984 em 26 parcelas	222167	5450	1.30000	1.280,10

[illegible]

13/09/2022				
Det. Banc. 192474-0 - L&L S.A. Implementación Repetidores e Instalación	200348	10000	4782	1 924
Det. Banc. 144370-0 - Digi. Marchat Asst. Prov.	200347	42717	4782	204
Det. Banc. 43424 - Migra. del Hardware - Esp.	200345	8624	4782	100
Det. Banc. Remanente 9019029-128	200344	3000	4782	127
Det. Banc. Remanente 9104202-17	200343	3660	4782	103
Det. Banc. 44844-03 - Gases Industriales	200342	3436	4782	101
Compa. de M&M de 24.000 - Mod. Dague - F&B Comercial - I	200340	3100	4782	101
Det. Banc. Gases de Aluminio de calidad confiable	200339	51	4782	1 000
Det. Banc. Gases de Aluminio de calidad confiable	200338	21	4782	1 000
Det. Banc. Gases de Aluminio de calidad confiable	200337	7618	4782	420
Det. Banc. Gases de Aluminio de calidad confiable	200336	7519	4782	260
Det. Banc. Gases de Aluminio de calidad confiable	200335	7519	4782	260
Det. Banc. Gases de Aluminio de calidad confiable	200334	4782	71873	1
Remanente, Materiales Financieros confiables	200333	4782	34021	23 550
Reserva de 144370-0 confiable	200332	7519	4782	100
Det. Banc. Gases de Aluminio de calidad confiable	200331	3638	91	1 000

Projeto	Valor	Valor	Valor	Valor
Projeto 1	1000000	1000000	1000000	1000000
Projeto 2	2000000	2000000	2000000	2000000
Projeto 3	3000000	3000000	3000000	3000000
Projeto 4	4000000	4000000	4000000	4000000
Projeto 5	5000000	5000000	5000000	5000000
Projeto 6	6000000	6000000	6000000	6000000
Projeto 7	7000000	7000000	7000000	7000000
Projeto 8	8000000	8000000	8000000	8000000
Projeto 9	9000000	9000000	9000000	9000000
Projeto 10	10000000	10000000	10000000	10000000
Projeto 11	11000000	11000000	11000000	11000000
Projeto 12	12000000	12000000	12000000	12000000
Projeto 13	13000000	13000000	13000000	13000000
Projeto 14	14000000	14000000	14000000	14000000
Projeto 15	15000000	15000000	15000000	15000000
Projeto 16	16000000	16000000	16000000	16000000
Projeto 17	17000000	17000000	17000000	17000000
Projeto 18	18000000	18000000	18000000	18000000
Projeto 19	19000000	19000000	19000000	19000000
Projeto 20	20000000	20000000	20000000	20000000

◆ 中国医药企业海外发展之路

powered the virtual Successor.

[illegible][illegible]

13/06/2022				
Compre do SP nº 14728 - Das Mercedes Auto Parts	28/06/22	305,74	43117	742,54
(Vet Marc. 2015) - Ideal Omapo - F.Rel. Contratos - I	28/06/22	1078,01	48	4.938,20
Das Danc. Os. eund. eletrô.	28/06/22	76,10	89	1.000,20
Ret. do Chama de SP - Superintendência Regional Lda Lda 04 Cando do Flor				

[illegible]

Complexo de M. N. 1096 - João Carlos Lyriano Penhagão e Paranaíba	2000	7500	7500	2000
Geop. Presidente 83 - 1530 - Prefeitura Municipal de Guaporé - São. Adm.	2000	2000	2000	2000
Geop. Presidente 84 - 1670 - Prefeitura Municipal de Guaporé - São. Adm.	2000	2000	2000	2000

ZAMBERLAN ASSESSORIA CONTABIL EIRELI

condit SCI VISUAL, Gulliver

[illegible][illegible][illegible]

2019		2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978	1977	1976	1975	1974	1973	1972	1971	1970	1969	1968	1967	1966	1965	1964	1963	1962	1961	1960	1959	1958	1957	1956	1955	1954	1953	1952	1951	1950	1949	1948	1947	1946	1945	1944	1943	1942	1941	1940	1939	1938	1937	1936	1935	1934	1933	1932	1931	1930	1929	1928	1927	1926	1925	1924	1923	1922	1921	1920	1919	1918	1917	1916	1915	1914	1913	1912	1911	1910	1909	1908	1907	1906	1905	1904	1903	1902	1901	1900	1899	1898	1897	1896	1895	1894	1893	1892	1891	1890	1889	1888	1887	1886	1885	1884	1883	1882	1881	1880	1879	1878	1877	1876	1875	1874	1873	1872	1871	1870	1869	1868	1867	1866	1865	1864	1863	1862	1861	1860	1859	1858	1857	1856	1855	1854	1853	1852	1851	1850	1849	1848	1847	1846	1845	1844	1843	1842	1841	1840	1839	1838	1837	1836	1835	1834	1833	1832	1831	1830	1829	1828	1827	1826	1825	1824	1823	1822	1821	1820	1819	1818	1817	1816	1815	1814	1813	1812	1811	1810	1809	1808	1807	1806	1805	1804	1803	1802	1801	1800	1799	1798	1797	1796	1795	1794	1793	1792	1791	1790	1789	1788	1787	1786	1785	1784	1783	1782	1781	1780	1779	1778	1777	1776	1775	1774	1773	1772	1771	1770	1769	1768	1767	1766	1765	1764	1763	1762	1761	1760	1759	1758	1757	1756	1755	1754	1753	1752	1751	1750	1749	1748	1747	1746	1745	1744	1743	1742	1741	1740	1739	1738	1737	1736	1735	1734	1733	1732	1731	1730	1729	1728	1727	1726	1725	1724	1723	1722	1721	1720	1719	1718	1717	1716	1715	1714	1713	1712	1711	1710	1709	1708	1707	1706	1705	1704	1703	1702	1701	1700	1699	1698	1697	1696	1695	1694	1693	1692	1691	1690	1689	1688	1687	1686	1685	1684	1683	1682	1681	1680	1679	1678	1677	1676	1675	1674	1673	1672	1671	1670	1669	1668	1667	1666	1665	1664	1663	1662	1661	1660	1659	1658	1657	1656	1655	1654	1653	1652	1651	1650	1649	1648	1647	1646	1645	1644	1643	1642	1641	1640	1639	1638	1637	1636	1635	1634	1633	1632	1631	1630	1629	1628	1627	1626	1625	1624	1623	1622	1621	1620	1619	1618	1617	1616	1615	1614	1613	1612	1611	1610	1609	1608	1607	1606	1605	1604	1603	1602	1601	1600	1599	1598	1597	1596	1595	1594	1593	1592	1591	1590	1589	1588	1587	1586	1585	1584	1583	1582	1581	1580	1579	1578	1577	1576	1575	1574	1573	1572	1571	1570	1569	1568	1567	1566	1565	1564	1563	1562	1561	1560	1559	1558	1557	1556	1555	1554	1553	1552	1551	1550	1549	1548	1547	1546	1545	1544	1543	1542	1541	1540	1539	1538	1537	1536	1535	1534	1533	1532	1531	1530	1529	1528	1527	1526	1525	1524	1523	1522	1521	1520	1519	1518	1517	1516	1515	1514	1513	1512	1511	1510	1509	1508	1507	1506	1505	1504	1503	1502	1501	1500	1499	1498	1497	1496	1495	1494	1493	1492	1491	1490	1489	1488	1487	1486	1485	1484	1483	1482	1481	1480	1479	1478	1477	1476	1475	1474	1473	1472	1471	1470	1469	1468	1467	1466	1465	1464	1463	1462	1461	1460	1459	1458	1457	1456	1455	1454	1453	1452	1451	1450	1449	1448	1447	1446	1445	1444	1443	1442	1441	1440	1439	1438	1437	1436	1435	1434	1433	1432	1431	1430	1429	1428	1427	1426	1425	1424	1423	1422	1421	1420	1419	1418	1417	1416	1415	1414	1413	1412	1411	1410	1409	1408	1407	1406	1405	1404	1403	1402	1401	1400	1399	1398	1397	1396	1395	1394	1393	1392	1391	1390	1389	1388	1387	1386	1385	1384	1383	1382	1381	1380	1379	1378	1377	1376	1375	1374	1373	1372	1371	1370	1369	1368	1367	1366	1365	1364	1363	1362	1361	1360	1359	1358	1357	1356	1355	1354	1353	1352	1351	1350	1349	1348	1347	1346	1345	1344	1343	1342	1341	1340	1339	1338	1337	1336	1335	1334	1333	1332	1331	1330	1329	1328	1327	1326	1325	1324	1323	1322	1321	1320	1319	1318	1317	1316	1315	1314	1313	1312	1311	1310	1309	1308	1307	1306	1305	1304	1303	1302	1301	1300	1299	1298	1297	1296	1295	1294	1293	1292	1291	1290	1289	1288	1287	1286	1285	1284	1283	1282	1281	1280	1279	1278	1277	1276	1275	1274	1273	1272	1271	1270	1269	1268	1267	1266	1265	1264	1263	1262	1261	1260	1259	1258	1257	1256	1255	1254	1253	1252	1251	1250	1249	1248	1247	1246	1245	1244	1243	1242	1241	1240	1239	1238	1237	1236	1235	1234	1233	1232	1231	1230	1229	1228	1227	1226	1225	1224	1223	1222	1221	1220	1219	1218	1217	1216	1215	1214	1213	1212	1211	1210	1209	1208	1207	1206	1205	1204	1203	1202	1201	1200	1199	1198	1197	1196	1195	1194	1193	1192	1191	1190	1189	1188	1187	1186	1185	1184	1183	1182	1181	1180	1179	1178	1177	1176	1175	1174	1173	1172	1171	1170	1169	1168	1167	1166	1165	1164	1163	1162	1161	1160	1159	1158	1157	1156	1155	1154	1153	1152	1151	1150	1149	1148	1147	1146	1145	1144	1143	1142	1141	1140	1139	1138	1137	1136	1135	1134	1133	1132	1131	1130	1129	1128	1127	1126	1125	1124	1123	1122	1121	1120	1119	1118	1117	1116	1115	1114	1113	1112	1111	1110	1109	1108	1107	1106	1105	1104	1103	1102	1101	1100	1099	1098	1097	1096	1095	1094	1093	1092	1091	1090	1089	1088	1087	1086	1085	1084	1083	1082	1081	1080	1079	1078	1077	1076	1075	1074	1073	1072	1071	1070	1069	1068	1067	1066	1065	1064	1063	1062	1061	1060	1059	1058	1057	1056	1055	1054	1053	1052	1051	1050	1049	1048	1047	1046	1045	1044	1043	1042	1041	1040	1039	1038	1037	1036	1035	1034	1033	1032	1031	1030	1029	1028	1027	1026	1025	1024	1023	1022	1021	1020	1019	1018	1017	1016	1015	1014	1013	1012	1011	1010	1009	1008	1007	1006	1005	1004	1003	1002	1001	1000	999	998	997	996	995	994	993	992	991	990	989	988	987	986	985	984	983	982	981	980	979	978	977	976	975	974	973	972	971	970	969	968	967	966	965	964	963	962	961	960	959	958	957	956	955	954	953	952	951	950	949	948	947	946	945	944	943	942	941	940	939	938	937	936	935	934	933	932	931	930	929	928	927	926	925	924	923	922	921	920	919	918	917	916	915	914	913	912	911	910	909	908	907	906	905	904	903	902	901	900	899	898	897	896	895	894	893	892	891	890	889	888	887	886	885	884	883	882	881	880	879	878	877	876	875	874	873	872	871	870	869	868	867	866	865	864	863	862	861	860	859	858	857	856	855	854	853	852	851	850	849	848	847	846	845	844	843	842	841	840	839	838	837	836	835	834	833	832	831	830	829	828	827	826	825	824	823	822	821	820	819	818	817	816	815	814	813	812	811	810	809	808	807	806	805	804	803	802	801	800	799	798	797	796	795	794	793	792	791	790	789	788	787	786	785	784	783	782	781	780	779	778	777	776	775	774	773	772	771	770	769	768	767	766	765	764	763	762	761	760	759	758	757	756	755	754	753	752	751	750	749	748	747	746	745	744	743	742	741	740	739	738	737	736	735	734	733	732	731	730	729	728	727	726	725	724	723	722	721	720	719	718	717	716	715	714	713	712	711	710	709	708	707	706	705	704	703	702	701	700	699	698	697	696	695	694	693	692	691	690	689	688	687	686	685	684	683	682	681	680	679	678	677	676	675	674	673	672	671	670	669	668	667	666	665	664	663	662	661	660	659	658	657	656	655	654	653	652	651	650	649	648	647	646	645	644	643	642	641	640	639	638	637	636	635	634	633	632	631	630	629	628	627	626	625	624	623	622	621	620	619	618	617	616	615	614	613	612	611	610	609	608	607	606	605	604	603	602	601	600
------	--	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

ZAMBERLAN ASSESSORIA CONTABIL EIRELI

contabil. SCS V&L&L, S. Carlos

Descrição	Chave	Debito	Credito	Valor
Recebimento: Rendimento Transação com vendas				
Do Rens. Sacos 37 e 38 e 39 e 40 e 41 e 42 e 43 e 44 e 45 e 46 e 47 e 48 e 49 e 50 e 51 e 52 e 53 e 54 e 55 e 56 e 57 e 58 e 59 e 60 e 61 e 62 e 63 e 64 e 65 e 66 e 67 e 68 e 69 e 70 e 71 e 72 e 73 e 74 e 75 e 76 e 77 e 78 e 79 e 80 e 81 e 82 e 83 e 84 e 85 e 86 e 87 e 88 e 89 e 90 e 91 e 92 e 93 e 94 e 95 e 96 e 97 e 98 e 99 e 100 e 101 e 102 e 103 e 104 e 105 e 106 e 107 e 108 e 109 e 110 e 111 e 112 e 113 e 114 e 115 e 116 e 117 e 118 e 119 e 120 e 121 e 122 e 123 e 124 e 125 e 126 e 127 e 128 e 129 e 130 e 131 e 132 e 133 e 134 e 135 e 136 e 137 e 138 e 139 e 140 e 141 e 142 e 143 e 144 e 145 e 146 e 147 e 148 e 149 e 150 e 151 e 152 e 153 e 154 e 155 e 156 e 157 e 158 e 159 e 160 e 161 e 162 e 163 e 164 e 165 e 166 e 167 e 168 e 169 e 170 e 171 e 172 e 173 e 174 e 175 e 176 e 177 e 178 e 179 e 180 e 181 e 182 e 183 e 184 e 185 e 186 e 187 e 188 e 189 e 190 e 191 e 192 e 193 e 194 e 195 e 196 e 197 e 198 e 199 e 200 e 201 e 202 e 203 e 204 e 205 e 206 e 207 e 208 e 209 e 210 e 211 e 212 e 213 e 214 e 215 e 216 e 217 e 218 e 219 e 220 e 221 e 222 e 223 e 224 e 225 e 226 e 227 e 228 e 229 e 230 e 231 e 232 e 233 e 234 e 235 e 236 e 237 e 238 e 239 e 240 e 241 e 242 e 243 e 244 e 245 e 246 e 247 e 248 e 249 e 250 e 251 e 252 e 253 e 254 e 255 e 256 e 257 e 258 e 259 e 260 e 261 e 262 e 263 e 264 e 265 e 266 e 267 e 268 e 269 e 270 e 271 e 272 e 273 e 274 e 275 e 276 e 277 e 278 e 279 e 280 e 281 e 282 e 283 e 284 e 285 e 286 e 287 e 288 e 289 e 290 e 291 e 292 e 293 e 294 e 295 e 296 e 297 e 298 e 299 e 300 e 301 e 302 e 303 e 304 e 305 e 306 e 307 e 308 e 309 e 310 e 311 e 312 e 313 e 314 e 315 e 316 e 317 e 318 e 319 e 320 e 321 e 322 e 323 e 324 e 325 e 326 e 327 e 328 e 329 e 330 e 331 e 332 e 333 e 334 e 335 e 336 e 337 e 338 e 339 e 340 e 341 e 342 e 343 e 344 e 345 e 346 e 347 e 348 e 349 e 350 e 351 e 352 e 353 e 354 e 355 e 356 e 357 e 358 e 359 e 360 e 361 e 362 e 363 e 364 e 365 e 366 e 367 e 368 e 369 e 370 e 371 e 372 e 373 e 374 e 375 e 376 e 377 e 378 e 379 e 380 e 381 e 382 e 383 e 384 e 385 e 386 e 387 e 388 e 389 e 390 e 391 e 392 e 393 e 394 e 395 e 396 e 397 e 398 e 399 e 400 e 401 e 402 e 403 e 404 e 405 e 406 e 407 e 408 e 409 e 410 e 411 e 412 e 413 e 414 e 415 e 416 e 417 e 418 e 419 e 420 e 421 e 422 e 423 e 424 e 425 e 426 e 427 e 428 e 429 e 430 e 431 e 432 e 433 e 434 e 435 e 436 e 437 e 438 e 439 e 440 e 441 e 442 e 443 e 444 e 445 e 446 e 447 e 448 e 449 e 450 e 451 e 452 e 453 e 454 e 455 e 456 e 457 e 458 e 459 e 460 e 461 e 462 e 463 e 464 e 465 e 466 e 467 e 468 e 469 e 470 e 471 e 472 e 473 e 474 e 475 e 476 e 477 e 478 e 479 e 480 e 481 e 482 e 483 e 484 e 485 e 486 e 487 e 488 e 489 e 490 e 491 e 492 e 493 e 494 e 495 e 496 e 497 e 498 e 499 e 500 e 501 e 502 e 503 e 504 e 505 e 506 e 507 e 508 e 509 e 510 e 511 e 512 e 513 e 514 e 515 e 516 e 517 e 518 e 519 e 520 e 521 e 522 e 523 e 524 e 525 e 526 e 527 e 528 e 529 e 530 e 531 e 532 e 533 e 534 e 535 e 536 e 537 e 538 e 539 e 540 e 541 e 542 e 543 e 544 e 545 e 546 e 547 e 548 e 549 e 550 e 551 e 552 e 553 e 554 e 555 e 556 e 557 e 558 e 559 e 560 e 561 e 562 e 563 e 564 e 565 e 566 e 567 e 568 e 569 e 570 e 571 e 572 e 573 e 574 e 575 e 576 e 577 e 578 e 579 e 580 e 581 e 582 e 583 e 584 e 585 e 586 e 587 e 588 e 589 e 590 e 591 e 592 e 593 e 594 e 595 e 596 e 597 e 598 e 599 e 600 e 601 e 602 e 603 e 604 e 605 e 606 e 607 e 608 e 609 e 610 e 611 e 612 e 613 e 614 e 615 e 616 e 617 e 618 e 619 e 620 e 621 e 622 e 623 e 624 e 625 e 626 e 627 e 628 e 629 e 630 e 631 e 632 e 633 e 634 e 635 e 636 e 637 e 638 e 639 e 640 e 641 e 642 e 643 e 644 e 645 e 646 e 647 e 648 e 649 e 650 e 651 e 652 e 653 e 654 e 655 e 656 e 657 e 658 e 659 e 660 e 661 e 662 e 663 e 664 e 665 e 666 e 667 e 668 e 669 e 670 e 671 e 672 e 673 e 674 e 675 e 676 e 677 e 678 e 679 e 680 e 681 e 682 e 683 e 684 e 685 e 686 e 687 e 688 e 689 e 690 e 691 e 692 e 693 e 694 e 695 e 696 e 697 e 698 e 699 e 700 e 701 e 702 e 703 e 704 e 705 e 706 e 707 e 708 e 709 e 710 e 711 e 712 e 713 e 714 e 715 e 716 e 717 e 718 e 719 e 720 e 721 e 722 e 723 e 724 e 725 e 726 e 727 e 728 e 729 e 730 e 731 e 732 e 733 e 734 e 735 e 736 e 737 e 738 e 739 e 740 e 741 e 742 e 743 e 744 e 745 e 746 e 747 e 748 e 749 e 750 e 751 e 752 e 753 e 754 e 755 e 756 e 757 e 758 e 759 e 760 e 761 e 762 e 763 e 764 e 765 e 766 e 767 e 768 e 769 e 770 e 771 e 772 e 773 e 774 e 775 e 776 e 777 e 778 e 779 e 780 e 781 e 782 e 783 e 784 e 785 e 786 e 787 e 788 e 789 e 790 e 791 e 792 e 793 e 794 e 795 e 796 e 797 e 798 e 799 e 800 e 801 e 802 e 803 e 804 e 805 e 806 e 807 e 808 e 809 e 810 e 811 e 812 e 813 e 814 e 815 e 816 e 817 e 818 e 819 e 820 e 821 e 822 e 823 e 824 e 825 e 826 e 827 e 828 e 829 e 830 e 831 e 832 e 833 e 834 e 835 e 836 e 837 e 838 e 839 e 840 e 841 e 842 e 843 e 844 e 845 e 846 e 847 e 848 e 849 e 850 e 851 e 852 e 853 e 854 e 855 e 856 e 857 e 858 e 859 e 860 e 861 e 862 e 863 e 864 e 865 e 866 e 867 e 868 e 869 e 870 e 871 e 872 e 873 e 874 e 875 e 876 e 877 e 878 e 879 e 880 e 881 e 882 e 883 e 884 e 885 e 886 e 887 e 888 e 889 e 890 e 891 e 892 e 893 e 894 e 895 e 896 e 897 e 898 e 899 e 900 e 901 e 902 e 903 e 904 e 905 e 906 e 907 e 908 e 909 e 910 e 911 e 912 e 913 e 914 e 915 e 916 e 917 e 918 e 919 e 920 e 921 e 922 e 923 e 924 e 925 e 926 e 927 e 928 e 929 e 930 e 931 e 932 e 933 e 934 e 935 e 936 e 937 e 938 e 939 e 940 e 941 e 942 e 943 e 944 e 945 e 946 e 947 e 948 e 949 e 950 e 951 e 952 e 953 e 954 e 955 e 956 e 957 e 958 e 959 e 960 e 961 e 962 e 963 e 964 e 965 e 966 e 967 e 968 e 969 e 970 e 971 e 972 e 973 e 974 e 975 e 976 e 977 e 978 e 979 e 980 e 981 e 982 e 983 e 984 e 985 e 986 e 987 e 988 e 989 e 990 e 991 e 992 e 993 e 994 e 995 e 996 e 997 e 998 e 999 e 1000 e 1001 e 1002 e 1003 e 1004 e 1005 e 1006 e 1007 e 1008 e 1009 e 1010 e 1011 e 1012 e 1013 e 1014 e 1015 e 1016 e 1017 e 1018 e 1019 e 1020 e 1021 e 1022 e 1023 e 1024 e 1025 e 1026 e 1027 e 1028 e 1029 e 1030 e 1031 e 1032 e 1033 e 1034 e 1035 e 1036 e 1037 e 1038 e 1039 e 1040 e 1041 e 1042 e 1043 e 1044 e 1045 e 1046 e 1047 e 1048 e 1049 e 1050 e 1051 e 1052 e 1053 e 1054 e 1055 e 1056 e 1057 e 1058 e 1059 e 1060 e 1061 e 1062 e 1063 e 1064 e 1065 e 1066 e 1067 e 1068 e 1069 e 1070 e 1071 e 1072 e 1073 e 1074 e 1075 e 1076 e 1077 e 1078 e 1079 e 1080 e 1081 e 1082 e 1083 e 1084 e 1085 e 1086 e 1087 e 1088 e 1089 e 1090 e 1091 e 1092 e 1093 e 1094 e 1095 e 1096 e 1097 e 1098 e 1099 e 1100 e 1101 e 1102 e 1103 e 1104 e 1105 e 1106 e 1107 e 1108 e 1109 e 1110 e 1111 e 1112 e 1113 e 1114 e 1115 e 1116 e 1117 e 1118 e 1119 e 1120 e 1121 e 1122 e 1123 e 1124 e 1125 e 1126 e 1127 e 1128 e 1129 e 1130 e 1131 e 1132 e 1133 e 1134 e 1135 e 1136 e 1137 e 1138 e 1139 e 1140 e 1141 e 1142 e 1143 e 1144 e 1145 e 1146 e 1147 e 1148 e 1149 e 1150 e 1151 e 1152 e 1153 e 1154 e 1155 e 1156 e 1157 e 1158 e 1159 e 1160 e 1161 e 1162 e 1163 e 1164 e 1165 e 1166 e 1167 e 1168 e 1169 e 1170 e 1171 e 1172 e 1173 e 1174 e 1175 e 1176 e 1177 e 1178 e 1179 e 1180 e 1181 e 1182 e 1183 e 1184 e 1185 e 1186 e 1187 e 1188 e 1189 e 1190 e 1191 e 1192 e 1193 e 1194 e 1195 e 1196 e 1197 e 1198 e 1199 e 1200 e 1201 e 1202 e 1203 e 1204 e 1205 e 1206 e 1207 e 1208 e 1209 e 1210 e 1211 e 1212 e 1213 e 1214 e 1215 e 1216 e 1217 e 1218 e 1219 e 1220 e 1221 e 1222 e 1223 e 1224 e 1225 e 1226 e 1227 e 1228 e 1229 e 1230 e 1231 e 1232 e 1233 e 1234 e 1235 e 1236 e 1237 e 1238 e 1239 e 1240 e 1241 e 1242 e 1243 e 1244 e 1245 e 1246 e 1247 e 1248 e 1249 e 1250 e 1251 e 1252 e 1253 e 1254 e 1255 e 1256 e 1257 e 1258 e 1259 e 1260 e 1261 e 1262 e 1263 e 1264 e 1265 e 1266 e 1267 e 1268 e 1269 e 1270 e 1271 e 1272 e 1273 e 1274 e 1275 e 1276 e 1277 e 1278 e 1279 e 1280 e 1281 e 1282 e 1283 e 1284 e 1285 e 1286 e 1287 e 1288 e 1289 e 1290 e 1291 e 1292 e 1293 e 1294 e 1295 e 1296 e 1297 e 1298 e 1299 e 1300 e 1301 e 1302 e 1303 e 1304 e 1305 e 1306 e 1307 e 1308 e 1309 e 1310 e 1311 e 1312 e 1313 e 1314 e 1315 e 1316 e 1317 e 1318 e 1319 e 1320 e 1321 e 1322 e 1323 e 1324 e 1325 e 1326 e 1327 e 1328 e 1329 e 1330 e 1331 e 1332 e 1333 e 1334 e 1335 e 1336 e 1337 e 1338 e 1339 e 1340 e 1341 e 1342 e 1343 e 1344 e 1345 e 1346 e 1347 e 1348 e 1349 e 1350 e 1351 e 1352 e 1353 e 1354 e 1355 e 1356 e 1357 e 1358 e 1359 e 1360 e 1361 e 1362 e 1363 e 1364 e 1365 e 1366 e 1367 e 1368 e 1369 e 1370 e 1371 e 1372 e 1373 e 1374 e 1375 e 1376 e 1377 e 1378 e 1379 e 1380 e 1381 e 1382 e 1383 e 1384 e 1385 e 1386 e 1387 e 1388 e 1389 e 1390 e 1391 e 1392 e 1393 e 1394 e 1395 e 1396 e 1397 e 1398 e 1399 e 1400 e 1401 e 1402 e 1403 e 1404 e 1405 e 1406 e 1407 e 1408 e 1409 e 1410 e 1411 e 1412 e 1413 e 1414 e 1415 e 1416 e 1417 e 1418 e 1419 e 1420 e 1421 e 1422 e 1423 e 1424 e 1425 e 1426 e 1427 e 1428 e 1429 e 1430 e 1431 e 1432 e 1433 e 1434 e 1435 e 1436 e 1437 e 1438 e 1439 e 1440 e 1441 e 1442 e 1443 e 1444 e 1445 e 1446 e 1447 e 1448 e 1449 e 1450 e 1451 e 1452 e 1453 e 1454 e 1455 e 1456 e 1457 e 1458 e 1459 e 1460 e 1461 e 1462 e 1463 e 1464 e 1465 e 1466 e 1467 e 1468 e 1469 e 1470 e 1471 e 1472 e 1473 e 1474 e 1475 e 1476 e 1477 e 1478 e 1479 e 1480 e 1481 e 1482 e 1483 e 1484 e 1485 e 1486 e 1487 e 1488 e 1489 e 1490 e 1491 e 1492 e 1493 e 1494 e 1495 e 1496 e 1497 e 1498 e 1499 e 1500 e 1501 e 1502 e 1503 e 1504 e 1505 e 1506 e 1507 e 1508 e 1509 e 1510 e 1511 e 1512 e 1513 e 1514 e 1515 e 1516 e 1517 e 1518 e 1519 e 1520 e 1521 e 1522 e 1523 e 1524 e 1525 e 1526 e 1527 e 1528 e 1529 e 1530 e 1531 e 1532 e 1533 e 1534 e 1535 e 1536 e 1537 e 1538 e 1539 e 1540 e 1541 e 1542 e 1543 e 1544 e 1545 e 1546 e 1547 e 1548 e 1549 e 1550 e 1551 e 1552 e 1553 e 1554 e 1555 e 1556 e 1557 e 1558 e 1559 e 1560 e 1561 e 1562 e 1563 e 1564 e 1565 e 1566 e 1567 e 1568 e 1569 e 1570 e 1571 e 1572 e 1573 e 1574 e 1575 e 1576 e 1577 e 1578 e 1579 e 1580 e 1581 e 1582 e 1583 e 1584 e 1585 e 1586 e 1587 e 1588 e 1589 e 1590 e 1591 e 1592 e 1593 e 1594 e 1595 e 1596 e 1597 e 1598 e 1599 e 1600 e 1601 e 1602 e 1603 e 1604 e 1605 e 1606 e 1607 e 1608 e 1609 e 1610 e 1611 e 1612 e 1613 e 1614 e 1615 e 1616 e 1617 e 1618 e 1619 e 1620 e 1621 e 1622 e 1623 e 1624 e 1625 e 1626 e 1627 e 1628 e 1629 e 1630 e 1631 e 1632 e 1633 e 1634 e 1635 e 1636 e 1637 e 1638 e 1639 e 1640 e 1641 e 1642 e 1643 e 1644 e 1645 e 1646 e 1647 e 1648 e 1649 e 1650 e 1651 e 1652 e 1653 e 1654 e 1655 e 1656 e 1657 e 1658 e 1659 e 1660 e 1661 e 1662 e 1663 e 1664 e 1665 e 1666 e 1667 e 1668 e 1669 e 1670 e 1671 e 1672 e 1673 e 1674 e 1675 e 1676 e 1677 e 1678 e 1679 e 1680 e 1681 e 1682 e 1683 e 1684 e 1685 e 1686 e 1687 e 1688 e 1689 e 1690 e 1691 e 1692 e 1693 e 1694 e 1695 e 1696 e 1697 e 1698 e 1699 e 1700 e 1701 e 1702 e 1703 e 1704 e 1705 e 1706 e 1707 e 1708 e 1709 e 1710 e 1711 e 1712 e 1713 e 1714 e 1715 e 1716 e 1717 e 1718 e 1719 e 1720 e 1721 e 1722 e 1723 e 1724 e 1725 e 1726 e 1727 e 1728 e 1729 e 1730 e 1731 e 1732 e 1733 e 1734 e 1735 e 1736 e 1737 e 1738 e 1739 e 1740 e 1741 e 1742 e 1743 e 1744 e 1745 e 1746 e 1747 e 1748 e 1749 e 1750 e 1751 e 1752 e 1753 e 1754 e 1755 e 1756 e 1757 e 1758 e 1759 e 1760 e 1761 e 1762 e 1763 e 1764 e 1765 e 1766 e 1767 e 1768 e 1769 e 1770 e 1771 e 1772 e 1773 e 1774 e 1775 e 1776 e 1777 e 1778 e 1779 e 1780 e 1781 e 1782 e 1783 e 1784 e 1785 e 1786 e 1787 e 1788 e 1789 e 1790 e 1791 e 1792 e 1793 e 1794 e 1795 e 1796 e 1797 e 1798 e 1799 e 1800 e 1801 e 1802 e 1803 e 1804 e 1805 e 1806 e 1807 e 1808 e 1809 e 1810 e 1811 e 1812 e 1813 e 1814 e 1815 e 1816 e 1817 e 1818 e 1819 e 1820 e 1821 e 1822 e 1823 e 1824 e 1825 e 1826 e 1827 e 1828 e 1829 e 1830 e 1831 e 1832 e 1833 e 1834 e 1835 e 1836 e 1837 e 1838 e 1839 e 1840 e 1841 e 1842 e 1843 e 1844 e 1845 e 1846 e 1847 e 1848 e 1849 e 1850 e 1851 e 1852 e 1853 e 1854 e 1855 e 1856 e 1857 e 1858 e 1859 e 1860 e 1861 e 1862 e 1863 e 1864 e 1865 e 1866 e 1867 e 1868 e 1869 e 1870 e 1871 e 1872 e 1873 e 1874 e 1875 e 1876 e 1877 e 1878 e 1879 e 1880 e 1881 e 1882 e 1883 e 1884 e 1885 e 1886 e 1887 e 1888 e 1889 e 1890 e 1891 e 1892 e 1893 e 1894 e 1895 e 1896 e 1897 e 1898 e 1899 e 1900 e 1901 e 1902 e 1903 e 1904 e 1905 e 1906 e 1907 e 1908 e 1909 e 1910 e 1911 e 1912 e 1913 e 1914 e 1915 e 1916 e 1917 e 1918 e 1919 e 1920 e 1921 e 1922 e 1923 e 1924 e 1925 e 1926 e 1927 e 1928 e 1929 e 1930 e 1931 e 1932 e 1933 e 1934 e 1935 e 1936 e 1937 e 1938 e 1939 e 1940 e 1941 e 1942 e 1943 e 1944 e 1945 e 1946 e 1947 e 1948 e 1949 e 1950 e 1951 e 1952 e 1953 e 1954 e 1955 e 1956 e 1957 e 1958 e 1959 e 1960 e 1961 e 1962 e 1963 e 1964 e 1965 e 1966 e 1967 e 1968 e 1969 e 1970 e 1971 e 1972 e 1973 e 1974 e 1975 e 1976 e 1977 e 1978 e 1979 e 1980 e 1981 e 1982 e 1983 e 1984 e 1985 e 1986 e 1987 e 1988 e 1989 e 1990 e 1991 e 1992 e 1993 e 1994 e 1995 e 1996 e 1997 e 1998 e 1999 e 2000 e 2001 e 2002 e 2003 e 2004 e 2005 e 2006 e 2007 e 2008 e 2009 e 2010 e 2011 e 2012 e 2013 e 2014 e 2015 e 2016 e 2017 e 2018 e 2019 e 2020 e 2021 e 2022 e 2023 e 2024 e 2025 e 2026 e 2027 e 2028 e 2029 e 2030 e 2031 e 2032 e 2033 e 2034 e 2035 e 2036 e 2037 e 2038 e 2039 e 2040 e 2041 e 2042 e 2043 e 2044 e 2045 e 2046 e 2047 e 2048 e 2049 e 2050 e 2051 e 2052 e 2053 e 2054 e 2055 e 2056 e 2057 e 2058 e 2059 e 2060 e 2061 e 2062 e 2063 e 2064 e 2065 e 2066 e 2067 e 2068 e 2069 e 2070 e 2071 e 2072 e 2073 e 2074 e 2075 e 2076 e 2077 e 2078 e 2079 e 2080 e 2081 e 2082 e 2083 e 2084 e 2085 e 2086 e 2087 e 2088 e 2089 e 2090 e 2091 e 2092 e 2093 e 2094 e 2095 e 2096 e 2097 e 2098 e 2099 e 2100 e 2101 e 2102 e 2103 e 2104 e 2105 e 2106 e 2107 e 2108 e 2109 e 2110 e 2111 e 2112 e 2113 e 2114 e 2115 e 2116 e 2117 e 2118 e 2119 e 2120 e 2121 e 2122 e 2123 e 2124 e 2125 e 2126 e 2127 e 2128 e 2129 e 2130 e 2131 e 2132 e 2133 e 2134 e 2135 e 2136 e 2137 e 2138 e 2139 e 2140 e 2141 e 2142 e 2143 e 2144 e 2145 e 2146 e 2147 e 2148 e 2149 e 2150 e 2151 e 2152 e 2153 e 2154 e 2155 e 2156 e 2157 e 2158 e 2159 e 2160 e 2161 e 2162 e 2163 e 2164 e 2165 e 2166 e 2167 e 2168 e 2169 e 2170 e 2171 e 2172 e 2173 e 2174 e 2175 e 2176 e 2177 e 2178 e 2179 e 2180 e 2181 e 2182 e 2183 e 2184 e 2185 e 2186 e 2187 e 2188 e 2189 e 2190 e 2191 e 2192 e 2193 e 2194 e 2195 e 2196 e 2197 e 2198 e 2199 e 2200 e 2201 e 2202 e 2203 e 2204 e 2205 e 2206 e 2207 e 2208 e 2209 e 2210 e 2211 e 2212 e 2213 e 2214 e 2215 e 2216 e 2217 e 2218 e 2219 e 2220 e 2221 e 2222 e 2223 e 2224 e 2225 e 2226 e 2227 e 2228 e 2229 e 2230 e 2231 e 2232 e 2233 e 2234 e 2235 e 2236 e 2237 e 2238 e 2239 e 2240 e 2241 e 2242 e 2243 e 2244 e 2245 e 2246 e 2247 e 2248 e 2249 e 2250 e 2251 e 2252 e 2253 e 2254 e 2255 e 2256 e 2257 e				

[illegible]

2020	2019	2018	2017	2016	2015	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007	2006	2005	2004	2003	2002	2001	2000	1999	1998	1997	1996	1995	1994	1993	1992	1991	1990	1989	1988	1987	1986	1985	1984	1983	1982	1981	1980	1979	1978	1977	1976	1975	1974	1973	1972	1971	1970	1969	1968	1967	1966	1965	1964	1963	1962	1961	1960	1959	1958	1957	1956	1955	1954	1953	1952	1951	1950	1949	1948	1947	1946	1945	1944	1943	1942	1941	1940	1939	1938	1937	1936	1935	1934	1933	1932	1931	1930	1929	1928	1927	1926	1925	1924	1923	1922	1921	1920	1919	1918	1917	1916	1915	1914	1913	1912	1911	1910	1909	1908	1907	1906	1905	1904	1903	1902	1901	1900	1899	1898	1897	1896	1895	1894	1893	1892	1891	1890	1889	1888	1887	1886	1885	1884	1883	1882	1881	1880	1879	1878	1877	1876	1875	1874	1873	1872	1871	1870	1869	1868	1867	1866	1865	1864	1863	1862	1861	1860	1859	1858	1857	1856	1855	1854	1853	1852	1851	1850	1849	1848	1847	1846	1845	1844	1843	1842	1841	1840	1839	1838	1837	1836	1835	1834	1833	1832	1831	1830	1829	1828	1827	1826	1825	1824	1823	1822	1821	1820	1819	1818	1817	1816	1815	1814	1813	1812	1811	1810	1809	1808	1807	1806	1805	1804	1803	1802	1801	1800	1799	1798	1797	1796	1795	1794	1793	1792	1791	1790	1789	1788	1787	1786	1785	1784	1783	1782	1781	1780	1779	1778	1777	1776	1775	1774	1773	1772	1771	1770	1769	1768	1767	1766	1765	1764	1763	1762	1761	1760	1759	1758	1757	1756	1755	1754	1753	1752	1751	1750	1749	1748	1747	1746	1745	1744	1743	1742	1741	1740	1739	1738	1737	1736	1735	1734	1733	1732	1731	1730	1729	1728	1727	1726	1725	1724	1723	1722	1721	1720	1719	1718	1717	1716	1715	1714	1713	1712	1711	1710	1709	1708	1707	1706	1705	1704	1703	1702	1701	1700	1699	1698	1697	1696	1695	1694	1693	1692	1691	1690	1689	1688	1687	1686	1685	1684	1683	1682	1681	1680	1679	1678	1677	1676	1675	1674	1673	1672	1671	1670	1669	1668	1667	1666	1665	1664	1663	1662	1661	1660	1659	1658	1657	1656	1655	1654	1653	1652	1651	1650	1649	1648	1647	1646	1645	1644	1643	1642	1641	1640	1639	1638	1637	1636	1635	1634	1633	1632	1631	1630	1629	1628	1627	1626	1625	1624	1623	1622	1621	1620	1619	1618	1617	1616	1615	1614	1613	1612	1611	1610	1609	1608	1607	1606	1605	1604	1603	1602	1601	1600	1599	1598	1597	1596	1595	1594	1593	1592	1591	1590	1589	1588	1587	1586	1585	1584	1583	1582	1581	1580	1579	1578	1577	1576	1575	1574	1573	1572	1571	1570	1569	1568	1567	1566	1565	1564	1563	1562	1561	1560	1559	1558	1557	1556	1555	1554	1553	1552	1551	1550	1549	1548	1547	1546	1545	1544	1543	1542	1541	1540	1539	1538	1537	1536	1535	1534	1533	1532	1531	1530	1529	1528	1527	1526	1525	1524	1523	1522	1521	1520	1519	1518	1517	1516	1515	1514	1513	1512	1511	1510	1509	1508	1507	1506	1505	1504	1503	1502	1501	1500	1499	1498	1497	1496	1495	1494	1493	1492	1491	1490	1489	1488	1487	1486	1485	1484	1483	1482	1481	1480	1479	1478	1477	1476	1475	1474	1473	1472	1471	1470	1469	1468	1467	1466	1465	1464	1463	1462	1461	1460	1459	1458	1457	1456	1455	1454	1453	1452	1451	1450	1449	1448	1447	1446	1445	1444	1443	1442	1441	1440	1439	1438	1437	1436	1435	1434	1433	1432	1431	1430	1429	1428	1427	1426	1425	1424	1423	1422	1421	1420	1419	1418	1417	1416	1415	1414	1413	1412	1411	1410	1409	1408	1407	1406	1405	1404	1403	1402	1401	1400	1399	1398	1397	1396	1395	1394	1393	1392	1391	1390	1389	1388	1387	1386	1385	1384	1383	1382	1381	1380	1379	1378	1377	1376	1375	1374	1373	1372	1371	1370	1369	1368	1367	1366	1365	1364	1363	1362	1361	1360	1359	1358	1357	1356	1355	1354	1353	1352	1351	1350	1349	1348	1347	1346	1345	1344	1343	1342	1341	1340	1339	1338	1337	1336	1335	1334	1333	1332	1331	1330	1329	1328	1327	1326	1325	1324	1323	1322	1321	1320	1319	1318	1317	1316	1315	1314	1313	1312	1311	1310	1309	1308	1307	1306	1305	1304	1303	1302	1301	1300	1299	1298	1297	1296	1295	1294	1293	1292	1291	1290	1289	1288	1287	1286	1285	1284	1283	1282	1281	1280	1279	1278	1277	1276	1275	1274	1273	1272	1271	1270	1269	1268	1267	1266	1265	1264	1263	1262	1261	1260	1259	1258	1257	1256	1255	1254	1253	1252	1251	1250	1249	1248	1247	1246	1245	1244	1243	1242	1241	1240	1239	1238	1237	1236	1235	1234	1233	1232	1231	1230	1229	1228	1227	1226	1225	1224	1223	1222	1221	1220	1219	1218	1217	1216	1215	1214	1213	1212	1211	1210	1209	1208	1207	1206	1205	1204	1203	1202	1201	1200	1199	1198	1197	1196	1195	1194	1193	1192	1191	1190	1189	1188	1187	1186	1185	1184	1183	1182	1181	1180	1179	1178	1177	1176	1175	1174	1173	1172	1171	1170	1169	1168	1167	1166	1165	1164	1163	1162	1161	1160	1159	1158	1157	1156	1155	1154	1153	1152	1151	1150	1149	1148	1147	1146	1145	1144	1143	1142	1141	1140	1139	1138	1137	1136	1135	1134	1133	1132	1131	1130	1129	1128	1127	1126	1125	1124	1123	1122	1121	1120	1119	1118	1117	1116	1115	1114	1113	1112	1111	1110	1109	1108	1107	1106	1105	1104	1103	1102	1101	1100	1099	1098	1097	1096	1095	1094	1093	1092	1091	1090	1089	1088	1087	1086	1085	1084	1083	1082	1081	1080	1079	1078	1077	1076	1075	1074	1073	1072	1071	1070	1069	1068	1067	1066	1065	1064	1063	1062	1061	1060	1059	1058	1057	1056	1055	1054	1053	1052	1051	1050	1049	1048	1047	1046	1045	1044	1043	1042	1041	1040	1039	1038	1037	1036	1035	1034	1033	1032	1031	1030	1029	1028	1027	1026	1025	1024	1023	1022	1021	1020	1019	1018	1017	1016	1015	1014	1013	1012	1011	1010	1009	1008	1007	1006	1005	1004	1003	1002	1001	1000	999	998	997	996	995	994	993	992	991	990	989	988	987	986	985	984	983	982	981	980	979	978	977	976	975	974	973	972	971	970	969	968	967	966	965	964	963	962	961	960	959	958	957	956	955	954	953	952	951	950	949	948	947	946	945	944	943	942	941	940	939	938	937	936	935	934	933	932	931	930	929	928	927	926	925	924	923	922	921	920	919	918	917	916	915	914	913	912	911	910	909	908	907	906	905	904	903	902	901	900	899	898	897	896	895	894	893	892	891	890	889	888	887	886	885	884	883	882	881	880	879	878	877	876	875	874	873	872	871	870	869	868	867	866	865	864	863	862	861	860	859	858	857	856	855	854	853	852	851	850	849	848	847	846	845	844	843	842	841	840	839	838	837	836	835	834	833	832	831	830	829	828	827	826	825	824	823	822	821	820	819	818	817	816	815	814	813	812	811	810	809	808	807	806	805	804	803	802	801	800	799	798	797	796	795	794	793	792	791	790	789	788	787	786	785	784	783	782	781	780	779	778	777	776	775	774	773	772	771	770	769	768	767	766	765	764	763	762	761	760	759	758	757	756	755	754	753	752	751	750	749	748	747	746	745	744	743	742	741	740	739	738	737	736	735	734	733	732	731	730	729	728	727	726	725	724	723	722	721	720	719	718	717	716	715	714	713	712	711	710	709	708	707	706	705	704	703	702	701	700	699	698	697	696	695	694	693	692	691	690	689	688	687	686	685	684	683	682	681	680	679	678	677	676	675	674	673	672	671	670	669	668	667	666	665	664	663	662	661	660	659	658	657	656	655	654	653	652	651	650	649	648	647	646	645	644	643	642	641	640	639	638	637	636	635	634	633	632	631	630	629	628	627	626	625	624	623	622	621	620	619	618	617	616	615	614	613	612	611	610	609	608	607	606	605	604	603	602	601
------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	------	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Localización	Superficie (m ²)	Superficie (m ²)	Superficie (m ²)	Superficie (m ²)
Localización	Superficie (m ²)	Superficie (m ²)	Superficie (m ²)	Superficie (m ²)

Historia	Charge	Debito	Crédito	Valor
Vendas Cia. NF nº 221 - Junior Reis Pires - Mo	2016/12	3771	47845	400720
Adiantamento Proprietário para empre	2016/12	30721	47845	15271230
Out. Recup. 40572 conf. sistema	2016/12	34688	4775	82002110
Out. Recup. Sócios p/ sup. de valores conf. sist	2016/12	31	4785	520
Recuperação Adiantamento Proprietário conf. empre	2016/12	4762	71810	1100
Out. Recup. Recup. p/ sup. de valores conf. sist	2016/12	31	4785	15194810
Rec. de Clientes nº 24 - Associação Manoel Lucasio Carlos Vieira	2016/12	00	193045	4688010
2016/12				
Companhia de NF nº 2216 - Companhia de Moles Guara-Lândia - Mo				
Vendas Cia. NF nº 161 - Companhia de Moles Guara-Lândia	2016/12	30876	19130	10100
Out. Recup. 40118 - Major Alcantara - Rap	2016/12	3771	19130	870000
Out. Recup. 40122 - Interlocução Com. de Petróleo em Situação de Insolvência	2016/12	6106	00	400000
Out. Recup. 40122 - Recup. de ativos conf. E. Com. de Valores Lúcio Pires	2016/12	143756	00	6620100
Prec. Recup. 198 - TUB. COM. R. REPR. DE TUBOS E CONJ. DE PEÇAS ENVI.	2016/12	90907	00	366000
Out. Recup. Sócios p/ sup. de valores conf. sistema	2016/12	00	00	972000
Out. Recup. 198 - Subvenção Interiores conf. E. Com.	2016/12	01	82	1600000
Out. Recup. 198 - TUB. COM. R. REPR. DE TUBOS E CONJ. DE PEÇAS ENVI.	2016/12	108078	00	290000
Out. Recup. 198 - TUB. COM. R. REPR. DE TUBOS E CONJ. DE PEÇAS ENVI.	2016/12	40300	29400	28000
Out. Recup. 305567 Santa Maria Cia. de Petróleo e Derivados - PROD	2016/12	00	00	28000

Descrição	Valor	Valor	Valor	Valor
Contrato de NF nº 1131 - MANOEL RODRIGUES Pinheiro & CIA LTDA	256.000	298.614	14.617,73	1.146.100
Contrato de NF nº 18399 - Praça Lido e do Pauso Pinheiro Ltda	256.000	917,4	144.930	1.208.100
Contrato de NF nº 115789 - D. Transpac Ltda	256.000	327,96	0	121.89
Unidade Cx. NF nº 16 - D. Agência Interplaneta Ltda	256.000	1271	14621,7	9.030.00
Ofic. Banc. 21667 - Banco Unigrama Autopagadora E.P	256.000	105.000	0	11.200.00
Unidade Cx. NF nº 11 - Heral Cooper - Fátima Autopagadora E.P	256.000	10.990,1	0	12.000.00
Unidade Cx. NF nº 11 - Heral Cooper - Fátima Autopagadora E.P	256.000	479,2	387,26	21.420,62
Unidade Cx. NF nº 11 - Heral Cooper - Fátima Autopagadora E.P	256.000	11	479,2	21.420,62
Unidade Cx. NF nº 11 - Heral Cooper - Fátima Autopagadora E.P	256.000	479,2	479,2	2.000

[illegible][illegible]

Emprego	2016	2017	2018	2019
Emprego de NF nº 1195 - 2016 Cartão Licitação Paralelepípedos e Pavingas	76.576	18757	79612	222.41
Emprego de NF nº 1195 - 2016 Cartão Licitação Paralelepípedos e Pavingas	236500	26600	79112	810.74

Histórico	Chave	Débito	Crédito	Valor
Empenho nº 107 de 1922 - João Carlos Luciano Fagundes e Perseu Mendes	200000	3174	25434	2.266,42
000 Banc. São Paulo - Dep. Francisco Lima	200000	20016	4762	2.709,78
Resgate nº 117 Francisco Lima	200000	4762	30721	2.709,78
000 Banc. Estado de São Paulo - João Carlos Luciano Fagundes	200000	51	4762	1.810,46
000 Banc. Estado de São Paulo - João Carlos Luciano Fagundes	200000	97	4762	1.810,46
000 Banc. Estado de São Paulo - João Carlos Luciano Fagundes	200000	31	4762	500,00
Resgate nº 117 João Carlos Luciano Fagundes	200000	61	4762	1.810,46
Resgate nº 117 João Carlos Luciano Fagundes	200000	4762	75812	0,00
ENCARGOS				
Empenho nº 107 de 1922 - João Carlos Luciano Fagundes e Perseu Mendes	200000	3616	109005	8.170,05
000 Banc. 1922 - 1922 - João Carlos Luciano Fagundes e Perseu Mendes	200000	10900	4196	2.161,78
000 Banc. 1922 - 1922 - João Carlos Luciano Fagundes e Perseu Mendes	200000	4196	4762	1.681,00
000 Banc. 1922 - 1922 - João Carlos Luciano Fagundes e Perseu Mendes	200000	6278	4762	671,50
000 Banc. 1922 - 1922 - João Carlos Luciano Fagundes e Perseu Mendes	200000	5475	4762	1.601,00
000 Banc. 1922 - 1922 - João Carlos Luciano Fagundes e Perseu Mendes	200000	5475	4762	671,00
Resgate nº 117 João Carlos Luciano Fagundes e Perseu Mendes	200000	13041	4762	1.681,00
000 Banc. 1922 - 1922 - João Carlos Luciano Fagundes e Perseu Mendes	200000	4196	20721	2.709,78
Resgate nº 117 João Carlos Luciano Fagundes e Perseu Mendes	200000	10900	4196	364,11
000 Banc. 1922 - 1922 - João Carlos Luciano Fagundes e Perseu Mendes	200000	4196	7182	0,00
000 Banc. 1922 - 1922 - João Carlos Luciano Fagundes e Perseu Mendes	200000	3616	80000	671,00

[illegible][illegible]

ZAMBERLAN ASSESSORIA CONTABIL EIRELI

© 2003 SCI VERBA, Sweden

Folha 13 de 13 de 01/01/2022 a 31/12/2022				
Histórico	Chave	Débito	Crédito	Valor
Paga: Liquidar Salário Fun. 35 - CLAUDIO GULBERGUE OLIVEIRA POLVER Ref. 01/2022	231269	1287,31	0	2.718,40
Paga: Impostos 2022 - ROLANDO FROGADO FERNANDES Ref. 01/2022	231262	1.036,51	0	1.760,00
Provento de Impostos: 01/2022 - 5 Impostos Nacionais	231263	2414	1532	0
Descontos do Mês 01/2022	231260	5212	880	384,18
Descontos do Mês 01/2022	231261	3810	500	26.173,00
Descontos do Mês 01/2022	231261	7912	672	433,65
Valor (N.S.S. Ref. 01/2022) PPL, integralizado 25%	231261	3312	5067	18.286,71
Valor (N.S.S. Ref. 01/2022) em 5%	231261	3616	1354	6.857,92
Valor Cont. 01/2022 (alg. Imprescindíveis)	231262	2616	1354	933,60
Valor (N.S.S. Ref. 01/2022) PPL, integralizado 25%	231261	1158	1659	0
Valor (N.S.S. Ref. 01/2022) PPL, integralizado 25%	231260	1816	1354	1.236,71
Valor (N.S.S. Ref. 01/2022) Folha DBL, creditado 1%	231260	1614	1354	400,00
	231260	0	0	0

[illegible]

192

[illegible]

ZAMBERLAN ASSESSORIA CONTABIL EIRELI

control 501 WHEAT, S. 1999.

Descrição	Classe	Debito	Credito	Valor
Conta de M. H. 163205 - Trânsito e Movimento da Comissão Ltda	22200	00004	20718	206,00
312004-05 M. H. 172-98-0-8 - 3 transportes Ltda	22200	2239	51	75,75
163205				
Surfplus Produtos Al - Gel Proprietariedade Industrial Sps Ltda	22200	10725	8186	14.767,72
Surfplus Produtos Al - Gel Proprietariedade Industrial Sps Ltda	22200	10848		26.812,12
Al - Gel Proprietariedade Industrial Sps Ltda	22200	10900		1.889,78
Al - Gel Proprietariedade Industrial Sps Ltda	22200	10900		2.467,81
Al - Gel Proprietariedade Industrial Sps Ltda	22200	4182	5891	20.910,86
Al - Gel Proprietariedade Industrial Sps Ltda	22200	7059	4792	20.818,12
Al - Gel Proprietariedade Industrial Sps Ltda	22200	4781	7349	7,00
Al - Gel Proprietariedade Industrial Sps Ltda	22200	1910	86	2.274,86
Al - Gel Proprietariedade Industrial Sps Ltda	22200	7910	80	2.912,86
Al - Gel Proprietariedade Industrial Sps Ltda	22200	7910	86	1.912,86
Al - Gel Proprietariedade Industrial Sps Ltda	22200	7910	86	3.240,10
Al - Gel Proprietariedade Industrial Sps Ltda	22200	2305	10884	1.561,20

[illegible]

1999-2000				
Periodo de 10% de 10% - 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10%	10%	10%	10%	10%
10% de 10% de 10% de 10				

1973-1974	1975-1976	1977-1978	1979-1980	1981-1982	1983-1984	1985-1986	1987-1988	1989-1990	1991-1992	1993-1994	1995-1996	1997-1998	1999-2000	2001-2002	2003-2004	2005-2006	2007-2008	2009-2010	2011-2012	2013-2014	2015-2016	2017-2018	2019-2020	2021-2022	2023-2024	2025-2026	2027-2028	2029-2030	2031-2032	2033-2034	2035-2036	2037-2038	2039-2040	2041-2042	2043-2044	2045-2046	2047-2048	2049-2050	2051-2052	2053-2054	2055-2056	2057-2058	2059-2060	2061-2062	2063-2064	2065-2066	2067-2068	2069-2070	2071-2072	2073-2074	2075-2076	2077-2078	2079-2080	2081-2082	2083-2084	2085-2086	2087-2088	2089-2090	2091-2092	2093-2094	2095-2096	2097-2098	2099-2100	2101-2102	2103-2104	2105-2106	2107-2108	2109-2110	2111-2112	2113-2114	2115-2116	2117-2118	2119-2120	2121-2122	2123-2124	2125-2126	2127-2128	2129-2130	2131-2132	2133-2134	2135-2136	2137-2138	2139-2140	2141-2142	2143-2144	2145-2146	2147-2148	2149-2150	2151-2152	2153-2154	2155-2156	2157-2158	2159-2160	2161-2162	2163-2164	2165-2166	2167-2168	2169-2170	2171-2172	2173-2174	2175-2176	2177-2178	2179-2180	2181-2182	2183-2184	2185-2186	2187-2188	2189-2190	2191-2192	2193-2194	2195-2196	2197-2198	2199-2200	2201-2202	2203-2204	2205-2206	2207-2208	2209-2210	2211-2212	2213-2214	2215-2216	2217-2218	2219-2220	2221-2222	2223-2224	2225-2226	2227-2228	2229-2230	2231-2232	2233-2234	2235-2236	2237-2238	2239-2240	2241-2242	2243-2244	2245-2246	2247-2248	2249-2250	2251-2252	2253-2254	2255-2256	2257-2258	2259-2260	2261-2262	2263-2264	2265-2266	2267-2268	2269-2270	2271-2272	2273-2274	2275-2276	2277-2278	2279-2280	2281-2282	2283-2284	2285-2286	2287-2288	2289-2290	2291-2292	2293-2294	2295-2296	2297-2298	2299-2300	2301-2302	2303-2304	2305-2306	2307-2308	2309-2310	2311-2312	2313-2314	2315-2316	2317-2318	2319-2320	2321-2322	2323-2324	2325-2326	2327-2328	2329-2330	2331-2332	2333-2334	2335-2336	2337-2338	2339-2340	2341-2342	2343-2344	2345-2346	2347-2348	2349-2350	2351-2352	2353-2354	2355-2356	2357-2358	2359-2360	2361-2362	2363-2364	2365-2366	2367-2368	2369-2370	2371-2372	2373-2374	2375-2376	2377-2378	2379-2380	2381-2382	2383-2384	2385-2386	2387-2388	2389-2390	2391-2392	2393-2394	2395-2396	2397-2398	2399-2400	2401-2402	2403-2404	2405-2406	2407-2408	2409-2410	2411-2412	2413-2414	2415-2416	2417-2418	2419-2420	2421-2422	2423-2424	2425-2426	2427-2428	2429-2430	2431-2432	2433-2434	2435-2436	2437-2438	2439-2440	2441-2442	2443-2444	2445-2446	2447-2448	2449-2450	2451-2452	2453-2454	2455-2456	2457-2458	2459-2460	2461-2462	2463-2464	2465-2466	2467-2468	2469-2470	2471-2472	2473-2474	2475-2476	2477-2478	2479-2480	2481-2482	2483-2484	2485-2486	2487-2488	2489-2490	2491-2492	2493-2494	2495-2496	2497-2498	2499-2500	2501-2502	2503-2504	2505-2506	2507-2508	2509-2510	2511-2512	2513-2514	2515-2516	25
-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	-----------	----

[illegible]

2019/2020				
Comarca do N.º 17 - João Carlos Lopo de Figueiredo e Fernandes				
DG-Banc. 47959/9 - Telhado, Comarca do Príncipe Luís	2017/20	39904	79434	2.266,80
DG-Banc. 7899/9 - Ideal Guapo - 1.º e 2.º Contorno - I	2018/20	30568	4787	1.838,29
DG-Banc. 7995/9 - Ideal Guapo - 1.º e 2.º Contorno - II	2018/20	10861	90	33,59
DG-Banc. 1795/9 - João Carlos Lopo de Figueiredo e Fernandes	2017/20	75638	81	340,90
DG-Banc. Grupo nº 4/9 da valia nº extinta	2018/20	81	4787	900,00
Remuneração Aplicação-Avaliação nº extinta	2018/20	4787	71979	0,15
DG-Banc. Grupo nº extinto	2018/20	37495	88	60,50
DG-Banc. Ruínas nº extinto	2017/20	57436	2648	0,79
2020/2021				
Comarca do N.º 17 - Lopo de Fátima de Almeida de Almeida Lda - São Vinícius Cda. nº 47 - 2.º Contorno, Assunção, Comarca Lda				
DG-Banc. 1899/20 - Litor. Casa Kurle e Cia Ltda	2019/21	3271	6421	300,00
DG-Banc. 3552/20 - Litor. Casa Kurle e Cia Ltda	2019/20	33423	89	760,00
DG-Banc. 3552/20 - Litor. Casa Kurle e Cia Ltda	2019/20	83929	63	790,00
DG-Banc. 3552/20 - Remuneração da Prêmio An. Lda	2019/20	34020	88	540,00
Remun. Ap. Prémios nº extinto	2019/20	4789	30721	1.616,10
Pto. de Criação de valia extinta	2019/20	4787	30656	1.030,00
DG-Banc. CX. nº extinto	2019/20	2916	88	60,00

1078 2nd Ave. S.W. #1000 Seattle, WA 98104	206.225	3481	41574	7037.30
--	---------	------	-------	---------

Jornal de NF nº 9475 Nota de Arrecadação LDB Logística SA Sajeamento Instituto de Pagamentos Ltda Pavilhão Histórico Colégio IGP nº serie CAT020001600070	300386	830	1+0+0	237.179,00
--	--------	-----	-------	------------

Nome do Empreendimento	Valor	Unidade	Quantidade	Valor Total
Projeto de Licenciamento 191216420	2000,00	Unidade	1	2000,00
Projeto de Licenciamento 201221916	2000,00	Unidade	1	2000,00
Projeto de Licenciamento 190803016	2000,00	Unidade	1	2000,00
Projeto de Licenciamento 191214363	2000,00	Unidade	1	2000,00
Projeto de Licenciamento 191222617	2000,00	Unidade	1	2000,00
Projeto de Licenciamento 191213162	2000,00	Unidade	1	2000,00
Projeto de Licenciamento 191412250	2000,00	Unidade	1	2000,00
Projeto de Licenciamento 190807020	2000,00	Unidade	1	2000,00

Página 46 de 95

DE LA ASOCIACIÓN CONTABLE ECU

Página 48 de 98

[illegible]

[illegible][illegible][illegible][illegible]

contacted for verification. Subsequent

Historica	Chave	Débita	Credito	Valor
2006-2012				
Relação Air Francisco com o estado				
Out. 2006 - 02/08 - Transferência Schneider Associação. R\$ 0	200604	4760	50731	52-01.04
Out. 2006 - 02/08 - Transferência Schneider Associação. R\$ 0	200606	10700	4760	20-01.04
Out. 2006 - 02/08 - Transferência Schneider Associação. R\$ 0	200608	7016	4760	80-01.04
Out. 2006 - 02/08 - Transferência Schneider Associação. R\$ 0	200610	7016	4760	60-02
Out. 2006 - 02/08 - Transferência Schneider Associação. R\$ 0	200612	7016	4760	45-01.04
Out. 2006 - 02/08 - Transferência Schneider Associação. R\$ 0	200614	13024	4760	10-02

CHEN BIAN, GU, JIAN FU	2016000	7010	71972	24
CHEN BIAN, GU, JIAN FU	2016000	7010	61	132.47
CHEN BIAN, GU, JIAN FU	2016000	7010	8	5,002.85
CHEN BIAN, GU, JIAN FU	2016000	7010	89	190.03
CHEN BIAN, GU, JIAN FU	2016000	7010	68	2,105.06
CHEN BIAN, GU, JIAN FU	2016000	7010	68	813.08
CHEN BIAN, GU, JIAN FU	2016000	7010	13210	422.65
CHEN BIAN, GU, JIAN FU	2016000	71984	8	8,433.34
CHEN BIAN, GU, JIAN FU	2016000	67600	4768	27,025.36
CHEN BIAN, GU, JIAN FU	2016000	14081	91	1,858.74

Resto di bilancio	2.962,22			
Resto di bilancio	2.962,22	8782	30731	7.658,26
Resto di bilancio	2.962,22	7810	4780	591,63
Resto di bilancio	2.962,22	7810	4780	76,79

Préfin. 4570 Tota di Caspe di Limone	2002.5	12190	4785	651.87
Préfin. 4582 - Raccogliendo da Prebasi Acc. Lido - Mto	2002.5	34569	4752	490.78
Quota Baci. CL. sord. estero	2002.5	7912	4752	93.00
Quota Baci. Prestito di auto di Caspe di Limone	2002.5	4785	4752	366.63
Quota Baci. Prestito di auto di Caspe di Limone	2002.5	21	4752	0.00
Quota Baci. Prestito di auto di Caspe di Limone	2002.5	7812	4752	718.72
Quota Baci. Prestito di auto di Caspe di Limone	2002.5	12190	4785	23.75
Quota Baci. Prestito di auto di Caspe di Limone	2002.5	20241	4787	75.00

[illegible]

CONSTRUTORA RPL LTDA ME
CNPJ: 19.046.773/0001-06 NIRE: 4120448061
Estrada nº 13 de 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 19.004.773/0001-06 NIRE: 412004004/1
 Edital nº 13 de 01/04/2022 a 31/12/2023.

Diário nº 13 de 01/01/2022 a 31/12/2022

Histórico	Chave	Débito	Crédito	Valor
049 Banc. di cont. Externo				
Conta 99-97 n° 101201 taxa de Armazenagem e Seguro e Seguro-Luz (para o produto) - 049-049	00000	2510	6702	866,20
em 2570 São Paulo - 049-049-049-049-049	00000	800	12180	219.325,00

1992				
Comunidade do A.T. do Circo - Brumadell e Brumadell Sida				
Dia 01 Jan.	1 - Alameda do Circo e Sida do Circo	256119	29934	10342
Dia 02 Jan.	1 - Alameda do Circo e Sida do Circo	256119	42711	4792
Dia 03 Jan.	1 - Alameda do Circo e Sida do Circo	256119	100003	17100
Dia 04 Jan.	1 - Alameda do Circo e Sida do Circo	256119	100003	17100
Dia 05 Jan.	1 - Alameda do Circo e Sida do Circo	256119	43774	4792
Dia 06 Jan.	1 - Alameda do Circo e Sida do Circo	256119	73741	10000
Dia 07 Jan.	1 - Alameda do Circo e Sida do Circo	256119	73741	10000
Dia 08 Jan.	1 - Alameda do Circo e Sida do Circo	256119	120668	17100
Dia 09 Jan.	1 - Alameda do Circo e Sida do Circo	256119	88	31668
Dia 10 Jan.	1 - Alameda do Circo e Sida do Circo	256119	88	31668

Europa da 10" n° 10124 - Convento da Torre de Leão	1051,00	780,74	10000	711,45
--	---------	--------	-------	--------

Compte de N° n° 37751 - Mont Saint - Pélit Comptable 11

[illegible][illegible]

ZAMBERLAN ASSESSORIA CONTABIL EIRELI

contact: rich.vine@uk.ac.sussex, rich.vine@sussex.ac.uk

CONSTRUTORA RPL LTDA ME
CNPJ: 19.865.775/0001-06 NIRE: 4120648953
Emissão nº 13 de 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 19.265.77/0001-06 NIRE: 8120649571
Diário nº 13 de 01/01/2012 a 31/12/2012

Diário nº 13 de 01/01/2022 a 31/12/2022

Conta	Debitos	Creditos	Valor
111 - Caixa			
112 - Bancos			
113 - Valores a Receber			
114 - Estoques			
115 - Imobilizado			
116 - Intangivel			
117 - Passivos a Longo Prazo			
118 - Passivos a Curto Prazo			
119 - Provisoes			
120 - Outros			
121 - Total			

[illegible]

Conta	2010/04	2010/05	2010/06
Conta de NF n° 105302 - Consumo de Trilhos B&B	24004	13203	1.240,00
Des. Mens. 2011/01 - José Carlos Albuquerque	101148	60	535,00
Des. Mens. 2011/02/03	7070	60	50,02
Des. Mens. 02/2012 - Serviço Consumo de Placas L&B	24004	80	1.200,00
Des. Mens. 2011/03/04	2120		

[illegible][illegible][illegible]

CONSTRUTORA RPL LTDA ME
CNPJ: 10.866.775/0001-06 NIRE: 4120542967
Data nº 12 de 01/04/2022 a 31/03/2023

CNPJ: 10.866.775/0001-06 NIRE: 4120642067
Data nº 12 de 01/04/2022 a 31/12/2022

Ofício nº 11 de 01/04/2022 a 14/07/2022

Chave	Débito	Crédito	Valor
-------	--------	---------	-------

[illegible]

2018/2019
Centro de NF nº 348 - José Carlos Bisquieiro MC

Debit: CAP Unleash 3048 conf extract	200808	1641	05	1158.74
Debit: BNC - Transfer from m/c sales conf extract	200808	130524	4762	117.76
Debit: BNC - Transfer from m/c sales conf extract	200808	21	00	5090.00
Debit: BNC - Transfer from m/c sales conf extract	200808	21	00	1800.00
Debit: BNC - Conf extract	200808	49	00	1500.00
Debit: BNC - Conf extract	200808	7010	00	80.00
Debit: BNC - Conf extract	200808	7010	00	6000.00
Debit: BNC - Conf extract	200808	7010	00	150.00
Debit: BNC - Conf extract	200808	7010	00	300.00
Debit: BNC - Conf extract	200808	7010	00	29.00
Debit: BNC - 200808 Perpetualized Supplies	200808	7010	00	4444.27
Debit: BNC - 200808 conf extract	200808	7010	00	5100.00
Debit: BNC - 200808 conf extract	200808	800000	00	909.21
Debit: BNC - 200808 conf extract	200808	9000	00	18180.20
Debit: BNC - Conf extract	200808	1000	00	13000.00
Debit: BNC - Conf extract	200808	7010	00	10000.00
Debit: BNC - Conf extract	200808	7010	00	997.17
Debit: Conf extract	200808	7010	00	19.00
Debit: 200808 Perpetualized Supplies	200808	6000	00	8.00
	200808	8000	00	775.00

1992 - 1993 - Conferência Extra			
MG - São Carlos - 1992 - 1993 - Conferência Extra	20000	2700	800-00
MG - São Carlos - 1992 - 1993 - Conferência Extra	20000	51	1.000-00
MG - São Carlos - 1992 - 1993 - Conferência Extra	20000	70-14	80-11
MG - São Carlos - 1992 - 1993 - Conferência Extra	20000	70-14	80-11
MG - São Carlos - 1992 - 1993 - Conferência Extra	20000	05	71.020-1
MG - São Carlos - 1992 - 1993 - Conferência Extra	20000	05	71.020-1

ZAMBERLAN ASSESSORIA CONTABIL EIRELI

contact: DOI.VISUAL@Bundestag.de, Bundestag

CONSTRUTORA RPL LTDA ME
CNPJ: 10.866.775/0001-06 NIRE: 412954806
Diário nº 13 de 01/01/2022 a 31/12/2022

CNPJ: 10.465.775/0001-06 NIRE: 4120642067
Diário nº 13 de 01/01/2022 a 31/12/2022

Diário nº 13 de 01/01/2022 a 31/12/2022

Histórico	Chave	Débito	Crédito	Valor
Colaboração: 78999-7 João Carlos Lyrio de Farias e Fernando de Farias	000000	75436	47921	R\$ 27.515

Debit Banc. 194478 - Contorno da Tercia das Lâtes	202560	8178	4782	9520
Debit Banc. Reserva e juros de caixa cont. encargo	202562	157093	4789	154666
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202562	01	4782	
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202565	7818	4782	523840
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202562	7818	4782	80573
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202563	7818	4782	83288
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202564	7818	4782	86250
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202565	1102587	4782	3042030
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202566	7818	4782	2585003
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202567	7818	4782	2683782
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202568	7818	4782	2782561
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202569	7818	4782	2881340
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202570	7818	4782	2980119
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202571	7818	4782	3078898
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202572	7818	4782	3177677
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202573	7818	4782	3276456
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202574	7818	4782	3375235
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202575	7818	4782	3474014
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202576	7818	4782	3572793
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202577	7818	4782	3671572
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202578	7818	4782	3770351
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202579	7818	4782	3869130
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202580	7818	4782	3967909
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202581	7818	4782	4066688
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202582	7818	4782	4165467
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202583	7818	4782	4264246
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202584	7818	4782	4363025
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202585	7818	4782	4461804
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202586	7818	4782	4560583
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202587	7818	4782	4659362
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202588	7818	4782	4758141
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202589	7818	4782	4856920
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202590	7818	4782	4955699
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202591	7818	4782	5054478
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202592	7818	4782	5153257
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202593	7818	4782	5252036
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202594	7818	4782	5350815
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202595	7818	4782	5449594
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202596	7818	4782	5548373
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202597	7818	4782	5647152
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202598	7818	4782	5745931
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202599	7818	4782	5844710
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202600	7818	4782	5943489
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202601	7818	4782	6042268
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202602	7818	4782	6141047
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202603	7818	4782	6239826
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202604	7818	4782	6338605
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202605	7818	4782	6437384
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202606	7818	4782	6536163
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202607	7818	4782	6634942
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202608	7818	4782	6733721
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202609	7818	4782	6832500
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202610	7818	4782	6931279
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202611	7818	4782	7030058
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202612	7818	4782	7128837
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202613	7818	4782	7227616
Debit Banc. 21. Res. cont. encargo	202614	7818	4782	7326395

Depreciação de bens 150222	2016	2015	806	58.828,01
Depreciação de bens 150222	2017	2016	37,2	403,95
Compra de NF nº 504 - Silos, Cuidado, Kelly Auto Peças Ltda.	2016	2015	1.367	15.296,71
Unidade, Cx NF nº 571 - Ziaar Auto Peças - ME	2016	2015	91	74,10
População de Impostos 150229 - Empresa Nacional	2016	2015	434,18	500,00
Outros Bens 87142 - Equipamento de Comunicação Ltda	2016	2015	237,8	39.470,96
Outros Bens 87142 - Equipamento de Comunicação Ltda	2016	2015	4.954	582,87

[illegible][illegible]

10. Dams. 2004-01-01 to 01-01-2005	2004-01-01	40	4793	1 500.00
11. Dams. 2005-01-01 to 01-01-2006	2005-01-01	40	4793	1 500.00
12. Dams. 2006-01-01 to 01-01-2007	2006-01-01	39	4761	1 400.00
13. Dams. 2007-01-01 to 01-01-2008	2007-01-01	31	4762	800.00

Descrição		Chave	Débito	Crédito	Valor
2011/2022					
Pagto. Adiantamento 12 Salário 12 - SAGELI KLEIN Ref.: 10/2022					
		201022	3902	50	7.809,00
Pagto. Adiantamento 13 Salário 13 - NIVALTE RUBENS DOS SANTOS Ref.: 11/2022					
		201022	3902	50	1.238,00
Pagto. Adiantamento 13 Salário 13 - ANILDO RODRIGUES CORRÊA Ref.: 11/2022					
		201022	3902	50	1.750,00
Pagto. Adiantamento 13 Salário 13 - LUIZ CARLOS NATHAN CORRÊA Ref.: 10/2022					
		201022	3902	50	1.258,00
Pagto. Adiantamento 13 Salário 13 - EDSON LUIZ ROQUES Ref.: 10/2022					
		201022	3902	50	1.258,00
Pagto. Adiantamento 13 Salário 13 - GILVALDO WALTER LEMES Ref.: 10/2022					
		201022	3902	50	1.258,00
Pagto. Adiantamento 13 Salário 13 - JOSE EDSON CORRÊA Ref.: 11/2022					
		201022	3902	50	1.258,00
Pagto. Adiantamento 13 Salário 13 - LUIZ JOSÉ CHAVES Ref.: 11/2022					
		201022	3902	50	1.258,00
Pagto. Adiantamento 13 Salário 13 - PAULO SARGENT PENTEADO Ref.: 10/2022					
		201022	3902	50	1.632,00
Pagto. Adiantamento 13 Salário 13 - EMANUEL FLORES COSTA Ref.: 10/2022					
		201022	3902	50	3.278,00
Pagto. Adiantamento 13 Salário 13 - ONÉLIO PRINCEZ DE LIMA Ref.: 10/2022					
		201022	3902	50	1.258,00
Pagto. Adiantamento 13 Salário 13 - ALDO SOARES Ref.: 10/2022					
		201022	3902	50	1.632,00
Pagto. Adiantamento 13 Salário 13 - LUIZ FERNANDO RAUZY Ref.: 10/2022					
		201022	3902	50	1.258,00
Pagto. Adiantamento 13 Salário 13 - GILNOLDO SULLIVAN DE ALMEIDA FOLAR Ref.: 11/2022					
		201022	3902	50	1.632,00
Pagto. Adiantamento 13 Salário 13 - VINÍCIUS LUIZ CAMARGO ARAUJO Ref.: 11/2022					
		201022	3902	50	1.632,00
Pagto. Adiantamento 13 Salário 13 - MARCON DE LIMA Ref.: 11/2022					
		201022	3902	50	1.632,00
2011/2022					
Compa. de 10º n° 40735 - Miguel Lachner - Ror					
		201022	39024	8716	562,00
Sal. Inv. CAP Univas 8748 conf. estado					
		201022	39024	8748	5.014,00
Transferência Autônoma Provisória conf. estado					
		201022	4002	7.972	5.014,00
Resgate Ant. Provisória conf. estado					
		201022	86	424	8,01
Des. Inv. DL conf. estado					

22142632
Compra de NT nº 143742 - Gel Concreto de Autopreparação Ltda
Resposta Ao Fornecedor com extrato
C&C São. C), com anexo

2351-2352
 Campus del Norte 15212-Paralelos Dismounted Loop. 15th
 Pl. 11th floor. 3459 - José Carlos Sanguinetti Sr.
 Pl. 11th floor. 19736 - MANUEL SANCHEZ LÓPEZ
 Pl. 11th floor. 19736
 Recinto Ag. 15212-Paralelos Dismounted Loop
 Dto. 15212. 15212
 Dto. 15212. 15212
 Dto. 15212. 15212
 Dto. 15212. 15212
 Dto. 15212. 15212
 Transacciones 15212
 Junio 19736 - MANUEL SANCHEZ LÓPEZ
 Junio 3459 - José Carlos Sanguinetti Sr.

2011-2012
 Compra de lot nº 2810 - Remediación de Pisos Asfálticos
 Compra de lot nº 2910 - Remediación de Pisos Asfálticos
 Compra de lot nº 4711 - Mantenimiento del de Análisis de Cuentas
 Compra de lot nº 88768 - Múltiplos Factores - EDP
 Compra de lot nº 43554 - Múltiplos Factores - EDP
 PD Pre-venta - 2011 - Servicio a Mercados de Valores y de
 Suscripción de Plazo Fijo con el Estado
 Múltiplos del Financiero con el Estado
 Dto. Banc. Cl. April 2011

20200	29024	04300	250.00
21000	66	124	130.00
21002	2698	63	130.00

100000	39024	42746	576.04
100000	90745	80	908.53
100000	151008	80	436.26
100000	7919	80	260.03
110000	80	124	987.85
110000	76636	80	754.70
110000	20075	80	590.20
120000	7519	80	178.29
120000	7919	80	178.29
120000	6038	75436	1030.00
120000	7494	151008	24.00
120000	7494	151008	24.96

2000	20504	36479	1 080 460
2001	20801	36678	2 170 200
2002	20974	62138	1 902 480
2003	20814	8118	208 070
2004	20824	8178	12 070
2005	80748	88	300 120
2006	4182	31971	127 880
2007	98	638	1 502 860
2008	7418	88	

continued SOCIETY, SUBSTANCE

ZAMBERLAN ASSESSORIA CONTABILE E FISCAL

contatti: info@vivaiki.it, [+390276000000](tel:+390276000000)

[illegible][illegible]

2019-2022				
Unia 487002 Avenimiento Tractamentum Boyles Mercant	2019-2022	3428	51675	20.19
Unia 487010 Avenimiento Tractamentum Boyles Mercant	2019-2022	28004	30251	1720.00
Unia 487011 Avenimiento Tractamentum Boyles Mercant	2019-2022	29004	1,555.00	594.51
Unia 487012 Avenimiento Tractamentum Boyles Mercant	2019-2022	29004	29004	290.00
Unia 487013 Avenimiento Tractamentum Boyles Mercant	2019-2022	37952	1,512.00	574.51
Unia 487014 Avenimiento Tractamentum Boyles Mercant	2019-2022	192909	4761	191.73
Unia 487015 Avenimiento Tractamentum Boyles Mercant	2019-2022	5657	4761	4.10
Unia 487016 Avenimiento Tractamentum Boyles Mercant	2019-2022	5657	4761	4.10
Unia 487017 Avenimiento Tractamentum Boyles Mercant	2019-2022	8762	71072	0.00
Unia 487018 Avenimiento Tractamentum Boyles Mercant	2019-2022	4762	16721	1,095.04
Unia 487019 Avenimiento Tractamentum Boyles Mercant	2019-2022	4762	4762	0.00
Unia 487020 Avenimiento Tractamentum Boyles Mercant	2019-2022	7976	85	68.82

[illegible]

CONSTRUTORA RFL LTDA. Lda
CNPJ: 10.866.773/0001-05 NIRE: 41203410670
Estrada nº 13 de 01/01/2022 a 31/12/2022

Decreto nº 13 de 01/01/2022 e 31/12/22

Historico	Chave	CMAD	Código	Valor
Des. Buro. de cont. exatib.	24861	00	31260	94200
Cont. Buro. cont. exatib.	24862	05	31260	823940
Cont. Buro. cont. exatib.	24863	06	31260	2.214.00
Cont. Buro. cont. exatib.	24864	08	31260	48000
Cont. Buro. cont. exatib.	24865	09	31260	819.00

[illegible][illegible][illegible]

Paga de Pagto Liquidat Recib: 86 - CLAUDIO GUILHERME OLIVEIRA PIQUER Ref: 130922	<u>130922</u>	798	81	9 515 00
Copias da Ref n° 100 - Antonio Dantas de Araujo	<u>130923</u>	28204	81	100 00

ZAMBERLAN ASSESSORIA CONTABILE EIRELI

Controlled by NSA, Secret

[illegible]

Costo del Inventario de Bienes de Inveniente	20004	81	+ 504.29
Costo del Inventario de Bienes de Inveniente	20004	3488	+ 51

[illegible]

2211 SULLA ASSERIBOIA CONTAGIL EIRELI

© 2004 SCI VISUAL, Inc.

CONSTRUTORA RPL LTDA ME
CNPJ: 19.866.775/0001-06 NIRE: 4120649371
Emissão nº 13 de 01/01/2022 a 31/12/2022

Diário nº 13 de 01/01/2022 a 31/03/22

[illegible][illegible][illegible][illegible][illegible][illegible]

NAME	DATE	TIME	LOCATION	STATUS
John Doe	10/15/2023	14:30	Room 101	Present
Jane Smith	10/15/2023	15:00	Room 102	Absent
Mike Johnson	10/15/2023	15:30	Room 103	Present
Sarah Lee	10/15/2023	16:00	Room 104	Absent
David Kim	10/15/2023	16:30	Room 105	Present
Emily White	10/15/2023	17:00	Room 106	Absent
Chris Brown	10/15/2023	17:30	Room 107	Present
Alex Green	10/15/2023	18:00	Room 108	Absent
Olivia Black	10/15/2023	18:30	Room 109	Present
Noah Gray	10/15/2023	19:00	Room 110	Absent
Isabella Blue	10/15/2023	19:30	Room 111	Present
Liam Red	10/15/2023	20:00	Room 112	Absent
Mia Yellow	10/15/2023	20:30	Room 113	Present
Benjamin Purple	10/15/2023	21:00	Room 114	Absent
Charlotte Pink	10/15/2023	21:30	Room 115	Present
Ethan Silver	10/15/2023	22:00	Room 116	Absent
Ava Gold	10/15/2023	22:30	Room 117	Present
Lucas Bronze	10/15/2023	23:00	Room 118	Absent
Grace Copper	10/15/2023	23:30	Room 119	Present
Henry Nickel	10/15/2023	00:00	Room 120	Absent

CONSTRUTORA RPL LTDA ME
CNPJ: 10.866.375/0001-86 NIRE: 41206409670
Plano de Contas 9011 - PLANO MODELO ICMS - SC 01/01 116/01/01

Código	Classificação	Nome
2400	01.1.0.01	ARTOS E DESENHOS ÓPTICOS
2437	05.4.2.0.01.02	Atividades
2410	01.1.0.0.0.02	Outros Óculos
2418	02.0	OUTRAS NECESSAS
2404	02.0.1	ALUGAVO DE BENS
2388	02.1.0.02	ALUGAVO DE MOBILIÁRIO
2431	02.1.0.0.0.0.0.0	Alugavio de Veículo
2402	02.0.2	OUTROS DAS ALUGAVO DE BENS
2403	02.0.2.0	CUSTO DA ALUGAVO DE MOBILIÁRIO
2370	02.0.2.0.0.0.0.0	Alug. de Residência Vinte e Quatro
2363	04	CUTOS E DESPESAS
2371	04.0	CUSTO DAS VENDAS E NEGOCIAÇÕES, PRODUTOS E SERVIÇOS
2380	04.1.0	CUSTOS DAS NEGOCIAÇÕES VARIÁVEIS
2368	04.1.0.1	CUSTO DA DIFERENÇA DE AMORTIZAÇÃO
2365	04.1.1.0.1.0.0.0.0	Depreciação de Veículos e Serviços
2367	04.2	DESPESAS
2373	04.2.0	DESPESAS OPERACIONAIS
2361	04.2.0.0.0.0	DESPESAS INDETERMINADAS
2362	04.2.0.0.0.0.0.0	Salários
2370	04.2.0.0.0.0.0.0.0	Pro-Labore
2368	04.2.1.0.1.0.0.0.0	Taxas
2362	04.2.1.0.1.0.0.0.0.0	TP Social
2370	04.2.1.0.2	ENCARGOS AVULSOS
2374	04.2.1.0.2.0.0.0.0	IR F/R
2362	04.2.1.0.2.0.0.0.0.0	P.F.D.T.
2369	04.2.1.0.2.0.0.0.0.0.0	Multa Recusado F/D.T.
2365	04.2.1.0.2.0.0.0.0.0.0.0	DESPESAS GERAIS
2361	04.2.1.0.2.0.0.0.0.0.0.0.0	Material para o Consumo de Computadores
2362	04.2.1.0.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Consumo de Energia Elétrica
2363	04.2.1.0.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Depreciação e Amortização
2368	04.2.1.0.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Preços e Custos
2367	04.2.1.0.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Atividade Laboral
2366	04.2.1.0.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Alugavio de Veículo e Carroceria
2371	04.2.1.0.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Serviço Técnico P.F. - Gen. Trabalho
2369	04.2.1.0.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Perícia
2370	04.2.1.0.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Atividade e Consumo de Trabalho
2362	04.2.1.0.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Serviço
2361	04.2.1.0.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Operações e Atividades
2367	04.2.1.0.2.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0.0	Despesas Bancárias
2371	04.2.1.0.2.0	Despesas Diversas
2368	04.2.1.0.2.0	Taxas Diversas
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2362	04.2.1.0.2.0	Contribuição de Salário-IR
2361	04.2.1.0.2.0.	

197



Código	Classificação	Nome	Salário anterior	Dedução	Crédito	Salário atual
01	01	ALVO	4.831.258,64			4.831.258,64
23	01.8	ATIVO CIRCULANTE	17.471.224,48	18.948.181,14		8.788.427,59
28	01.8.1	DISPONIBILIDADES	1.884.616,16	14.742.861,98		2.197.256,76
30	01.8.1.1	CASH	1.059.719,17	13.126.205,65		1.160.464,56
50	01.11.01.279	Casa	7.411,00	1.137.661,96	1.125.564,81	0,454.11
90	01.11.01.279	Casa	7.411,00	1.137.661,96	1.125.564,81	0,454.11
90	01.11.01.2	SALDO DO CONTRATO	1.209.980,05	7.954.866,56	2.316.167,18	1.166.276,59
4362	01.11.01.2.02	Sociedade Cooperativa REDECO S.A.	1.141.919,04	0,00	0,00	1.141.919,04
50	01.11.01.2.02	Sociedade Cooperativa REDECO S.A.	52,00	6.809.244,56	6.809.244,56	0,00
50	01.11.01.2.02	Sociedade Cooperativa REDECO S.A.	-42.023,04	3.116.324,00	3.279.454,56	6.802,02
30728	01.11.01.2.02.01	APLICAÇÕES DE FUNDOS IMOBILIAR - FAI	247.408,40	2.315.087,40	2.032.963,60	9.552,26
524	01.11.01.2.02.01	Brasão Fidei	214.435,28	2.482.567,40	2.316.699,87	1.479,96
524	01.11.01.2.02.01	Clube Esportivo Fluminense	26.973,12	97.200,00	671.963,73	4.173,31
142	01.8.2	DIRETORIA-GERAL DE UM CUSTO PRATO	44.775,51	4.331.795,51	4.386.167,18	1.656.585,96
142	01.8.2.01	SECRETARIA NACIONAL	39.494,48	2.407.502,83	2.447.155,12	0,00
149026	01.8.2.01.7.01	Associação Mundial de Torcedores Carlos Viana	0,00	82.893,69	82.893,69	0,00
149040	01.8.2.01.7.01	Associação de Empregados e Empregadoras Ltda	0,00	8.896,54	8.896,54	0,00
153628	01.8.2.01.7.01	Do Empreendedorismo Empreendedor Ltda	33.050,00	50.776,14	15.107,34	0,00
6098	01.8.2.01.7.01	Fluminense Futebol Clube	0,00	2.624.691,90	2.254.151,10	0,00
143212	01.8.2.01.7.01	Fluminense Futebol Clube	0,00	9.930,00	9.930,00	0,00
6163	01.8.2.01.7.01	Fluminense Futebol Clube	0,00	1.935,00	1.935,00	0,00
279	01.8.2.02	ADMINISTRATIVAS	3.490,85	1.886.157,34	288.789,37	1.440.680,26
279	01.8.2.02.01	Administrativas - Contabilidade	0,00	127.496,00	127.496,00	0,00
7916	01.8.2.02.01	Administrativas - Contabilidade	0,00	238.799,49	238.799,49	0,00
7916	01.8.2.02.01	Administrativas - Contabilidade	0,00	2.602.660,85	2.116.794,88	0,00
344	01.8.2.02.01	Administrativas - Contabilidade	0,00	8.872,18	8.872,18	0,00
344	01.8.2.02.01	Administrativas - Contabilidade	0,00	1.432,26	1.432,26	0,00
344	01.8.2.02.01	Administrativas - Contabilidade	3.490,85	17.523,38	24.177,67	0,00
309	01.8.2.02	INSTRUMENTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAÇÃO	4.793,02	7.606,76	17.123,88	6.164,18
309	01.8.2.02.01	INSTRUMENTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAÇÃO	3.966,78	19.574,02	19.574,02	0,00
120444	01.8.2.02.01.01	INSTRUMENTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAÇÃO	718,24	827,11	0,00	1.047,25
120444	01.8.2.02.01.01	INSTRUMENTOS E CONTRIBUIÇÕES A COMPENSAÇÃO	0,00	3.306,38	3.306,38	0,00
508	01.8.3	DIRETORIA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO	345.763,22	29.794,42	156.799,00	219.760,81
508	01.8.3.01	DIRETORIA DO EXERCÍCIO DA FUNÇÃO	345.763,22	29.794,42	156.799,00	219.760,81
124274	01.8.3.01.01	Junta de Administração	156.764,02	0,00	163.648,00	21.762,98
124274	01.8.3.01.01	Junta de Administração	180.245,40	29.794,42	55.799,72	14.767,27
963	01.8.4	ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.142.741,46	1.672.102,99	741.269,88	8.713.057,38
94300	01.8.4.01	ATIVO REALIZAVEL A LONGO PRAZO	1.347,46	1.424,00	0,00	3.765,46
178524	01.8.4.01.01	OUTROS VALORES A RECEBER	3.047,46	1.424,00	0,00	3.765,46
178524	01.8.4.01.01	Outros de Capitalização (TÍTULOS A.C.)	2.137,00	1.424,00	0,00	2.137,00
924	01.8.4.02	IMOBILIZADO	2.140.413,00	8.690.988,77	341.116,46	2.379.044,22
924	01.8.4.02.01	BENS E DIREITOS EM USO	4.560.448,88	8.691.599,77	168.930,77	4.129.448,32
924	01.8.4.02.01.01	Equipamentos	2.418,00	0,00	0,00	2.418,00
924	01.8.4.02.01.01	Equipamentos e Equipamentos	3.957.145,59	8.676.173,37	0,00	4.402.152,22
924	01.8.4.02.01.01	Equipamentos e Equipamentos	34.373,00	14.000,00	0,00	38.273,00
27977	01.8.4.02.01.01	Tenueiras	560.000,00	0,00	0,00	560.000,00
924	01.8.4.02.01.01	Tenueiras	1.131.877,00	266.799,40	103.900,00	726.107,60
987	01.8.3.01.02	11 DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	12 Dependência	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01.01	13 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01.01.01	14 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01.01.01.01	15 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01.01.01.01.01	16 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01.01.01.01.01.01	17 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01.01.01.01.01.01.01	18 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01.01.01.01.01.01.01.01	19 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01.01.01.01.01.01.01.01.01	20 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01	21 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01	22 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01	23 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01	24 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01	25 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01	26 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01	27 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01	28 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01	29 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01.01	30 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	31 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	32 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	33 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	34 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	35 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	36 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	37 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	38 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	39 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	40 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	41 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	42 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	43 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	44 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	45 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	46 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	47 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	48 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	49 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	50 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	51 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	52 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	53 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01	54 Maquiagem e Empregados	11.802.116,12	119.900,00	847.148,85	12.263.065,95
987	01.8.3.01.02.01					

ZAMBERLAN ASSESSORIA CONTABIL EIRELI

conditio sicca videtur. Successor

ZAMBERLAN ASSESSORIA CONTABIL EIRELI

conditi 903 vltm 141. Sursum

CONSTRUTORA RPL LTDA, ME
CNPJ: 10.858.775/0001-06
Balancete de Verificação de 01/01/2022 a 31/12/2022

Idetref	Classificação	Mens	Saldo anterior	Pagto	Credito	Saldo atual
16097	02 1.1.35.5494					
16099	02 1.1.35.5494		0,00	298,00	298,00	0,00
16100	02 1.1.35.5494		0,00	999,00	999,00	0,00
16101	02 1.1.35.5494		0,00	11.165,88	11.006,93	158,95
16102	02 1.1.35.5494		0,00	1.688,00	1.206,52	481,48
16103	02 1.1.35.5494		0,00	20.000,00	36.994,98	0,00
16104	02 1.1.35.5494		0,00	1.370,00	1.660,00	290,00
16105	02 1.1.35.5494		0,00	57,00	72,00	0,00
16106	02 1.1.35.5494		0,00	249,70	249,70	0,00
16107	02 1.1.35.5494		0,00	5.746,00	7.110,00	1.364,00
16108	02 1.1.35.5494		0,00	5,00	2.746,00	2.741,00
16109	02 1.1.35.5494		0,00	17.990,00	13.946,00	2044,00
16110	02 1.1.35.5494		0,00	3.000,70	3.990,70	0,00
16111	02 1.1.35.5494		0,00	3.222,00	3.222,00	0,00
16112	02 1.1.35.5494		0,00	14.000,00	17.000,00	2.500,00
16113	02 1.1.35.5494		0,00	10.000,00	14.000,00	0,00
16114	02 1.1.35.5494		0,00	1.200,00	1.200,00	0,00
16115	02 1.1.35.5494		0,00	2.524,48	8.976,00	6.451,52
16116	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16117	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16118	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16119	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16120	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16121	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16122	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16123	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16124	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16125	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16126	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16127	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16128	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16129	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16130	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16131	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16132	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16133	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16134	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16135	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16136	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16137	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16138	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16139	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16140	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16141	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16142	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16143	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16144	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16145	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16146	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16147	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16148	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16149	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16150	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16151	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16152	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16153	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16154	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16155	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16156	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16157	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16158	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16159	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16160	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16161	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16162	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16163	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16164	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16165	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16166	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16167	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16168	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16169	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16170	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16171	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16172	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16173	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16174	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16175	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16176	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16177	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16178	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16179	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16180	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16181	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16182	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16183	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16184	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16185	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16186	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16187	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16188	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16189	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16190	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16191	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16192	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16193	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16194	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16195	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16196	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16197	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16198	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16199	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16200	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16201	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16202	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16203	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16204	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16205	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16206	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16207	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16208	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16209	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16210	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16211	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16212	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16213	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16214	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16215	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16216	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16217	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16218	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16219	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16220	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16221	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16222	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16223	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16224	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16225	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16226	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16227	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16228	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16229	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16230	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16231	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16232	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16233	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16234	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16235	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16236	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16237	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16238	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16239	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16240	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16241	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16242	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16243	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16244	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16245	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16246	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16247	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16248	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16249	02 1.1.35.5494		0,00	1.000,00	1.000,00	0,00
16250	02 1.1.35.5494					

SINTESE DA VIGILÂNCIA DA SAÚDE ORÇ. A 31/12/2022							
	Classificação	Nome	Unid. Orç.	Sub-orç.	Dólar	Cédula	Saldo anual
83584	02.1.1.00.2002	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		400,00	400,00	0,00
149931	02.1.1.00.6388	Alimentação Instituição de Previdência Lote	0,00		695.537,41	695.537,41	0,00
120345	02.1.1.00.6392	SA & SERVIÇOS Lote	0,00		343.614,14	343.614,14	0,00
44357	02.1.1.00.7001	SA & Lote Vig	0,00		1.463,80	1.463,80	0,00
118651	02.1.1.00.7021	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		27.932,37	27.932,37	0,00
43768	02.1.1.00.7481	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		15.022,00	15.022,00	0,00
133414	02.1.1.00.7694	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		130,00	130,00	0,00
80768	02.1.1.00.7700	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		45.290,40	45.290,40	0,00
63001	02.1.1.00.7815	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		9.925,56	9.925,56	0,00
888	02.1.1.00.8004	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		340,00	340,00	0,00
541955	02.1.1.00.8007	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		1.894,58	1.894,58	0,00
531942	02.1.1.00.8993	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.720,30	2.720,30	0,00
43914	02.1.1.00.9252	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		950,00	950,00	0,00
799706	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
10378	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
4431	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
7210	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
27636	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
131666	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
120	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1319	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote	0,00		2.470,38	2.470,38	0,00
1219	02.1.1.00.9799	Salário Mensal de Rigido Lote					

ZAMERLAN ASSESSORIA CONTABILI E FISCALI

Downloaded from <http://ajphaphysoc.org/> by guest on June 11, 2016

Demonstração do Resultado de 01/01/2022 a 31/12/2022

Classificação	Nome	2021	2022
01	RECEITAS	1.684.929,92	2.426.261,08
01.1	RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	1.684.929,92	2.426.261,08
01.1.1	RECEITA DA FOLHA DE PAGAMENTO E SERVIÇOS	1.684.929,92	2.426.261,08
01.1.1.01	RECEITAS COM EMPREGOS	1.494.121,62	2.426.261,08
01.1.1.01.001	Salários e Proventos e Pensões	1.494.121,62	2.426.261,08
02	EMPENHOS DAS RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS E SERVIÇOS		
02.02	EMPENHOS ORÇAMENTÁRIOS E SERVIÇOS	(372.269,24)	(961.580,62)
02.02.001	Empenho em folha	(272.269,24)	(961.580,62)
02.02.001.001	Empenho Nacional - Folha e Serviços	(177.165,38)	(338.543,84)
02.02.001.002	RECEITA LÍQUIDA		

01	CUSTOS	1.422.430,88	2.842.237,46
01.1	CUSTOS DAS VENDAS DAS MERCADORIAS, PRODUTOS E SERVIÇOS	0,00	(440,00)
01.1.01	CUSTOS DAS MERCADORIAS VENDIDAS	0,00	(440,00)
01.1.01.004	Comércio de Mercadorias e Serviços	0,00	(440,00)

06 Y 43	ENCARGOS SOCIAIS		
06 Y 02-002	P.G.T.S.	(194.768,00)	(100.239,00)
06 Y 02-001	IN.S.S.	(26.706,20)	(41.138,41)
06 Y 02-000	MATERIAIS E SERVIÇOS	(87.963,49)	(49.500,56)
		(74.935,49)	(1.571,37)

198

© 1994 by SCS, Inc. All Rights Reserved.

198



20

Página: 20

Página 62 de 98

[illegible][illegible][illegible]

Código	Nome	31/12/2022	31/12/2021
10	BALANÇO NO INÍCIO DO PERÍODO		3.182.713,61
27	ADJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.562.885,79	1.822.713,61
43	Reservação de Lucros e Resultados Anteriores	0,00	0,00
51	REVALUAÇÃO DE EXERCÍCIOS INCORPORADA AO CAPITAL	0,00	0,00
170	Aumento de Capital Social	0,00	0,00
40	REVALUAÇÃO DE RESERVA	0,00	0,00
70	Reserva de Contingências	0,00	0,00
90	Reserva de Lucros e Resultados	0,00	0,00
66	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(229.543,61)	(110.427,96)
211	COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS	(229.543,61)	(110.427,96)
212	COMPENSAÇÃO DE PREJUÍZOS	(229.543,61)	(110.427,96)
230	Prejuízo a Compensar	(229.543,61)	(110.427,96)
100	PROPOSTA DE CONTRIBUIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO LÍQUIDO		
114	CONTRIBUIÇÕES PARA RESERVA	1.562.885,79	1.822.713,61
120	Reserva de Contingências	0,00	0,00
128	Reserva de Lucros e Resultados	1.562.885,79	1.822.713,61
130	Reserva de Lucros para Aumento de Capital	0,00	0,00
132	Reserva Estatutária	0,00	0,00
134	Reserva Legal	0,00	0,00
170	REVALUAÇÃO DE EXERCÍCIOS A DISTRIBUIÇÃO	0,00	0,00
200	Dividendos e Lucros e Resultados	0,00	0,00
208	Dividendos e Lucros e Resultados	0,00	0,00
209	Dividendos e Lucros e Resultados	0,00	0,00
160	REVALUAÇÃO DE REVALORAÇÃO	0,00	0,00
190	Reserva de Reavaliação	0,00	0,00
160	BALANÇO NO FIM DO PERÍODO	1.337.342,98	1.852.466,17

Quarapane et al. • 31 December 2004 • J. Neurosci. • 24(51):11779–11787 • 11787

Book Administrator
CNP : 390.957.006-10

Nome	31/12/2022	31/12/21
FLUXO DE CAIXA ORÇAMENTOS DE ATIVIDADES OPERACIONAIS		
(1) Pagamentos e Recebimentos	1.000.000,00	1.000.000,00
(2) Pagamentos de Despesas Operacionais	1.000,00	1.000,00
(3) Pagamentos de Impostos	300.000,00	300.000,00
(4) Pagamentos de Juros	0,00	0,00
(5) Pagamentos de Salários e Contratações	700.000,00	700.000,00
Depreciação Líquida Geral de Ativos Operacionais	400.000,00	400.000,00
Depreciação Patrimonial	0,00	0,00
Receita Financeira e Títulos de Renda	0,00	0,00
Variação Resultado Líquido	1.400.000,00	1.400.000,00
FLUXO DE CAIXA ORÇAMENTOS DE ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
(1) Aquisição de Ativos Correntes	0,00	0,00
(2) Compra de Imoveis	1.000.000,00	1.000.000,00
(3) Despesas de Construção e Capital e Contratos	0,00	0,00
Depreciação Líquida Geral de Ativos de Investimentos	1.000.000,00	1.000.000,00
Receita por Venda de Ativos Imobiliários	0,00	0,00
FLUXO DE CAIXA ORÇAMENTOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
(1) Pagamentos de Juros e Dividendos	0,00	0,00
(2) Pagamentos de Dívidas Financeiras	800.000,00	800.000,00
Depreciação Líquida Geral de Ativos de Financiamento	400.000,00	400.000,00
Empréstimo Financeiro a Curto Prazo	700.000,00	700.000,00
Integração ou Aumento de Capital Social	0,00	0,00
Resultado (Resultado) Não Operacionais	(300.000,00)	(300.000,00)
Depreciação no Valor do Resultado	1.400.000,00	1.400.000,00
Diferencial no Resultado	1.400.000,00	1.400.000,00
Variação das Depreciações	(300.000,00)	(300.000,00)

Guarapuá, PR, 31 de Dezembro de 2022

198.1

RODRIGO ZAMBERLAN
Contador
CPF: 804.784.975-05
CRC: 094/16770-3

Socio Administrador
CPF: 300.967.009-10

Assinatura do Responsável

junto ao Banco Caixa Econômica Federal e Agência Crédito Financeiro a Fines SA.

Curto Prazo: Saldo apresentado em 31/12/2022 e de R\$ 504.034,12 representado por valores contratados de financiamento junto ao Banco Caixa Econômica Federal, Banco GAMA SA, Banco Itaú SA e Banco Santander SA.

Nota 7 - Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido é apresentado em valores atualizados e compreendendo o Ativo Patrimonial Líquido da Sociedade/Sócios distribuído nas seguintes rubricas:

	2022 R\$	2021 R\$
Patrimônio Líquido	500.000,00	500.000,00
Capital Social	1.922.313,86	1.922.313,86
Reserva de Lucros	0,00	0,00
Prejuízos Acumulados	0,00	0,00
Patrimônio Líquido	2.422.313,86	1.922.313,86

Nota 8 - Capital Social

O capital Social integralizado em 28/05/2009 foi de R\$80.000,00 (oitenta mil reais), com aumento de capital em 07/12/2014 de R\$420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais), assim representado por um total de 500.000 (quinhentas mil) quotas no valor de R\$1,00 (um real) cada, totalmente integralizado pelas ações emitidas no país.

GUARAPUAVA, PR - 31/12/2022

ROSILDA DE FATIMA FROSSARD FENTEADO
Socio Administrador
CPF: 393.967.005-16

RODRIGO ZAMBERLAN
Contador
CRC: 094/16770-3
CPF: 804.784.975-05

Em conformidade com os Princípios Gerais de Contabilidade e a legislação vigente, as Demonstrações Contábeis e estas Notas Explicativas, estão elaboradas em conformidade com o RBC (RBC)

Nota 1 - Descrição das Principais Políticas Contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas em conformidade com os princípios da legislação contábil, com exceção das demonstrações contábeis, e das Principais Políticas Contábeis.

Nota 2 - Principais Políticas Contábeis

a) Determinação do Resultado

O resultado é apurado em observância ao regime de competência de exercício. Resultado consolidado apurado em 31/12/2022 de R\$ 254.034,12 (duzentos e cinquenta e quatro mil, quinhentos e quarenta e quatro reais e catorce centavos).

b) Depreciação e Ativo Não Circulante

Os ativos são avaliados à menos de receber o montante da operação de venda, abatido a diferença ou da conta de depreciação de qualquer natureza, apurado pelo seu valor de face e, quando cabível, abatido a diferença a valor de mercado.

O plus imobiliário é determinado ao custo ou valor de avaliação. As depreciações são calculadas pelo método linear, às taxas mencionadas na Nota 5.

c) Passivo Circulante e Passivo Não Circulante

Empréstimos por valores contratuais ou calculados, acrescidos, quando aplicável, das correspondentes encargos e variações monetárias de câmbio ocorridas até a data do balanço.

Nota 3 - Forma de Tributação da Empresa

A empresa tem regime especial, sua tributação é determinada pelo Regime para Empresas Nacionais.

Nota 4 - Provisão

Provisão pelo custo original mais depreciação efetuada, e depreciada pelo valor de avaliação na legislação vigente.

Descrição	Taxa	Custo R\$	Depreciação R\$	2021 (Liq.) R\$	2022 (Liq.) R\$
Imoveis	10% a.a.	1.400.000,00	1.400.000,00	2.700.000,00	1.000.000,00
Equipamentos e Móveis	20% a.a.	4.000.000,00	800.000,00	75.000,00	1.464.632,32
Veículos	10% a.a.	40.000,00	4.000,00	1.000,00	7.901,64
Outros	10% a.a.	350.000,00	35.000,00	0,00	0,00
Total	10% a.a.	1.790.000,00	1.439.000,00	265.550,00	791.712,12

Nota 5 - Provisão

As provisões contabilizadas no período referem-se ao 12º e 13º Salário, dentro do regime de competência.

Nota 6 - Empréstimos e Financiamentos

A empresa possui contratos com instituições financeiras.

Em 31/12/2022 de R\$ 504.034,12 representado por valores contratados de financiamento.

ZAMBERLAN ATRESBORIA CONTABIL EIRELI

contador CRC 094/16770-3

Nota 7 - Provisão

Provisão pelo custo original mais depreciação efetuada, e depreciada pelo valor de avaliação na legislação vigente.

Nota 8 - Provisão

Provisão pelo custo original mais depreciação efetuada, e depreciada pelo valor de avaliação na legislação vigente.

Nota 9 - Provisão

Provisão pelo custo original mais depreciação efetuada, e depreciada pelo valor de avaliação na legislação vigente.

Nota 10 - Provisão

Provisão pelo custo original mais depreciação efetuada, e depreciada pelo valor de avaliação na legislação vigente.

Nota 11 - Provisão

Provisão pelo custo original mais depreciação efetuada, e depreciada pelo valor de avaliação na legislação vigente.

Nota 12 - Provisão

Provisão pelo custo original mais depreciação efetuada, e depreciada pelo valor de avaliação na legislação vigente.

Nota 13 - Provisão

Provisão pelo custo original mais depreciação efetuada, e depreciada pelo valor de avaliação na legislação vigente.

Nota 14 - Provisão

Provisão pelo custo original mais depreciação efetuada, e depreciada pelo valor de avaliação na legislação vigente.

Nota 15 - Provisão

Provisão pelo custo original mais depreciação efetuada, e depreciada pelo valor de avaliação na legislação vigente.

Nota 16 - Provisão

Provisão pelo custo original mais depreciação efetuada, e depreciada pelo valor de avaliação na legislação vigente.

Nota 17 - Provisão

Provisão pelo custo original mais depreciação efetuada, e depreciada pelo valor de avaliação na legislação vigente.

Nota 18 - Provisão

Provisão pelo custo original mais depreciação efetuada, e depreciada pelo valor de avaliação na legislação vigente.

Nota 19 - Provisão

Provisão pelo custo original mais depreciação efetuada, e depreciada pelo valor de avaliação na legislação vigente.

Nota 20 - Provisão

Provisão pelo custo original mais depreciação efetuada, e depreciada pelo valor de avaliação na legislação vigente.

Nota 21 - Provisão

Provisão pelo custo original mais depreciação efetuada, e depreciada pelo valor de avaliação na legislação vigente.

Nota 22 - Provisão

Provisão pelo custo original mais depreciação efetuada, e depreciada pelo valor de avaliação na legislação vigente.

Nota 23 - Provisão

Provisão pelo custo original mais depreciação efetuada, e depreciada pelo valor de avaliação na legislação vigente.

Nota 24 - Provisão

Provisão pelo custo original mais depreciação efetuada, e depreciada pelo valor de avaliação na legislação vigente.

Nota 25 - Provisão

Provisão pelo custo original mais depreciação efetuada, e depreciada pelo valor de avaliação na legislação vigente.

ROSILDA DE FATIMA FROSSARD FENTEADO
Socio Administrador
CPF: 393.967.005-16



Tomo de Encerramento

Nome do Livro: DIÁRIO

Nº de Ordem: 13

O presente livro do tipo DIÁRIO contém páginas numeradas, do nº 01 ao nº 97, e serviu para escrituração no período de 01/01/2022 a 31/12/2022, da empresa CONSTRUTORA RPL LTDA.

Guarapuava, 31/12/2022

CONSTRUTORA RPL LTDA
PESSOA JURÍDICA
CNPJ 10.666.775/0001-06

RODRIGO ZAMBERLAN
CONTADOR
CRC/PR 41677

ASSINATURA ELETRÔNICA

Certificamos que o ato da empresa CONSTRUTORA RPL LTDA consta assinado digitalmente por:

IDENTIFICAÇÃO DO(S) ASSINANTE(S)	
CPF/CNPJ	Nome
10386775000106	CONSTRUTORA RPL LTDA
60474497998	RODRIGO ZAMBERLAN

199



CERTIFICAÇÃO E AUTENTICAÇÃO DE 21/03/2023 09:19 sob nº 7478498743
Número: 25149762 DE 21/03/2023. Nome: 6746248849.
CONSTRUTORA RPL LTDA

BOLETO APROVADO DO ARQUIVAMENTO
ASSINATURA NELA AUTENTICAÇÃO
Data: 21/03/2023
empresafisic2.pr.gov.br

CAPACIDADE FINANCEIRA**À Equipe de apoio de pregões****Prefeitura Municipal de Guarapuava**

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no balanço do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

São as demonstrações:

Tipo de índice	Valor em reais	Índice
Liquidez geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$	$LG = \frac{2.914.324,97}{4.927.081,63}$	0,59
Liquidez corrente (LC) $LC = AC / PC$	$LC = \frac{2.910.564,39}{4.274.819,44}$	0,68
Solvência Geral (SG) $SG = (AC + AP + ELP) / (PC + ELP)$	$SG = \frac{6.784.421,69}{4.927.081,63}$	1,37

O Patrimônio Líquido conforme Balanço Patrimonial é de R\$1.857.340,06 (um milhão, oitocentos e cinquenta e sete mil, trezentos e quarenta reais e seis centavos)

Guarapuava, 20 de junho de 2023.

CONSTRUTORA RPL LTDA – EPP
ROSILDA DE FÁTIMA FROSSARD PENTEADO

Sócia Administradora

CPF 804.744.979-68

R.G. nº 3.025.444-9 SSP/PR

ASSINADO E-COMUNICADO
RODRIGO ZAMBERLANA certificação com a assinatura eletrônica está disponível em:
<http://www.sp.gov.br/validador-digital>**RODRIGO ZAMBERLAN**

Contador

CRC/PR 41.677/O-3

CPF 804.744.979-68

Atestado de capacidade técnica

Atestamos, a pedido da interessada e para fins de prova, aptidão de desempenho e atestado de fornecimento, que a empresa **Construtora RPL LTDA**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.866.775/0001-06, sediada na Rua Capitão Argílio Ferreira, 176, na cidade de Guarapuava estado do Paraná, prestou serviços e fornecimento de materiais para **Juliano Goba Ltda.**, inscrita sob CNPJ: 36.445.990/0001-19, com endereço na Rua Antonio Losso, 254, cidade de Guarapuava – PR, conforme as seguintes características:

Dados do serviço:

Contratante: **Juliano Goba Ltda.**

CNPJ do contratante: **36.445.990/0001-19**

Empresa contratada: **Construtora RPL LTDA.**

CNPJ da empresa contratada: **10.866.775/0001-06**

Data de Realização dos serviços: **25/04/2023**

Valor da Obra: **R\$ 246.750,00 (Duzentos e quarenta e seis mil, Setecentos e cinquenta reais.)**

Profissional: **187682 – Rodolfo Frossard Penteado – Engenheiro Civil**

Descrição dos Serviços:

- Fornecimento de Concreto Usinado FCK 15MPA: 158m³
- Fornecimento de Concreto Usinado FCK 18MPA: 212m³
- Fornecimento de Concreto Usinado FCK 20MPA: 207m³

Registramos, ainda, que as prestações dos serviços acima referidos apresentaram bom desempenho operacional, tendo a empresa cumprido fielmente com suas obrigações, nada constando que a desabone técnica e comercialmente, até a presente data.

Guarapuava, 21 de Junho de 2023.

JULIANO GOBA
LTDA:364459900
00119

Assinado de forma digital por
JULIANO GOBA
LTDA:36445990000119
Data: 2023.06.22 10:12:37
+03'00'

Juliano Goba Ltda.
Talismã Engenharia.
CNPJ nº **36.445.990/0001-19**
Juliano Goba
Responsável Legal





CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Certidão nº: 82919/2023

Validade: 16/12/2023

Razão Social: CONSTRUTORA RPL LTDA ME

CNPJ: 10866775000106

Num. Registro: 51128

Registrada desde : 02/03/2011

Capital Social: R\$ 500.000,00

Endereço: RUA CAPITAO ARGILIO FERREIRA, 176 TRIANON

Município/Estado: GUARAPUAVA-PR

CEP: 85012220

Objetivo Social:

Comércio varejista de materiais de construção em geral; serviços de demolição de obras da construção civil; empreitada de mão de obra efetiva na construção civil e construtora; serviço de pavimentação de ruas; serviço de terraplanagem; coleta e remoção de entulho; construção de sistema de saneamento básico; locação de máquinas, equipamentos e caminhões, sem operador; locação de máquinas, equipamentos e caminhões, com operador; transporte rodoviário de entulho - municipal; transporte rodoviário de cargas - municipal.

Restrição de Atividade : Atividades técnicas circunscritas às atribuições do(s) responsável(is) técnico(s).

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2023.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Período sem Registro:

A empresa teve seu registro cancelado no período de 12/03/2013 a 31/10/2017.

RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICOS PELA MATRIZ - CNPJ: 10866775000106

1 - Nome Civil: RODOLFO FROSSARD PENTEADO

Carteira: PR-187682/D Data de Expedição: 04/06/2020

Desde: 24/06/2020 Carga Horária: 80:0 H/M

Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º do CONFEA

Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º

Observações: "possui competência profissional para as atividades do Art. 7º da Lei nº 5.194/1966 nos campos da atuação do artigo 28 do Decreto nº 23.569/1933 e do Art. 7º da Res. nº 218/1973 do CONFEA".

Título: ENGENHEIRO CIVIL Situação: Regular

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

QUADRO TÉCNICO DA MATRIZ - CNPJ: 10866775000106

1 - Nome Civil: EDISON JOSÉ SANCHES FILHO

Carteira: PR-5570/D Data de Expedição: 20/12/1976
Desde: 25/08/2022
Título: ENGENHEIRO CIVIL
Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º de 11/12/1933

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973 do CONFEA

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966

Observações: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 29º de 11/12/1933

Para fins de: LICITAÇÕES

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 181424/2023, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(eis) técnico(s).

Emitida via Internet em 19/06/2023 16:45:26

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.

A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

202





CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Física e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: **82908/2023**

Validade: 16/12/2023

Nome Civil: RODOLFO FROSSARD PENTEADO

Carteira - CREA-PR Nº :PR-187682/D

Registro Nacional : 1719402582

Registrado(a) desde : 04/06/2020

Filiação : PAULO SERGIO PENTEADO

ROSILDA DE FATIMA FROSSARD PENTEADO

Data de Nascimento : 22/09/1987

Documento de Identidade : 87067912 Orgão Emissor : SSP-PR UF : PR

Naturalidade : GUARAPUAVA/PR

CPF : 06535849970

Título: ENGENHEIRO CIVIL

FACULDADE GUARAPUAVA

Data da Colação de Grau : 28/04/2020

Diplomação : 29/05/2020

Situação : Regular

Atribuições profissionais:

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º de 11/12/1933

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973 do CONFEA.

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966

Observações: "possui competência profissional para as atividades do Art. 7º da Lei nº 5.194/1966 nos campos da atuação do artigo 28 do Decreto nº 23.569/1933 e do Art. 7º da Res. nº 218/1973 do CONFEA".

Responsabilidade Técnica/Quadro Técnico:

51128 - CONSTRUTORA RPL LTDA ME

CNPJ: 10866775000106

Desde: 24/06/2020 Carga Horária: 80 Horas Unidade: HORA/MES

73285 - PENTEADO PAVIMENTAÇÃO E TERRAPLANAGEM LTDA

CNPJ: 38033948000116

Desde: 22/09/2020 Carga Horária: 4 Horas Unidade: HORA/DIA

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2023.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Para fins de: LICITAÇÕES

19/06/2023, 16:40

CREA

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 181412/2023.

Emitida via Internet em 19/06/2023 16:40:20

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

203





Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Relatório de Ocorrências Ativas Impeditivas de Licitar

Dados do Fornecedor

CNPJ: 03.270.392/0001-05 DUNS®: 920963659
Razão Social: A J M - INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
Nome Fantasia: PAVICON - BLOCOS E PAVIMENTOS
Situação do Fornecedor: Credenciado

Nenhum registro de Ocorrência Ativa encontrado para o fornecedor

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 26/06/2023 10:17:40

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **A J M - INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA**
CNPJ: **03.270.392/0001-05**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.

A J M - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME
CNPJ 03.270.392/0001-05
QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL E CONSOLIDAÇÃO

(continuação do preâmbulo) do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.270.392/0001-05, cujo 5º termo de alteração registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob NIRE 411.2.0414823-9 em 12 de julho de 1999 e última alteração registrada sob o nº 200723468754 em 05 de setembro de 2007, resolvem assim consolidar o contrato social e sua alteração como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: A sociedade empresarial gira sob o nome de **A J M - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME**, e tem como nome fantasia a expressão **PAVECON - BLOCOS E PAVIMENTOS**.

CLÁUSULA SEGUNDA: A sociedade empresarial tem sua sede na Rua Mario Virmond, 1100 - Estrada para o Coutinho - Bairro Industrial - CEP 85045-640 - Guarapuava-PR.

CLÁUSULA TERCEIRA: A empresa tem por objeto social: **Atividade Principal:** A fabricação e comercialização de Aqueles: Dormentes e Logarins de Concreto; Blocos de Cimento Armado ou não; Meios-fios de concreto ou cimento armado; Fossas sépticas de cimento armado ou de concreto; Tanques de cimento armado para muros; Placas de cimento armado para uso geral; Postes e vigas de concreto; **Atividades Secundárias:** Prestação de Serviços de colocação de meios-fios, aduelas, dormentes, logarins; montagem de blocos pré-moldados e colocação de postes; Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; Serviços de Carga e Descarga (com equipamento Murek) Comércio de Materiais para Construção: Ferro, Tijolos; Areia; Cimento; Pedras; Telhas; Louças; Metais; Madeiras; Revestimentos para Pisos e Paredes; Cansos de PVC; Materiais elétricos; Esquadrias de ferro e de madeira.

CLÁUSULA QUARTA: A sociedade tem prazo de duração indeterminado e iniciou suas atividades em 08 de julho de 1999.

CLÁUSULA QUINTA: A sociedade poderá, a qualquer tempo, abrir e encerrar filiais, agências e escritórios, em qualquer parte do território nacional, alterar seu capital social, objeto social e endereço, mediante alteração contratual assinada por todos os sócios, dispensada, nesse caso, a reunião dos sócios.

CLÁUSULA SEXTA: O capital social no valor de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais) dividido em 5.200 quotas no valor de R\$ 10,00 (dez reais) cada, totalmente integralizado em moeda corrente do país fica assim distribuído:

Sócio	Quotas	Valor	%
ANTONIO GILBERTO ZANONIA	1.000	R\$ 10.000,00	19,23
EMILCE ROSANE MUDREY	1.000	R\$ 10.000,00	19,23
JAURI ROBERTO ZANONIA	1.000	R\$ 10.000,00	19,23
JEAN CARLOS ZANONIA	2.200	R\$ 22.000,00	42,31
TOTALS	5.200	R\$ 52.000,00	100,00

CLÁUSULA SÉTIMA: As quotas sociais são indivisíveis em relação à sociedade e não poderão ser caucionadas, empenhadas, oneradas ou gravadas, total ou parcialmente, a qualquer título, salvo se com autorização de todos os sócios.

CLÁUSULA OITAVA: A responsabilidade dos sócios é limitada ao valor de suas quotas, mas todos respondem solidariamente pela integralização do capital social.

CLÁUSULA NONA: As quotas sociais e os direitos de subscrição somente poderão ser cedidos a terceiros após terem sido oferecidos preferencialmente aos sócios atuais segundo o seu percentual de participação, com prazo de 60 (sessenta) dias, para exercerem o direito de preferência. Após esse prazo, e em qualquer de condições, podem ser oferecidos a terceiros, estranhos à sociedade, como se sociedade de capital para fosse. A multiplicação excessiva e quantidade de quotas e/ou direito de subscrição e o preço por elas proposto.

CLÁUSULA DÉCIMA: Se todos os sócios manifestarem seu direito de preferência, a cessão das quotas e/ou direitos de subscrição se fará na proporção das quotas que então possuírem. Se nem todos exercerem o direito de preferência, os demais sócios poderão, no prazo adicional de 10 (dez) dias, adquirir, pró-rata, as quotas e/ou direitos que sobejarem.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: A sociedade somente poderá exercer o direito de preferência à aquisição total ou parcial das quotas, se os sócios não o exercerem, no prazo de 24 horas preferencialmente aos terceiros, estranhos e sociedades, observando: que esta aquisição se faça sem prejuízo do capital social ou reservas de capital social, devendo utilizar os recursos de lucros e reservas que permanecerem em tesouraria pelo prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias, onde então deverá recompor a pluralidade social, sob pena de diminuição do capital social ou dissolução da sociedade se existir somente um sócio remanescente.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: Decorrido o prazo de preferência, e assumida pelos sócios, pela sociedade ou por terceiros, a totalidade do aumento, haverá reunião dos sócios para que seja aprovada a modificação do contrato, nos termos da Lei 10.406/2002.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: Não exercido o direito de preferência pelos sócios e/ou pela sociedade, o credente está automaticamente autorizado a efetivar a cessão a terceiro, pelo preço mínimo indicado anteriormente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: Se não efetivada a cessão nesse preço ofertado, e persistir o sócio na intenção de alienar suas quotas sociais, todo o procedimento, referente ao exercício do direito de preferência, terá que ser renovado e repetido, tendo em vista a nova oferta de preço mínimo.

206

2

A J M - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME
CNPJ 03.270.392/0001-05
QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL E CONSOLIDAÇÃO

ANTONIO GILBERTO ZANONIA, brasileiro, casado em regime de Comunhão Parcial de Bens, comerciante, nascido em 25/04/1950, residente e domiciliado em Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua Das Tulipas, 28 - no Bairro Pêra do Oeste - CEP 85.010-100, portador do RG nº 3.337.349-1, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná em 18/12/1997 e inscrito no CPF sob o nº 508.809.939-87; **PARCELA DE BENS, comerciante, nascido em 25/04/1950, residente e domiciliado em Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua Das Tulipas, 28 - no Bairro Pêra do Oeste - CEP 85.010-100, portador do RG nº 3.337.349-1, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná em 18/12/1997 e inscrito no CPF sob o nº 508.809.939-87;** **EMILCE ROSANE MUDREY**, brasileira, casada em regime de Comunhão Parcial de Bens, engenheira civil, nascida em 18/12/1991, residente e domiciliada na Rua Padre Chagas, 3150 - AP. 203 - Centro - CEP 85010-020, cidade de Guarapuava/PR, residente e domiciliada na Rua Padre Chagas, 3150 - AP. 203 - Centro - CEP 85010-020, portadora do RG nº 4.375.693-1, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná em 22/10/1991 e inscrita no CPF sob o nº 608.764.929-67; **JAURI ROBERTO ZANONIA**, brasileiro, casado em regime de Comunhão Parcial de Bens, comerciante, nascido em 08/07/1980, residente e domiciliado em Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua Das Tulipas, 28 - no Bairro Pêra do Oeste - CEP 85.010-100, portador do RG nº 3.337.349-1, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná em 17/11/1990 e inscrito no CPF sob o nº 570.422.419-91;

UNICO SÓCIO DA SOCIEDADE EMPRESARIAL A J M - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME, com sede na Rua Mario Virmond, 1100 - Estrada para o Coutinho - CEP 85.045-640 - Guarapuava - Estado do Paraná, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 03.270.392/0001-05 com o contrato social registrado na Junta Comercial do Estado do Paraná sob NIRE 411.2.0414823-9 em 12 de julho de 1999 e última alteração registrada sob o nº 20106325157 em 13 de julho de 2010, resolvem assim alterar e consolidar o contrato social e suas alterações como segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: Na presente data ingressa na sociedade o Sr. **JEAN CARLOS ZANONIA**, brasileiro, casado em regime de Comunhão Parcial de Bens, administrador, nascido na cidade de Guarapuava/PR, residente na Rua Padre Chagas, 3150 - AP. 203 - Centro - CEP 85010-020, portador do RG nº 4.281.207-2, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná em 07/02/1985 e inscrito no CPF sob o nº 570.422.959-49 que neste ato integraliza R\$ 22.000,00 (vinte e dois mil reais) em moeda corrente do país ao capital social da sociedade.

CLÁUSULA SEGUNDA: Fica alterada a cláusula terceira da última Alteração Contratual e Consolidação onde o objeto social passa a ser: **Atividade Principal:** A fabricação e comercialização de Aqueles: Dormentes e Logarins de Concreto; Blocos de Cimento Armado ou não; Meios-fios de concreto ou cimento armado; Fossas sépticas de cimento armado ou de concreto; Tanques de cimento armado para muros; Placas de cimento armado para uso geral; Postes e vigas de concreto; **Atividades Secundárias:** Prestação de Serviços de colocação de meios-fios, aduelas, dormentes, logarins; montagem de blocos pré-moldados e colocação de postes; Serviços de Transporte Rodoviário de Cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; Serviços de Carga e Descarga (com equipamento Murek) Comércio de Materiais para Construção: Ferro, Tijolos; Areia; Cimento; Pedras; Telhas; Louças; Metais; Madeiras; Revestimentos para Pisos e Paredes; Cansos de PVC; Materiais elétricos; Esquadrias de ferro e de madeira.

CLÁUSULA TERCEIRA: Fica alterada a cláusula sexta da última Alteração Contratual e Consolidação onde os sócios **Antonio Gilberto Zanonia, Emilce Rosane Mudrey e Jauri Roberto Zanonia** assim qualificadas, integralizam neste ato, em moeda corrente do país, o valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) cada um. O capital social passa a ser no montante de R\$ 52.000,00 (cinquenta e dois mil reais) dividido em 5.200 quotas no valor de R\$ 10,00 (dez reais) cada, totalmente integralizado em moeda corrente do país e fica assim distribuído:

Sócio	Quotas	Valor	%
ANTONIO GILBERTO ZANONIA	1.000	R\$ 10.000,00	19,23
EMILCE ROSANE MUDREY	1.000	R\$ 10.000,00	19,23
JAURI ROBERTO ZANONIA	1.000	R\$ 10.000,00	19,23
JEAN CARLOS ZANONIA	2.200	R\$ 22.000,00	42,31
TOTALS	5.200	R\$ 52.000,00	100,00

CLÁUSULA SÉTIMA: À vista da modificação ora operada, e em conformância com o que determina o art. 2031 da Lei 10.406/2002, os sócios RESOLVERAM, por este instrumento, atualizar e consolidar o contrato social e alteração, tornando assim sem efeito, a partir desta data, as cláusulas e condições contrárias ao contrato primitivo que, atendendo às disposições da referida Lei aplicáveis a este tipo societário, passas a ter a seguinte redação:

ANTONIO GILBERTO ZANONIA, brasileiro, casado em regime de Comunhão Parcial de Bens, comerciante, nascido na cidade de Guarapuava/PR, residente e domiciliado em Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua Das Tulipas, 28 - no Bairro Pêra do Oeste - CEP 85.010-100, portador do RG nº 3.337.349-1, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná em 18/12/1997 e inscrito no CPF sob o nº 508.809.939-87;

EMILCE ROSANE MUDREY, brasileira, casada em regime de Comunhão Parcial de Bens, engenheira civil, nascida em 18/12/1991, residente e domiciliada na Rua Padre Chagas, 3150 - AP. 203 - Centro - CEP 85010-020, cidade de Guarapuava/PR, residente e domiciliada na Rua Padre Chagas, 3150 - AP. 203 - Centro - CEP 85010-020, portadora do RG nº 4.375.693-1, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná em 22/10/1991 e inscrita no CPF sob o nº 608.764.929-67;

JAURI ROBERTO ZANONIA, brasileiro, casado em regime de Comunhão Parcial de Bens, comerciante, nascido na cidade de Guarapuava/PR, residente e domiciliado em Guarapuava, Estado do Paraná, na Rua Das Tulipas, 28 - no Bairro Pêra do Oeste - CEP 85.010-100, portador do RG nº 3.337.349-1, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná em 17/11/1990 e inscrito no CPF sob o nº 570.422.419-91;

JEAN CARLOS ZANONIA, brasileiro, casado em regime de Comunhão Parcial de Bens, administrador, nascido na cidade de Guarapuava/PR, residente na Rua Padre Chagas, 3150 - AP. 203 - Centro - CEP 85010-020, portador do RG nº 4.281.207-2, expedido pela Secretaria de Segurança Pública do Estado do Paraná em 07/02/1985 e inscrito no CPF sob o nº 570.422.959-49;

União: sócios da sociedade empresarial A. J. M. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME, com sede na Rua Mario Virmond, 1100 - Estrada para o Coutinho - Distrito Industrial - CEP 85.045-640 - Guarapuava - Estado

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL E CONSOLIDAÇÃO,

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA: Fazendo ou interdiando qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os acionistas remanescentes, não sendo possível ou inexistente interesse destes ou do sócio remanescente, a partir da data da resolução, verificada em seus livros, com base na situação patrimonial da sociedade, a liquididade e o patrimônio especialmente levantado.

Parágrafo Único: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se reger por este estatuto.

[illegible]

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: Depois de apurados os haveres do sócio que se despede, excluído, pré-morto ou que se retirar, e promovida a liquidação de seus haveres, observada a diferença de um balanço de determinação datado até ao art. 1031, Lei 1.506/02 e as determinações deste contrato, A liquidação dos mesmos não exime o sócio ou seus herdeiros da responsabilidade pelas obrigações sociais anteriores, inclusive a eventual quebra de personalidade jurídica, artº 50 da Lei 10405/02.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: A quota liquidada será paga em dinheiro, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, se for devido montante de 5% (cinco por cento) do capital social; ou em até 12 (doze) meses se superior, em prestações mensais, iguais e sucessivas, ajustadas por índice de correção monetária nacional acrescida de juros remuneratórios de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados de forma simples, procedendo-se à extinção da capital social e as respectivas reservas acumuladas.

CLAUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA: O exercício social cairá com o ano civil, terá início em 1º de Janeiro e encerrar-se-á em 31 de dezembro, quando será assinado o inventário fático e o monetário dos bens, direitos e obrigações, e as respectivas demonstrações financeiras, em conformidade com as prescrições do Art. 176 da Lei 6404/76 e Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, além do relatório da administração, a demonstração dos valores adicionados e o Balanco Social. A escrituração ficará a cargo de contador legalmente habilitado conforme Art. 1132 de Lei 10406/02, sendo os seus poderes conferidos por escrito pelo administrador, que terá a anuência expressa do profissional liberal e registrados no livro de atos administrado, para efeitos da responsabilidade civil (Art. 1177 e 1178 de Lei 10406/2002).

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA: Ao término de cada exercício social, em 31 de Dezembro, o administrador prestará contas justificadas de sua administração, procedendo ao levantamento do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultados, com o objetivo de apurar os lucros ou prejuízos, e, em seguida, a distribuição dos lucros ou prejuízos, de acordo com o disposto no estatuto social.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA: O balanço de determinação da sociedade será levantado no prazo de 30 (trinta) dias de data-base do evento; a data do recebimento da notificação feita por socor assistida de alteração contratual; a data da morte do sócio; a data do movimento de requerimento do sócio referente voluntário pelo fim da afiliação societária; a data de renúncia de qualquer que exculiu o sócio por falta grave; ou a data de qualquer outro evento que der causa à apuração de haveres, como a data da sentença de execução de quotas (Art. 1026 da Lei 1406/2002), a data da incapacidade superveniente atestada por médico ou sentença judicial, ou a data em que tiver em mora o sócio que subvencionou e não patronalizou as quotas fixadas estatutariamente.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA: O balanço de determinação será elaborado per contador independente, que deverá observar: o valor de mercado por os bens do ativo circulante e a reavaliação a valor venal dos bens e direitos do ativo permanente; todos os ativos e passivos ocultos tais como, base negativa para tributos, fundo empresarial ou avultamento, equitizado pelo método foliástico; os valores líquidos oriundos de incençozos por demandas judiciais ativas e passivas no pleito extinção de tributos de realização dividiãda. Não serão considerados os lucros ou perdas posteriores à ocorrência do evento que lhe deu causa, exceto se forem conseqüências diretas dos atos de estrito, tais como o fundo empresarial.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA: Nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, os sócios deliberarão, em reunião, o destino dos lucros acumulados, e participação nos lucros, dos administradores e empregados, a constituição de reserva de lucros, bem como a sua reversão. Havendo lucros disponíveis após a constituição de reservas e participações, os mesmos serão partilhados entre os sócios na proporção de sua participação no capital social. Se ocorrerem prejuízos, serão eles suportados de igual modo pelos sócios.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA: Ficam instituídos como livros obrigatórios, além daqueles exigidos pela legislação comercial, previdenciária, trabalhista e fiscal nas tabelas, revestidos das formalidades intrínsecas e extrínsecas, os livros de atas da administração, ata da reunião de sócios e livro de presença das ações.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA: A sociedade poderá: a) transformar-se em outro tipo social; b) incorporar outra sociedade ou ser incorporada; c) fundir-se com outra sociedade; d) fundir-se total ou parcialmente, vertendo seu patrimônio em outras sociedades, extinguindo-se, se a venda for total, ou absorver patrimônio de sociedade cindida. Para tal é necessária a aprovação de 2/3 (dois terços) das quotas presentes a reunião, instalada nos moldes do Art. 1.074 e seguintes da Lei 1.406/02 e laudo de avaliação elaborado por parte contábil que será nomeada reunião. Referência

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL E CONSOLIDAÇÃO

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: A administração da sociedade caberá aos sócios ANTONIO GILBERTO ZANONA e ZILDA ZANONA, com poderes e atribuições de ADMINISTRAR, autorizado o uso do nome empresarial individualmente ou conjuntamente, em nome da sociedade, para todos os atos necessários ao desenvolvimento de suas atividades, sem necessidade de intervenção de terceiros, bem como onerar ou alienar bens imóveis da sociedade, sem autorização do o sócio.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: Os administradores declaram sob as penas da lei, que não estão impedidos de exercerem a administração de sociedade, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos legais, a pena que vede, ainda que temporariamente o acesso e cargos públicos, ou por crime falimentar, de reviravolta, ou outra, contra a economia popular, contra o Sistema Financeiro Nacional, contra normas de defesa de concorrência, contra as relações de consumo, e o público ou a propriedade (Art. 1011 da Lei 10406/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: Os administradores têm o dever de diligência, de lealdade e de informação, são obrigados a prestar aos demais sócios, contas justificadas de sua administração, apresentando-lhes balancetes mensais, inventários anuais, relatório da administração que deverá conter entre outros fatores relevantes as demonstrações financeiras nos termos do art. 176 da Lei 6.404/76, e a demonstração do valor adicionado, acompanhado do respectivo balanço Social.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: O uso da denominação social e privativa dos administradores acima nomeados que respondem solidária e ilimitadamente por culpa presumível por negligência, imperícia, ou omissão, pelos atos praticados contra este instrumento ou determinações da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: A administração é atribuída todo o poder necessário a realização do objeto da sociedade. Internamente são atribuídos os poderes de gestão administrativa e externamente são atribuídos os poderes para representar a sociedade ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, podendo transigir, renunciar, desistir, firmar compromissos, confessar dívidas, fazer acordos, contrair obrigações, adquirir, alienar ou onerar bens móveis e imóveis, nas condições deste contrato. Externamente a sociedade considera-se-a obrigada e/ou representada pelos Administradores.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: É vedado aos Administradores dirigir a sociedade em operações mercantis ou não, estranhas ao objeto social, quais seja, entre outros, fiança, aval, endosso e aceite de todo e qualquer título de favor. Nos atos de aquisição, alienação e oneração de bens do ativo permanente; pedido de falência ou concordata, o administrador depende da autorização de maioria absoluta dos sócios presentes na reunião dos quotistas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: Dependem de celebração das contas: a aprovação das contas da administração societária de um dos sócios; a destinação dos administradores, sócios ou não; o valor da remuneração dos administradores; a transformação, o fusão, cisão ou incorporação da sociedade; resilição, dissolução e liquidação da sociedade empresária; a nomeação ou destituição de liquidantes e o julgamento de suas contas, pedido de anulação ou rescisão da sociedade; expulsão de sócio por falta grave ou incapacidade superveniente; investimentos em outras empresas concordada com o sócio; expulsão de sócio por falta grave ou incapacidade superveniente; investimentos em valores mobiliários, coligados ou controlados; aprovação de aumento de capital de bens ou direitos ou ativo permanente; e o ingresso na sociedade dos membros da administração; por requerimento do inventariante, em substituição ao pagamento dos herdeiros do sócio pré-morto.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA. As deliberações sociais, nas quais cada quota do capital social corresponderá a um voto, serão tomadas em reunião de 9000, cujo quorum de instalação será a maioria absoluta do capital social. O quorum de deliberação é também o da maioria absoluta do capital social, exceto, necessariamente para a nomeação ou destituição do Administrador, alienação do estabelecimento comercial, cisão, fusão, transformação, dissolução e liquidação da sociedade, quando o quorum deliberativo será então de 2/3 (dois terços) dos votos das quotas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA: Dos atos de administração e das reuniões dos sócios serão lavradas atas dos trabalhos, acordadas e deliberações em livro próprio, que deverão ser assinadas por todos os presentes.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA: O sócio dissidente de qualquer decisão majoritária, poderá exercer o direito de reabrir-se da sociedade, manifestando a sua intenção à sociedade e os outros sócios, por escrito, mediante protocolo, dentro do prazo de (30) trinta dias, a contar da deliberação que discordou, sendo os seus haveres apurados e pagos na forma das cláusulas primeira e trintaésima quinta.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA: A retirada dos sócios da sociedade dar-se-á: a) pela vontade unilateral, a qualquer tempo, por ausência em relação a atendimento contratual deliberado pela maioria ou pela falta de aprovação (art. 1029 da Lei 10.406/02); b) pelo óbito do sócio, quando então serão obedecidos os estatutos (arts. 1032 e 1033 da Lei 10.406/02); c) pela falência de sociedades empresárias que venham a ser quotadas nos termos do art. 1030 da Lei 10.406/02; d) pela liquidação das coisas, cotizadas pela execução de um sócio conforme determina o art. 1.026 da Lei 10.406/02; e e) pela exclusão ou expulsão de um sócio ocasionada pela prática de atos de inequívoca gravidade, ou justa causa.

Parágrafo Único: São considerados atos de inequívoca gravidade: a calúnia, concorrência desleal, abuso de poder e o calote de um sócio em relação à sociedade empresária em razão de não integração das quotas subscritas no prazo pactuado no contrato social; consideram-se justa causa como motivo para expulsão de um sócio, o abuso de poder, prevaricação, violação ou não cumprimento das disposições pactuadas no contrato social e a falta de decoro empresarial, que deve ser provido por atos de fidelidade, atentados aos ditames do contrato social ou objetivo empresarial, concorrência postrada e atos de sócio prodígio.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA: Os sócios poderão de comum acordo, fixar uma retirada mensal, a título de "pro-labore", observadas as disposições regulamentares pertinentes.

A J M - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

CNPJ 03.270.392/0001-05

QUARTA ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL E CONSOLIDAÇÃO

(continuação da cláusula trigésima sétima) contador deverá observar os critérios do balanço de inventário, constantes da cláusula trigésima primeira, protocolo e justificativas elaboradas nos moldes dos Arts. 224 e 225 da Lei 6-404/76.

Parágrafo Único: Aos sócios dissidentes, fica assegurado o direito de recurso nos moldes do Art. 1077 da Lei 10406/02, apurando-se os seus haveres nos termos da cláusula trigésima sexta.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA: A sociedade entrará em dissolução, seguida de liquidação e partilha nos casos locais (Art. 1033 da Lei 10406/02) observadas as seguintes hipóteses: a) anulação a sua constituição; b) exaustão o fim social, cu verificada a sua inexistência; deliberação dos sócios por no mínimo 2/3 (dois terços), o consento unânime dos sócios; a falta de pluralidade de sócios não resolvida no prazo de 180 dias; ou por determinação judicial.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA: Fica assegurada a possibilidade de continuidade da sociedade, em decorrência da sua função social, pela vontade de um ou mais sócios, extinta na mesma reunião de quotistas e se não houver óbice legal à dissolução total, apurando-se e pagando-se os haveres dos sócios quotistas segundo o procedimento do balanço de determinação disciplinado na cláusula trigésima primeira.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA: Em todas as hipóteses de dissolução, os sócios presentes a reunião deverão, por maioria absoluta dos votos, eleger o liquidante, observado os termos do Art. 1102 e seguintes da Lei 10406/02, arbitrando os seus honorários e fixando a data de encerramento do processo liquidatório.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA: Os endereços dos sócios, constantes do contrato social ou de sua última alteração, serão válidos para o encaminhamento de convocações, cartas, avisos, etc., relativos a atos da sociedade de seu interesse. A responsabilidade de informações de alterações de endereços é exclusiva dos sócios, que deverão fazê-lo por escrito.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA: Os sócios subscritores do capital social, cedaram, para todos os efeitos legais, que não estão impedidos, nos termos da Lei, de exercer at atos empresariais, em virtude de condenação criminal ou qualquer tipo de impedimento legal, inclusive cassação superveniente, estando exercendo plenamente seus direitos civis, inclusive de personalidade.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA: Os sócios declararam sob as penas da Lei, que a sociedade se enquadra na condição de MICROEMPRESA, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006.

CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA: Fica eleito o foro de Guaruquava para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes desta contrato.

E por assim estarem justos e contrabidos, lavram, datam e assinam o presente instrumento, em 03 (três) vias de igual teor e forma, obrigando-se fielmente por si e seus herdeiros e cumprindo-o em todos os seus termos.

Guaruquava, 10 de agosto de 2018.

ANTONIO GILBERTO ZANONIA

EMÍLCE ROSANE RODREY

JAIRE ROBERTO ZANONIA

JEAN CARLOS ZANONIA

JUNTA COMERCIAL DO PARANÁ
 AGÊNCIA REGISTRO DE GUARUQUAVA
 CERTIFICADO DE REGISTRO EM 18/08/2018
 SOB NÚMERO 2017385773
 Protocolo 107298774 DE 11/08/2018
 Registro nº 2 041423 9
 PÁGINA 01 DE 01
 SECRETARIO GERAL
 SERGIO MOTA

BOM DIA
 18/08/2018 09:00
 18/08/2018 09:00

209



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 03.270.392/0001-05 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 12/07/1999
NOME EMPRESARIAL A J M - INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) PAVICON - BLOCOS E PAVIMENTOS		PORTE ME
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 23.30-3-02 - Fabricação de artefatos de cimento para uso na construção		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 42.13-8-00 - Obras de urbanização - ruas, praças e calçadas 49.30-2-02 - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional 47.44-0-05 - Comércio varejista de materiais de construção não especificados anteriormente		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO R MARIO VIRMOND	NÚMERO 1100	COMPLEMENTO ESTRADA P COUTINHO
CEP 85.045-640	BAIRRO/DISTRITO BAIRRO INDUSTRIAL	MUNICÍPIO GUARAPUAVA
UF PR		ENDEREÇO ELETRÔNICO
TELEFONE (42) 3624-5699		
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA		DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 03/11/2005
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****		DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 1.863, de 27 de dezembro de 2018.

Emitido no dia 20/06/2023 às 15:10:30 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal do Brasil
Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional

**CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITOS DE NEGATIVA DE DÉBITOS RELATIVOS AOS TRIBUTOS
FEDERAIS E À DÍVIDA ATIVA DA UNIÃO**

Nome: A J M - INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
CNPJ: 03.270.392/0001-05

Ressalvado o direito de a Fazenda Nacional cobrar e inscrever quaisquer dívidas de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado que vierem a ser apuradas, é certificado que:

1. constam débitos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) com exigibilidade suspensa nos termos do art. 151 da Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966 - Código Tributário Nacional (CTN), ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal, ou ainda não vencidos; e
2. não constam inscrições em Dívida Ativa da União (DAU) na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

Conforme disposto nos arts. 205 e 206 do CTN, este documento tem os mesmos efeitos da certidão negativa.

Esta certidão é válida para o estabelecimento matriz e suas filiais e, no caso de ente federativo, para todos os órgãos e fundos públicos da administração direta a ele vinculados. Refere-se à situação do sujeito passivo no âmbito da RFB e da PGFN e abrange inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

A aceitação desta certidão está condicionada à verificação de sua autenticidade na Internet, nos endereços <<http://rfb.gov.br>> ou <<http://www.pgfn.gov.br>>.

Certidão emitida gratuitamente com base na Portaria Conjunta RFB/PGFN nº 1.751, de 2/10/2014.
Emitida às 15:02:35 do dia 20/06/2023 <hora e data de Brasília>.
Válida até 17/12/2023.

Código de controle da certidão: **9C8C.709D.D5F8.06C6**
Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.



Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

211

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 030866966-81

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **03.270.392/0001-05**

Nome: **A J M - INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 21/10/2023 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



MUNICÍPIO DE GUARAPUAVA
ESTADO PARANÁ
SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS
CNPJ: 76.178.037/0001-76

212



[Handwritten signature]

CERTIDÃO POSITIVA DE DÉBITOS DO CONTRIBUINTE Nº 47043/2023

Contribuinte

Nome/Razão: 904643 - A J M INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
CNPJ/CPF: 03.270.392/0001-05
Endereço: RUA MARIO VIRMOND, 1100
Complemento:
Bairro: INDUSTRIAL Cidade: Guarapuava - PR

Finalidade

Preencher no campo "Informações Adicionais" a Finalidade de emissão da Certidão.

DATA DE EMISSÃO	DATA DE VALIDADE
20/06/2023	90 dias

A fazenda Pública Municipal, atendendo à solicitação da parte interessada, CERTIFICA que, revendo seus arquivos e apontamentos de até a presente data, FORAM ENCONTRADOS débitos cuja responsabilidade tributária e/ou fiscal é vinculada ao contribuinte acima.

Ressalva-se à Fazenda Pública o direito de constituir novos créditos incidentes sobre o contribuinte acima identificado e que, porventura, venham a ser apurados posteriormente à emissão da presente certidão, ressalvando-se mais o direito de consolidar a este, os débitos porventura vinculados a outros contribuintes em decorrência da não atualização dos dados cadastrais.

Por ser verdade, firma a presente CERTIDÃO para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Em caso de dúvida, entre em contato através do e-mail: certidaoguarapuava@gmail.com.

As informações aqui dispostas podem ser verificadas on-line no site <https://guarapuava.atende.net/>, utilizando o código acima ou QR CODE.

Voltar

Imprimir



Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição:

03.270.392/0001-05

Razão Social:

AJM IND E COM DE ARTEF DE CIMENTO LTDA

Endereço:

R DO ALUMINIO SN / INDUSTRIAL / GUARAPUAVA / PR / 85045-730

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 16/06/2023 a 15/07/2023

Certificação Número: 2023061600474021558602

Informação obtida em 20/06/2023 15:08:52

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa: www.caixa.gov.br

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO

214

CERTIDÃO NEGATIVA DE DÉBITOS TRABALHISTAS

Nome: A J M - INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
(MATRIZ E FILIAIS)

CNPJ: 03.270.392/0001-05

Certidão nº: 28434613/2023

Expedição: 20/06/2023, às 15:09:30

Validade: 17/12/2023 - 180 (cento e oitenta) dias, contados da data de sua expedição.

Certifica-se que **A J M - INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA (MATRIZ E FILIAIS)**, inscrito(a) no CNPJ sob o nº **03.270.392/0001-05**, **NÃO CONSTA** como inadimplente no Banco Nacional de Devedores Trabalhistas.

Certidão emitida com base nos arts. 642-A e 883-A da Consolidação das Leis do Trabalho, acrescentados pelas Leis ns.º 12.440/2011 e 13.467/2017, e no Ato 01/2022 da CGJT, de 21 de janeiro de 2022. Os dados constantes desta Certidão são de responsabilidade dos Tribunais do Trabalho.

No caso de pessoa jurídica, a Certidão atesta a empresa em relação a todos os seus estabelecimentos, agências ou filiais.

A aceitação desta certidão condiciona-se à verificação de sua autenticidade no portal do Tribunal Superior do Trabalho na Internet (<http://www.tst.jus.br>).

Certidão emitida gratuitamente.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE

Do Banco Nacional de Devedores Trabalhistas constam os dados necessários à identificação das pessoas naturais e jurídicas inadimplentes perante a Justiça do Trabalho quanto às obrigações estabelecidas em sentença condenatória transitada em julgado ou em acordos judiciais trabalhistas, inclusive no concernente aos recolhimentos previdenciários, a honorários, a custas, a emolumentos ou a recolhimentos determinados em lei; ou decorrentes de execução de acordos firmados perante o Ministério Público do Trabalho, Comissão de Conciliação Prévia ou demais títulos que, por disposição legal, contiver força executiva.



215

**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARANÁ
COMARCA DE GUARAPUAVA**

OFÍCIO DISTRIBUIDOR JUDICIAL
AVENIDA MANOEL RIBAS Nº 500 - FORUM ESTADUAL - VILA
SANTANA
GUARAPUAVA/PR - 85.070-18

TITULAR
NERY REGIANI DE MACEDO
JURAMENTADO
RAQUEL REGEANI DE MACEDO LUSTOZA

Certidão Negativa

Certifico, a pedido de parte interessada, que revendo os livros e arquivos de distribuição Ações de FALÊNCIA, CONCORDATA, RECUPERAÇÃO JUDICIAL e EXTRAJUDICIAL sob minha guarda neste cartório, verifiquei **NÃO CONSTAR** nenhum registro em andamento contra:

AJM INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME

CNPJ 03.270.392/0001-05, no período compreendido desde 02/01/1991, até a presente data.

GUARAPUAVA/PR, 19 de Junho de 2023



Certificação

NERY REGIANI DE MACEDO

NERY REGIANI DE

MACEDO:57391726915

Assinado de forma digital por NERY
REGIANI DE MACEDO:57391726915

Dados: 2023.06.20 17:30:13 -03'00'

Ativo		Passivo	
ATIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	3.159.379,42	CAIXA	3.159.379,42
CAIXA GERAL	443.995,41	CAIXA GERAL	443.995,41
BANCOS CONTA MOVIMENTO	64.854,11	BANCOS CONTA MOVIMENTO	64.854,11
BANCO DO BRASIL	4.880,30	BANCO DO BRASIL	4.880,30
CAIXA ECONOMICA FEDERAL	42.205,62	CAIXA ECONOMICA FEDERAL	42.205,62
ITALI	10.533,06	ITALI	10.533,06
BRANDESCO	1.224,53	BRANDESCO	1.224,53
SANTANDER	68,28	SANTANDER	68,28
SICOOB	1.860,04	SICOOB	1.860,04
APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	26.386,35	APLICAÇÕES DE LIQUIDEZ IMEDIATA	26.386,35
BANCO DO BRASIL - CUBOCAP TITULO DE CAPITALIZAÇÃO	104,46	BANCO DO BRASIL - CUBOCAP TITULO DE CAPITALIZAÇÃO	104,46
BRANDESCO - TITULO DE CAPITALIZAÇÃO	17.787,39	BRANDESCO - TITULO DE CAPITALIZAÇÃO	17.787,39
SANTANDER - TITULO DE CAPITALIZAÇÃO	3.122,85	SANTANDER - TITULO DE CAPITALIZAÇÃO	3.122,85
CREDITOS	1.380,00	CREDITOS	1.380,00
CLIENTES DIVERSOS	12.417,09	CLIENTES DIVERSOS	12.417,09
CLIENTES DIVERSOS	12.417,09	CLIENTES DIVERSOS	12.417,09
ADIANTEMENTOS	12.417,09	ADIANTEMENTOS	12.417,09
ADIANTEMENTOS DIVERSOS	592,93	ADIANTEMENTOS DIVERSOS	592,93
ADIANTEMENTO DE FÉRIAS	592,93	ADIANTEMENTO DE FÉRIAS	592,93
CREDITOS TRIBUTÁRIOS	6.095,70	CREDITOS TRIBUTÁRIOS	6.095,70
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A REPERCUIR	5.095,70	IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A REPERCUIR	5.095,70
IMPOSTO DE RENDA A REPERCUIR	3.126,18	IMPOSTO DE RENDA A REPERCUIR	3.126,18
IMPOSTO DE RENDA A REPERCUIR	1.969,52	IMPOSTO DE RENDA A REPERCUIR	1.969,52
ESTOQUES	361.035,64	ESTOQUES	361.035,64
ESTOQUE PRODUTOS PRODUZIDOS	361.035,64	ESTOQUE PRODUTOS PRODUZIDOS	361.035,64
PRODUTOS ACABADOS	361.035,64	PRODUTOS ACABADOS	361.035,64
ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.715.384,01	ATIVO NÃO CIRCULANTE	2.715.384,01
MOBILIZADO	2.715.384,01	MOBILIZADO	2.715.384,01
EDIFICAÇÕES	4.813.642,81	EDIFICAÇÕES	4.813.642,81
EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	80.514,32	EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	80.514,32
MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	13.220,30	MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	13.220,30
FERRAMENTAS	2.072.860,40	FERRAMENTAS	2.072.860,40
MODELOS, MOLDES E MATRIZES	13.550,00	MODELOS, MOLDES E MATRIZES	13.550,00
VEICULOS DE CARGA	28.900,00	VEICULOS DE CARGA	28.900,00
VEICULOS	1.519.000,00	VEICULOS	1.519.000,00
VEICULOS	1.065.588,79	VEICULOS	1.065.588,79
PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIOS	146.570,51	PARTICIPAÇÃO EM CONSORCIOS	146.570,51
CONSORCIO	146.570,51	CONSORCIO	146.570,51
(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA MOBILIZADO	-2.244.825,31	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA MOBILIZADO	-2.244.825,31
(-) EDIFICIOS E CONSTRUÇÕES	-43.465,98	(-) EDIFICIOS E CONSTRUÇÕES	-43.465,98
(-) EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	-9.577,92	(-) EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	-9.577,92
(-) MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	-960.052,28	(-) MAQUINAS E EQUIPAMENTOS	-960.052,28
(-) FERRAMENTAS	-6.100,73	(-) FERRAMENTAS	-6.100,73
(-) MODELOS, MOLDES E MATRIZES	-20.857,63	(-) MODELOS, MOLDES E MATRIZES	-20.857,63
(-) VEICULOS DE CARGA	-685.062,98	(-) VEICULOS DE CARGA	-685.062,98
(-) VEICULOS	-543.919,09	(-) VEICULOS	-543.919,09
TOTAL DO ATIVO	3.159.379,42	TOTAL DO ATIVO	3.159.379,42
PASSIVO		PASSIVO	
CIRCULANTE		CIRCULANTE	
FONDECORES NACIONAIS	-3.159.379,42	FONDECORES NACIONAIS	-3.159.379,42
FONDECORES NACIONAIS	-2.354.687,38	FONDECORES NACIONAIS	-2.354.687,38
TECNICAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME	-1.213.693,09	TECNICAS INDUSTRIA E COMERCIO LTDA ME	-1.213.693,09
TV GESTE DO PARANA LTDA	-1.246.293,99	TV GESTE DO PARANA LTDA	-1.246.293,99
	-43.357,54		-43.357,54
	-408,70		-408,70



3.159.379,42 (três milhões, cento e cinquenta e nove mil, trezentos e setenta e nove reais e quarenta e dois centavos).

RONALDO ANTONIO
 VERONISES6471634953
 DDD: 212.24.25 11.34.46.0707
 RONALDO ANTONIO VERONESE
 CONTADOR
 CRC 029.945/0-5

ANTONIO GILBERTO ZANONA
 SOCIO ADMINISTRADOR
 CPF 509.509.939-47

217

SANTANDER - CREDITO BNDES Nº 40274.844 - 1	-8.695,89
EMPRESTIMO BB - CONTRATO Nº 29.830.387	-11.940,89
EMPRESTIMO CONTRATO Nº 400002	-2.000,00
EMPRESTIMO CONTRATO Nº 400059	-41.000,00
EMPRESTIMO CONTRATO Nº 6360	-5.200,55
EMPRESTIMO CONTRATO Nº 9024328	-4.867,69
EMPRESTIMO CONTRATO Nº 90224833	-4.853,24
EMPRESTIMO SANTANDER - CONTRATO Nº 12.00	-194.937,12
EMPRESTIMO ITAU CAPITAL DE GIRO	-22.225,49
EMPRESTIMO CONTRATO Nº 1022210 CP	-155.717,68
CAPITAL DE GIRO CP	-37.500,03
EMPRESTIMO CONTRATO Nº 15733708 CP	-50.000,04
OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS	-122.190,16
FOLHA DE PAGAMENTO COLABORADORES	-23.186,32
SALÁRIOS A PAGAR	-23.186,32
PROVISÕES E ENCARGOS	-76.380,81
PROVISÃO DE FÉRIAS A PAGAR	-50.482,98
PROVISÃO DE INSS SOBRE FÉRIAS	-15.411,98
PROVISÃO DE FGTS SOBRE FÉRIAS	-4.516,17
PRO-LABORE A PAGAR	-2.157,36
PRO-LABORE A PAGAR	-2.157,36
ENCARGOS SOCIAIS A PAGAR	-20.485,99
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL A RECOLHER	-427,55
FGTS A PAGAR	-4.577,93
INSS A RECOLHER	-15.480,41
OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS	-42.624,11
TRIBUTOS RETIDOS A RECOLHER	-1.650,74
IRPJ - 5% PAGO	-1.650,74
IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOBRE RECEITAS	-41.573,37
PIS A PAGAR	-2.003,23
COFINS A PAGAR	-9.201,81
ICMS A PAGAR	-30.371,33
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	-4.571.324,07
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	-1.571.324,07
EMPRESTIMO LONGO PRAZO	-786.942,88
EMPRESTIMO CONTRATO Nº 1022210 LP	-491.108,96
CAPITAL DE GIRO LP	-170.833,38
EMPRESTIMO CONTRATO Nº 15733708 LP	-125.000,00
EMPRESTIMOS DE TERCEIROS - MÍTIO	-784.381,18
EMPRESTIMO JEAN CARLOS ZANONA	-476.000,00
EMPRESTIMO ANTONIO GILBERTO ZANONA	-105.195,59
EMPRESTIMO EMILCE ROSANE MOREY	-203.195,59
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	708.631,95
CAPITAL SOCIAL	-52.000,00
CAPITAL SOCIAL INTEGRALIZADO	-52.000,00
CAPITAL SOCIAL	-52.000,00
LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	818.631,95
PREJUÍZOS ACUMULADOS	818.631,95
PREJUÍZOS ACUMULADOS	818.631,95
TOTAL DO PASSIVO	-3.159.379,42

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial com base nas informações e na documentação apresentada, encerrado em 31/12/2022, somando tanto no Ativo como no Passivo, a importância de R\$

RECIBO DE ENTREGA DE ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL DIGITAL

218

IDENTIFICAÇÃO DO TITULAR DA ESCRITURAÇÃO

NIRE	CNPJ
41204148239	03.270.392/0001-05
NOME EMPRESARIAL	
A J M INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA	

IDENTIFICAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO

FORMA DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL	PERÍODO DA ESCRITURAÇÃO
Livro Diário (Completo - sem escrituração Auxiliar)	01/01/2022 a 31/12/2022
NATUREZA DO LIVRO	NÚMERO DO LIVRO
Livro Diário Geral	18
IDENTIFICAÇÃO DO ARQUIVO (HASH)	
8E.92.7E.52.DD.02.79.40.8F.74.43.0A.E0.84.60.54.D9.CA.17.CD	

ESTE LIVRO FOI ASSINADO COM OS SEGUINTE CERTIFICADOS DIGITAIS:

QUALIFICAÇÃO DO SIGNATARIO	CPF/CNPJ	NOME	Nº SÉRIE DO CERTIFICADO	VALIDADE	RESPONSÁVEL LEGAL
Pessoa Jurídica (e-CNPJ ou e-PJ)	03270392000105	A J M INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENT: 03270392000105	507689962090857834 7	17/08/2022 a 17/08/2023	Sim
Contador	58471634953	RONALDO ANTONIO VERONESE: 58471634953	189090470783514263 265237802130960188 53	21/07/2022 a 21/07/2023	Não

NÚMERO DO RECIBO:

8E.92.7E.52.DD.02.79.40.8F.74.43.0A.
E0.84.60.54.D9.CA.17.CD-3

Escrituração recebida via Internet
pelo Agente Receptor SERPRO
em 22/06/2023 às 10:32:12

A4.97.39.99.5F.8D.D7.E6
CE.53.4E.8B.17.57.84.0D

Considera-se autenticado o livro contábil a que se refere este recibo, dispensando-se a autenticação de que trata o art. 39 da Lei nº 8.934/1994. Este recibo comprova a autenticação.

BASE LEGAL: Decreto nº 1.800/1996, com a alteração do Decreto nº 8.683/2016, e arts. 39, 39-A, 39-B da Lei nº 8.934/1994 com a alteração da Lei Complementar nº 1247/2014.



TERMOS DE ABERTURA E ENCERRAMENTO

Entidade: A J M INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
 Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 03.270.392/0001-05
 Número de Ordem do Livro: 18

TERMO DE ABERTURA

Nome Empresarial	A J M INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
NIRE	41204148239
CNPJ	03.270.392/0001-05
Número de Ordem	18
Natureza do Livro	Livro Diário Geral
Município	Guarapuava
Data do arquivamento dos atos constitutivos	12/07/1999
Data de arquivamento do ato de conversão de sociedade simples em sociedade empresária	
Data de encerramento do exercício social	31/12/2022
Quantidade total de linhas do arquivo digital	32629

TERMO DE ENCERRAMENTO

Nome Empresarial	A J M INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
Natureza do Livro	Livro Diário Geral
Número de ordem	18
Quantidade total de linhas do arquivo digital	32629
Data de início	01/01/2022
Data de término	31/12/2022

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 8E.92.7E.52.DD.02.79.40.8F.74.43.0A.E0.84.60.54.D9.CA.17.CD-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

ANEXO V - DEMONSTRATIVO CAPACIDADE FINANCERA

À Equipe de apoio de pregões

SURG - Cia. de Serviços de Urbanização de Guarapuava

Ref.: Pregão Eletrônico nº 21/2023

Declaramos que as demonstrações abaixo correspondem a real situação da proponente. Esses índices foram obtidos no Balanço Patrimonial do último exercício social.

Declaramos, ainda, que a qualquer tempo, desde que solicitado pelo licitador, nos comprometemos a apresentar todos os documentos ou informações que comprovarão as demonstrações.

SÃO AS DEMONSTRAÇÕES:

Tipo de Índice	Valor em Reais	Índice
Liquidez Geral (LG) $LG = (AC + RLP) / (PC + ELP)$	<u>R\$ 443.995,41</u> R\$ 3.926.011,37	0,11
Liquidez Corrente (LC) $LC = (AC / PC)$	<u>R\$ 443.995,41</u> R\$ 2.354.687,30	0,19
Solvência Geral (SG) $SG = (AC + AP + RLP) / (PC + ELP)$	<u>R\$ 3.159.379,42</u> R\$ 3.926.011,37	0,80

Patrimônio Líquido: R\$ 766.631,95, (Setecentos e sessenta e seis mil, seiscentos e trinta e um reais e noventa e cinco centavos) equivale a 80,68% do valor estimado da contratação.

Guarapuava/PR, 20 de junho de 2023.

RONALDO ANTONIO
VERONESE:5847163
4953

Digitally signed by RONALDO
ANTONIO
VERONESE:58471634953
Date: 2023.06.20 16:26:42 -03'00'

Ronaldo Antonio Veronese

Contador – CRC/PR 029.945/O5



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

Certidão de Registro de Pessoa Jurídica e Negativa de Débitos

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que a empresa encontra-se regularmente registrada nos termos da Lei Federal nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966, estando habilitada a exercer suas atividades no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) de seu(s) responsável(ais) técnico(s).

Certidão nº: 84574/2023 **Validade: 19/12/2023**

Razão Social: A J M - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME
CNPJ: 03270392000105
Num. Registro: 43322 **Registrada desde:** 08/09/2005
Capital Social: R\$ 52.000,00
Endereço: RUA MARIO VIRMOND, 1100 ESTRADA P/ COUTINHO INDUSTRIAL
Município/Estado: GUARAPUAVA-PR **CEP:** 85045640

Objetivo Social:
Atividade principal: Fabricação e a comercialização de aduelas, dormentes e longarinas de concreto; blocos de cimento armado ou não; meios-fios de concreto ou cimento armado; fossas sépticas de cimento armado ou de concreto; tanques de cimento armado; estacas de concreto; lajes de cimento pré-moldadas; lajes treliças de concreto; placas de cimento armado para muros; placas de cimento armado para uso geral; postes e vigas de cimento armado para muros; prestação de serviços de colocação de meios-fios, concreto. Atividades secundárias: Montagem de blocos pré-moldados e colocação de aduelas, dormentes, longarinas; montagem de blocos pré-moldados e colocação de postes; serviços de transporte rodoviário de cargas, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional; serviços de carga e descarga (com equipamento Muncie); comércio de materiais para construção: Ferro, tijolos; areia; cimento; pedras; telhas; buças; metais; madeiras; revestimento para pisos e paredes; canos de PVC; materiais elétricos; esquadrias de ferro e de madeira.

Encontra-se quite com a anuidade relativa ao exercício de 2023.
Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

RESPONSÁVEL(EIS) TÉCNICOS PELA MATRIZ - CNPJ: 03270392000105

1 - Nome Civil: EMILCE ROSANE MUDREY ZANON
Carteira: PR-30186/D Data de Expedição: 21/01/1998
Desde: 08/09/2005 Carga Horária: 4:0 H/D
Título: ENGENHEIRA CIVIL Situação: Regular
Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º
Observações: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.
Título: ENGENHEIRA CIVIL Situação: Regular
Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º do CONFEA

Título: ENGENHEIRA CIVIL Situação: Regular
Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º

Para fins de: CADASTRO

Certificamos que caso ocorra(m) alteração(ões) nos elementos contidos neste documento, esta Certidão perderá sua validade para todos os efeitos.
A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 184905/2023, ressaltando a impossibilidade de execução de quaisquer serviços ou obras sem a participação efetiva de seu(s) responsável(ais) técnico(s).

Emitida via Internet em 22/06/2023 08:59:09

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

221



CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA
E AGRONOMIA DO PARANÁ

222

Certidão de Registro de Pessoa Física e Positiva de Débitos com Efeito de Negativa

O Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Paraná-CREA-PR, certifica que o(a) profissional abaixo encontra-se regularmente registrado(a) nos termos da Lei Federal nº 5.194/66 possibilitando-o(a) a exercer sua profissão no Estado do Paraná, circunscrita à(s) atribuição(ões) constantes de seu registro.

Certidão nº: **84577/2023**

Validade: 30/06/2023

Nome Civil: EMILCE ROSANE MUDREY ZANONA

Carteira - CREA-PR Nº :PR-30186/D

Registro Nacional : 1702900274

Registrado(a) desde : 21/01/1998

Filiação : EMILIO MUDREY

ELCY THEREZINHA MUDREY

Data de Nascimento : 16/09/1973

Documento de Identidade : 43756931 Orgão Emissor : SESP-PR UF : PR

CPF : 60876492987

Naturalidade : CASCAVEL/PR

Título: ENGENHEIRA CIVIL

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE PONTA GROSSA

Data da Colação de Grau : 20/12/1996

Diplomação : 20/12/1996

Situação : Regular

Atribuições profissionais:

Lei Federal N.º 5.194/1966 - Art. 7º de 24/12/1966

Observações: Possui competência profissional para as atividades do art. 7º da Lei Federal N.º 5.194/1966 nos campos de atuação do art. 28 do Decreto Federal N.º 23.569/1933 e do art. 7º da Resolução do Confea N.º 218/1973.

Resolução do Confea N.º 218/1973 - Art. 7º de 29/06/1973 do CONFEA.

Decreto Federal N.º 23.569/1933 - Art. 28º de 11/12/1933

Possui parcelamento de anuidade em dia no CREA-PR.

Não possui débito(s) referente a processo(s) de fiscalização e/ou dívida ativa até a presente data.

Para fins de: CADASTRO

A autenticidade desta certidão poderá ser confirmada na página do CREA-PR (<http://www.crea-pr.org.br>), através do protocolo n.º 184910/2023.

Emitida via Internet em 22/06/2023 09:02:17

Dispensa-se a assinatura neste documento, conforme Instrução de Serviço Nº 03/2021.
A falsificação deste documento constitui-se em crime previsto no Código Penal Brasileiro, sujeitando o autor à respectiva ação penal.

[illegible]

DECLARAÇÃO DE FORNECIMENTO DE MATERIAL

224



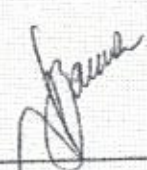
A empresa AJM Industria e Comercio de Artefatos de Cimentos Ltda. inscrita no CNPJ: 03.270.392/0001-05, por intermédio de seu representante legal, Jauri Roberto Zanona portador da Carteira de Identidade nº 3337348-1 e do CPF nº: 570.422.419-91. DECLARA que já forneceu de forma satisfatória os seguintes materiais de acordo com as Notas Fiscais anexadas.


Grelha de Concreto.
Bloco de Concreto
Pavimento Inter travado (Paver)

Por ser verdade, firmo a presente declaração.

Guarapuava 26 de Junho de 2023.

03 270 392/0001-05
A.J.M. INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE
ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
RUA MARIO VIRMOND. 1100
BAIRRO INDUSTRIAL - CEP 85045-840
GUARAPUAVA - PARANÁ


AJM Industria e Comercio de Artefatos de Cimento Ltda.
CNPJ: 03.270.392/0001-05


Jauri Roberto Zanona
CPF: 570.422.419-91

Recebemos de AJM INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE os produtos e/ou serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado.
Destinatário: SURG - SERVICOS DE URBANIZACAO DE GUARAP - RUA AFONSO BOTELHO 63, 0 - TRIANON - Guarapuava - PR.
Emissor: 08/05/2023 Valor Total: R\$ 3.418,50

NF-e

Nº 11835

Série 001

DATA DO RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

AJM INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE

PAVICON
BLOCOS e pavimentos
(42) 3624-5699

RUA MARIO VIRMOND, 1100
INDUSTRIAL - Guarapuava - PR
Fone: (42) 3624-5699 CEP: 85045-640

DANFE

Documento Auxiliar da
Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº 11835
Série 001
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

4123 0503 2703 9200 0105 5500 1000 0118 3518 4483 2936

Consulta de autenticidade no portal da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da SEFAZ Autenticadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

141.230.116.343.971 08/05/2023 13:57:24

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDE DE PRODUÇÃO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9034658240

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO

CNPJ

03.270.392/0001-05

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

SURG - SERVICOS DE URBANIZACAO DE GUARAP

CNPJ / CPF

75.646.273/0001-07

DATA DA EMISSÃO

08/05/2023

ENDEREÇO

RUA AFONSO BOTELHO 63, 0

BARRIO / DISTRITO

TRIANON

CEP

85100-970

DATA DA SAÍDA

08/05/2023

MUNICÍPIO

Guarapuava

UF

PR

TELEFONE / FAX

4236235844

INSCRIÇÃO ESTADUAL

HORA DA SAÍDA

13:57:19

FORMA DE PAGAMENTO

CRÉDITO

Crédito Loja

VALOR

3.418,50

FATURAS

Número : 001
Vencimento : 15/06/2023
Valor R\$: 3.418,50

225

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS		VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO		VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
3.418,50		649,52	0,00		0,00	3.418,50
VALOR DO FRETE	0,00	VALOR DO SEGURO	0,00	DESCONTO	0,00	VALOR TOTAL DA NOTA
				OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	0,00	3.418,50
				VALOR DO IPI	0,00	

TRANSPORTADOR / VOLUMES

NOME / RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTI	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
		1-DESTINATÁRIO				
ENDEREÇO		MUNICÍPIO	UF	RE	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO	
1290	UN					

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	BASE DE CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTA %		
00001	BLOCO DE CONCRETO VEDAÇÃO 14 X 19 X 39	68109100	000	5101	UN	1.290,00	2,65	3.418,50	3.418,50	649,52	0,00	19,00	0,00	0,00

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR TOTAL DO ISSQN
	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Trib aprox R\$ 459,79 Federal e 410,22 Estadual
Fonte: IBPT/empresometro.com.br D529CB
ORDEM DE COMPRA Nº 1225/2022
O MATERIAL SERÁ DESCARREGADO EM FRENTE A OBRA.
NÃO RECOLHEMOS SOBRA DE MATERIAL

RESERVADO AO FISCO

Recebemos de AJM INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE os produtos e/ou serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado.
Destinatário: SURG - SERVICOS DE URBANIZACAO DE GUARAP - RUA AFONSO BOTELHO 63, 0 - TRIANON - Guarapuava - PR.
Emissor: 08/05/2023 Valor Total: R\$ 11.584,00

NF-e

Nº 11834

Série 001

DATA DO RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR



**AJM INDUSTRIA E COMERCIO DE
ARTEFATOS DE**

RUA MARIO VIRMOND, 1100
INDUSTRIAL - Guarapuava - PR
Fone: (42) 3524-5699 CEP: 85045-840

DANFE

Documento Auxiliar da
Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº 11834

Série 001

Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

4123 0503 2703 9200 0105 5500 1000 0118 3412 0952 4610

Consulta de autenticidade no portal da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da SEFAZ Autenticadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

141.230.116.340.386 08/05/2023 13:55:26

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA DE PRODUÇÃO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9034658240

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO

CNPJ

03.270.392/0001-05

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

SURG - SERVICOS DE URBANIZACAO DE GUARAP

CNPJ / CPF

75.646.273/0001-07

DATA DA EMISSÃO

08/05/2023

ENDEREÇO

RUA AFONSO BOTELHO 63, 0

BARRIO / DISTRITO

TRIANON

CEP

85100-970

DATA DA SAÍDA

08/05/2023

MUNICÍPIO

Guarapuava

UF

PR

TELEFONE / FAX

4236235844

INSCRIÇÃO ESTADUAL

HORA DA SAÍDA

13:55:20

FORMA DE PAGAMENTO

INSCRIÇÃO

Crédito Loja

VALOR

11.584,00

FATURAS

Número : 001
Vencimento : 15/06/2023
Valor R\$: 11.584,00

226



CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS		VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO		VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
11.584,00		2.200,96	0,00		0,00	11.584,00
VALOR DO FRETE	0,00	VALOR DO SEGURO	0,00	DESDUITO	0,00	VALOR TOTAL DA NOTA
				OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	0,00	11.584,00
				VALOR DO IPI	0,00	

TRANSPORTADOR / VOLUMES

NOME / RAZÃO SOCIAL		FRETE POR CONTA		CODIGO ANTT	PLACA DO VEICULO	UF	CNPJ / CPF
		1-DESTINATARIO					
ENDEREÇO		MUNICÍPIO		UF	RS	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
QUANTIDADE	64	ESPECIE	UN	MARCA	NUMERAÇÃO		PESO LÍQUIDO
					PESO BRUTO		

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	BASE DE CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTA %		
003000	GRELHA DE CONCRETO 80X50X10	68101900	000	5101	UN	64,00	181,00	11.584,00	11.584,00	2.200,96	0,00	19,00	0,00	0,00

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	0,00	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	0,00	VALOR TOTAL DO ISSQN	0,00
---------------------	--------------------------	------	--------------------------	------	----------------------	------

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Trib aprox R\$ 1.558,05 Federal e 1.390,08 Estadual
Fonte: IBPT/empresometro.com.br D529CB
OEDEM DE COMPRA Nº 1377/2023
O MATERIAL SERÁ DESCARREGADO EM FRENTE A OBRA.
NÃO RECOLHEMOS SOBRA DE MATERIAL.

RESERVADO AO FISCO

Recebemos de AJM INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE os produtos e/ou serviços constantes da Nota Fiscal Eletrônica indicada ao lado.
Destinatário: SURG - SERVICOS DE URBANIZACAO DE GUARAP - RUA AFONSO BOTELHO 63, 0 - TRIANON - Guarapuava - PR.
Emissão: 28/02/2023 Valor Total: R\$ 2.627,10

NF-e

Nº 11440

Série 001

DATA DO RECEBIMENTO

IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR

**AJM INDUSTRIA E COMERCIO DE
ARTEFATOS DE**



(42) 3624-5699

RUA MARIO VIRMOND, 1100
INDUSTRIAL - Guarapuava - PR
Fone: (42) 3624-5699 CEP: 85045-840

DANFE

Documento Auxiliar da
Nota Fiscal Eletrônica

0 - ENTRADA
1 - SAÍDA

1

Nº 11440
Série 001
Folha 1/1



CHAVE DE ACESSO

4123 0203 2703 9200 0105 5500 1000 0114 4011 7493 0205

Consulta de autenticidade no portal da NF-e
www.nfe.fazenda.gov.br/portal ou no site da SEFAZ Autenticadora

PROTOCOLO DE AUTORIZAÇÃO DE USO

141.230.051.472.785 28/02/2023 14:23:28

NATUREZA DA OPERAÇÃO

VENDA DE PRODUÇÃO

INSCRIÇÃO ESTADUAL

9034658240

INSCRIÇÃO ESTADUAL DO SUBSTITUTO TRIBUTÁRIO

CNPJ

03.270.392/0001-05

DESTINATÁRIO / REMETENTE

NOME / RAZÃO SOCIAL

SURG - SERVICOS DE URBANIZACAO DE GUARAP

CNPJ / CPF

75.646.273/0001-07

DATA DA EMISSÃO

28/02/2023

ENDEREÇO

RUA AFONSO BOTELHO 63, 0

Bairro / Distrito

TRIANON

CEP

85100-970

DATA DA SAÍDA

28/02/2023

MUNICÍPIO

Guarapuava

UF

PR

TELEFONE / FAX

4236235844

INSCRIÇÃO ESTADUAL

HORA DA SAÍDA

14:23:22

FORMA DE PAGAMENTO

CRÉDITO

Crédito Loja

VALOR

2.627,10

FATURAS

Número : 001
Vencimento : 15/04/2023
Valor R\$: 2.627,10

227

CÁLCULO DO IMPOSTO

BASE DE CÁLCULO DO ICMS	VALOR DO ICMS	BASE DE CÁLCULO DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR DO ICMS SUBSTITUIÇÃO	VALOR TOTAL DOS PRODUTOS
2.627,10	472,88	0,00	0,00	2.627,10
VALOR DO FRETE	VALOR DO SEGURO	DESCONTO	OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS	VALOR TOTAL DA NOTA
0,00	0,00	0,00	0,00	2.627,10

TRANSPORTADOR / VOLUMES

NOME / RAZÃO SOCIAL	FRETE POR CONTA	CÓDIGO ANTI	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ / CPF
	1-DESTINATÁRIO				
ENDEREÇO	MUNICÍPIO	UF	RE	INSCRIÇÃO ESTADUAL	
QUANTIDADE	ESPÉCIE	MARCA	NUMERAÇÃO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO
70	MT				

DADOS DOS PRODUTOS / SERVIÇOS

CÓDIGO PRODUTO	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / SERVIÇO	NCM/SH	CST	CFOP	UNID.	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	BASE DE CÁLC. ICMS	VALOR ICMS	VALOR IPI	ALÍQUOTA %	ICMS ST	IR
000011	PAVER 06 X 10 X 20 COR NATURAL	68109100	000	5101	MT	70,00	37,53	2.627,10	2.627,10	472,88	0,00	0,00	0,00	0,00

CÁLCULO DO ISSQN

INSCRIÇÃO MUNICIPAL	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS	BASE DE CÁLCULO DO ISSQN	VALOR TOTAL DO ISSQN
	0,00	0,00	0,00

DADOS ADICIONAIS

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES
Trib. aprox R\$ 353,35 Federal e 315,25 Estadual
Fonte: IBPT/empresoneiro.com.br D529CB
ORDEM DE COMPRA Nº 1220/2022
O MATERIAL SERÁ DESCARREGADO EM FRENTE A OBRA.

NÃO RECOLHEMOS SOBRA DE MATERIAL

RESERVADO AO FISCO

CARTA DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO

GUARAPUAVA-PR, 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Declarante: A. J. M. - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA - ME
CNPJ: 03.270.392/0001-05
Período base: 2022

À
RONALDO ANTONIO VERONESE
CRC: 029.945/O-5-PR
RUA SENADOR PINHEIRO MACHADO, 1102
GUARAPUAVA-PR
85.010-100

PREZADOS SENHORES:

DECLARAMOS PARA OS DEVIDOS FINS, COMO ADMINISTRADOR E RESPONSÁVEL LEGAL DA EMPRESA ACIMA IDENTIFICADA, QUE AS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PERÍODO BASE ACIMA IDENTIFICADO, FORNECIDAS À VOSSAS SENHORIAS PARA ESCRITURAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBIS, OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS, APURAÇÃO DE TRIBUTOS E ARQUIVOS ELETRÔNICOS EXIGIDOS PELA FISCALIZAÇÃO FEDERAL, ESTADUAL, MUNICIPAL, TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA SÃO REDEIGNAS.

TAMBÉM
DECLARAMOS:

(A) QUE OS CONTROLES INTERNOS ADOPTADOS PELA NOSSA EMPRESA SÃO DE RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO E ESTÃO ADEQUADOS AO TIPO DE ATIVIDADE E VOLUME DE TRANSAÇÕES;
(B) QUE NÃO REALIZAMOS NENHUM TIPO DE OPERAÇÃO QUE POSSA SER CONSIDERADA ILEGAL, FRENTE À LEGISLAÇÃO VIGENTE;

(C) QUE TODOS OS DOCUMENTOS E/OU INFORMAÇÕES QUE GERAMOS E RECEBEMOS DE NOSSOS FORNECEDORES, ENCAMINHADOS PARA A ELABORAÇÃO DA ESCRITURAÇÃO CONTÁBIL E DEMAIS SERVIÇOS CONTRATADOS, ESTÃO REVESTIDOS DE TOTAL IDONEIDADE;

(D) QUE OS ESTOQUES REGISTRADOS EM CONTA PRÓPRIA FORAM POR NÓS CONTADOS E EVANTADOS RIGOROSAMENTE E AVALIADOS DE ACORDO COM A POLÍTICA DE MENSURAÇÃO DE ESTOQUE DETERMINADA PELA EMPRESA E PERFAZEM A REALIDADE DO PERÍODO BASE ACIMA IDENTIFICADO;

(E) QUE AS INFORMAÇÕES FORAM REGISTRADAS NO CONTROLE INTERNO, SÃO CONTROLADAS E VALIDADAS COM DOCUMENTAÇÃO ADEQUADA, SENDO DE NOSSA INTERNA RESPONSABILIDADE TODO O CONTEÚDO DO BALANÇO DEBÍTORES E ARQUIVOS ELETRÔNICOS GERADOS.

ALÉM DISSO, DECLARAMOS QUE NÃO EXISTEM QUAISQUER FATOS OCORRIDOS NO PERÍODO BASE QUE AFETAM OU POSSAM AFETAR AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBIS OU, AINDA, A CONTINUIDADE DAS OPERAÇÕES DA EMPRESA.

TAMBÉM CONFIRMAMOS QUE NÃO HOUE:

- A) FRAUDE ENVOLVENDO A ADMINISTRAÇÃO OU EMPREGADOS EM CARGOS DE RESPONSABILIDADE OU CONFIANÇA;
- B) FRAUDE ENVOLVENDO TERCEROS QUE PODERIAM TER EFEITO MATERIAL NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBIS;
- C) VIOLAÇÃO DE LEIS, NORMAS OU REGULAMENTOS CUJOS EFEITOS DEVERIAM SER CONSIDERADOS PARA DIVULGAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBIS, OU MESMO DAR ORIGEM AO REGISTRO DE PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS PASSIVAS.

ATENCIOSAMENTE,

ANTONIO GILBERTO ZANONA
SOCIO ADMINISTRADOR
CPF: 508.809.939-87

228



Demonstração dos Fluxos de Caixa pelo Método Indireto

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2022
Prejuízo líquido do Exercício	-R\$ 532.389,98
Ajustes por:	
Depreciação	R\$ 588.763,35
créditos tributários	-R\$ 3.750,15
Premios e Seguros	
Clientes	R\$ 4.463,14
Outros Créditos	R\$ 104.788,95
Estoques	R\$ 64.568,21
Participação em Consórcio	-R\$ 62.105,99
Obrigações tributárias	R\$ 38.971,93
Adiantamentos	R\$ 5.281,08
Obrigações trabalhistas	R\$ 63.273,86
Contas a Pagar - Fornecedores	R\$ 474.303,68
Outras contas do Circulante Passivo	
Ajuste Exercício Anterior	
Outras variações do PL	-R\$ 254.518,69
Prejuízos Acumulados	
Caixa líquido gerado pelas Atividades Operacionais	R\$ 511.447,37
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimentos	
Compra de Ativo Imobilizado	-R\$ 1.040.326,85
Venda de Ativo Imobilizado	
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimentos	-R\$ 1.040.326,85

Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento	
Recebimento pela emissão de ações	
Recebimento Empréstimos e Financiamentos	
Pagamento Empréstimos e Financiamentos - CP	-R\$ 611.034,73
Pagamento Empréstimos e Financiamentos - LP	R\$ 599.799,98
Dividendos pagos	
Pagamento de outras contas de Curto Prazo	
Adiantamento a Fornecedores	
Pagamento de Obrigações tributárias e Sociais	
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamento	-R\$ 11.234,75
Varição Total das Disponibilidades	-R\$ 540.112,23
Caixa e Equivalentes de Caixa	-R\$ 540.112,23
Caixa e Equivalentes de Caixa no início do período	R\$ 604.966,34

Antonio Gilberto Zanona
CPF: 508.809.939-87
Sócio Administrador

Ronaldo Antonio Veronese
CRC-PR 029.945/O-5
Contador

Demonstração de Lucros e Prejuízos Acumulados (DLPA)

	2022	2021
(a) Saldo Inicial de Lucros/Prejuízos Acumulados		
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(+/-) Lucros Acumulados	R\$ 0,00	R\$ - 7.321.332,52
(-) Prejuízos Acumulados	R\$ 286.241,97	R\$ 0,00
(+/-) Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	R\$ 532.389,98	R\$ 2.353.655,80
(-) Destinações do Lucro	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Reservas	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(-) Dividendos ou Lucros Distribuídos	R\$ 0,00	R\$ 0,00
(=) Saldo Final de Lucros ou Prejuízos Acumulados	R\$ 818.631,95	R\$ 31.723,28

Antonio Gilberto Zanona
CPF: 508.809.939-87
Sócio Administrador

Ronaldo Antonio Veronese
CRC-PR 029.945/O-5
Contador

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: A J M INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
 Período de Escriuração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 03.270.392/0001-08
 Número de Ordem de Lote: 18
 Período Solucionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Março de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA DE VENDAS		R\$ 3.214.796,89	R\$ 1.294.723,25
RECEITA DE VENDA DE MERCADORIAS E PRODUTOS		R\$ 3.214.796,89	R\$ 1.294.723,25
VENDA DE PRODUTOS		R\$ 423.723,89	R\$ 311.243,50
(+) DEVOÇÕES DA RECEITA BRUTA		R\$ (4.730,42)	R\$ (12,35)
(-) DEVOÇÕES DE VENDA E DESCONTOS		R\$ (2.716,42)	R\$ (12,35)
(-) DEVOÇÕES DE VENDA DE PRODUTOS			
(-) TIRUTOS SOBRE VENDAS		R\$ (389.999,19)	R\$ (11.696,82)
(-) ICMS SOBRE VENDAS		R\$ (0,00)	R\$ (201.487,39)
(-) IPI SOBRE VENDAS		R\$ (0,00)	R\$ (14.378,51)
(-) CONTRA SOBRE VENDAS		R\$ (0,00)	R\$ (49.163,92)
(-) SIMPLES NACIONAL		R\$ (389.999,19)	R\$ (0,00)
(-) CUSTOS DE PRODUÇÃO		R\$ (2.706.918,42)	R\$ (116.430,41)
(-) MATERIAS E SERVIÇOS GASTOS		R\$ (2.706.918,42)	R\$ (726.505,91)
(-) CONTRA DE MATERIA PRIMA		R\$ (7.666.608,28)	R\$ (348.577,39)
(-) FRETES E CARRETES SOBRE COMPRAS		R\$ (118.359,13)	R\$ (35.312,51)
(-) CREDITO ICMS GI/AF		R\$ 0,00	R\$ 1.354,99
(-) CUSTOS INDIRETOS		R\$ (0,00)	R\$ (38.597,48)
(-) ENERGIA ELÉTRICA		R\$ (0,00)	R\$ (38.597,48)
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ 58.750,58	R\$ 70.425,42
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ 58.750,58	R\$ 70.425,42
(-) CONTRA DE MERCADORIAS PARA REVENDA		R\$ (23.765,41)	R\$ (253,02)
(-) FRETES E CARRETES SOBRE COMPRAS		R\$ (21.384,04)	R\$ (12.340,48)
(-) CREDITO DE ICMS SOBRE COMPRAS E FRETES		R\$ 0,00	R\$ 95.356,43
(-) CREDITO DE ICMS SOBRE COMPRAS E FRETES		R\$ 0,00	R\$ 50.104,65
(-) CREDITO DE ICMS SOBRE COMPRAS E FRETES		R\$ 0,00	R\$ 50.104,65
FRETES		R\$ (251.182,34)	R\$ (426.821,85)
(-) FRETE INICIAL - GI/AF		R\$ 426.821,85	R\$ 226.124,51
(-) FRETE FINAL - GI/AF		R\$ 0,00	R\$ 21.101,78
(-) ICMS DE COMISSÃO PARA INDUSTRIALIZAÇÃO		R\$ 0,00	R\$ 1.584,49
(-) ICMS SOBRE FRETE		R\$ 0,00	R\$ 2.954,22
(-) ICMS DE ENERGIA ELÉTRICA		R\$ (23.418,18)	R\$ (20.740,72)
(-) DESPESAS COMERCIAIS		R\$ 0,00	R\$ (1.284,85)
(-) DESPESAS COM PESSOAL			

Este documento é parte integrante da documentação cuja autenticidade se comprova pelo recibo de número 88.02.7E.52.D7.02.70.40.8F.74.43.0A.E0.84.60.5A.D9.CA.17.CD-3, nos termos do Decreto nº 8.683/2015.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped
Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 1 de 4

1

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: J M INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIFATOS DE CIMENTO LTDA
 Período de Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 03.270.392/0001-05
 Número de Ordem de Livro: 18
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Março de 2022

Descrição	Valor	Salário Mín. 2012	Salário 2012
	R\$ (2,60)		R\$ (3.594,80)
1) INSS	R\$ (30.819,18)		R\$ (28.541,80)
2) PROPAGANDA E PUBLICIDADE	R\$ (30.819,18)		R\$ (28.541,80)
3) PROPAGANDA E PUBLICIDADE	R\$ (30.819,18)		R\$ (28.541,80)
4) DESPESAS ADMINISTRATIVAS	R\$ (2.376.748,96)		R\$ (2.376.748,96)
5) DESPESAS COM PESSOAL	R\$ (475.860,516)		R\$ (475.860,516)
6) SALARIOS E ORDENADOS	R\$ (328.854,62)		R\$ (328.854,62)
7) HORAS EXTRAS	R\$ (20.319,359)		R\$ (20.319,359)
8) FÉRIAS	R\$ (379.153,850)		R\$ (379.153,850)
9) FÉRIAS	R\$ (379.153,850)		R\$ (379.153,850)
10) ESPALHADO	R\$ (34.960,77)		R\$ (34.960,77)
11) INSS	R\$ (3.000)		R\$ (3.000)
12) FORTS	R\$ (37.700,98)		R\$ (37.700,98)
13) DIARIAS E REFLEXOS	R\$ (3.934,96)		R\$ (3.934,96)
14) INDENIZAÇÕES E ABONOS	R\$ (4.454,73)		R\$ (4.454,73)
15) FARMACIA, MEDICAMENTOS	R\$ (2.512,62)		R\$ (2.512,62)
16) ACESSÓRIOS	R\$ (3.622,28)		R\$ (3.622,28)
17) ALIMENTAÇÃO	R\$ (7.652,50)		R\$ (7.652,50)
18) DESCONTATO VALL ALIMENTAÇÃO	R\$ (24.000,00)		R\$ (24.000,00)
19) HONORÁRIOS	R\$ (24.000,00)		R\$ (24.000,00)
20) PRO-LABORE GISTOPIA	R\$ (24.000,00)		R\$ (24.000,00)
21) DESPESAS CENÁRI	R\$ (1.875.944,00)		R\$ (1.875.944,00)
22) ENERGIA ELÉTRICA - DESP	R\$ (11.221,89)		R\$ (11.221,89)
23) AGUA E BRIGOTO - DESP	R\$ (15.027,22)		R\$ (15.027,22)
24) TELEFONE E INTERNET	R\$ (14.748,46)		R\$ (14.748,46)
25) TAXAS E ESTADIAS	R\$ (160,00)		R\$ (160,00)
26) TAXA DE LICENCIAMENTO	R\$ (12.127,84)		R\$ (12.127,84)
27) CONTRA - IMPOSTO PROPRIEDADE DE VEICULO AUTOMOTOR	R\$ (26.230,20)		R\$ (26.230,20)
28) MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS	R\$ (1.668,09)		R\$ (1.668,09)
29) COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES - DESP	R\$ (1.532,89)		R\$ (1.532,89)
30) PEDÁGIO E ESTACIONAMENTO	R\$ (2.701,82)		R\$ (2.701,82)
31) IMPRESSÃO E ENCAMERAÇÕES	R\$ (7.680,00)		R\$ (7.680,00)
32) SOFTWARE, BURELITE, HOMOPODEM	R\$ (8.875,62)		R\$ (8.875,62)
33) LANÇAMES E REFEIÇÕES	R\$ (144,60)		R\$ (144,60)
34) CARGOS, PALESTRAS E TREINAMENTOS	R\$ (800,00)		R\$ (800,00)
35) CARGOS, PALESTRAS E TREINAMENTOS	R\$ (5.164,69)		R\$ (5.164,69)

Este documento é parte integrante de escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped
Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 2 de 4

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: A J M INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTIFATOS DE CIMENTO LTDA
 Período de Emissão: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 03.270.392/0001-65
 Número da Ordem do Livro: 18
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Março de 2022

Descrição	Nota	Saldo Anterior	Saldo Atual
(1) PESSOAS PROFISSIONAIS		R\$ (50.844,00)	R\$ (50,00)
(2) PESSOAS DE TIPO DE PESSOA JURÍDICA		R\$ (8.895,49)	R\$ (7.346,33)
(3) SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES		R\$ (1.113,24)	R\$ (2.653,30)
(4) ENTIDADES CONSELHO PROFISSIONAL		R\$ (2.442,89)	R\$ (420,30)
(5) MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ (5.130,54)	R\$ (640,30)
(6) IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS		R\$ (207,34)	R\$ (0,00)
(7) GASTOS		R\$ (80.018,62)	R\$ (76.346,40)
(8) DESPESAS DIVERSAS		R\$ (70,00)	R\$ (0,00)
(9) CARTÓRIOS E REGISTROS		R\$ (64,00)	R\$ (806,00)
(10) MATERIAL DE USO E CONSUMO		R\$ (623.704,20)	R\$ (33.543,44)
(11) COMBUSTÍVEIS E LUBRIFICANTES		R\$ (336.191,12)	R\$ (24.031,25)
(12) MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS		R\$ (54.947,45)	R\$ (6.303,17)
(13) DESPESAS		R\$ (21.047,93)	R\$ (16.850,50)
(14) EXAMES ORÇAMENTAIS		R\$ (3.188,39)	R\$ (7.352,52)
(15) AJUSTE SALDO DE TRIBUTOS		R\$ (9.336,40)	R\$ (0,00)
(16) ORÇAMENTO GERAL		R\$ (172,00)	R\$ (0,00)
(17) CANCELAMENTO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ (1.838,41)	R\$ (0,00)
(18) DESPESAS COM OUTRAS		R\$ (23.495,00)	R\$ (0,00)
(19) SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO		R\$ (2.847,00)	R\$ (0,00)
(20) MONITÓRIOS CONTÁBEIS		R\$ (24.031,25)	R\$ (76.346,40)
(21) MULTAS DE TRÂNSITO		R\$ (4.085,00)	R\$ (0,00)
(22) DESPESAS VITE		R\$ (749,00)	R\$ (0,00)
(23) SERVIÇOS DE LUBRIFICAÇÃO, LIMPEZA, LUBRIFICAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO		R\$ (7.094,55)	R\$ (1.040,00)
(24) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (400,00)	R\$ (0,00)
(25) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (400,00)	R\$ (0,00)
(26) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (0,00)	R\$ (170,00)
(27) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(28) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (30,00)	R\$ (0,00)
(29) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (30,00)	R\$ (0,00)
(30) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(31) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(32) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(33) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(34) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(35) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(36) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(37) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(38) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(39) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(40) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(41) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(42) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(43) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(44) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(45) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(46) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(47) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(48) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(49) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(50) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(51) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(52) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(53) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(54) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(55) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(56) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(57) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(58) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(59) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(60) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(61) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(62) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(63) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(64) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(65) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(66) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(67) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(68) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(69) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(70) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(71) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(72) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(73) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,00)
(74) IMPOSTOS E TAXAS DE MANUTENÇÃO		R\$ (1.402,00)	R\$ (0,0

Este documento é parte integrante da subscrição cuja autenticação se comprova pelo recibo de número 100.00.79.40.86.74.43.04.E0.04.E0.54.02.CA.17.CD-3, nos termos do Decreto nº 8.963/2015.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – Sped
Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 3 de 4

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: A J M INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
 Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 03.270.392/0001-05
 Número da Ordem do Livro: 18
 Período Selecionado: 01 de Janeiro de 2022 a 31 de Março de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
DESCONTOS OUTROS		R\$ 33,75	R\$ 15,50
REINVESTIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA		R\$ 2.010,73	R\$ 3.339,22
REINVESTIMENTO FUNDIÁRIA		R\$ 767,23	R\$ 0,00
(-) DESPESAS FINANCIÁRIAS		R\$ (55.553,39)	R\$ (12.833,36)
(-) JUROS PAGOS		R\$ (3.520,16)	R\$ (1.367,33)
(-) DESPESAS BANCÁRIAS		R\$ (1.865,65)	R\$ (2.317,96)
(-) DESPESAS COM CORREÇÃO		R\$ (1.105,84)	R\$ (324,52)
(-) DESPESAS COM CORREÇÃO		R\$ (3.679,61)	R\$ (117,33)
(-) ENCARGOS BANCÁRIOS		R\$ (7.065,05)	R\$ (2.540,40)
(-) JUROS DE EMPRÉSTIMO CONTRATO N° 46/2020		R\$ (2.554,70)	R\$ (0,00)
(-) JUROS DE EMPRÉSTIMO CONTRATO N° 46/2020		R\$ (364,43)	R\$ (0,00)
(-) ENCARGOS CONTRATO 44/2020		R\$ (1.036,62)	R\$ (0,00)
(-) JUROS DE EMPRÉSTIMO INDEB-CONTRATO N° 40/2011		R\$ (30.311,88)	R\$ (7.189,20)
(-) PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ (2.303,695,40)	R\$ (443.967,30)

Este documento é parte integrante da escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número SE-92.7E-52.DD-02.79.40-8F.74.43.0A.E0.84.60.54.D9.CA.17.CD-3, nos termos do Decreto nº 8.663/2015.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped
 Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 4 de 4

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: A J M INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
 Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 03.270.392/0001-05
 Número da Ordem do Livro: 18
 Período Selecionado: 01 de Abril de 2022 a 30 de Junho de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
RECEITA BRUTA DE VENDAS		R\$ 1.294.223,26	R\$ 836.399,34
RECEITA DE VENDA DE MERCADORIAS E PRODUTOS		R\$ 1.294.223,26	R\$ 836.399,34
VENDA DE PRODUTOS		R\$ (211.243,69)	R\$ (247.888,20)
(-) DECONTOS DA RECEITA BRUTA		R\$ (12,90)	R\$ (18.875,00)
(-) DEVOLUÇÕES DE VENDA E DESCONTOS		R\$ (12,90)	R\$ (18.875,00)
(-) DEVOLUÇÕES DE VENDA E PRODUTOS		R\$ (211.230,00)	R\$ (198.912,61)
(-) TRIBUTOS SOBRE VENDAS		R\$ (201.467,93)	R\$ (128.421,10)
(-) JUROS SOBRE VENDAS		R\$ (13.579,51)	R\$ (12.473,89)
(-) IMPOSTOS SOBRE VENDAS		R\$ (50.165,16)	R\$ (57.478,37)
(-) CUSTOS DE PRODUÇÃO		R\$ (738.455,29)	R\$ (465.514,50)
(-) MATERIAIS E SERVIÇOS INJETOS		R\$ (646.877,95)	R\$ (324.525,32)
(-) CONTRA DE MATÉRIA PRIMA		R\$ (26.212,87)	R\$ (13.086,45)
(-) IMPOSTOS E CARRETES SOBRE COMPRAS		R\$ 1.284,99	R\$ 4.310,49
(-) CREDITO ICMS IAP		R\$ (26.507,44)	R\$ (0,00)
(-) GASTOS INDEBÍTOS		R\$ (26.507,44)	R\$ (0,00)
(-) ENERGIA ELÉTRICA		R\$ 79.423,42	R\$ 127.088,23
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ 79.423,42	R\$ 127.088,23
(-) CONTRA DE MERCADORIAS PARA REVENDA		R\$ (263,66)	R\$ (1.471,50)
(-) FRETES E CARRETES SOBRE COMPRAS		R\$ (13.645,48)	R\$ (1.255,70)
(-) CREDITO DE ICMS SOBRE COMPRAS E FRETES		R\$ 30.300,43	R\$ 55.161,24
(-) CREDITO DE ICMS SOBRE COMPRAS E FRETES		R\$ 10.810,40	R\$ 44.936,36
(-) CREDITO DE ICMS SOBRE COMPRAS E FRETES		R\$ 50.290,49	R\$ 44.936,36
FRETES		R\$ (425.894,81)	R\$ (324.510,91)
(-) ESTOQUE INICIAL - CMV		R\$ 324.193,51	R\$ 336.466,70
(-) ESTOQUE FINAL - CMV		R\$ 21.191,78	R\$ (0,00)
(-) ICMS DE COMPRA PARA INDEBÍLIZACÃO		R\$ 1.284,49	R\$ (0,00)
(-) ICMS SOBRE FRETE		R\$ 2.034,22	R\$ 5.159,14
(-) ICMS DE ENERGIA ELÉTRICA		R\$ (29.300,72)	R\$ (22.977,59)
(-) DESPESAS COMERCIAIS		R\$ (3.294,90)	R\$ (0,00)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R\$ (4.254,80)	R\$ (0,00)
(-) IMPOSTOS			

Este documento é parte integrante da escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número SE-92.7E-52.DD-02.79.40-8F.74.43.0A.E0.84.60.54.D9.CA.17.CD-3, nos termos do Decreto nº 8.663/2015.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped
 Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 1 de 3

230

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: A J M INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
 Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 03.270.392/0001-05
 Número da Ordem do Livro: 18
 Período Selecionado: 01 de Abril de 2022 a 30 de Junho de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) PROVISÃO E PUBLICIDADE		R\$ (38.045,50)	R\$ (22.377,80)
(-) PROVISÃO E PUBLICIDADE		R\$ (38.045,50)	R\$ (22.377,80)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (664.803,42)	R\$ (664.803,42)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R\$ (214.225,11)	R\$ (140.030,47)
(-) SALÁRIOS E OBRIGADOS		R\$ (1.638,04)	R\$ (27.344,79)
(-) HORAS EXTRAS		R\$ (5.844,63)	R\$ (3.896,38)
(-) FÉRIAS		R\$ (6.548,11)	R\$ (7.489,98)
(-) 13º SALÁRIO		R\$ (3.280,12)	R\$ (7.542,70)
(-) IMPOSTOS		R\$ (4.354,45)	R\$ (25.724,20)
(-) IMPOSTOS		R\$ (14.561,11)	R\$ (16.840,20)
(-) FORT		R\$ (3.235,74)	R\$ (865,27)
(-) DSR E REFLEXOS		R\$ (2.121,94)	R\$ (1.786,98)
(-) INDENIZACÃO E ABOVOS		R\$ (1.154,97)	R\$ (1.331,61)
(-) ADICIONAIS		R\$ (1.662,99)	R\$ (674,90)
(-) ALIMENTAÇÃO		R\$ 1.254,00	R\$ 1.169,30
(-) DESCONTOS VALE ALIMENTAÇÃO		R\$ (5.424,00)	R\$ (2.772,00)
(-) HONORÁRIOS		R\$ (3.424,00)	R\$ (2.772,00)
(-) PROLABORES HISTÓRIA		R\$ (172.004,31)	R\$ (417.274,31)
(-) DESPESAS GERAIS		R\$ (28.235,99)	R\$ (28.710,33)
(-) ENERGIA ELÉTRICA - DESP		R\$ (4.380,61)	R\$ (2.100,23)
(-) ÁGUA E INDEBÍTOS - DESP		R\$ (3.460,55)	R\$ (3.762,72)
(-) TELEFONE E INTERNET		R\$ (14.427,81)	R\$ (13.308,20)
(-) IMPOSTO PROPRIEDADE DE VEÍCULO AUTOMOTOR		R\$ (0,00)	R\$ (800,00)
(-) MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS		R\$ (164,14)	R\$ (1.147,14)
(-) IMPOSTO E ESTACIONAMENTO		R\$ (2.880,00)	R\$ (2.880,00)
(-) IMPRESSOS E ENCARGOS		R\$ (3.525,16)	R\$ (2.526,67)
(-) SOFTWARE, SUPORTE, HOSPEDAGEM		R\$ (0,00)	R\$ (97,49)
(-) LANCHE E REFeições		R\$ (0,00)	R\$ (30,00)
(-) DOAÇÕES E PATROCÍNIOS		R\$ (3.248,33)	R\$ (170,96)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIRA PESSOA JURÍDICA		R\$ (0,00)	R\$ (4.580,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIRA PESSOA FÍSICA		R\$ (2.403,30)	R\$ (1.739,63)
(-) GÊNEROS E ASSOCIAÇÕES		R\$ (420,20)	R\$ (967,49)
(-) AMPLIACÃO COMERCIAL PROFISIONAL		R\$ (112,52)	R\$ (0,00)
(-) MANUTENÇÃO DE UNIDADES E EQUIPAMENTOS			

Este documento é parte integrante da escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número SE-92.7E-52.DD-02.79.40-8F.74.43.0A.E0.84.60.54.D9.CA.17.CD-3, nos termos do Decreto nº 8.663/2015.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped
 Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 2 de 3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: A J M INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
 Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 03.270.392/0001-05
 Número da Ordem do Livro: 18
 Período Selecionado: 01 de Abril de 2022 a 30 de Junho de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
(-) IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS		R\$ (0,00)	R\$ (1.777,49)
(-) DESPESAS		R\$ (15.389,49)	R\$ (24.727,21)
(-) CARTÓRIOS E REGISTROS		R\$ (204,00)	R\$ (0,00)
(-) MATERIAL DE USO E CONSUMO		R\$ (13.545,44)	R\$ (11.372,71)
(-) COMUTATIVOS E LUBRIFICANTES		R\$ (64.801,95)	R\$ (13.441,30)
(-) MANUTENÇÃO VEÍCULOS		R\$ (4.344,70)	R\$ (147.354,70)
(-) DEPRECIACÃO		R\$ (136.490,59)	R\$ (283,86)
(-) EXAMES E OCUPACIONAIS		R\$ (1.035,63)	R\$ (0,00)
(-) EXAMES E OCUPACIONAIS		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) AJUSTE SALDO DE TRIBUTOS		R\$ (208,00)	R\$ (1.452,00)
(-) ALOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ (10.140,00)	R\$ (18.480,00)
(-) HONORÁRIOS CONTÁBEIS		R\$ (1.040,00)	R\$ (5.206,19)
(-) SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO, LUBRIFICAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO		R\$ (170,00)	R\$ (0,00)
(-) DESPESAS COM VEÍCULOS		R\$ 3.348,79	R\$ 169,97
RECEITAS FINANCIÁRIAS		R\$ 19,00	R\$ 14,29
DESCONTOS OUTROS		R\$ 3.329,37	R\$ 174,59
REINVESTIMENTOS DE APLICAÇÃO FINANCEIRA		R\$ (14.633,86)	R\$ (16.192,42)
(-) DESPESAS FINANCIÁRIAS		R\$ (1.667,79)	R\$ (711,75)
(-) JUROS PAGOS		R\$ (3.173,36)	R\$ (2.167,21)
(-) DESPESAS BANCÁRIAS		R\$ (265,88)	R\$ (399,06)
(-) DESPESAS COM CORREÇÃO		R\$ (117,33)	R\$ (12.473,17)
(-) IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS		R\$ (2.448,49)	R\$ 1.075,28
ENCARGOS BANCÁRIOS		R\$ (7.189,20)	R\$ (0,00)
(-) JUROS DE EMPRÉSTIMO INDEB-CONTRATO N° 40/2011		R\$ (432.267,38)	R\$ (451.774,74)
(-) PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO			

Este documento é parte integrante da escrituração cuja autenticação se comprova pelo recibo de número SE-92.7E-52.DD-02.79.40-8F.74.43.0A.E0.84.60.54.D9.CA.17.CD-3, nos termos do Decreto nº 8.663/2015.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped
 Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 3 de 3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: A J M INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
 Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 03.270.392/0001-05
 Número de Ordem do Livro: 18
 Período Selecionado: 01 de Julho de 2022 a 30 de Setembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo a 01/01	Saldo a 30/09
RECEITA BRUTA DE VENDAS		R\$ 336.308,87	R\$ 1.171.672,25
RECEITA DE VENDA DE MERCADORIAS E PRODUTOS		R\$ 336.308,87	R\$ 1.171.672,25
VENDA DE PRODUTOS		R\$ 336.308,87	R\$ 1.171.672,25
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R\$ (17.889,95)	R\$ (31.214,42)
(-) DEVOLUÇÕES DE VENDA E DESCONTOS		R\$ (15.875,00)	R\$ (31.214,42)
(-) DEVOLUÇÕES DE VENDA DE PRODUTOS		R\$ (15.875,00)	R\$ (31.214,42)
(-) TRIBUTOS SOBRE VENDAS		R\$ (199.512,89)	R\$ (22.864,42)
(-) ICMS SOBRE VENDAS		R\$ (12.411,84)	R\$ (14.166,72)
(-) PIS SOBRE VENDAS		R\$ (37.176,15)	R\$ (35.767,54)
(-) COFINS SOBRE VENDAS		R\$ (999,14)	R\$ (999,14)
(-) CUSTOS DE PRODUÇÃO		R\$ (805.614,55)	R\$ (805.614,55)
(-) MATERIAS E SERVIÇOS DIRETOS		R\$ (624.525,35)	R\$ (624.525,35)
(-) COMPRA DE MATERIA PRIMA		R\$ (73.088,45)	R\$ (61.508,29)
(-) FRETES E CARRETES SOBRE COMPRAS		R\$ (60)	R\$ 2.757,73
(-) CREDITO DE ICS SOBRE COMPRAS		R\$ 4.810,15	R\$ 4.810,15
(-) CREDITO ICMS GAP		R\$ 127.086,22	R\$ 127.086,22
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ 127.086,22	R\$ 127.086,22
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ 127.086,22	R\$ 127.086,22
(-) CONTRA DE MERCADORIAS PARA REVENDA		R\$ (1.474,50)	R\$ (1.474,50)
(-) FRETES E CARRETES SOBRE COMPRAS		R\$ (1.255,76)	R\$ (347,87)
(-) CREDITO DE ICMS SOBRE COMPRAS E FRETES		R\$ 63.181,24	R\$ 14.306,12
(-) CREDITO DE PIS SOBRE COMPRAS E FRETES		R\$ 9.732,83	R\$ 12.573,89
(-) CREDITO DE COFINS SOBRE COMPRAS E FRETES		R\$ 44.836,28	R\$ 55.764,63
(-) ESTOQUE INICIAL - CMF		R\$ (124.170,97)	R\$ (106.446,30)
(-) ESTOQUE FINAL - CMF		R\$ 130.436,30	R\$ 300.910,46
(-) ICMS SOBRE ENERGIA ELÉTRICA		R\$ 5.744,63	R\$ 4.670,39
(-) DESPESAS COMERCIAIS		R\$ (2.577,60)	R\$ (25.915,50)
(-) PROPAGANDA E PUBLICIDADE		R\$ (2.577,60)	R\$ (25.915,50)
(-) PROPAGANDA E PUBLICIDADE		R\$ (2.577,60)	R\$ (25.915,50)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (854.987,54)	R\$ (854.987,54)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R\$ (140.620,41)	R\$ (133.600,84)
(-) SALÁRIOS E OBRIGADOS		R\$ (73.204,79)	R\$ (74.155,58)
(-) IMPOSTO DE RENDIMENTO		R\$ (5.495,55)	R\$ (5.719,11)

Este documento é parte integrante da escrituração cuja autenticidade se comprova pelo recibo de número SE 92.7E.52.DD.02.79.49.8F.74.43.0A.E0.84.60.54.D9.CA.17.CD-3, nos termos do Decreto nº 8.663/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 1 de 3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: A J M INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
 Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 03.270.392/0001-05
 Número de Ordem do Livro: 18
 Período Selecionado: 01 de Julho de 2022 a 30 de Setembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo a 01/01	Saldo a 30/09
(-) PIS		R\$ (1.469,80)	R\$ (1.469,80)
(-) COFINS		R\$ (7.347,70)	R\$ (7.347,70)
(-) ICMS		R\$ (25.724,86)	R\$ (25.724,86)
(-) FOGT		R\$ (5.803,28)	R\$ (5.803,28)
(-) ICMS E REFEITOS		R\$ (643,27)	R\$ (643,27)
(-) INDENIZAÇÕES E JORNADA		R\$ (4.793,04)	R\$ (4.793,04)
(-) AGROPECUÁRIAS		R\$ (1.331,61)	R\$ (1.331,61)
(-) ALIMENTAÇÃO		R\$ (174,30)	R\$ (174,30)
(-) DESCONTOS VALE ALIMENTAÇÃO		R\$ (1.749,30)	R\$ (1.749,30)
(-) HONORÁRIOS		R\$ (2.272,09)	R\$ (2.272,09)
(-) PROLABORE DIRETORIA		R\$ (2.272,09)	R\$ (2.272,09)
(-) DESPESAS GERAIS		R\$ (12.214,83)	R\$ (12.214,83)
(-) ENERGIA ELÉTRICA - DESP		R\$ (1.075,27)	R\$ (1.075,27)
(-) ÁGUA E ESGOTO - DESP		R\$ (1.743,70)	R\$ (1.743,70)
(-) TELEFONE E INTERNET		R\$ (1.339,23)	R\$ (1.339,23)
(-) IPTU - IMPOSTO PROPRIEDADE DE VEÍCULO AUTOMOTOR		R\$ (880,00)	R\$ (880,00)
(-) MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS		R\$ (197,11)	R\$ (197,11)
(-) FIDELIZAÇÃO E ESTACIONAMENTO		R\$ (2.880,00)	R\$ (2.880,00)
(-) IMPRESSOS E ENCADERNAÇÕES		R\$ (2.825,83)	R\$ (2.825,83)
(-) SOFTWARE, SUPORTE, HOSPEDAGEM		R\$ (87,40)	R\$ (87,40)
(-) LANÇAMENTOS E REFEITOS		R\$ (30,00)	R\$ (30,00)
(-) COTAÇÃO E PROFISSIONAIS		R\$ (3,00)	R\$ (3,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA		R\$ (170,00)	R\$ (170,00)
(-) SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA FÍSICA		R\$ (4.640,00)	R\$ (4.640,00)
(-) SINDICATOS E ASSOCIAÇÕES		R\$ (1.739,19)	R\$ (1.739,19)
(-) AJUDAS E CONSELHO PROFISSIONAL		R\$ (367,59)	R\$ (367,59)
(-) IMPOSTOS E TAXAS DIVERSAS		R\$ (1.777,45)	R\$ (1.777,45)
(-) DEBITOS		R\$ (24.747,37)	R\$ (24.747,37)
(-) MATERIAL DE USO E CONSUMO		R\$ (13.688,39)	R\$ (13.688,39)
(-) COMMODATÁRIOS E LOCAÇÕES		R\$ (12.547,87)	R\$ (12.547,87)
(-) MANUTENÇÃO VEÍCULOS		R\$ (17.788,70)	R\$ (17.788,70)
(-) OUTRAS DEDUÇÕES			

Este documento é parte integrante da escrituração cuja autenticidade se comprova pelo recibo de número SE 92.7E.52.DD.02.79.49.8F.74.43.0A.E0.84.60.54.D9.CA.17.CD-3, nos termos do Decreto nº 8.663/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 2 de 3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: A J M INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
 Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 03.270.392/0001-05
 Número de Ordem do Livro: 18
 Período Selecionado: 01 de Julho de 2022 a 30 de Setembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo a 01/01	Saldo a 30/09
(-) EXATOS OCUPACIONAIS		R\$ (200,00)	R\$ (180,00)
(-) AJUSTE SALDO DE TRIBUTOS		R\$ (0,00)	R\$ (0,00)
(-) LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		R\$ (1.432,89)	R\$ (1.432,89)
(-) RENOVACÃO CONTÁBIL		R\$ (15.460,60)	R\$ (12.346,00)
(-) RECURSOS DE MANUTENÇÃO, LIMPEZA, LUBRIFICAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO		R\$ (5.226,15)	R\$ (1.875,86)
(-) RECURSOS DE MANUTENÇÃO, LIMPEZA, LUBRIFICAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO		R\$ (5,00)	R\$ (180,00)
(-) RECURSOS DE MANUTENÇÃO, LIMPEZA, LUBRIFICAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO		R\$ 180,00	R\$ 6,00
(-) RECURSOS DE MANUTENÇÃO, LIMPEZA, LUBRIFICAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO		R\$ 14,20	R\$ 6,00
(-) RECURSOS DE MANUTENÇÃO, LIMPEZA, LUBRIFICAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO		R\$ 174,50	R\$ 6,00
(-) RECURSOS DE MANUTENÇÃO, LIMPEZA, LUBRIFICAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO		R\$ (15.767,42)	R\$ (21.882,90)
(-) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (111,76)	R\$ (144,32)
(-) JUROS PAGOS		R\$ (2.287,71)	R\$ (2.494,97)
(-) DESPESAS BANCÁRIAS		R\$ (808,00)	R\$ (808,00)
(-) DESPESAS COM CORRENTE		R\$ (12.870,17)	R\$ (190,17)
(-) IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS		R\$ 1.815,28	R\$ (84.174,97)
(-) ENCARGOS BANCÁRIOS		R\$ (801.176,74)	R\$ (848.494,28)
(-) PRELÂMBULO DO EXERCÍCIO			

Este documento é parte integrante da escrituração cuja autenticidade se comprova pelo recibo de número SE 92.7E.52.DD.02.79.49.8F.74.43.0A.E0.84.60.54.D9.CA.17.CD-3, nos termos do Decreto nº 8.663/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 3 de 3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: A J M INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
 Período da Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 03.270.392/0001-05
 Número de Ordem do Livro: 18
 Período Selecionado: 01 de Outubro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo a 01/10	Saldo a 31/12
RECEITA BRUTA DE VENDAS		R\$ 1.171.672,25	R\$ 1.254.441,37
RECEITA DE VENDA DE MERCADORIAS E PRODUTOS		R\$ 1.171.672,25	R\$ 1.254.441,37
VENDA DE PRODUTOS		R\$ 1.171.672,25	R\$ 1.254.441,37
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA		R\$ (31.214,42)	R\$ (1.404,45)
(-) DEVOLUÇÕES DE VENDA E DESCONTOS		R\$ (31.214,42)	R\$ (1.404,45)
(-) DEVOLUÇÕES DE VENDA DE PRODUTOS		R\$ (31.214,42)	R\$ (1.404,45)
(-) TRIBUTOS SOBRE VENDAS		R\$ (170.889,43)	R\$ (170.889,43)
(-) ICMS SOBRE VENDAS		R\$ (12.411,84)	R\$ (12.411,84)
(-) PIS SOBRE VENDAS		R\$ (37.176,15)	R\$ (37.176,15)
(-) COFINS SOBRE VENDAS		R\$ (999,14)	R\$ (999,14)
(-) CUSTOS DE PRODUÇÃO		R\$ (805.614,55)	R\$ (805.614,55)
(-) MATERIAS E SERVIÇOS DIRETOS		R\$ (624.525,35)	R\$ (624.525,35)
(-) COMPRA DE MATERIA PRIMA		R\$ (73.088,45)	R\$ (61.508,29)
(-) FRETES E CARRETES SOBRE COMPRAS		R\$ (60)	R\$ 2.757,73
(-) CREDITO DE ICS SOBRE COMPRAS		R\$ 4.810,15	R\$ 4.810,15
(-) CREDITO ICMS GAP		R\$ 127.086,22	R\$ 127.086,22
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ 127.086,22	R\$ 127.086,22
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS		R\$ 127.086,22	R\$ 127.086,22
(-) CONTRA DE MERCADORIAS PARA REVENDA		R\$ (1.474,50)	R\$ (1.474,50)
(-) FRETES E CARRETES SOBRE COMPRAS		R\$ (1.255,76)	R\$ (347,87)
(-) CREDITO DE ICMS SOBRE COMPRAS E FRETES		R\$ 63.181,24	R\$ 14.306,12
(-) CREDITO DE PIS SOBRE COMPRAS E FRETES		R\$ 9.732,83	R\$ 12.573,89
(-) CREDITO DE COFINS SOBRE COMPRAS E FRETES		R\$ 44.836,28	R\$ 55.764,63
(-) ESTOQUE INICIAL - CMF		R\$ (124.170,97)	R\$ (106.446,30)
(-) ESTOQUE FINAL - CMF		R\$ 130.436,30	R\$ 300.910,46
(-) ICMS SOBRE ENERGIA ELÉTRICA		R\$ 5.744,63	R\$ 4.670,39
(-) DESPESAS COMERCIAIS		R\$ (2.577,60)	R\$ (25.915,50)
(-) PROPAGANDA E PUBLICIDADE		R\$ (2.577,60)	R\$ (25.915,50)
(-) PROPAGANDA E PUBLICIDADE		R\$ (2.577,60)	R\$ (25.915,50)
(-) DESPESAS ADMINISTRATIVAS		R\$ (854.987,54)	R\$ (854.987,54)
(-) DESPESAS COM PESSOAL		R\$ (140.620,41)	R\$ (133.600,84)
(-) SALÁRIOS E OBRIGADOS		R\$ (73.204,79)	R\$ (74.155,58)
(-) IMPOSTO DE RENDIMENTO		R\$ (5.495,55)	R\$ (5.719,11)

Este documento é parte integrante da escrituração cuja autenticidade se comprova pelo recibo de número SE 92.7E.52.DD.02.79.49.8F.74.43.0A.E0.84.60.54.D9.CA.17.CD-3, nos termos do Decreto nº 8.663/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 10.1.8 do Visualizador

Página 1 de 3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: A J M INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
 Período de Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 03.270.392/0001-05
 Número da Ordem do Livro: 18
 Período Solucionado: 01 de Outubro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
1) FERRAS		R\$ (10.850.88)	R\$ (16.478.39)
2) 1º SALÁRIO		R\$ (7.190.23)	R\$ (11.433.04)
3) INSS		R\$ (8.496.62)	R\$ (11.700.29)
4) FORTS		R\$ (7.500.30)	R\$ (11.792.33)
5) DIOR E REPLICATOS		R\$ (1.642.06)	R\$ (3.824.97)
6) ALIMENTAÇÃO		R\$ (199.09)	R\$ (1.163)
7) DESPESA VÁLE ALIMENTAÇÃO		R\$ 1.891.49	R\$ 2.704.40
8) HONORÁRIOS		R\$ (7.272.05)	R\$ (7.272.05)
9) PROLABORES DIRETORIA		R\$ (4.375.00)	R\$ (7.272.00)
10) DESPESAS GERAIS		R\$ (402.888.67)	R\$ (525.999.30)
11) ENERGIA ELÉTRICA - DESP		R\$ (11.867.60)	R\$ (14.035.48)
12) ÁGUA E ESGOTO - DESP		R\$ (2.520.34)	R\$ (5.546.31)
13) TELEFONE E INTERNET		R\$ (4.195.74)	R\$ (3.643.80)
14) MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS		R\$ (900.00)	R\$ (6.946.47)
15) PÉSSIMO E ESTACIONAMENTO		R\$ (12.594)	R\$ (250.59)
16) REPARAÇÃO E ENCAMINHAMENTO		R\$ (2.886.00)	R\$ (2.000.30)
17) SOFTWARE, SUPORTE, HOSPEDAGEM		R\$ (1.357.13)	R\$ (2.003.44)
18) SERVIÇOS PROFISSIONAIS		R\$ (360.00)	R\$ (200.00)
19) SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA		R\$ (145.00)	R\$ (1.280.00)
20) ALUGUELO		R\$ (3.143.10)	R\$ (5.536.29)
21) REMUNICAÇÃO E ASSOCIAÇÃO		R\$ (22.729.79)	R\$ (10.567.28)
22) DESPESAS GERAIS		R\$ (0.00)	R\$ (96.763.10)
23) MATERIAL DE USO E CONSUMO		R\$ (794.225.79)	R\$ (88.576.88)
24) COMBUSTÍVEL E LUBRIFICANTES		R\$ (141.181.70)	R\$ (127.726.30)
25) MANUTENÇÃO VEÍCULOS		R\$ (1.122.81)	R\$ (1.104.00)
26) DEPRECAÇÕES		R\$ (18.148.50)	R\$ (182.273.97)
27) EXAMES OCUPACIONAIS		R\$ (100.00)	R\$ (607.70)
28) AJUSTE SALDO DE TRIBUTOS		R\$ (1.00)	R\$ (1.00)
29) HONORÁRIOS CONTÁBEIS		R\$ (12.349.00)	R\$ (17.238.84)
30) SERVIÇO DE LUBRIFICAÇÃO, LIMPEZA, LUBRIFICAÇÃO, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO		R\$ (4.865.96)	R\$ (3.202.59)
31) DEPRECAÇÃO DE IMOBILIZAÇÃO, DEPRECAÇÃO, IMOBILIZAÇÃO, DEPRECAÇÃO		R\$ (300.00)	R\$ (1.00)
32) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ 0.00	R\$ 10.93

Este documento é parte integrante da documentação que autenticação se comprova pelo recibo de número 95.92.7E.52.DD.02.79.40.8F.74.43.DA.E0.84.00.54.D9.CA.17.CD-3, nos termos da Decisão nº 8.663/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 10.1.5 do Visualizador

Página 2 de 3

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO

Entidade: A J M INDUSTRIA E COMERCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA
 Período de Escrituração: 01/01/2022 a 31/12/2022 CNPJ: 03.270.392/0001-05
 Número da Ordem do Livro: 18
 Período Solucionado: 01 de Outubro de 2022 a 31 de Dezembro de 2022

Descrição	Nota	Saldo anterior	Saldo atual
DESCONTOS OUTROS		R\$ 0.00	R\$ 10.93
1) DESPESAS FINANCEIRAS		R\$ (31.842.89)	R\$ (47.718.09)
2) JUROS PAGOS		R\$ (324.33)	R\$ (384.85)
3) DESPESAS BANCARIAS		R\$ (2.464.07)	R\$ (5.387.50)
4) DESPESAS COM COMISSÃO		R\$ (889.24)	R\$ (1.00)
5) JOP - IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES FINANCEIRAS		R\$ (190.13)	R\$ (207.35)
6) ENCARGOS BANCARIOS		R\$ (45.174.87)	R\$ (43.848.05)
7) PRELUIZ LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		R\$ (548.445.26)	R\$ (532.398.89)

232

Este documento é parte integrante da documentação que autenticação se comprova pelo recibo de número 95.92.7E.52.DD.02.79.40.8F.74.43.DA.E0.84.00.54.D9.CA.17.CD-3, nos termos da Decisão nº 8.663/2016.

Este relatório foi gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital - Sped

Versão 10.1.5 do Visualizador

Página 3 de 3

Empresa: A J M - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME
 CNPJ: 03.270.392/0001-05
 Inscrição: 41204182239
 Número Livro: 2018
 Emissão: 31/12/2022

NOTAS EXPLICATIVAS

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

É uma empresa privada e suas atividades tiveram início em 12/07/1999, tendo por objeto social principal fabricação de artefatos de cimento para uso na construção, tributada pelo Lucro Real trimestral.

NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis inerentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 estão sendo apresentadas em Reais (R\$) e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, tomando-se como base a Lei nº 11.638/2007 e as normas, as quais abrangem a Legislação Societária, as Pronunciamentos Técnicos PME-Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, Resoluções CFC nº 750/1993, 1.255/2009 e 1.262/2010. As demonstrações contábeis aqui compreendidas: Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DML), Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e as Notas Explicativas.

Os administradores da empresa optaram pela contratação de contabilidade terceirizada, a qual se encontra perfeitamente alinhada à legislação profissional e estando assim regulamentada pelo Conselho Federal de Contabilidade no que tange a questão ética e profissional e ainda conforme previsto em cláusulas contratuais.

Assim, a administração da empresa declara que tomou ciência do conteúdo da auditoria controlada em todos os seus termos e assim, as presentes demonstrações refletem e espelham a realidade da empresa em todos os seus termos. Os resultados produzidos são fruto da documentação remessa para contabilização pela administração da empresa, respondendo esta, pela veracidade, integridade e procedência. A administração encontra-se ciente de toda a legislação aqui aplicável, especialmente no tocante à Lei 11.101/2005 que informa o conteúdo das suas responsabilidades quanto às documentações e procedimentos.

A responsabilidade profissional da contabilidade que referenciar estas demonstrações contábeis está limitada às falhas contábeis efetivamente noticiadas pela administração da empresa a este profissional.

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, tais como: mensuração de perdas estimadas; estimativas do valor justo, provisões, perdas por redução ao valor recuperável (IMPAREM) e a determinação da vida útil de determinados ativos. Neste quesito a responsabilidade profissional por tais estimativas são das que efetivamente assinaram os respectivos laudos técnicos. Diante disso os resultados efetivos podem ser diferentes daqueles estabelecidos por estas estimativas e premissas.

NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis na elaboração das demonstrações contábeis levam em conta as características qualitativas e quantitativas conforme determina a NBC TG 1000: Compreensibilidade, Competência, Relevância, Materialidade, Confiabilidade, Primazia da Essência sobre a forma, Prudência, Integridade e tempestividade, estando assim alinhadas com normas internacionais de

Empresa: A J M - INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE ARTEFATOS DE CIMENTO LTDA ME
 CNPJ: 03.270.392/0001-05
 Inscrição: 41204182239
 Número Livro: 2018
 Emissão: 31/12/2022

contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) adequadas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

(a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 dias são consideradas como caixa e equivalentes.

(b) Moeda Funcional

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas em REAIS (R\$), que é a moeda funcional da empresa a qual foi determinada em função do ambiente econômico primário das suas operações. Assim os ativos, os passivos e os resultados apresentados nas demonstrações contábeis mesmo quando contratados em moeda estrangeira são ajustados os direitos contábeis vigentes no Brasil e convertidos para reais, de acordo com as taxas de câmbio da moeda local. Os eventuais ganhos e perdas resultantes do processo de conversão são transferidos para o resultado do período afetando o regime de competência.

(c) Estoque

Os estoques estão registrados pelo custo médio de aquisição ou produção e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída provisão para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

(d) Operações Ativas e Passivas

As operações Ativas e Passivas foram registradas pelo valor principal, acrescido, quando aplicável, dos respectivos encargos incorridos, inclusive a atualização monetária, adotando-se para apropriação pro rata di.

(e) Não Circulante

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

(f) Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Impairment

Os ativos não financeiros incluem os estoques, os investimentos e o imobilizado da entidade.

A administração da sociedade declara que no encerramento do exercício social não encontrou indícios ou evidências de que os valores apresentados dos ativos estivessem superiores aos passivos de recuperabilidade. Caso ocorresse tal indicação, então o valor recuperável do ativo seria determinado e se o respectivo valor contábil excedesse seu valor recuperável estimado, uma perda por redução ao valor recuperável seria reconhecida como redução da própria ativo.

(g) Benefícios a Empregados

Os pagamentos de benefícios tais como salário, férias, vencidos ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado obedecendo-se o regime de competência.

(h) Receitas e Despesas

A Empresa tem como prática a adoção do regime da competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento das receitas, despesas e custos, independentemente do seu efetivo recebimento ou pagamento.

(i) Imobilizado

O Imobilizado está registrado ao custo (tendo os bens adquiridos no Brasil).

Descrição	Taxa do Ano
Máquinas e Equipamentos	10%
Móveis e Utensílios e Instalações	10%
Veículos	20%
Edificações	4%
Material de Segurança	10%
Equipamentos de Informática	20%

NOTA 04 - ESTOQUES

	31/12/2022	31/12/2021
Estoque de Produtos	R\$ 361.035,64	R\$ 425.603,85
TOTAL	R\$ 361.035,64	R\$ 425.603,85

NOTA 05 - CREDITOS TRIBUTÁRIOS

	31/12/2022	31/12/2021
ATIVO CIRCULANTE		
IR SJ APUCAÇÃO	R\$ 1.569,52	R\$ 1.145,55
IPF	R\$ 3.526,18	R\$ 0,00

NOTA 06 - IMOBILIZADO

a) Valor residual do Imobilizado e Movimentação:

Descrição	Em Reais			
	31/12/2022	31/12/2021	31/12/2022	31/12/2021
	Custo	Depreciação	Valor Líquido	Valor Líquido
IMOBILIZADO				
Edificações	R\$ 80.514,32	R\$ - 43.468,98	R\$ 37.045,34	R\$ 40.265,90
Equipamentos de Informática	R\$ 13.226,30	R\$ - 9.527,72	R\$ 3.698,58	R\$ 5.438,56
Máquinas e Equipamentos	R\$ 2.072.863,40	R\$ - 960.052,28	R\$ 1.112.811,12	R\$ 548.120,99
Ferramentas	R\$ 13.550,00	R\$ - 6.109,73	R\$ 7.440,27	R\$ 10.150,23
Móveis, Máquinas e Utensílios	R\$ 28.900,00	R\$ - 26.657,83	R\$ 2.242,17	R\$ 5.132,13
Veículos de Carga	R\$ 1.319.000,00	R\$ - 655.092,58	R\$ 663.907,42	R\$ 1.167.701,46
Veículos	R\$ 1.085.388,79	R\$ - 543.919,99	R\$ 541.468,80	R\$ 340.744,43

b) Vidas Úteis e Taxas de Depreciação

A depreciação dos ativos imobilizados foi realizada pela método linear com base nas vidas úteis estimadas pela Administração da Empresa.

NOTA 07 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CIRCULANTE E NÃO CIRCULANTE

Banco/ Descrição		Controle	31/12/2022	31/12/2021
Passivo Circulante				
Banco Valto		831344	R\$ 195.216,21	R\$ 353.972,13
Banco Valto		832346	R\$ 208.438,50	R\$ 367.194,42
Capital de Giro Bradesco		-	R\$ 0,00	R\$ 170.351,37
Bradesco BNDES CP		6060711	R\$ 0,00	R\$ 9.921,16
Empréstimo de Sócios		-	R\$ 0,00	R\$ 949,30
Santander BNDES		60293.690	R\$ 9.018,22	R\$ 22.396,21
Santander BNDES		60274.844	R\$ 8.665,09	R\$ 21.514,78
Empréstimo BB - CP		29930.367	R\$ 11.940,09	R\$ 24.232,04
Empréstimo		40/000002	R\$ 2.000,07	R\$ 2.000,07
Empréstimo		40/00399	R\$ 44.000,00	R\$ 50.000,00
Empréstimo		8360	R\$ 8.209,55	R\$ 47.855,63
Empréstimo		60243528	R\$ 4.857,69	R\$ 19.122,74
Empréstimo		60224933	R\$ 4.853,24	R\$ 19.135,14
Empréstimo Itaú		1689555959	R\$ 0,00	R\$ 75.000,00
Empréstimo Santander		12190	R\$ 184.937,12	R\$ 324.468,56
Empréstimo Itaú Capital Giro		-	R\$ 22.225,49	R\$ 50.000,00
Empréstimo CP		1022210	R\$ 155.717,68	R\$ 0,00
Capital de Giro CP		-	R\$ 37.500,00	R\$ 0,00
Empréstimo CP		15733708	R\$ 50.000,04	R\$ 0,00
Bradesco BNDES LP		6060711	R\$ 0,00	R\$ 130.000,07
Empréstimo LP		1022210	R\$ 491.109,56	R\$ 0,00
Capital de Giro LP		-	R\$ 170.833,33	R\$ 0,00
Empréstimo LP		15733708	R\$ 125.000,00	R\$ 0,00
Empréstimo BB - CP		29930.367	R\$ 0,00	R\$ 57.142,84
Empréstimo Jean Carlos Zanona		-	R\$ 476.000,00	R\$ 476.000,00
Empréstimo Antonio Gilberto Zanona		-	R\$ 105.190,59	R\$ 105.190,59
Empréstimo Emílio Rosane Mudgey		-	R\$ 203.190,59	R\$ 203.190,59
TOTAL			R\$ 2.518.903,09	R\$ 2.630.137,84

NOTA 08 - OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS E PREVIDENCIÁRIAS

DESCRIÇÃO	31/12/2022	31/12/2021
FGTS	R\$ 4.577,93	R\$ 6.458,33
INSS	R\$ 15.680,41	R\$ 8.945,73
CONTRIBUIÇÃO SINDICAL	R\$ 427,55	R\$ 427,55
SALÁRIOS	R\$ 23.166,32	R\$ 20.827,71
PENSAO ALIMENTICIA	R\$ 0,00	R\$ 477,00
PRO-ARRE	R\$ 2.157,36	R\$ 1.780,00
TOTAL	R\$ 45.809,57	R\$ 38.916,32

233

NOTA 09 - OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	31/12/2022	31/12/2021
PASSIVO CIRCULANTE		
ICMS	R\$ 30.371,33	R\$ 0,00
IRF	R\$ 2.000,23	R\$ 0,00
IRRF SJ FOPAG	R\$ 1.050,74	R\$ 471,74
CORFIS	R\$ 9.201,81	R\$ 0,00
SIMPLES NACIONAL	R\$ 0,00	R\$ 3.180,44
TOTAL	R\$ 42.624,11	R\$ 3.652,18

NOTA 10 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social da Empresa está representado, em 31 de dezembro de 2022, conforme quadro abaixo, divididos em quotas no valor de R\$ 1,00 cada, totalizando 52.000 de quotas, totalmente integralizados pelos sócios da seguinte forma:

Sócios	31/DEZ/2022		
	Quotas	%	Em Reais
ANTÔNIO GILBERTO ZANONA	1.000	19,23%	R\$ 10.000,00
EMÍLIO ROSANE MUDGEY	1.000	19,23%	R\$ 10.000,00
JAURI ROBERTO ZANONA	1.000	19,23%	R\$ 10.000,00
JEAN CARLOS ZANONA	2.200	42,31%	R\$ 22.000,00
TOTAL	5.200	100%	R\$ 52.000,00

NOTA 11 - SALDOS E TRANSAÇÕES ENTRE AS PARTES RELACIONADAS

A Empresa não opera transações entre partes relacionadas, portanto, não há saldos de encerramento de balanço ou registros de operações desta natureza durante o exercício de 2022.

NOTA 12 - INSTRUMENTOS FINANCEIROS - DERIVATIVOS

A Empresa não opera com instrumentos financeiros na forma de Derivativos, pois a contratação de seus empréstimos e financiamentos é de baixo risco, não sendo estes afetados as variações em moedas estrangeiras, incidindo sobre estes apenas a variação com relação às taxas de juros contratadas.

NOTA 13 - EVENTOS SUBSEQUENTES E CONTINGÊNCIAS

Com base nas informações da Empresa, não foi necessária a constituição de provisões para eventuais contingências, nem existem processos em trâmite legal que representem ou possam vir a representar perdas para a sociedade.

NOTA 14 - RECEITAS OPERACIONAIS

RECEITA OPERACIONAL BRUTA	2022
Venda de Produtos e Mercadorias	R\$ 4.594.794,45
(-) Deduções da Receita Bruta	R\$ 1.154.073,23
TOTAL DA RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	R\$ 3.440.721,22

NOTA 15 - DESPESAS E CUSTOS POR NATUREZA

NATUREZA DOS CUSTOS	2022
Custo da Produtos/Mercadorias Vendidas	R\$ 2.672.386,22
Despesas Operacionais	R\$ 2.818.907,28
TOTAL DAS DESPESAS E CUSTOS	R\$ 5.491.293,50

NOTA 16 - DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

A empresa declara expressamente que a elaboração e a apresentação das Demonstrações Contábeis estão em conformidade com a TC 1000 e que não foram necessários ajustes em relação ao IRFS por já se apresentar seus demonstrativos nessas modalidades.

NOTA 17 - AJUSTE EXERCÍCIOS ANTERIORES

No ano de 2022 teve ajuste no grupo Ativo Circulante, um montante de R\$11.650,00 (onze mil seiscentos e cinquenta reais), R\$ 40.803,35 (quarenta mil oitocentos e três reais e trinta e cinco centavos), R\$ 4.353,17 (quatro mil trezentos e cinquenta e três reais e dezesseis centavos), R\$ 545,82 (quinhentos e quarenta e cinco reais e oitenta e dois centavos), nas contas Banco do Brasil, APL Contamox Empresarial - Santander, Brasil Renda Fixa e IPI a Recuperar, respectivamente. No grupo Passivo Circulante, um montante de R\$ 2.585,86 (dois mil quinhentos e oitenta e cinco reais e oitenta e seis centavos), R\$ 620,01 (seiscentos e vinte reais e um centavo), R\$ 38.648,40 (trinta e oito mil seiscentos e trinta e oito reais e quarenta e oito centavos), R\$ 7.835,78 (sete mil oitocentos e trinta e cinco reais e setenta e oito centavos) nas contas FGTS a Pagar, INSS a Recolher, Empréstimo Capital de Giro Bradesco e Empréstimo Itaú - canil N° 1689555959, respectivamente. No grupo Patrimônio Líquido um montante de R\$ 58.445,03 (cinquenta e oito mil quatrocentos e quarenta e cinco reais e trinta e quatro centavos) no conto de Prejuízos Acumulados.

Antonio Gilberto Zanona
CPF: 508.809.939-87
Sócio Administrador

Ronildo Antonio Veronese
CRC-PR 029.945/O-5
Contador